

REVISTA
INSTITUTO
HISTÓRICO
GEOGRÁFICO
DE
PIRACICABA

Número 18
2011

História

Iconografia

Memórias

Educação

Ensaios

Biografias

Crônicas

outros textos



COPYRIGHT © 2011 IHGP
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AO IHGP

FICHA CATALOGRÁFICA

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA
Piracicaba, Ano 1, N. 1, 1991

Ano XVIII, N. 18, 2011

ISSN: 0103-9482

1. PIRACICABA - HISTÓRIA E GEOGRAFIA - PERIÓDICOS.
I. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA

CDU - 9 (816.12PI)

REVISTA
**INSTITUTO
HISTÓRICO
GEOGRÁFICO**
DE
PIRACICABA

Número 18
2011

UMA PUBLICAÇÃO



IHGP
Instituto Histórico e
Geográfico de
Piracicaba

Cumprindo a Lei Municipal nº 2.160,
de 18 de Dezembro de 1974.

APOIO



Prefeitura do
Município de
Piracicaba



IHGP
Instituto Histórico e
Geográfico de
Piracicaba

CNPJ: 50.853.878/0001-48
Rua do Rosário 781
Centro | Piracicaba SP
Tel.: 19 3434-8811
E-mail: ihgp@ihgp.org.br
Site: www.ihgp.org.br

REVISTA
INSTITUTO
HISTÓRICO
GEOGRÁFICO
DE
PIRACICABA

Edição nº 18
Ano de 2011

Comissão de Publicação Editorial

Fábio Ferreira Coelho Bragança
Gustavo Jacques Dias Alvim
Toshio Iczuca
Francisco de Assis Ferraz de Mello
Vitor Pir es Vencovsky

Imagem da capa

Mapa de Piracicaba em 1822, colorizado digitalmente. Original do Arquivo Histórico do Estado de SP.

Projeto gráfico e capa

Renato Ferrante

Edição

Três Gatos Editora
www.tresgatoseditora.com.br

Fotos

Acervo IHGP, exceto onde indicado.

Estagiária

Priscila Salvaia

Secretária

Odila A. Françoso Rodrigues de Souza

Distribuição gratuita

Todos os esforços foram feitos para creditar devidamente os eventuais detentores de direitos sobre as imagens utilizadas nessa edição da Revista IHGP. Eventuais omissões não são intencionais e serão devidamente corrigidas em uma próxima edição, bastando que seus proprietários contatem o IHGP.

Diretoria Executiva IHGP 2010/2012

Presidente: Pedro Caldari

Vice-Presidente: Cezário Campos Ferrari

1º Secretário: Toshio Iczuca

2º Secretário: Luiz Nascimento

1º Tesoureiro: Vitor Pires Vencovsky

2º Tesoureiro: João Umberto Nassif

Orador: Gustavo Jacques Dias Alvim

Diretor Acervo: Francisco de Assis F. de Mello

Suplentes:

1º Valdiza Maria Caprânico

2º Antônio Messias Galdino

Conselho Fiscal

1º Fábio Ferreira Coelho Bragança

2º Zilmar Ziller Marcos

3º Felisbino de Almeida Leme

4º Antônio Altafın

Suplentes Conselho Fiscal:

1º Elias Salum

2º Geraldo Claret de Mello Ayres

3º Rosaly A. Curiacos de Almeida Leme

*Nesta edição respeitou-se o novo
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*

REVISTA
INSTITUTO
HISTÓRICO
GEOGRÁFICO
DE
PIRACICABA

SUMÁRIO



REVISTA
INSTITUTO
HISTÓRICO
GEOGRÁFICO
DE
PIRACICABA

Edição nº 18
Ano de 2011

EDITORIAL

- 9 **44 anos de IHGP**
Pedro Caldari (Presidente IHGP)
-

1
EDUCAÇÃO

- 13 **O ensino da história de Piracicaba na escola**
Márcia Regina Onofre
-

2
HISTÓRIA

- 21 **Leis curiosas e pitorescas de Piracicaba**
Fábio Bragança
- 40 **O orfeão piracicabano em São João da Boa Vista**
Rodrigo Rossi Falconi
- 48 **Quanto custava a escravidão: preço de escravos em Piracicaba de 1832 a 1887**
Tatiane Cristina Bocchio de Oliveira
-

3
ICONOGRAFIA

- 69 **O acervo fotográfico do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba**
Priscila Salvaia

4
BIOGRAFIAS

- 79 **A despedida do historiador e folclorista**
Pedro Caldari
- 81 **As contribuições de Luiz de Queiroz aos 110 anos da Esalq/USP**
Rodrigo Sarruge Molina
- 97 **Maestro Ernest Mahle**
João Umberto Nassif
- 105 **Monsenhor Manoel Francisco Rosa**
*João Carlos Sajovic Forastieri,
Monsenhor José Nardin e
Jamil Nassif Abib*
-

5
ENSAIOS

- 129 **Cemitério de Piracicaba: o sagrado e o profano**
*Pedro Queiroz Leite
Paulo Renato Tot Pinto*
- 150 **A missão germânica civilizadora na Província de São Paulo**
Edson de Lima e Silva Junior

6
CRÔNICAS, MEMÓRIAS
E OUTROS TEXTOS

- 173 **Piracicaba: história memórias e uma declaração de amor**
Gustavo Alvim
- 184 **Parabéns pra mecê**
Cecílio Elias Neto
- 187 **A Sapucaia da Paz**
Valdiza Maria Capranico
- 192 **Mysterios de Piracicaba**
Olivio Nazareno Alleoni
-

7
IHGP

- 215 **O papel dos institutos históricos e geográficos no contexto cultural brasileiro**
Itapuan Bôtto Targino
- 224 **Relatório de atividades do IHGP em 2011**

EDITORIAL

44 anos do IHGP

PEDRO CALDARI

Escritor e Presidente do IHGP

Aos 44 anos de idade, a instituição inscreveu-se no rol das obras que deram certo e se consolidaram no complexo campo cultural piracicabano, rico e fértil em valores humanos individuais e incrível em termos de multiplicidade de aptidões em franco desenvolvimento, bem caracterizador portanto, de uma “Atenas Paulista”.

Assim é o IHGP no seio da sociedade piracicabana, acalantado a capitanear importante segmento a fim de resgatar, aprimorar, enfeixar, preservar e

difundir a memória histórica de sua urbe. É conhecida a origem do IHGP. Entretanto, para os jovens e recém chegados à cidade, ele foi fundado pelo então prefeito municipal Com. Luciano Guidotti, a pedido de um seletto grupo de pessoas representativas das várias camadas da comunidade, dentre as quais destacavam-se eméritos professores universitários, empresários da indústria e comércio, agricultura e profissionais liberais, mestres escolas, artistas, escritores e jornalistas consagrados. O momento era muito

especial: Piracicaba comemorava o seu segundo centenário de fundação – 1º de agosto de 1967. Necessário se fazia a criação oficial do Instituto Histórico e Geográfico, a exemplo dos existentes nas cidades importantes do País. A partir dessa data, o trabalho do IHGP prosperou e sua folha de serviços a favor da cultura e em benefício direto às comunidades estudantis e científicas avolumou-se significativamente, contabilizando expressiva quantidade de estudos e pesquisas, publicação de artigos, ensaios, revista especializada periódica, e livros e mais livros de autores piracicabanos. Produção crescente, em todos os sentidos, principalmente em qualidade, cada vez mais esmerada. A regularidade nas publicações, alias, elas ocupam quase todos os dias os espaços nobres nos jornais da nossa cidade, enriquecendo sobremaneira as fontes de informação, educação e cultura colocadas ao alcance da sociedade.

Há ainda, sua valiosa contribuição institucional como provedor de palestras e de ministradores de seminários e cursos complementares sobre temas contemporâneos. Ao lado de sua progressiva atividade social, há uma extensa enumeração de enfrentamentos operacionais por ser o Instituto um órgão privado e independente, apolítico por excelência

como convém àqueles que respondem pela análise e constatação da realidade histórica de uma cidade, no caso, Piracicaba. O fato de não dispor de sede própria e de recursos financeiros para custear a locação de imóvel para tal fim, coloca-o em situação incômoda e complicada mesmo. O acervo amealhado e produzido ao longo dessa jornada é, de fato um tesouro por si só, mas é ao mesmo tempo, ao manter-se fora do alcance da comunidade, algo pesado e inútil, sem o mínimo valor por não estar servindo nada a quem quer que seja, a não ser às traças. O IHGP vagou de um canto por outro até refugiar-se no limitado espaço que ora ocupa no prédio da rua do Rosário, 781, que abrigou o Fórum Francisco Morato, bastante antigo e com insolucionáveis problemas quanto ao seu acesso pelas pessoas em geral. Está, e continua, sem casa própria e sob a ameaça de ficar sem teto algum, a qualquer momento, à mercê de uma simples decisão de um funcionário do governo estadual, que pode ser tanto da Procuradoria do Estado como da Fazenda do Estado de São Paulo, Secretarias essas que têm Seccionais funcionando nesse prédio, oficialmente e em benefício daqueles que necessitam-nas.

Boa parte dos nomes que identificam as áreas públicas da cidade é de associados falecidos do IHGP –

são ruas, praças, viadutos, pontes, centros de lazer, recreação e esportes, além de escolas, bibliotecas e obras assistenciais essenciais. Ao pleitear maiores instalações para a sede própria, o IHGP destaca a digitalização que vem executando a todo vapor, de seu acervo fotográfico – já no seu site da internet – e da documentação histórica – coleções de jornais e revista de Piracicaba – estas em considerável quantidade e de importância imensurável, exigindo portanto, grande quantia de dinheiro para ser executada e de espaço físico para acolher pesquisadores e estudantes da cidade e região.

Para concluir: o IHGP é patrimônio cultural de Piracicaba. Sua razão de ser e de seguir adiante, sempre ativo e independente, atento aos mesmos e únicos objetivos sociais que o tem norteado desde a sua criação.

O ensino da história de Piracicaba na escola

MÁRCIA REGINA ONOFRE

Professora e pedagoga

O estudo da História Local inclui o aluno em um movimento, no qual ele utilizará a experiência da história por ele vivida, possibilitando-o chegar a uma interrogação sobre sua própria historicidade, o que o leva a refletir sobre a dimensão histórica de sua realidade individual, de sua família, de sua classe, de seu país, de seu tempo. Vai fazê-lo pensar e repensar sobre tudo, tornando-o um agente histórico, capaz de colocar questões, que possam ser discutidas em sala de aula, trabalhando assim o saber histórico produzido do aluno, encaminhando-o para a produção do conhecimento e da relação crítica com o saber.

O aluno irá descobrir e redescobrir fatos em seu meio de vivência, de forma que, se envolverá com a sua própria História, pois querendo ou não, ele faz parte da construção do processo da História, e certamente terá curiosidade em aprender mais sobre seu “Lugar”. A criança quando aprende a partir do seu espaço de vivência, passa a conhecer a História do seu “lugar”, atribui mais significado a aprendizagem, sentindo-se como parte constituinte da História, passando a se reconhecer no

ISTO É

Piracicaba

1956

PIRACICABA

DADOS ESTADÍSTICOS

População (1950)	87.835
Agencias Bancarias	8
Estabelecimentos Industriais	487
Veiculos a motor	2.360
Predios urbanos	12.000
Unidades Escolares de Ensino Primario	150
Ensino Secundario	7
Ensino Pedagogico	3
Ensino Industrial	2
Ensino Comercial	1
Ensino Artístico	1
Ensino Superior	1
Valor da Produção Agricola (1953)	226.512.000,00
As rendas Federais, Estaduais e Municipais somaram em 1954	163 Milhões de Cruzeiros.

CELZAR - Cx. Postal, 123 - MARILIA

futuro como cidadã, e desse modo o professor poderá trabalhar com a produção da História ao passar os conceitos e juntos construir trechos da História, ou dar um novo olhar a fatos já existentes.

É importante pontuar que o ensino da História Local sempre é entendido como parte integrante de uma totalidade; para realizarmos uma pesquisa e desvendar ao aluno como a História vem sendo construída, o local torna-se viável, uma vez que tem mais acessibilidade visitar os “lugares da memória”: arquivos, museus, praças, monumentos, que armazenam a cultura material. Consequentemente que aqui em Piracicaba, as marcas da arquitetura do passado são ainda muito tangíveis e nos ajudam na reconstrução do passado. A História Local em toda sua totalidade, deve ser estudada como ponto de partida de um conhecimento histórico, funcionando como uma janela para o mundo. Temos que ter um olhar investigativo sobre as marcas do passado, presentes na cidade.

Proponho-me a escrever um resumo sobre a História de Piracicaba a partir de seu povoamento analisando suas diferentes fases de desenvolvimento, tratando nosso “lugar” dentro do contexto da História do Brasil, para ajudar o professor no preparo de suas aulas e para o aluno em suas pesquisas. Descreverei aqui fatos marcantes e importantes de Piracicaba, pesquisados em fontes históricas, que ajudarão aos caros leitores a se constituírem como cidadãos piracicabanos.

História de Piracicaba

Piracicaba aparece antes de sua fundação como um lugar já conhecido citado em cartas e relatórios referentes à abertura de “caminhos” que levassem mercadorias às minas de ouro recém descobertas em Mato Grosso, fato ocorrido em 1718.

A abertura de “caminhos terrestres” percorrendo uma longa distância entre Piracicaba e Cuiabá foram realizados com muito trabalho, pois os rios navegáveis que se ligavam ao rio Piracicaba tinham como inconvenientes os ataques indígenas e as febres do pântano. O “picadão”, um caminho terrestre que ligava as minas de ouro de Cuiabá ao rio Tietê, foi prova de mais um desmando das autoridades políticas que incentivaram sua construção e depois proibiram seu uso, pois julgavam que outro caminho, vindo das regiões mineradoras facilitava o contrabando do ouro. Ou seja, ficava mais difícil cobrar impostos.

As construções desses caminhos ocorrem no início do século XVIII por volta de 1720. Depois do episódio dos caminhos, Piracicaba volta a aparecer nos documentos por ocasião de sua fundação em 1767. É interessante notar que já se encontravam

pessoas vivendo nas margens do rio Piracicaba, próximas ao salto e mantendo a política de se criar Vilas e Povoados, o representante de Itu nomeou oficialmente Antonio Correa Barbosa como o “Povoador” de Piracicaba. Para mudar o status de povoado havia um acordo entre Estado e Igreja que se entrelaçavam para ser possível essa “evolução”.

Foi assim que os moradores do povoado de Piracicaba solicitaram a Assembléia Provincial da Capitania de São Paulo a criação da Freguesia de Piracicaba (1774) que era concedida pelo Bispo, pois Freguesia é o mesmo que Paróquia. O primeiro pároco foi Padre João Manuel da Silva. Houve sérios conflitos entre o Padre e o povoador Antonio Correa Barbosa registrados em cartas, esta disputa por poder fez com que o Padre abandonasse a Freguesia.

Enquanto Freguesia Piracicaba vivia da roça de subsistência, alguns engenhos produzindo açúcar e aguardente de modo comercial, produção de canoas utilizando madeira¹ extraídas da mata ciliar. Em 1784 foi feito um documento solicitando a Itu, (Piracicaba estava ligada diretamente) a transferência da povoação para a margem esquerda do rio Piracicaba. Este fato está bem documentado.

A Freguesia de Piracicaba continuava aumentando com engenhos, tropas cargueiras e roças, levando os moradores a pedir para ser elevada a Vila em 1816 com o nome de Vila Joanina, uma vez que D. João VI havia transferido a corte portuguesa ao Brasil em 1808. Esse processo de transformação de Freguesia em Vila foi longo. Para se tornar Vila precisava de vários quesitos como: 2 juizes ordinários e outras coisas, então o processo durou de 1816 a 1822. Essa passagem de Freguesia a Vila foi muito significativo em Piracicaba, pois como Vila passou a ter mais autonomia política com Câmara Municipal composta por vereadores, cadeia e pelourinho².

Ao tornar-se Vila recebeu o nome de Vila Nova da Constituição (1822), foi uma homenagem a membros da elite brasileira que foram chamados a Portugal para assinar uma constituição que pretendia reduzir a autonomia do Brasil. Vamos explicar melhor. Em 1815, como a Corte Portuguesa estava no Brasil, D. João VI elevou o Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, teoricamente Brasil deixou de ser colônia portuguesa, porém quando D. João retorna a Portugal há uma forte pressão para o Brasil voltar a condição de colônia, e nessa nova organização do Estado português foi elaborada uma outra constituição, que para ser legal tinha que ter a participação do Brasil. E nessa constituição havia itens que tiravam a autonomia que o Brasil já havia conquistado, então os representantes brasileiros se negaram a votar. O senador Vergueiro foi um dos brasileiros que em

1 A madeira de maior abundância encontrada na mata era o Tamboril (Ximbó, Timbaúba), usada na fabricação de canoas, sendo a principal matéria prima do estaleiro e da economia local.

2 Pelourinho: tronco onde açoitavam os escravos em praça pública, também era status de poder.

protesto não assinou a constituição. Em homenagem a esse episódio a Vila recebeu o nome de Vila Nova da Constituição. As relações entre Portugal e Brasil estavam tensas, estamos às vésperas da Independência. A finalização desse processo foi em 10/08/1822, quando finalmente ocorreu a elevação para Vila.

Ainda no ano de 1822, há registro de um recenseamento feito na Vila Nova da Constituição onde aparecem 648 “fogos”³ lares, com uma população de 3762 indivíduos incluindo escravos. Além da descrição baseada em documentos oficiais sempre voltados às elites, há um episódio envolvendo um trabalhador. Um sapateiro destrói a machadada uma forca que permanecia na Vila, o povo começa a aparecer em documentos oficiais. Outro aspecto é o entrelaçamento que podemos ver entre os acontecimentos da História do Brasil, que entram na História escolar com a vida cotidiana que estava ocorrendo na Vila.

Em 1831 após abdicação de D. Pedro I, deixando seu filho de 5 anos como herdeiro do trono brasileiro iniciou-se o Período Regencial- 1831- 1840, este período foi de grande agitação política em todo o Brasil, aqui em Piracicaba fundou-se “Sociedade dos Defensores da Liberdade e Independência Nacional” com a finalidade de defender a continuidade do Império brasileiro.

Essa atitude da Vila Nova da Constituição rendeu um ofício por parte do Governo Provincial louvando a atitude de propor por meios legais a defesa da Liberdade e Independência. Essa atitude da Câmara da Vila estava restrita apenas as questões ligadas às elites, o povo e os escravos que aqui viviam não participavam em nada desses processos.

Enquanto Vila as fontes históricas encontradas relatam que as estradas de acesso constituem-se em problema por um longo período. Os caminhos para serem escoados a produção principalmente o açúcar e a chegada de mercadorias com pontes sobre os rios da região são questões recorrentes em todo século XIX.

A Vila Nova da Constituição continuou desenvolvendo-se levando seus moradores a pedir sua elevação a Cidade, último estágio desse desenvolvimento administrativo. Em 26/02/1856 Villa Nova da Constituição é elevada a Cidade com o nome de Constituição. No entanto o reconhecimento oficial só ocorreu em 14/09/1856 acontecimento recebido sem muita festa.

A Cidade de Constituição não era muito diferente da Vila, porém um fato importante que se deu em 1857, trouxe grandes possibilidades à cidade. Foi a navegação fluvial, agora a vapor. A rota foi do rio Piracicaba até o salto de Avanhandava. Após 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, que proibia a chegada

de novos escravos africanos, a empresa Vergueiro e Cia encarregada de contratar imigrantes na Europa trouxe muitos imigrantes para a Cidade de Constituição, uma vez que os engenhos de açúcar demandavam grande quantidade de mão de obra.

Em 1877, os moradores da Cidade de Constituição fazem um requerimento para a cidade voltar ao antigo nome pelo qual sempre foi conhecida Piracicaba.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Circe, M. Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos.** Cortez, 2004.
- CALLAI, Helena e ZARTH, Paulo. **O estudo do município e o ensino de História e Geografia.** Ijuí, UNIJUI, 1997. 63p.
- GUERRINI, Leandro. **História de Piracicaba em Quadrinhos**, vol. I. Piracicaba, 1970. 383p.
- GUERRINI, Leandro. **História de Piracicaba em Quadrinhos**, vol. II. Piracicaba, 1970. 307p.
- BOSI, E. **Memória e Sociedade.** Companhia das Letras, 1995.
- MELLO, Leonel. **O ensino de História.** São Paulo, editora Brasiliense S.A., 1986.
- NEME, Mário. **História da Fundação de Piracicaba.** Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 1974.
- NETTO, Cecílio Elias. **Almanaque 2000: Memorial de Piracicaba - século XX.** Piracicaba, 2000, 416p.
- TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. **Piracicaba no século XIX.** Piracicaba, Editora Degaspari, 2003. 292p.

3 Fogos: palavra usada no século XIX referente as casas, lares, moradias.



2

HISTÓRIA

Leis curiosas e pitorescas de Piracicaba (1890 - 1910)

FÁBIO BRAGANÇA

Historiador da Câmara de Vereadores de
Piracicaba e membro do IHGP

Resumo

O artigo apresenta um conjunto de leis curiosas e pitorescas da cidade de Piracicaba, com recorte temporal de 1890 a 1910, como parte do resultado do trabalho de pesquisa sobre a legislação municipal desenvolvido no acervo do Arquivo Histórico da Câmara de Vereadores de Piracicaba. E tem por objetivo demonstrar como a legislação pode ser usada como fonte de pesquisa histórica. Através do estudo da legislação é possível reconstruir o cenário urbano com riqueza de detalhes e observar os hábitos da época, bem como a tentativa de disciplinarização de condutas através de um instrumento jurídico: a lei. Como Piracicaba, cidade do interior paulista, no final do século XIX, demonstrava, através da legislação, a preocupação com o desenvolvimento urbano e as questões de salubridade pública, colocando em prática ideias de vanguarda, através das leis.

Palavras chave

Legislação, Piracicaba, Câmara.

Essa autonomia, no entanto, era perante as outras Vilas, cujas relações eram estabelecidas em pé de igualdade. Porém, todas as decisões e leis que fossem criadas pelas vilas deveriam ser submetidas ao crivo do Governo Provincial que emitia parecer favorável ou contrário. Por isso, o papel que o vereador exercia, nessa fase inicial da Câmara, era mais o de fiscalizador do que o de legislador. Nesse momento, a promulgação de leis provinciais foi mais recorrente do que de leis municipais¹.

Ao pesquisar o conjunto de leis municipais dessa época, criada pelos vereadores e promulgadas pelo Governo Provincial, percebe-se que as posturas visavam principalmente à organização do espaço urbano. Na tentativa de, minimamente, estabelecer regras que garantissem o bom convívio na cidade, que passa a receber cada vez mais pessoas, entre estrangeiros e camponeses.

A criação de uma lei é fundamentada através da existência de uma necessidade, para regular e/ou impor parâmetros aos modos de vida da sociedade, no seu tempo e espaço. Como a sociedade e o espaço estão em constante processo de mudança, a legislação tende a acompanhar esse movimento dinâmico, revisando normas antigas e apresentando proposições que atendam às novas demandas.

Por traz da lei, desse instrumento jurídico criado para disciplinar hábitos e condutas, para a regular e organizar a vida em sociedade, para evitar atitudes contrárias do ponto de vista social; há pequenos detalhes, que chegam a ser engraçados e causam estranheza, mas que, se analisados com calma, nos revelam os modos de vida de uma sociedade; tornando-se, assim, uma importante fonte de pesquisa. Se nos aprofundarmos nos estudos da legislação municipal de Piracicaba, desde os tempos de Vila até as primeiras décadas do século XX, poderemos descobrir muito mais: que a elaboração do código de posturas municipal² está fundamentada em princípios europeus de organização urbana e salubridade pública, amplamente debatido ao longo do século XIX, por arquitetos, engenheiros e médicos, que eram influenciados pela teoria miasmática e da proliferação de doenças tendo como principal causador a falta de higiene. A partir da teorização de causas de doenças e epidemias, a organização do espaço urbano passa a ser pensada levando em consideração a necessidade de intervenções no espaço para tornar a atmosfera da cidade mais salubre. Medidas foram tomadas com a criação de políticas públicas, o que resultou, no Brasil, na elaboração da Lei de 1º de Outubro de 1828, as chamadas “Posturas Policiais”, que constituiu o primeiro instrumento jurídico visando medidas de organização urbana e disciplinarização dos hábitos. O conjunto que

forma a legislação municipal é fonte e objeto de pesquisa do Arquivo Histórico da Câmara de Vereadores, cujos trabalhos resultam em artigos, matérias de jornal e exposições. Há trabalhos em desenvolvimento sobre o Primeiro Código de Posturas e a legislação visando à organização do espaço urbano. Este artigo, no entanto, fará a apresentação de algumas leis³ curiosas e pitorescas que vigoraram na cidade de Piracicaba, no período de 1890 a 1910. Demonstrando, através dessas leis, detalhes da dinâmica de vida de uma época e a habilidade dos legisladores em propor ideias de vanguarda e de grande aceitação popular. Se por um lado a inexistência de um monumento, prédio ou edifício e a falta de iconografia impeça a visualização de um espaço ou objeto; a leitura dos documentos, preservados no acervo da Câmara de Vereadores, permite que o imaginário seja capaz de reconstruir com riqueza de detalhes aquilo que o homem através do tempo não soube preservar.

LEI SOBRE MÚSICA NO JARDIM

A Câmara Municipal de Piracicaba decreta:

Art. 1º – Fica autorizado o Intendente de Finanças a contratar uma banda de música para tocar no Jardim Público desta cidade, duas vezes por mês, durante o semestre corrente, correndo a despesa pela verba “Eventuales”.

Art. 2º – Revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Piracicaba, aos 7 de Agosto de 1893.

Assinaram: Manoel de Moraes Barros, Joaquim de Sampaio, Francisco Florêncio da Rocha, João Augusto de Brito, Joviniano Reginaldo Alvim, Estevão Ribeiro de Souza Rezende, Antônio de Paulo Leite Filho.

Comentário:

Nos documentos da Câmara, há várias referências a bandas de músicas existentes na cidade. A primeira alusão consta da ata do dia 24 de março de 1845, quando a Câmara convidou uma banda musical para animar os festejos em comemoração ao nascimento do Príncipe Imperial, D. Pedro II. No documento não é mencionado o nome da banda.

Corporações de música – como era chamado na época - também estiveram

1 A primeira lei municipal promulgada em Piracicaba foi ainda no ano 1822. A sociedade piracicabana era escravocrata, sendo um das cidades paulista com o maior número de escravos. Diante dessa realidade, os vereadores decidiram criar um imposto denominado “finta” que definia a cobrança de 400 contos de réis por cabeça de escravo, do sexo masculino, acima do sete anos de idade, para custear a construção da casa sede da Câmara, cadeia e casinhas.

2 O primeiro Código de Posturas de Piracicaba foi organizado em 1830.

3 Atendo ao objetivo de disponibilizar a transcrição fiel às fontes, o conjunto de leis está com as características de linguagem original da época, preservados, inclusive, os possíveis erros ortográficos.

presentes na sessão de 11 de janeiro de 1868, no juramento que o súdito italiano, Padre José Serafim de Rigillo prestou perante a Câmara Municipal em razão de sua naturalização. O clérigo era bem relacionado na região por suas ideias um tanto quanto liberais para a época. Em 1870, a banda de música militar percorreu as ruas da cidade nos festejos promovidos pelo término da guerra do Paraguai.

Em 1882, o Pátio da Matriz passou por grande reforma de modernização: foi ajardinado, arborizado e equipado com bancos, coretos, bicas d'água, tornando-se o passeio público mais visitado pela população da cidade. O jardim possuía diversos bancos de ferro e algumas espécies de animais e aves, incluindo seis peixes cascudos e um marreco do mato. Em um dos postes de lampiões a querosene, do jardim público, foi colocada uma torneira e um copo de ferro ágata, para serventia do povo. Até 1887, outros largos foram arborizados: o do mercado, o de São Benedito e o Largo do Bom Jesus (Guerrini, 1970). Após a reforma do Pátio da Matriz, a Câmara aprovou, em 7 de agosto de 1893, a lei de música no jardim, que foi uma grande novidade para Piracicaba, que contava com 15 largos (pátios e praças)⁴. Nessa época existiam três corporações musicais da época: Banda Carlos Gomes, Bando do Stipp e a de Azarias Mello.

4 LISTA E DESCRIÇÃO EM ORDEM ALFABÉTICA POR CAMARGO (1899) APUD CACHIONI (2002):

Largo da Boa Morte: em frente à igreja da Assumpção que ora constroe no cruzamento da rua do mesmo nome com a de Saldanha Marinho. É pequeno, fica num alto donde se vê boa porção da cidade. Tem um chafariz público.

Largo do Bom Jesus: fica na rua Direita, bairro alto, entre as ruas Moraes Barros e São João. Tem Chafariz público.

Largo do Cemitério: em frente deste, entre as ruas Direita e Prudente. É grande, porém sem preparo algum, Offerece entretanto lindo panorama da cidade, do rio, dos extensos canaviaes em roda da cidade, das chácaras e no fundo de tudo a linda Serra de S. Pedro. Conta 6 quarteirões.

Largo da Estação: limitado pela estrada de ferro, rio Itapeva e pelas ruas da Esperança e Direita. Neste projecta-se uma avenida que si jamais for realisada se tornará o ponto mais belo da cidade. Por ora é um optimo... observatório de... bacias sem fundo, urubus, sapatos velhos, cacos de garrafa e quejandos que se nota nos fundos das casas da rua Glória que lhe ficam fronteiras.

Largo da Estação Velha: meio quarteirão ao lado direito da rua Direita, no cruzamento desta com a do Hospital. Nos fundos a rua Quinze de Novembro.

Largo da Fábrica: entre o canal destra e a rua Luiz de Queiroz, e por outra parte, entre as ruas do Salto e Treze de Maio. É baixo, sem grande tracto, entretanto é logar agradável pelas frondosas árvores que o ensombram, e pela confusão de sons que se esecuta da fábrica e do salto, da industria e da natureza.

Largo do Gavião: é onde está a cadea nova. Fica entre as ruas Direita e de S. José, Luiz de Queiroz e Vergueiro. Offerece bonitas vistas para o engenho central, chácara do enxofre, do sr. Barão de Serra Negra, etc. Os presos com isto não concordam, mas paciência, estão nas unhas do gavião.

Largo da Matriz: onde se encontra o referido templo. É o logar central da cidade. Fica entre as ruas Direita e Quinze de Novembro nos seus cruzamentos com a da Boa Morte.

Largo Municipal (Antigo Cemitério da Boa Vista): onde está a Câmara, entre as ruas Treze de maio e Piracicaba, Alfs. José Caetano e do Rosário. É um bello largo e pena que em vez da cadea velha, pintada de amarello, não se ergua imponente um verdadeiro Fórum, como os que existem em varias cidade mineiras. Esperamos entretanto, que com o tempo isto virá a acontecer.

Largo da Ponte: acha-se este situado entre o rio e as ruas da Palma, Nova, e do Rosário. Não tem de notável, sinão o tamanho. É o segundo depois do Cemitério.

Largo do Rosário: onde fica a igreja de S. Benedito, fechada. Acha-se entre as ruas de S. José e Prudente de Moraes, passando-lhe pela frente a do Rosário que delle tira o nome. É, o local destinado pela câmara e pela tradição para nelle se armarem os circos que nos visitam.

Largo de Santa Cruz: o menor de todos, á esquerda de quem sobe a rua Direita, no cruzamento desta com a de Santa Cruz.

Largo do Sagrado Coração: em frente á respectiva igreja, no cruzamento das ruas Saldanha Marinho e Alfs. José Caetano.

Largo do Teatro: onde fica o mesmo, entre as ruas Prudente, S. José, (Largo do Jardim) e Santo Antônio,

LEI SOBRE VACINAÇÃO

A Câmara Municipal da Cidade de Piracicaba decreta:

Art. 1º - Todos os indivíduos de seis meses a quarenta e cinco anos de idade, residente neste município, são obrigados a se deixarem vacinar, sendo apresentados ou apresentando-se ao comissário vacinador; os moradores na cidade, quando para este fim forem procurados em seus domicílios; os moradores da parte extra-urbana, em época e lugar designados pelo Intendente, em edital, com antecipação de vinte dias.

§ 1º - Em tempo de epidemia de variola, é obrigatória a apresentação das crianças, desde trinta dias de idade, exceto quando por conselho médico seja julgada inoportuna a ocasião.

§ 2º - A revacinação é também obrigatória de sete em sete anos.

Art. 2º - Todo indivíduo vacinado pelo comissário vacinador, comparecerá no fim de oito dias à presença do mesmo, para que este verifique o resultado e repita a operação, caso a primeira não tenha sortido efeito.

Art. 3º - Quando acontecer o comissário vacinador apresenta-se, para vacinar, em estabelecimento ou em casa particular e sofrer alguma recusa, comunicará ao Intendente para este impor ao recusante, quando chefe do estabelecimento, ou da casa, a multa de dez mil reis, quando for um indivíduo, digo, e a de cinco mil reis, quando for um indivíduo que recuse por si só.

§ Único - As mesmas multas serão impostas nos casos de reincidência.

Art. 4º - A Vacinação e revacinação são gratuitas e serão praticadas com a linfa animal.

Art. 5º - O comissário vacinador e os médicos que vacinarem e examinarem as vacinas darão atestados aos que tiverem regulares e aos que forem refratários.

Art. 6º - Fica o Intendente autorizado a mandar imprimir e a fornecer ao comissário vacinador e aos médicos, que os pedirem, livros com talões para os atestados, conforme o modelo seguinte:

Art. 7º - Sem atestado de vacinação não serão recebidos alunos em estabelecimentos de ensino, públicos ou particulares; nem oficiais, aprendizes e trabalhadores em fábricas ou oficinas; nem indivíduo algum será admitido em serviços municipais de qualquer espécie.

Pena - multa de dez mil reis por falta aos chefes diretores dos estabelecimentos de ensino, das fabricas ou oficinas e aos fiscais ou feitores da Câmara.

Art. 8º - O comissário que será contratado pelo Intendente, por prazo nunca superior a um ano receberá mensalmente a quantia de duzentos mil reis, pagos pela verba de Higiene.

Art. 9º - Esta lei entrará em execução trinta dias depois de sua publicação.

Art. 10º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Piracicaba, 23 de Novembro de 1895.

Assinaram: Antônio de Paula Leite Filho – João Augusto de Brito – Dr. Joviniano Reginaldo Alvim – Joaquim André de Sampaio – Dr. Paulo Pinto de Almeida.

Comentário:

Desde os tempos de Vila, a Câmara Municipal já se preocupava com as condições de salubridade pública da localidade, principalmente sobre os surtos endêmicos e epidêmicos. Nos livros Ata das reuniões camarárias há registros, a partir de 1850, da presença de vários tipos de doenças: varíola, lepra, cólera, hanseníase.

Em 1889, houve um surto de casos de varíola na cidade. Foram registrados 31 casos e 5 óbitos. Diante de tal quadro, a Câmara aprova, em 1895, a Lei Sobre a Vacina, que obriga a todos os indivíduos a se deixarem vacinar.

Ou seja, quase 10 anos antes da aprovação de lei similar na cidade do Rio de Janeiro, cuja obrigatoriedade da vacina causou grande manifestação da população contrária à vacina, que ficou conhecida como a Revolta da Vacina.

Em novembro de 1904, grande parte da população da cidade do Rio de Janeiro, capital da República, saiu às ruas para protestar contra a lei da obrigatoriedade da vacina contra a varíola;

“mais que do que tornar obrigatória a vacina para todos os que não tivessem sido a ela submetidos nos últimos seis anos, ele definia que os vacinados deveriam se reapresentar aos médicos uma semana após a imunização. Passado um ano, teriam que comparecer novamente ao posto médico para realizar a revacinação.

Aos que se negassem a fazê-lo, a lei definia duras penas”⁵.

Imagine uma cidade portuária que, na passagem do século XIX para o século XX, era a capital da República, com grande número de pessoas vivendo na cidade e com graves problemas urbanos: ruas estreitas e sujas, precária rede de saneamento básico, com faltas d'água, carência de rede de esgoto e coleta de lixo, e grande número de cortiços espalhados pela área central da cidade. Cenário perfeito para o

surgimento e proliferação de dezenas de doenças infecciosas, como febre amarela, varíola, tuberculose, sarampo e peste.

Em Piracicaba, onde também houve surto de varíola, a situação sanitária deixou a desejar: Várias causas, não enfrentadas, concorriam para o surgimento de doenças que flagelavam a população. Por mais belo que fosse o rio Piracicaba era fonte de contaminações, principalmente a partir de um de seus afluentes, o riacho Itapeva, visto como “um viveiro de miasmas, depósito de lixo e dejectos, a coisa mais repugnante às vistas, ao olfato e à saúde, só habitado por urubus, únicos a cuidarem de sua limpeza” conforme citação recolhida pelo médico – historiador, dr. Oswaldo Cambiaghi. Era de dolorosa precariedade, pois, a situação sanitária de Piracicaba: os pântanos e brejos ribeirinhos, que permitiam o surgimento das larvas que causavam a malária; o Matadouro que, por mais que fosse sinal de desenvolvimento, era infecto; os chiqueiros, as fossas sépticas nos quintais que poços de água freática utilizadas nos domicílios⁶.

Não havia água encanada e nem rede de esgoto. A água era colocada em tambores sobre carros puxados a burro e distribuída pela cidade. Custavam dois vinténs ao barril ou mil réis por mês por barril (Netto, 2000). O abastecimento de água em Piracicaba iniciou-se em 1887 através da fundação da Empresa Hydraulica. Na cidade do Rio de Janeiro, o mesmo só veio a ocorrer dois anos depois, em 1889. A rede de esgoto, passou a funcionar ainda no final da década de 1890, da área central até a Rua do Porto.

O crescimento da cidade sem organização e planejamento representava preocupação para a elite piracicabana da época. O Dr. Paulo Moraes Barros – quando a peste bubônica assolara o Brasil, especialmente o Rio de Janeiro – conseguira prevenir a epidemia em Piracicaba. E havia com ele, médicos de convocação sacerdotal: os doutores Paulo Pinto, Torquato da Silva Leitão, Joviniano Reginaldo Alvim (Dr. Alvim), João Batista Silveira Melo, o baiano Tibério Lopes de Almeida, Alfredo José Cardoso, Coriolano do Amaral, Orscalino Dias e Barata Ribeiro (Netto, 2000).

Decidido a resolver os problemas e modernizar a cidade do Rio de Janeiro, o então presidente da República Rodrigues Alves (1902 – 1906) convocou o prefeito da capital, Pereira Passos, para implementar mudanças no desenho da área central da cidade, e o médico sanitário Oswaldo Cruz foi designado para realização de um plano visando à melhoria das condições sanitárias. A Reforma urbana pôs fim aos cortiços, demolindo até as construções mais antigas da cidade, que deram lugar às

⁵ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. As Barricadas da Saúde. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002, p. 10.

⁶ Netto, p. 153.

largas avenidas, novos edifícios e jardins. A população pobre da cidade foi empurrada para a periferia - os morros. Oswaldo Cruz, para erradicar a varíola, propôs a lei da obrigatoriedade da vacina.

“Varridas por surtos periódicos de febre amarela, peste bubônica e varíola, que se abatiam sobre a população em ciclos contínuos, a capital da República tinha nas epidemias um de seus maiores problemas. A nova ciência da qual Oswaldo Cruz se tornara representante era, por isso, a resposta desejada pelas autoridades ante a questão da higiene pública - o que fez com que fossem dados a ele plenos poderes para enfrentar a questão”⁷.

O vírus da varíola, contagioso e letal, assombrava a população de todas as cidades em que ela se espalhava. A doença deixava marcas visíveis pelo corpo, criava bolhas, causava febre e dor. A cura através da vacina era simples: o animal infectado pode ser a cura para os seres humanos. Os micróbios extraídos de animais infectados por doença similar à varíola dão origem a uma vacina. Era preciso apenas uma forma de fazer toda a população se vacinar, através da lei. Afinal, quem se oporia a se submeter a uma medida que visava combater mal tão generalizado? (Pereira, 2002).

O que até então parecia ser simples, combater o mal que assombrava a todos – contando com a adesão popular, acabou por acontecendo o movimento inverso: a negação da grande maioria da população frente à vacina e a reação dos revoltosos enfrentando a polícia com paus, pedras, tiros, atacaram lampiões, bondes, ergueram barricadas, dezenas deles morreram, foram feridos e presos⁸. Quais foram os motivos para o início da revolta e quais eram os seus maiores interessados?

“Ao se criar novos saberes, abriam-se também espaços para a definição de ignorâncias – produzidas pelo menosprezo e pelo achincalhe de outras formas de conhecimento que não tinham na ciência sua base, em um processo cujo sentido social era a justificação da supremacia de certos grupos letrados sobre outros”⁹.

A medicina, como ciência, e o valor da vacina no combate às epidemias, não se impunham ainda tão confiáveis. De forma que, enquanto entre os escritores, médicos e políticos ela era bem aceita, sempre esbarrava na resistência de grande parte da população carioca que, motivada pela imprensa, demonstravam desconfiança. Jornais da época davam mais publicidade à forma arbitrária de interferência da medida na vida dos cidadãos do que os benefícios que a vacinação traria. E, por mais que o governo garantisse que a imunização era segura, havia o grupo dos iletrados que possuíam suas próprias crenças e muitas vezes eram reflexos da manifestação de aspirações de outros grupos: positivistas e militares. A classe trabalhadora também manifestou a sua antipatia diante da obrigatoriedade da vacina através de

boletins e dos jornais. Outra parcela da população que se manifestou contra a vacina foi “aquela que tinham sua base na religiosidade dos povos africanos”. Os adeptos do candomblé sustentavam a crença de cura através de rituais próprios de sua religiosidade. A força dessas religiões de origem africana assegurou a vitalidade e a forma pela qual muitos deles viam e interpretavam o mundo. Era comum, diante de qualquer tipo de problema, mesmo que de ordem física, esse adeptos das religiões afro-brasileiras buscarem nos terreiros uma solução (Pereira, 2002).

As mudanças de transformação na cidade do Rio de Janeiro, as desconfianças diversas do uso da vacina por parte de vários setores da sociedade de diferentes culturas, o posicionamento dos jornais antipáticos à obrigatoriedade da vacina; tudo isso aliado aos interesses de positivistas e militares mais preocupados com o poder e em fazer oposição, do que com a situação calamitosa da cidade, fez com que o projeto da vacina mais parecesse como uma imposição de saber do que medida de salubridade pública. No entanto o governo foi firme, mesmo com a revolta armada.

“Com saber científico aliado à força política, o médico conseguiu adotar medidas visando a eliminação das moléstias que atingiam a capital - com a criação de novos instrumentos e leis que tinham como objetivo aumentar o controle público sobre a salubridade da capital. Contra a peste bubônica, foi promovida na cidade uma cruzada de caça a ratos, que chegava mesmo a remunerar os indivíduos que levassem às autoridades sanitárias os animais mortos. A febre amarela, por sua vez, foi combatida com a intensa campanha de eliminação dos seus agentes transmissores, com a criação de brigadas mata - mosquito que tinham o poder de invadir e vistoriar residências, fiscalizar e demolir construções e determinar todo tipo de providência para evitar a proliferação da doença. Apesar da violência que marcou tal atuação, Cruz conseguiu com ela melhorar sensivelmente os índices de salubridade da capital, alcançando vitórias significativas contra as duas doenças”¹⁰.

Tudo isso aconteceu na cidade do Rio de Janeiro em 1904. Num contexto de grandes mudanças no espaço urbano, visando à modernização da cidade, com a prioridade no projeto de reforma e saneamento da capital, que visava transformar o Rio de Janeiro numa cidade mais atraente para os imigrantes, para as mercadorias e os investimentos estrangeiros. Enquanto capital da República, naturalmente, o Rio de Janeiro se colocava à frente das demais cidades brasileiras como centro econômico, político e cultural; sofria com os problemas sociais advindos do rápido e desordenado crescimento urbano.

Piracicaba, cidade do interior paulista, através da publicação da lei da vacina

10 PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *As Barricadas da Saúde*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002, p. 17

7 Op. Cit. p. 17.
8 Idem. Prefácio.
9 Ibidem p. 16.

quase 10 anos antes do Rio de Janeiro, demonstra a preocupação com a organização do espaço da cidade e dos problemas de salubridade pública, assim como habilidade em promulgar medidas de forte impacto sem ocasionar os mesmos danos da capital da nação.

LEI SOBRE CÃES VAGANDO PELAS RUAS

A Câmara Municipal desta Cidade de Piracicaba, decreta:

Art. 1º - Só poderão andar soltos pelas ruas e largos da cidade os cães que trouxerem açaço ou focinheira.

Art. 2º - Os Cães, que foram encontrados sem açaço ou focinheira, serão apreendidos e recolhidos ao depósito público, onde serão conservados durante quarenta e oito horas.

Art. 3º - Os cães que durante esse prazo forem reclamados, serão entregues aos reclamantes mediante o pagamento da multa de dez mil (10\$000) por cada um. Os que não forem reclamados serão mortos pela melhor forma possível.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Piracicaba, 02 de Março de 1896.

Assinaram: Dr. Paulo de Moraes Barros – Joaquim André de Sampaio – Antônio Morato de Carvalho – Antônio de Paula Leite Filho – Joaquim Fernandes de Moraes Sampaio

Comentário:

A necessidade de uma legislação que determina ou disciplina um hábito indica a existência ou ocorrência de atitudes contrárias do ponto de vista social. Em geral, uma postura é elaborada para conter ou prevenir a ocorrência de ações deletérias.

O que a princípio parece não ser um problema, como a presença de cães soltos nas ruas, foi alvo de várias discussões na Câmara Municipal até a aprovação da lei acima. A Câmara publicou um Edital, em 1827, logo nos primeiros anos após a elevação de Piracicaba a Vila, determinando a morte dos cachorros, cabras e porcos soltos no meio da rua. Como as instruções não estavam sendo respeitadas pelos cidadãos quanto à liberdade de animais vagarem pelas ruas; em novembro de 1829, o assunto volta a aparecer nas Atas das Sessões da Câmara. Assim como hoje, as

leis só são obedecidas quando se impõem multas, uma nova resolução da Câmara determinou o pagamento de dois mil réis pela desobediência.

No ano de 1831, o Fiscal da Câmara foi alertado para que exercesse sua função de matador de animais com mais empenho, pois, os animais estavam infestando a Vila, “havendo até cães danados”, expondo a população à situação vexatória e de perigo.

Pela ineficiência das medidas promulgadas, em 1841 a Câmara publica nova postura proibindo ter cães, cabras e porcos soltos dentro das povoações, sendo os infratores punidos com multa de quatro mil réis por cada cabeça. Os donos dos cães mansos de caça sofreriam a mesma multa, depois de avisados pelo Fiscal, e as multas seriam dobradas nas reincidências.

É interessante relatar o que se encontra no livro Ata N.º 7 de 1845: em respeito aos hábitos religiosos dos moradores, o Fiscal “matador” foi orientado a não matar animais aos domingos e dias santos, principalmente na frente da Matriz. Na ocasião em que seus donos podem estar na missa e ouvir ou ver matar seu animal, originando-se com isso, além de perder a missa, outras conseqüências mais funestas.

Outra curiosidade envolvendo cães e cabras soltos pelas ruas estão registradas em Ata de 1866, em que a Câmara autorizou o Sr. José Luis da Silva a andar pelas ruas da cidade com suas seis cabras, usadas por ele para puxar um carrinho destinado a angariar esmolas para sua subsistência.

Outra medida sobre o assunto foi publicada pela Câmara em 1849: o dono de cães teria vinte e quatro horas para retirar seu animal da vila, sob pena de ter seu cão apreendido e morto. Após a Lei de Cães Vagando pelas Ruas, de 02 de Março de 1896, finalmente a Lei n.º 132, de 1919 procurou esgotar de uma vez o assunto propondo a criação de um registro e matrícula para os cães da cidade. Os cães deveriam ser cadastrados, mencionando seu sexo, cor, raça, tamanho e nome. O cão deveria, ainda, usar distintivo pendente preso à coleira, só podendo andar pelas ruas em companhia do dono, trazendo a focinheira.

LEI SOBRE AÇOUGUES

A Câmara Municipal desta Cidade de Piracicaba, decreta:

Art. 1º - Só é permitida a venda de carnes verdes nos açougues. O Interventor incorrerá na multa de 10\$000.

Art. 2º - Para que um açougue possa ser aberto ao público é necessário que satisfaça às condições exigidas nos seguintes parágrafos:

§ 1º - O solo será feito com revestimento impermeável e com pequeno declive para favorecer o escoamento dos resíduos líquidos e lavagens, d'água, e águas de lavagens.

§ 2º - As paredes, até dois metros de altura do solo pelo menos, terão revestimento impermeável, sendo caiadas ou oleadas da altura do revestimento até o teto.

§ 3º - O teto será gradeado ou terá orifícios suficientes, a juízo do Intendente, para favorecer a ventilação e arejamento necessários, e oleado, não podendo ter menos de dezoito palmos (4 metros) de altura do solo.

§ 4º - As portas serão de ferro ou ao menos as bandeiras, não podendo estas ter menos de 45 centímetros de altura.

§ 5º - As mesas e os balcões serão cobertos de pedra mármore, não sendo permitidos os cepos para o corte.

§ 6º - Os suportes, travessas e ganchos serão de ferro e afastados das paredes pelo menos 30 centímetros.

Art. 3º - É permitida a venda de carnes conservadas ou salgadas nos açougues desde que estes tenham compartimentos separados, com todas as condições exigidas no artigo 2º - multa de 5\$000, dobrada nas reincidências.

Art. 4º - Todo açougue será abastecido abundantemente de água portátil.

Art. 5º - As salas dos açougues e suas dependências não podem ser utilizadas como dormitório, nem mesmo provisoriamente, não sendo permitido fazer-se subdivisões da madeira nas referidas salas. Multa de 10\$000.

Art. 6º - Os açougues em seus menores detalhes serão obrigados ao maior aceio, bem assim as suas dependências e as balanças pesos e instrumentos. Multa de 10\$000, dobrada nas reincidências.

Art. 7º - Não é permitido pendurar amostras de carne nas portas. Multa de 5\$000.

Art. 8º - Não é permitido nos açougues outro comércio, além do de carnes. Multa de 15\$000, dobrada nas reincidências.

Art. 9º - O açougue, ou qualquer outro estabelecimento, em que forem encontradas carnes deterioradas, ou com qualquer vício que as tornem nocivas à saúde, será seu proprietário multado em 25\$000, correndo por sua conta as despesas com a remoção e inutilização das carnes. Multa dobrada nas reincidências e mais 3 dias de prisão.

Art. 10º - A infração de qualquer artigo da presente lei, a qual não estiver cominada pena especial, será imposta multa de 5\$000, que será dobrada nas reincidências, correndo as despesas necessárias por conta do infrator.

Art. 11º - Esta lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1897.

Art. 12º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Piracicaba, 08 de Setembro de 1896.

Assinaram: Dr. Paulo de Moraes Barros – Joaquim André de Sampaio – Joaquim Fernandes de Moraes Sampaio – Antônio Morato Carvalho – José Gabriel Bueno de Mattos

Comentário:

A inauguração do Matadouro de Piracicaba, em 1913, edificava algumas preocupações da época: o abastecimento irregular de animais, a criação de aves e animais para abate na área urbana e a própria conservação das carnes verdes¹¹.

Assim como na área rural, durante algum tempo, era comum encontrar em casas da vila, locais de criação e abate de aves e suínos, confundindo os quintais com pastos. Tal fato gerava diversos incômodos para os vizinhos, que tinham que conviver com barulho, sujeira, invasão domiciliar dos animais que escapavam, além de se tratar de saúde pública, pois a criação e o abate de animais em locais inadequados tornam o ambiente infecto, com altas chances de contaminações e doenças, uma ofensa à vista, ao olfato e à saúde. Até que a construção do Matadouro não fosse concluída, a Câmara publicou diversas Posturas preocupadas com a questão do abate das reses, suínos e animais de pequeno porte, visto que eram feitos a céu aberto, nos quintais e arrabaldes, sem higiene alguma. Os numerosos córregos e ribeirões, na medida em que se descia para o Itapeva ou para a Rua da Praia (Av. Beira Rio) deviam já estar bastante poluídos, pois a população somente se servia dos olhos d'água e das bicas (Cachioni, 2002). Nos primeiros anos da Villa Nova da Constituição o abate e a comercialização de carnes verdes não tinham nenhum controle, os proprietários vendiam as carnes em locais como portas de vendas e janelas, com as peças expostas ao sol, às moscas e à chuva. Em alguns casos, chegou-se a comercializar carnes com berne e bicheiras de animais mortos com peste (Perecin, 1989). Em 1828, os vereadores mandaram passar um edital, oferecendo a fatura de uma casa de açougue para a vila, porém não houve interessados. Por esse motivo, o Artigo 16 das Posturas da Câmara dizia: “Todo aquele que tiver talho de carne verde e não conservar com toda a limpeza, salubridade da carne, mais perfeita exação nos preços, pagará multa de seis mil réis” (Perecin, 1989).

¹¹ Carnes Verdes – Termo utilizado para designar a carne não industrializada, “in natura”, comercializada momentos depois do abate do animal. Jornal Gazeta de Piracicaba 01/05/2006.

No Código de Posturas de 1830, o Artigo 19 diz: “Os talhos deverão conservar no maior asseio possível, e não se poderá vender carne de qualquer modo corrompidas: os contraventores serão punidos com pena de 4 a 12\$rs e dois dias de prisão”. Só na década de 1850 foi construído o primeiro matadouro público, situado no início da rua do Rosário próximo ao Itapeva, em pleno rossio. O local, como se percebe, não era muito apropriado. Em 1860, foi inaugurado o segundo matadouro, também nas proximidades do Córrego Itapeva, o que fez surgir grande número de reclamações e abaixo-assinados: os detritos, restos e matérias orgânicas e os líquidos eram despejados no córrego, cujas águas apesar de não serem limpas, eram abundantes e capazes de carregar tudo para o rio Piracicaba (Perecin, 1989).

Enquanto as discussões sobre a construção do Matadouro Modelo estavam em pleno debate na Câmara, no final da década de 1890, na tentativa de disciplinar e orientar os locais para a comercialização de carnes, peixes e frutas, os vereadores publicaram a Lei sobre Frutas e Peixes (1893) e a Lei sobre Açougues (1897). Com essas duas leis, os vereadores buscaram assegurar, pelo menos, a manutenção do produto em melhores condições de conservação para a comercialização, já que as condições de higiene desses locais não eram boas, além de não possuírem refrigeração para conservação desses produtos.

LEI PROIBINDO O JOGO DE BOLAS NA CIDADE DURANTE A NOITE, DEPOIS DE DEZ HORAS.

A Câmara Municipal de Piracicaba, decreta:

Art. 1º - E proibido na cidade, durante a noite, depois das 10 horas, o jogo de bolas, ou qualquer outro semelhante, salvo se for preparado de modo a não perturbar o sossego publico. Multa de 20\$000, dobrada na reincidência.

Piracicaba, 12 de Abril de 1904.

Assinaram: Dr. Paulo de Moraes Barros - Aquilino José Pacheco - Dr. Manoel da Silveira Corrêa - Francisco A. de Almeida Morato - José Gabriel Bueno de Mattos

LEI SOBRE FARDAMENTO DOS EMPREGADOS MUNICIPAIS

A Câmara Municipal da Cidade de Piracicaba, decreta a lei seguinte:

Art. 1º - Ficam obrigados os empregados da Câmara, Secretário, Fiscaes, Administrador e Servente do Mercado, a usarem farda durante o exercício de suas funções.

A farda do Secretário constará de blusa de pano preto com botões de metal amarelo e blusa de brim pardo com botões preto de coco, tendo no antebraço esquerdo as iniciais “C.M.” circundadas lateralmente por dois ramos de café e fumo, bordados a ouro, bonet preto com cordão dourado e na frente o dístico “Secretário”.

A farda dos Fiscais, Porteiro, Administrador e Servente do Mercado, constará de blusa de pano azul fernet com botões de metal amarelo, blusa de brim pardo com botões pretos coco, bonet azul com cordão de seda parta, tendo na frente as iniciais “C.M.” circundadas lateralmente por dois ramos de café e fumo, bordados a ouro.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Piracicaba, 3 de Setembro de 1894.

Assinaram: João Augusto de Brito – Francisco Florencio da Rocha – Joaquim F. de Sampaio – Dr. Joviniano Reginaldo Alvim – cap. Christiano Mathiessen

LEI SOBRE EMPLACAMENTO DAS CASAS DA CIDADE

A Câmara Municipal da Cidade de Piracicaba decreta a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Intendente Municipal autorizado a comprar, mediante concurso, placas esmaltadas, quantas forem necessárias para a nomenclatura das ruas e largos da cidade e numeração das casas.

Art. 2º - Adquirida as placas, serão colocadas em seus respectivos lugares por administração.

Art. 3º - A despesa autorizada por esta lei, correrá pela verba de “Obras Públicas”.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Piracicaba, 06 de Maio de 1895.

Assinaram: Antônio de Paula Leite Filho – João Augusto de Brito – Dr. Joviniano Reginaldo Alvim – Christiano Mathiessem – Joaquim F. Sampaio – Manoel de Moraes Barros, Presidente.

LEI SOBRE CAÇA E PESCA

A Câmara Municipal da cidade de Piracicaba, decreta:

Art. 1º - É proibido caçar em terrenos particulares, abertos ou fechados, cultivados ou não, sem licença de seus donos.

É porem, permitido, sem essa licença, caçar nos rios Piracicaba e Corumbatahy, e proseguir na caçada do veado, quando levantado em outro terreno.

Penas - multa de 50\$000, além da obrigação de indenizar o dano que por ventura causar.

Art. 2º - É proibida a caça de passaros, por qualquer meio, e bem assim destruir seus ovos e ninhos, desde 1.º de setembro até 1º de março, exceção feita da dos passaros daninhos, como gaviões, maitacas e graunas, e dos passaros cantores em gaiolas, permitidos em todo o tempo.

Penas - multa de 30\$000, que será elevada a 50\$000 na reincidência.

Art. 3º - Durante a época da proibição não é permitido vender ou comprar passaro morto. Penas- multa de 30\$000.

Art. 4º - É proibido em todo o tempo caçar com arma de fogo em distancia menor de 500 metros dos povoados. Penas - multa de 50\$000.

Art. 5º - É permitido pescar nos rios publicos do municipio, que são o Piracicaba e Corumbatahy, e nas aguas particulares, só mediante licença, de seus donos.

Art. 6º - As redes de pesca terão o comprimento maximo de 10 metros e malhas minimas de 4 centímetros. Para a pesca de peixes miudos para isca são permitidas redes até 3 metros de comprimento com malhas menores.

As que não se conformarem com estes padrões serão apreendidas e aqueles que com as mesmas forem encontrados em exercicio de pesca, incorrerão na multa de 30\$000.

Art. 7º - É proibido o emprego de materiais explosivos, raiz de timbó e outra qualquer substancia venenosa, para a pescaria e matança de peixe.

Penas - prisão por 4 a 8 dias e multa de rs... 50\$000, além da obrigação de indenizar o dano que porventura o causar.

Art. 8º - São proibidos os covas, paris, cercos e outros meios que impeçam o livre transito dos rios, e bem assim a pescaria chamada de lance.

Penas - multa de 10\$000 a 50\$000, além da perda ou destruição desses meios de pesca a custa do infrator.

Art. 9º - É proibida a pescaria no rio Piracicaba, no trecho compreendido entre a rua Direita e a Ponte Nova, de 15 de Novembro a 31 de Janeiro, exceção feita da pesca de peixes miudos a vara.

Penas - multa de 25\$000 que será dobrada na reincidência.

Art. 10º - Na falta ou ausencia de autoridade municipal, os proprietarios, seus prepostos, ou qualquer cidadão qualificado poderão, impor as penas decretadas nesta lei, lavrando, os respectivos autos e remtendo-os a Intendencia Municipal para os efeitos de direito.

Art. 11º - As multas serão convertidas em prisão, quando não pagas em 48 horas, computando-se a 10\$000 por dia de prisão.

Art. 12º - Revogam-se as disposições em contrario

Piracicaba, 2 de Janeiro de 1.899.

Assinaram: Dr. Paulo de Moraes Barros - Theodolindo de Arruda Mendes - José Gabriel Bueno de Mattos - Francisco A. de Almeida Morato - Joaquim André de Sampaio

LEI SOBRE VENEZIANAS OU PERSIANAS

A Câmara Municipal de Piracicaba, decreta:

§ Único - As venezianas ou persianas poderão abrir para fora, desde que estejam colocadas a dois metros e dez centímetros, pelo menos, acima do passeio, presas, porem, ás paredes quando abertas.

A infração da ultima parte deste parágrafo será punida com multa de 2\$000.

Piracicaba, 07 de Abril de 1902.

Assinaram: Dr. Paulo de Moraes Barros - Aquilino José Pacheco - Manoel da Silveira Correa - Antonio Pinto Coelho - Jose Gabriel Bueno de Matos - Dr. João Batista da Silveira Mello - Manoel Ferraz de Camargo

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Antônio da Costa (Coord.). Piracicaba, Noiva da Colina. Piracicaba: Aloisi, 1975.

CACHIONI, Marcelo. Arquitetura Eclética na Cidade de Piracicaba. Dissertação de Mestrado. Campinas: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2002.

CAMBIAGHI, Oswaldo. Medicina em Piracicaba (Contribuição à sua história). Piracicaba: Degáspari, 1984.

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA. Legislação Municipal. Vol. 1, 1948. Arquivo Histórico da Câmara de Vereadores de Piracicaba.

CAMARGO, Manoel de A. Almanak de Piracicaba para 1900. São Paulo: Tipografia Hennies Irmãos, 1989.

GUERRINI, Leandro. História de Piracicaba em Quadrinhos. Vol. I e II. Piracicaba, 1970.

NEME, Mario A. (Org.). Piracicaba: Documentário. Piracicaba: Editado por João M. Fonseca, 1936. p. 71.

NETO, Cecílio Elias. Almanaque 2000. Memorial de Piracicaba Século XX. Piracicaba: Editora Unimep, 2000.

PERECIN, Marly T. G. A Síntese Urbana (1882 – 1930). Piracicaba: Shekinah, 1989.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. As Barricadas da Saúde. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002, p. 10.

IHGP. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba. Ano III. Número 3. 1994.

HISTÓRIA

Orfeão piracicabano em São João da Boa Vista

RODRIGO ROSSI FALCONI

Médico, membro-fundador da Sociedade Brasileira de História da Medicina e membro da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia, da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores, da Associação Médica Ítalo-Brasileira e da Academia de Letras de São João da Boa Vista.

Tendo alcançado êxito ruidoso no Teatro Municipal de São Paulo, em um memorável espetáculo em que a concorrência foi fabulosa, o Orfeão Piracicabano firmou-se de vez no conceito do mundo artístico brasileiro. Composto de mais de quarenta figuras, desenvolvia-se em um concerto comparável a uma excelente Companhia Lírica.

Vivamente interessada na visita dos distintos filhos da “Noiva da Colina”, a população sanjoanense, muito antes da hora, encheu as dependências da Estação da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, aguardando a chegada que se deu às 14 horas e 40 minutos do dia 1º de maio. A entrada do expresso que trazia em carros reservados o Orfeão foi coroada de aplausos frenéticos da multidão na plataforma da Estação Ferroviária.

Os visitantes, recebidos pela Comissão Central e por autoridades locais, foram em carros particulares transportados para o Centro Recreativo Sanjoanense, inaugurado em 1898, onde lhes dando as boas-vindas em nome dos sanjoanenses

falou o advogado e deputado Dr. Theophilo Ribeiro Andrade. Estavam presentes os membros do Orfeão, em número de 48, além de sua diretoria que os acompanhava composta dos Senhores Pedro Camargo (Presidente), Professor José Toledo (Vice-Presidente), Ítalo Collezi (Tesoureiro), Dr. Fernando Ferraz (Sindico) e Professor Fabiano Lozano (Diretor Técnico). Agradecendo as palavras, orou o Professor José M. Toledo, Diretor do Grupo Escolar Moraes Barros, de Piracicaba, Vice-Presidente da Cultura Artística e do Orfeão Piracicabano.

Do Centro Recreativo Sanjoanense, localizado na então rua Jorge Tibiriçá (hoje rua Dr. Theophilo Ribeiro de Andrade), foram transportados os visitantes para as diversas casas onde se aboletaram, tendo-se prontificados para recebê-los diversos componentes da sociedade sanjoanense, entre os quais se destacaram as seguintes pessoas: Dr. Theophilo Ribeiro de Andrade, Joaquim de Oliveira Costa, Dona Carlinda Ribeiro de Andrade, Dona Leonor Azevedo Oliveira, Gabriel Garcia da Costa, Procópio do Amaral Pinto, Capitão José Alexandre de Almeida, Dr. Alvim Teixeira de Aguiar, Armando Ribeiro Andrade, Dr. Oscar Pirajá Martins, Romildo Silva, Dr. Newton Castro, Dr. Carlos Kiellander, Rafael Gugliotti e Hygino Sottano.

No Theatro Municipal de São João da Boa Vista, inaugurado em 1914, completamente tomado, deu-se, às 21 horas do dia 1º de maio, a audição do Orfeão Piracicabano, competentemente regido pelo Professor Fabiano Lozano que era diplomado pelo Conservatório de Madrid.

O programa, cujo desempenho irrepreensível mereceu prolongadas ovações da assistência, foi o seguinte: Primeira parte – “Momento Musical”, canto sem palavras (F. Schubert); “Saudade”, letra de Pedro de Mello, melodia popular; “Devaneio”, letra de Pedro de Mello, música de R. Schumann; “Marcha Húngara”, canto sem palavras, A. Chelard; Segunda parte – “Cascata de Risos”, canto sem palavras, F. Lozano; “Pátria”, letra de F. Haroldo, música de Sacchi; “Ave Maria”, letra de Pedro de Mello, música de F. Schubert; “Dança das Fadas”, letra de K. Talbot, música de L. Gregh; Terceira parte – “Serenata Galante”, canto sem palavras, V. Ranzato; “Amor:”, letra de F. Harold, música de V. Sacchi; “Ao Cair da Tarde”, letra do Visconde da Pedra Branca, música de F. Lozano; “Hino à Arte”, letra de F. Harold, música de R. Wagner.

As palmas gerais que valorizaram a arte dos orfeonistas, na audição do Theatro Municipal, porque irromperam espontâneas e quentes, talvez foram a melhor crítica que se poderia articular a respeito. O público, na percepção intuitiva de arte existente no fundo espiritual de cada um, culto ou inculto, como um senso inato das belezas do sentimento humano, na sua sinceridade anônima, um verdadeiro reflexo palpitante de seu estado da alma, festejou com entusiasmo a audição. Foi sincero e

foi justo nessa consagração, que se expressou pelos aplausos demorados. Embora lhe escapassem ao entendimento sutilezas de espírito e minudências técnicas de execução, ele compreendeu que estava diante de um grupo de artistas de mérito, tendo-os aclamado com delírio, segundo publicou o jornal Cidade de São João, fundado em 1891 pelo jornalista Silviano Barbosa, alguns dias depois, referindo-se à noite memorável no Theatro Municipal de São João da Boa Vista:

Foi um deslumbramento e um encanto a audição dos piracicabanos. Os efeitos corais conseguidos pelo conjunto, os solos executados sobre vários motivos poéticos não se desdouram de um paralelo com os mais afamados que conhecemos.

Já assistimos a várias exibições orfeônicas, incluindo as dos Coros Ucranianos, de repercussão universal e, ressaltadas as devidas proporções, sentimo-nos sem constrangimento para afirmar uma quase igualdade do grau emocional que atingiu o nosso espírito, ouvindo a ambos.

E se atentarmos para os fatores que determinam maior ou menor expressão de arte, em todas as latitudes, maior valia daremos ao Orfeão de Piracicaba. As condições mesológicas, a impropriedade do ambiente e o noviciado da arte coral no Brasil são outros tantos obstáculos que se têm a vencer. E quando, julgados todos esses fatores hostis, obtêm-se resultados tão surpreendentes, forçoso é reconhecer a capacidade artística de nossa gente. Mais não diremos da arte encantadora dos orfeonistas piracicabanos.

Releve, contudo, salientar o valor de seu dirigente técnico, o ilustre professor Lozano, que se mostrou à altura da grande responsabilidade artística que se lhe atribui. Damos-lhes, por isso, os nossos sinceros parabéns, expressando-lhes, ao mesmo tempo, a nossa profunda admiração.

No espetáculo, cheio de vivo entusiasmo, do centro da platéia, com as imagens belíssimas de sua fecunda imaginação, falou o hóspede sanjoanense, jornalista Isaac Cerquilho, que saudou o conjunto piracicabano, enaltecendo-lhe o mérito artístico.

Oferecendo, em nome da população, uma corbelha de flores naturais aos visitantes, usou da palavra o jovem e talentoso advogado conterrâneo Dr. Domingos Theodoro de Oliveira Azevedo, sendo as flores entregues ao Professor Lozano pela senhorinha Celisa Pinto Costa. Agradecendo a homenagem, falou emocionado o Presidente do Orfeão, o importante comerciante piracicabano, Senhor Pedro de Camargo, que fez uma oração feliz e arrebatadora. Após o espetáculo, horas magníficas de arte que ficaram em caracteres indelévels, para sempre gravadas

no espírito dos sanjoanenses, realizou-se um suntuoso baile nos salões do Centro Recreativo Sanjoanense, que foi oferecido aos piracicabanos e se prolongou até que a aurora sorrisse no horizonte.

A alegria e a cordialidade reinantes demonstraram cabalmente a presença da mocidade e da arte, que com o seu poder miraculoso, unia num abraço fraternal duas sociedades, duas cidades colocados em pontos diversos do Estado de São Paulo.

Ainda uma vez saudando os visitantes e oferecendo-lhes o baile, orou o Professor Dario de Queiroz, que prestou também uma homenagem a Dona Jaçanã Altair Pereira, orfeonista sanjoanense, tendo sido o seguinte o conteúdo de sua saudação:

*Excelentíssimas Senhoras, gentilíssimas senhoritas, meus senhores!
Contrariando os meus hábitos e a fraqueza dos meus merecimentos,
eis-me aqui, senhores piracicabanos, desquitando-me da incumbência
honrosíssima de vos oferecer esta festa. E, faço-o gostosamente, muito
embora tenha de recorrer ao apoio, sempre generoso, do velho santo
protetor dos maus cavalheiros, de que nos fala Monteiro Lobato...
Não rebusco palavras, nem me preocupa a elegância do estilo ou a pureza
da forma incompatíveis com a natureza da alocação: uma saudação, um
recado de amigos afetuosos, que vos quer reiterar pública demonstração
de simpatia e afeto.*

*Deixais em cada um de nós, nobres filhos de Piracicaba, a gratíssima
recordação de vossa visita carinhosa, marco glorioso da aproximação de
dois povos em um afetuoso amplexo que se perpetuará através do tempo.
A minha palavra, mau grado o meu desejo, não exprime perfeitamente
o tumultuar de entusiasmo dos que vos rodeiam cordialmente, neste
instante.*

*Ele apenas é o reflexo tênue dos sentimentos que nos empolgam,
enchendo-nos do mais vivo regozijo. Aliás, tendes neste recinto o que
a mediocridade da minha palavra não traduz: luzes, flores, música,
confundem-se com o sorriso a iluminar todos os semblantes, numa
perfeita comunhão de aplausos e cordialidade, a vós bravos precursores
da Arte e dos saudares afetuosos de vossa culta cidade!*

*É a arte que se glorifica nas pessoas dos ilustres filhos da formosa
Piracicaba. É a arte triunfante. É a arte que se ergue sobranceira,
incólume em meio do utilitarismo que se assoberba, apavorante,
comerciando as inteligências, corrompendo o sentimento.*

Sinto ecoar neste ambiente as palavras que vos coroaram o valor. As aclamações ruidosas que vos têm premiado o mérito são bem o indício eloquente do palpitar latejante da Arte, em todo o seu esplendor.

Não sucumbe, assim, o maior legado dos nossos maiores.

Para tanto seria mister reformar o mundo.

Que é a arte senão a própria natureza em perpétuo palpitar de amor e poesia?

Em que inspiraria Virgílio, Wagner, Michelangelo, para se immortalizarem através dos séculos?

Que é a música, a pintura, a poesia, senão pedaços da alma da natureza, a chorar e a rir, em sua estupenda modalidade? E pela arte guindaram-se os velhos países da Europa como Itália, Grécia, Portugal, a pedestal glorioso da imortalidade. E pela arte vimo-nos firmando no conceito de além-mar.

Para tanto, aí estão a exuberância do nosso solo, o esplendor do nosso céu com o cruzeiro a cintilar, as correntes caudalosas de nossos rios serpenteando serras, planaltos e colinas verdejantes...

O murmurar das cachoeiras em catadupas de ouro, os picos e serras iluminados pelo sol ao alvorecer ou ao crepúsculo, vem sendo cantado em epopéia sublime de luz e de vida.

É Bilac, arrancando às cordas da lira acordes maviosos em honra de sua terra e de sua gente: “Olha! Que céu, que mar, que rio, que floresta! A Natureza aqui perpetuamente em festa. É um seio de mãe a transbordar carinho”.

É Carlos Gomes no Guarani, erguendo hosanas ao Brasil.

É Gonçalves Dias, nostálgico, em plagas longínquas, a lembrar a terra das palmeiras e do sabiá...

É Pedro Américo, Calisto, Meirelles perpetuando na tela os fatos grandiosos da nossa história...

É, enfim, a Arte comungando conosco no sentir patriótico.

Aí está, pois, justificada a ansiedade com que fostes esperados.

Aí está a justificação do calor dos nossos aplausos e do vibrar ruidoso de nossas ovações. Viestes ao serviço da Arte, a Arte impoluta que serve à Pátria, a caridade purifica o espírito, cura a inteligência e aperfeiçoa o sentimento. É a Arte grande, nobre e útil!

Esta festa é vossa!

É vossa esta casa, como vossos são os nossos corações em abundância de afeto e gratidão!

Esta é a mensagem que vos trago, eminentes representantes da ridente noiva da colina!

E vós, excelentíssima senhora Dona Jaçanã Pereira, honrando o nome de vosso saudoso progenitor, o Sr. Dr. Nathanael Pereira, eleva o nome da terra estremecida que vos acalentou o primeiro vagido; a vós, os aplausos calorosos de vossos irmãos.

Não vos desvieis jamais da trajetória feliz que vindes de iniciar. Avante! Sempre avante para honra dos nossos inesquecíveis antepassados e da terra que vos embalou no berço, povoando o vosso espírito de ilusões fagueiras.

As bênçãos do céu vos projetam!

Respondeu a oração do Professor Queiroz o educador piracicabano, Professor Antônio Santos Veiga. Num intervalo da excelente banda da Prata que abrilhantou o baile, exibiu alguns números de sua perfeita imitação, o Sr. Bráulio de Azevedo.

Dando cabal desempenho ao programa, a Comissão dos Festejos acompanhou os visitantes a uma visita ao então Distrito de Águas da Prata, onde, oferecendo uma mesa de refrescos e doces preparados no dia 2 de maio, no São Paulo Hotel, falou o ilustre advogado Dr. José Osório de Oliveira Azevedo. À noite, foi realizado outro memorável baile no Centro Recreativo Sanjoanense.

Para os passeios, foram conseguidas ofertas espontâneas de vários donos de automóveis particulares que, em uma atitude amável, prontificaram-se a auxiliar nessa parte do programa.

No dia seguinte, 3 de maio, pelo comboio das 10 horas e 40 minutos, partiu a luzidia caravana, levando o coração e a alma da população sanjoanense que sensibilizada agradeceu a excelsa honra da apresentação musical. À Estação Mogiana de Estrada de Ferro compareceu grande número de pessoas, que foram levar aos piracicabanos as suas despedidas e as expressões de seu agradecimento e simpatias pela amável visita. A visita do grupo de normalistas e professores de Piracicaba constituiu uma nota chique na sociedade sanjoanense, que se preparou condignamente para o evento sendo constituídas diversas comissões para esse fim, como a Comissão Central, que foi a dirigente de todos os festejos, composta dos cidadãos: Dr. José Osório de Oliveira Azevedo, professor Dario Queiroz, professor

Herculano de Almeida, Genaro Rodrigues, professor Francisco Dias Paschoal, Dr. Oscar de Andrade Nogueira, Dr. Raul Ribeiro de Andrade, professor Roque Teixeira Fiori e Dr. José Procópio do Amaral. A Comissão do Comércio era constituída por: Emilio Lansac Toha, João Zimmermann, David de Carvalho, Manoel da Costa Patrão, Capitão Manoel João Batista, Avelino Barbosa, Capitão Francisco Antônio Mancini e Pedro Salomão. A Comissão da Indústria, por sua vez, era composta por: Capitão José Alexandre de Almeida, Dr. Francisco Palma Travassos, F. Borges, João Souza Lima, José de Souza Lima e Francisco Palma. Compunham a Comissão da Lavoura: José Procópio Azevedo, Capitão Marcos Olimpio de Andrade, Capitão Randolpho Godoy, José Lima Camargo, Edmundo Augusto Loyola, Dr. Oscar Pirajá Martins e Dr. Alvim Teixeira de Aguiar. A Comissão de Baile era formada por: Lili Azevedo, Biela Costa, Cecy Azevedo, Geny Azevedo, Alice Pinto, Clarice Pinto, Maria Magdalena Azevedo, Margarida Noronha, Lourdes Godoy, Dona Angelina Aguiar, Dona Adélia Oliveira Pinto, Dona Beloca de Oliveira Costa, Srs. A. Godoy, Dedeu Oliveira, Leôncio Maciel de Godoy, José Marçal Nogueira de Barros, Newton de Castro, José P. de Oliveira Sobrinho, Caio Miranda, Bilu de Oliveira, João Franco Bueno, Renato Godoy, Sebastião Lima, Dr. Benedito Noronha. Por fim, a Comissão da Instrução Pública era composta pelos cidadãos: Pedro Maciel de Godoy, César Lotito, Dona Esther Braga, Dona Ana Leonardí, Dona Judith Pacheco, Dona Amenayde Braga Queiroz, Dona Ernestina Westin e Dona Liliam Guimarães.

Os distintos componentes do Orfeão foram recebidos pelos membros da Comissão Central e mais as distintas autoridades que constituíram a Comissão de Recepção, assim formada: Dr. Nelson N. Gustavo, Dr. Xavier de Almeida, Dr. Theophilo Ribeiro de Andrade, Capitão Antônio Marques Bronze Júnior, Dr. José Procópio Andrade Júnior, Dr. Ascendino Rezende, Dr. Geraldo Cyríaco e Padre Josué Silveira de Mattos.

Também foram organizadas outras comissões de colégios particulares, sociedades locais entre outras, que muito contribuíram para que fosse alcançado todo o brilho e realce possível aquele acontecimento cultural, que encontrou franco apoio da população.

A cativante visita com que distinguiu a cidade de São João da Boa Vista o conjunto vocal dos normalistas de Piracicaba constituiu uma nota de requintada elegância e marcou época no ambiente artístico-social sanjoanense. O conjunto coral de que se ufanava a adiantada cidade de Piracicaba honrava sobremodo a cultura brasileira e revelava a capacidade de organização associativa de um povo inteligente e operoso. E porque assim fosse, a estada e a exibição dos orfeonistas apresentaram foros de

um acontecimento notável e imprimiu ao ambiente da também progressista cidade do interior de São Paulo uma nota distinta de elevada simpatia.

Encarado o evento pelo seu aspecto social, todos louvaram a iniciativa dos seus promotores, por haver possibilitado aos sanjoanenses o conhecimento mais íntimo de uma sociedade brilhante e culta, onde não escasseavam elementos de um lídimo fulgor mental, tendo um orador piracicabano afirmado que o que mais o sensibilizou e aos seus companheiros de excursão foi terem sido recebidos nos corações dos anfitriões. Comparando a sociedade a um organismo vivo, de células vivas, rematou o orador a sua imagem feliz por afirmar que a residência da família era o coração do organismo social, tendo sido todos os visitantes agasalhados nas residências sanjoanenses. Nem poderia ter sido de outra forma, nem outro acolhimento merecia que tão digno se mostraram dele.

A finalidade artística que explicava a existência triunfal do Orfeão Piracicabano foi atingida com brilho inexcelsível, tendo-se congregado, nesse nobre empenho, todas as atividades espirituais de São João da Boa Vista.

BIBLIOGRAFIA

- Jornal A Evolução. São João da Boa Vista: 21 de abril de 1926. Ano II. Nº 53.
 Jornal A Evolução. São João da Boa Vista: 28 de abril de 1926. Ano II. Nº 54.
 Jornal A Evolução. São João da Boa Vista: 5 de maio de 1926. Ano II. Nº 55.
 Jornal A Evolução. São João da Boa Vista: 12 de maio de 1926. Ano II. Nº 56.
 Jornal Cidade de São João. São João da Boa Vista: 25 de abril de 1926. Ano XXXV. Nº 44.
 Jornal Cidade de São João. São João da Boa Vista: 2 de maio de 1926. Ano XXXV. Nº 45.
 Jornal Cidade de São João. São João da Boa Vista: 9 de maio de 1926. Ano XXXV. Nº 46.
 Jornal O Município. São João da Boa Vista: 24 de abril de 1926. Ano XXI. Nº 1044.
 Jornal O Município. São João da Boa Vista: 8 de maio de 1926. Ano XXI. Nº 1046.

HISTÓRIA

Quanto custava a escravidão? Preço de escravos em Piracicaba de 1832 a 1877

TATIANE CRISTINA BOCCHIO DE OLIVEIRA

*Historiadora***Resumo**

Através da análise de inventários post-mortem, o artigo consiste em investigar preços de escravos em Piracicaba no século XIX, mais especificamente entre os anos de 1832 a 1887. Trata-se de uma averiguação da variação dos preços ao longo dos anos, tendo em vista as transformações na constituição do mercado de trabalho escravo, provocadas pela lei de repressão ao tráfico (1850) e pela chamada “legislação emancipacionista” especialmente a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885). Além desses aspectos, são considerados fatores intrínsecos ao trabalhador e aquele relativo à demanda de mão-de-obra, definida pelo ritmo produtivo.

Palavras chaves

História, escravidão, Piracicaba, preço de escravo.

O presente artigo consiste de uma adaptação do trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em História, no qual foram investigados preços de escravos em Piracicaba no século XIX, mais especificamente entre os anos de 1832 a 1887. Para isso, foram analisados inventários post-mortem que se encontram no Arquivo Histórico do Centro Cultural Martha Watts.

Os inventários são fontes interessantes, pois cobrem um amplo período, são mais próximos ao preço de mercado, pois implicam transmissão de propriedade, e permitem comparação com valores pecuniários atribuídos a outros bens. Além disso, os inventários arrolam vários tipos de características dos escravos, como origem, habilidade, sexo e idade, o que permite verificar a variação dos preços de acordo com essas variáveis.

Jacob Gorender, salienta que, ao comprar um escravo, o seu proprietário adquiria o direito de dispor de sua força de trabalho a vida inteira. Então, a compra do escravo teria uma função econômica precisa, a de assegurar ao senhor uma força de trabalho permanentemente disponível. Assim, só a propriedade de escravos garantiria a continuidade do processo de produção. Nesse sentido, Gorender constata que a compra do escravo era “inteiramente funcional no escravismo e resume sua racionalidade específica”. (GORENDER, 1992: 167).

A compra de escravos era, então, um ato essencial na relação de escravidão. Por isso, o preço é um elemento importante de análise. Katia M. de Queiros Mattoso nos diz que o preço do escravo era um jogo de variáveis, algumas das quais totalmente alheias ao próprio escravo e outras, ao contrário, inteiramente ligadas à sua pessoa. Segundo a autora, “o preço do escravo depende da concorrência, da distância entre o porto de embarque e o ponto de venda, da especulação, da conjuntura econômica, depende ainda de sua idade, sexo, saúde, de sua qualificação profissional”. (MATTOSO, 1981: 78).

A propriedade rural de Piracicaba na década de 1820

Antigamente denominada como município de Vila Nova da Constituição, Piracicaba, no século XIX, possuía um evidente predomínio da grande propriedade (embora as mesmas tenham sofrido retalhamentos ao longo dos anos), abrangia terras que correspondem atualmente a vários municípios, cujas sedes são importantes cidades paulistas, tais como: Rio Claro, Araras, Pirassununga, São Carlos, Descalvado, Araraquara, Limeira, Santa Bárbara e São Pedro.¹

Em 1822, a lavoura de cana já era a principal atividade econômica e estendia-se particularmente pelas grandes propriedades, Vila Nova da Constituição era rodeada de engenhos e canaviais. E são nas fazendas de cana com fábricas de açúcar que encontramos o maior contingente de escravos. Mas Piracicaba, no século XIX, não era apenas uma “terra de açúcar”, mas também uma terra de muitos outros gêneros agrícolas, que fez da região, em determinada época, um centro de policultura. (TORRES, 1975:48). Tendo uma visão geral do modo como estava constituída a propriedade rural em Piracicaba no início do século XIX, fica mais fácil entender as mudanças ocorridas no município ao longo dos anos.

Preço dos escravos na vigência do tráfico transatlântico

De acordo com Robert Conrad, alguns fatores motivaram o comércio de escravos africanos para o Brasil e mantiveram essa motivação por três séculos. Em primeiro lugar, “a oportunidade econômica combinada com um devastador sistema de administração humana que não permitia o crescimento natural da população escrava no Brasil” (CONRAD, 1985:15). Além disso, a grande facilidade e o baixo custo para a obtenção de trabalhadores na África encorajaram um trágico descaso para com a saúde e conforto dos escravos. Isso combinado com os efeitos da doença, punição, trabalho excessivo, deserção, rebelião, alforria, pequena proporção de mulheres em relação aos homens, e pouca consideração pela vida das crianças improdutivas, “resultou num perene déficit populacional que, praticamente desde o início da história brasileira, foi compensado pela importação de novos africanos” (CONRAD, 1985:16).

Encontramos com facilidade na literatura referência ao preço de escravo como sendo relativamente baixo, de tal forma que a mão-de-obra seria abundante, podendo o investimento ser recuperado facilmente, e num curto espaço de tempo. É comum encontrar também, entre diversos autores, a ideia de que o escravo era utilizado por poucos anos, tendo uma vida útil curta.² Se os escravos africanos que chegavam ao Brasil tivessem tido um tempo de vida normal, obviamente a necessidade de rápida substituição teria sido menor, assim como o volume do tráfico.

Na literatura internacional, há autores que trabalham com a hipótese de que os escravos fossem obtidos na África a um custo baixíssimo, sendo o comércio de negros altamente lucrativo.³ Joseph C. Miller indica que o preço do escravo durante a vigência do tráfico transatlântico não era alto: Comparados com o custo da comida e outros suprimentos usados para mantê-los vivos durante as várias fases do tráfico,

os escravos comprados na África eram poucos dispendiosos, e assim os mercadores eram encorajados a arriscar a degenerescência e até mesmo a considerar a morte e perda de alguns de seus escravos como “despesas normais da operação”. Em comparação com o preço que podiam receber por eles no Brasil, os traficantes pagavam tão pouco por um escravo na África, que seus lucros dependiam tanto da minimização das despesas por unidade quanto de suas habilidades no tráfico. Isso levava ao excesso de população nos navios negreiros, escassez de provisões, e outras estratégias planejadas para aumentar o volume às expensas da saúde ou vida dos escravos. (MILLER, 1979:104-105).

O Brasil, segundo Leslie Bethel, era, na década de 1820, o maior importador de africanos, e não tinha compromisso de nenhuma espécie para abolir o tráfico. Sendo assim, a Grã-Bretanha era confrontada com uma nova nação que possivelmente ainda estava mais envolvida no tráfico do que qualquer outra. Por isso, o autor evidencia que: “tanto os brasileiros quanto os portugueses que assumissem a nacionalidade brasileira poderiam, legalmente, traficar com escravos no Brasil” (BETHEL, 1976:41), sem o menor medo de interferência por parte das autoridades brasileiras ou da marinha britânica.

Em Piracicaba, no que diz respeito ao preço desses cativos, em 1822 (período que ainda havia grande fluxo de escravos para o Brasil), Maria Celestina Teixeira Mendes Torres, que estuda a região de Piracicaba, evidencia: “em um sítio, entre seus escravos, havia um de 50 anos avaliado em 12\$800 [doze mil e oitocentos réis], e o que tem mais alto preço é um negro de 18 anos avaliado em 300\$000 [trezentos mil réis]” (TORRES, 1985:92).

Tendo esses preços como base para o período, podemos verificar que os valores foram substancialmente aumentados em anos posteriores, embora, seja difícil estabelecer termos de comparação por não dispor de dados comparativos para o ano de 1822, analisado por Torres.

Lei de Repressão ao Tráfico – 1850

Em 1826 a Inglaterra arrancou do Brasil um tratado pelo qual, três anos após sua ratificação, seria declarado ilegal o tráfico de escravos para o Brasil, de qualquer proveniência. A lei passou a ter validade a partir de março de 1830. Sendo assim, a Inglaterra se reservou o direito de inspecionar, em alto-mar, navios suspeitos do comércio ilegal. No entanto a lei revelou-se ineficaz em face da realidade, que a desmentia. O tráfico prosseguiu com a mesma intensidade. Mas em 1845 o Parlamento

inglês aprovou um ato que ficou conhecido no Brasil como “Bill Aberdeen”, que autorizou a marinha inglesa a tratar os navios negreiros como navios piratas, com direito à apreensão e julgamento dos envolvidos pelos tribunais ingleses. Dessa vez, a intervenção inglesa obteve sucesso, pois, a “classe dominante escravista percebeu que a continuação do tráfico ilegal traria insuportáveis complicações políticas e tornou efetiva sua repressão a partir da lei de 4 de setembro de 1850” (GORENDER, 1992:324).

Sidney Chalhoub aponta que houve enorme diminuição no número de escravos da Corte a partir de 1850. Segundo o autor, as razões seriam: primeiro, houve as altas taxas de mortalidade nos anos iniciais da década de 1850 e 1853, respectivamente; segundo, o aumento dos preços dos escravos devido à cessação do tráfico negreiro e à demanda de braços nas fazendas de café teriam levado muitos senhores a alugar ou vender seus negros para as áreas rurais; terceiro, era baixa a taxa de natalidade entre os cativos.

Em Piracicaba, como podemos verificar no gráfico abaixo, não houve uma considerável redução na quantidade de escravos após a década de 1850. Como já foi mencionado anteriormente, a cidade sempre teve grande cultivo da lavoura, seja ela da cana-de-açúcar, café, algodão ou gêneros alimentícios, por isso possuía uma elevada demanda de mão-de-obra.

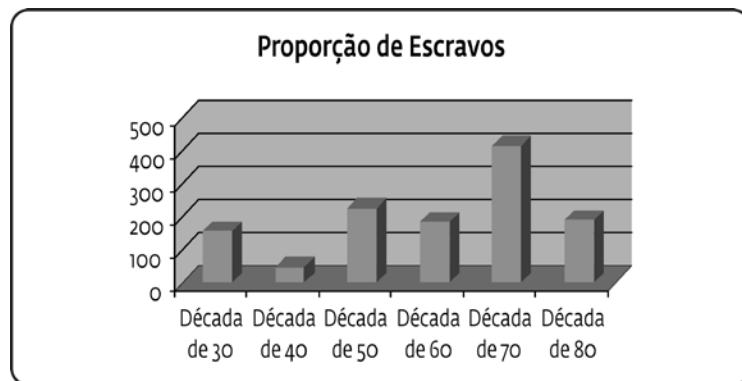


GRÁFICO 1

Nos inventários analisados, estão arrolados:

158 escravos na década de 30; 50 escravos na década de 40; 228 escravos na década de 50; 186 escravos na década de 60; 417 escravos na década de 70 e 191 escravos na década de 80.

Há um certo consenso entre os autores que escreveram sobre o tema no que diz respeito ao fato de o preço do escravo ter tido um aumento significativo após a lei de 1850. Podemos perceber essa linha de interpretação com Emília Viotti da Costa, que nos diz que, após 1850, a lei contra o tráfico africano passou a vigorar de forma eficiente, e, por isso, a importação de cativos acabou cessando definitivamente. A lei, segundo a autora, determinou a importação de escravos ato de pirataria e definiu que como tal seria punida. Neste sentido, a autora afirma que os preços dos escravos se tornaram então cada vez mais altos.

Foi depois da cessação do tráfico que se acentuou a alta de preços pela dificuldade maior na obtenção de escravos, principalmente a partir do momento em que cessou definitivamente o contrabando e em que os fazendeiros se viram obrigados a apelar para o mercado nordestino, que passou a exportar mão-de-obra para as zonas cafeeiras por altos preços. Em vinte anos, de 1855 a 1875, o preço de escravo quase triplicou, passando de um conto a dois e quinhentos e, às vezes mais, o que tornou cada vez mais onerosa a aquisição desses braços para a lavoura e cada vez menos rendoso o seu emprego. (COSTA, 1989:101).

Em Piracicaba, através dos dados dos inventários, podemos perceber também uma alta no preço dos cativos após a década de 1850, em ambos os sexos e em todas as faixas etárias comparáveis.

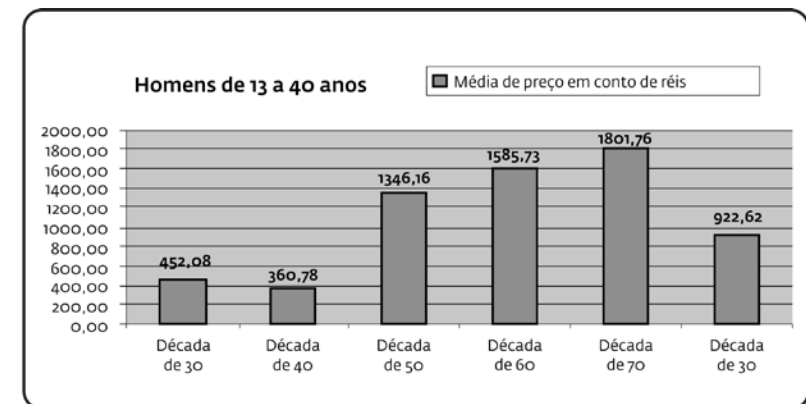


GRÁFICO 2

Nos inventários analisados, estão arrolados 430 homens com a idade de 13 a 40 anos.

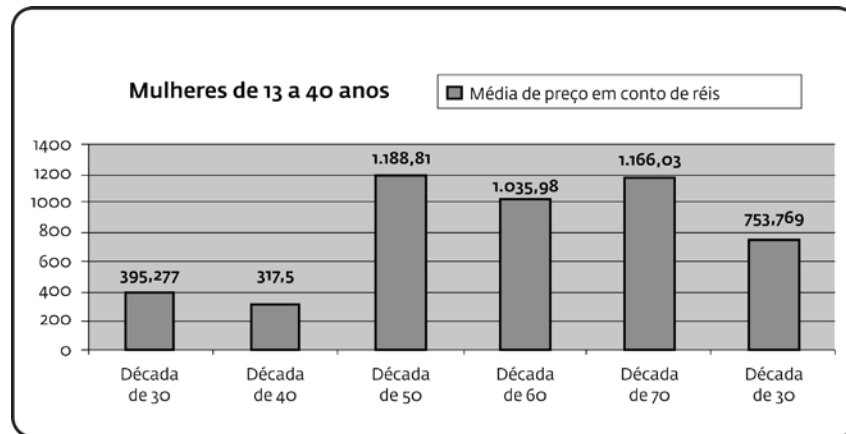


GRÁFICO 3

Nos inventários analisados, estão arrolados
217 mulheres com idade de 13 a 40 anos.

Como podemos verificar nos gráficos, que foram utilizados mulheres e homens em idade de maior vigor físico – 13 a 40 anos –, podemos comprovar que realmente houve um aumento de preço dos cativos após 1850, o que corrobora com a historiografia sobre o tema.

O Tráfico Interprovincial de Escravos

Robert Slenes define o “comércio interno de escravos” como a prática de vender pessoas dentro de uma sociedade onde elas residem. Prática essa que foi resultado inevitável da proibição do tráfico desde a África em 1850. Segundo Warren Dean, “esse tráfico interno de escravos atenuava a urgência de encontrar alternativas, provocava nos fazendeiros o temor de perder seus pesados e recentes investimentos, e gradualmente extinguiu a posse de escravos no resto do país” (DEAN, 1977:69).

Obrigados a contar unicamente com os escravos existentes no território nacional, os escravistas das várias regiões teriam de disputar a mão-de-obra disponível. Sendo assim, Gorender afirma que a “consequência inevitável não foi senão o fluxo de escravos das regiões menos prósperas ou decadentes em direção a região mais próspera, ou seja, a região cafeeira” (GORENDER, 1992:325). O tráfico entre as províncias passou a ser considerado não só pelos fazendeiros, mas pela Assembléia Geral como algo vital e inatacável. Segundo o autor, “o novo tráfico

era legal, embora o governo brasileiro tivesse examinado, durante algum tempo, os carregamentos interprovinciais para impedir uma renovação do tráfico africano sob outro disfarce” (CONRAD, 1975:67). Conrad afirma que o custo dos escravos dobrara em pouco tempo, de maneira que até mesmo os que tinham “vícios” e “defeitos”, antes indesejáveis encontraram compradores. Uma outra alternativa encontrada pelos fazendeiros de café em meados do século XIX em relação à grande alta nos preços dos escravos e a cessação das importações de africanos foi demonstrarem maior interesse na procriação dos escravos. Segundo Gorender, “com o aumento da diferença entre o custo de criação do escravo e seu preço quando adulto, tornava-se vantajoso estimular e proteger a procriação dos plantéis” (GORENDER, 1992:351).

Nos inventários, a partir da década de 1870, podemos perceber a presença de escravos que integraram o tráfico interprovincial.⁴ Deve-se levar em consideração que nem todos os escravos arrolados apresentam informação sobre a origem, pois, somando as décadas de 1870 e 1880, tem-se um total de 608 escravos e, desse total, para 401 não é informado de onde vieram. Desses 401 escravos, 249 são, certamente, oriundos de outras regiões do país, ou de outras cidades da região. Veja a compilação dos dados na tabela abaixo:

ORIGEM	Quantidade de escravos
Norte	6
Bahia	27
São Paulo	190
Pernambuco	4
Tatuí	2
Sergipe	2
Rio de Janeiro	1
Ceará	9
Minas Gerais	1
Maranhão	1
Paraíba	3
Rio Grande do Sul	1
Alagoas	1
Rio Grande do Norte	1
	Total de escravos: 249

Fatores intrínsecos aos trabalhadores cativos que influenciavam no preço

Qual a idade mais valiosa?

Com relação aos fatores intrínsecos aos trabalhadores cativos, a idade constituía fator determinante no preço dos mesmos. Os escravos mais velhos eram mais baratos se comparados com aqueles em idades correspondentes ao maior vigor físico (15 a 39 anos). Segundo Gorender, o “escravo jovem e vigoroso devia ser preservado, os escravos velhos e inválidos constituíam peso morto no orçamento do plantador. Consumiam alimentos e já não produziam” (GORENDER, 1992:190). O autor evidencia que a maioria dos plantadores agia de maneira simples: alforriava os escravos velhos e já imprestáveis, os quais ao mesmo tempo se tornavam homens livres e mendigos. Alguns senhores, segundo ele, resolviam o problema por um processo extremamente direto: assassinavam os escravos inválidos.⁵

Em Piracicaba, os dados dos inventários reforçam a validade da proposição de que a idade dos cativos constituía fator determinante na preferência e no preço dos mesmos. Podemos verificar na tabela e gráfico abaixo que predominavam escravos considerados de maior vigor físico (13 a 40 anos) nas fazendas de Piracicaba, sendo estes também mais caros.

Quantidade de escravos arrolados nos inventários

	0 a 12 anos	13 a 40 anos	Acima de 41 anos
HOMEM	101	430	139
MULHER	111	217	73
Total = 1091	19,79%	60,41%	19,79%

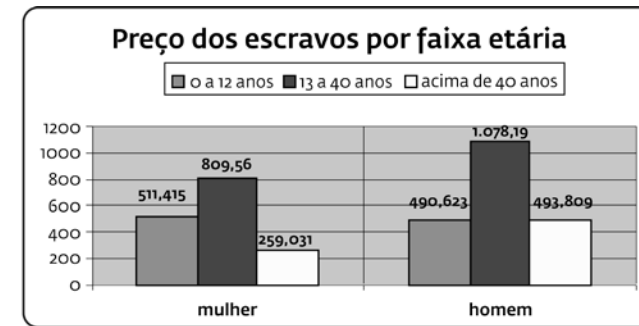


GRÁFICO 4

Como podemos ver no gráfico na página anterior, tanto escravos homens como mulheres, considerados de maior vigor físico, possuíam os preços mais altos, sendo a média de 809\$560 para mulheres e 1:078\$190 para homens.

Tanto escravos homens como mulheres, considerados de maior vigor físico, possuíam os preços mais altos, sendo a média de 809\$560 [oitocentos e nove mil e quinhentos e sessenta réis] para mulheres, e 1:078\$190 [um conto, setenta e oito mil e cento e noventa réis] para homens.

É importante salientar que nem todos os escravos arrolados nos inventários constam a idade. Do total de 1230, 159 escravos não constam a idade, e por isso, não foram incluídos nessa análise.

Quem valia mais: homem ou mulher?

Uma das indicações mais recorrentes na historiografia no que respeita aos preços dos cativos é a que aponta valores mais elevados para indivíduos do sexo masculino. Os plantadores tinham uma preferência pela mão de obra de escravos do sexo masculino, pois, os rudes trabalhos da plantagem adequavam-se melhor ao vigor dos homens. Por isso, predominavam os homens na importação de africanos e na composição dos plantéis. E estes tinham preços mais altos que o das mulheres, em faixas etárias comparáveis. Gorender ressalta que a preferência dos plantadores por escravos do sexo masculino se explica sem dificuldade do ponto de vista econômico:

As escravas constituíram maioria nos serviços domésticos e também se empregavam em tarefas agrícolas e no beneficiamento. [...] Em

conjunto, todavia, os rudes trabalhos da plantagem adequavam-se melhor ao vigor masculino. Em conseqüência, predominavam os homens na importação de africanos e na composição dos plantéis, se bem que o grau de tal predomínio variasse conforme o produto. [...] Quanto mais volumosos esses contingentes e mais concentrada no tempo sua introdução, tanto mais acentuada a prevalência do sexo masculino na composição dos plantéis. (GORENDER, 1992:335).

Parte dessa predominância masculina no comércio, conforme ressalta Robert Slenes, pode refletir fatores ligados ao abastecimento. Nesse sentido, o autor observa que: “with respect to the American domestic trade, a head tax on slave exports (the usual practice in the North and the Northeast) would tend to lead owners and merchants to prefer selling higher-priced bondpeople – in this case, males of females”⁶. (SLENES, 2004:351)

Em Piracicaba, como podemos ver no gráfico abaixo, predominava os homens nos inventários, em todas as décadas analisadas, sendo a média de 63,3% o número de cativos do sexo masculino que compunha as fazendas. Além de serem mais numerosos nos plantéis, os escravos homens eram também mais caros, em quase todas as faixas etárias comparáveis.

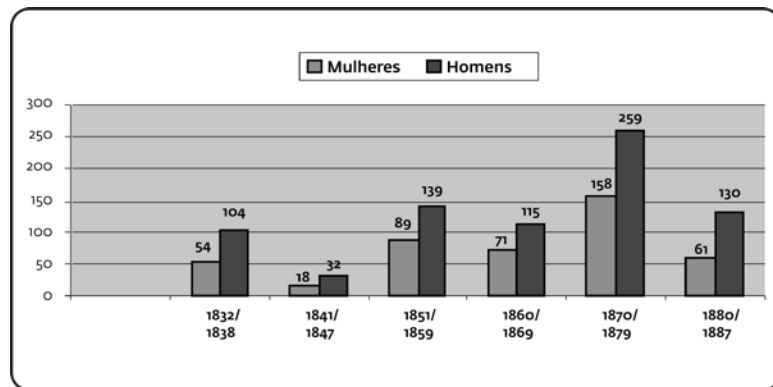


GRÁFICO 5

Número de escravos (mulheres / homens) arrolados nos inventários, décadas de 1830 a 1880.

Qualificação profissional altera o preço?

As atividades produtivas realizadas pelos escravos também eram um fator de forte influência no preço dos mesmos. Geralmente, conforme salientam Renato Leite Marcondes e José Flávio Motta, os preços médios dos indivíduos utilizados no serviço da lavoura eram, na maior parte dos casos, inferiores aos preços médios calculados nas atividades produtivas demandantes de maior qualificação. (MARCONDES e MOTTA, 2001: 499).

Infelizmente, nos inventários a que tive acesso, não há muitos registros das profissões dos cativos. Sendo assim, fica difícil fazer comparações se os escravos mais qualificados eram realmente mais caros. No entanto, existe um inventário de 1875 do Coronel Alexandre Luis d'Almeida Barros⁷, no qual estão arrolados 84 escravos, dos quais apenas 24 não constam profissão. Sendo assim, podemos compor o seguinte gráfico:

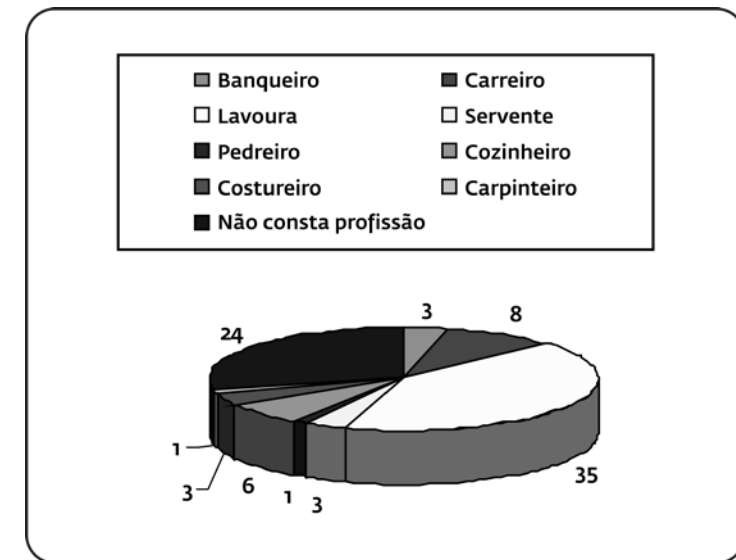


GRÁFICO 6

Dos 84 escravos que trabalhavam na fazenda, 24 escravos não constam profissão; 35 trabalhavam na lavoura; 8 eram carreiros; 6 eram cozinheiros; 3 eram costureiros; 3 eram serventes; 1 era pedreiro e 1 era carpinteiro

Analisando os dados desse inventário, percebemos que não é fácil comparar os preços dos cativos, pois, na maioria das vezes, as faixas etárias não são comparáveis. Sendo assim, citarei exemplo de apenas quatro escravos. Um escravo do sexo masculino, de 19 anos, cuja profissão é banqueiro, custava 2:500\$000; outro escravo, da mesma idade, que trabalhava na lavoura, custava 2:400\$000. Nota-se então que não há uma diferença significativa nos preços entre os dois, apesar de a profissão de um ser mais especializado que o outro. O mesmo não ocorre com outros dois escravos, ambos de 29 anos, sendo um trabalhador da lavoura, que custava 1:500\$000 e o outro, cuja profissão está definida como carreiro, que custava 2:400\$000. Nesse caso, há uma diferença significativa no preço dos mesmos, sendo o escravo carreiro 900\$000 mais caro que o trabalhador da lavoura.⁸

LEGISLAÇÃO QUE PODE TER PROVOCADO ALTERAÇÕES NOS PREÇOS DOS ESCRAVOS

Lei do Ventre Livre (1871)

No que diz respeito às legislações que podem ter provocado alterações nos preços dos escravos, Joseli Maria Nunes Mendonça salienta que a primeira iniciativa concreta do poder público para estabelecer medidas emancipacionistas ocorreu em 1871, quando da apresentação do chamado Projeto Rio Branco, do qual resultou a Lei do Ventre Livre, que concedia liberdade às crianças nascidas de mães escravas.

Segundo Robert Slenes, a Lei de 1871 colocou um fim ao período de incerteza com relação ao futuro do trabalho escravo. Pois, no mercado escravo já se expressava uma queda no preço da mulher jovem com relação ao homem, já que os investidores reduziram suas estimativas de valor a descendentes da mulher escrava.

José Raimundo Vergolino e Flávio Rabelo Versiani, que estudam preço de escravos em Pernambuco - no período de 1800 a 1887 -, notam também uma redução sustentada no preço relativo das escravas nessa região após 1870, o que, segundo eles, sugere que a Lei do Ventre Livre teve um efeito assinalável na demanda por cativos do sexo feminino. Segundo eles, se a abolição do tráfico não estimulou de forma continuada a demanda por escravas, aparentemente a concessão de liberdade aos nascituros produziu uma redução nessa demanda. A Lei de 1871 “limitou a escravidão pelos nascimentos, estancando a única fonte que restara depois da lei de repressão do tráfico, em 1850” (MENDONÇA, 2001:53).

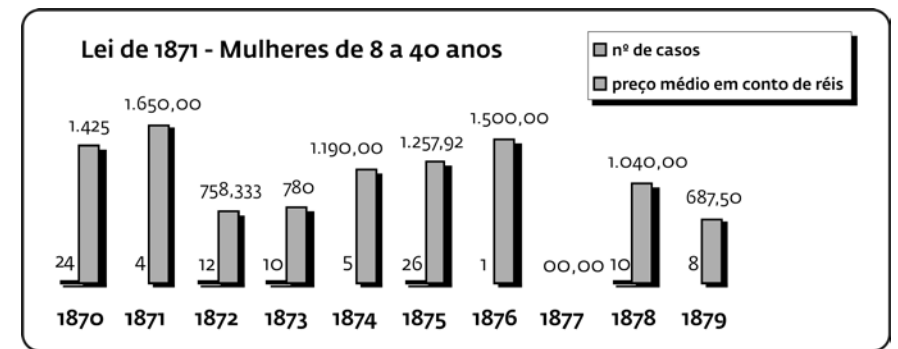


GRÁFICO 7

Números de escravas arroladas nos inventários na década de 1870 e o preço médio das mesmas.

Em Piracicaba, como podemos verificar no gráfico ao lado, 1871 foi o ano em que as mulheres de 8 a 40 anos tiveram os preços mais elevados. Nos anos seguintes, o preço das escravas tendeu a ser mais baixo que os anos de 1870 e 1871, tendo um aumento em 1876, mas caindo novamente o preço nos anos seguintes. É importante salientar que não há nenhum registro de inventário de 1877 e também que nos dois inventários de 1876 encontramos apenas uma mulher dessa faixa etária, o que dificulta a análise.⁹

Lei dos Sexagenários (1885)

A 12 de maio de 1885 foi aprovada a lei que alforriava os escravos sexagenários. A lei definia que os escravos de 60 anos eram obrigados, a título de indenização pela sua alforria, a prestar serviços aos seus ex-senhores por espaço de três anos. No entanto, conforme evidencia Mendonça, “fixada como forma de indenização, a obrigação de prestação de serviços cessaria para os escravos que atingissem 65 anos, não importando que tivessem cumprido um tempo de serviço menor que os três anos” (MENDONÇA, 1999: 27). A autora ressalta que a indenização por prestação de serviços dos sexagenários parecia ser uma garantia de que os senhores teriam respeitados seus “direito de propriedade”.

Além de “alforriar” os escravos sexagenários, Slenes nos diz que, a “Lei dos Sexagenários” incluía um plano que fixava os valores dos escravos por idade e sexo

e favorecia a queda de preços para zero nos 13 anos seguintes. O autor salienta que isso teria o impacto de segurar os valores do atual mercado escravo e impulsionar a tão esperada morte política do trabalho forçado.

Tabela de Preços	
Escravos menores de 30 anos	900\$000
Escravos de 30 a 40 anos	800\$000
Escravos de 50 a 55 anos	600\$000
Escravos de 55 a 60 anos	200\$000

A proposta de estabelecer preços fixos para as alforrias dos escravos encontrou algumas divergências entre os parlamentares. Mendonça cita Joaquim Nabuco, que sustentava a ideia de que a fixação dos preços significava a revogação de “um direito adquirido” pelos escravos desde a lei de 1871, qual seja, o da avaliação:

Para Nabuco, a tabela de preços era uma “imensa concessão” feita aos proprietários de escravos; ao apresentá-la, dizia ele, era como se o governo tivesse declarado aos senhores: “Eu suprimo o arbitramento – que é a causa mais depreciadora da vossa propriedade” (MENDONÇA, 2001:89)

Segundo a autora, a lei de 1885, correspondendo às expectativas de muitos parlamentares, procurou preservar a escravidão. Pois, essa tabela, pelo menos quanto às motivações que moveram sua apresentação e sua aprovação, “pode ser interpretada como uma tentativa de “voltar atrás” na “marcha da abolição”, tentando preservar o que restava do domínio dos senhores sobre seus escravos” (MENDONÇA, 2001:92).

Para Piracicaba, usarei como exemplo um inventário de 1887¹⁰, pois nele estão arrolados 79 escravos, sendo 51 homens, e 28 mulheres. Neste inventário, o preço de todos os homens e mulheres corresponde ao preço fixado na tabela criada em 1885.¹¹

Considerações Finais

Não posso de maneira alguma deixar de salientar as limitações para estudar esse tema, pois embora eu o período pesquisado seja longo (1832 – 1887), os dados da amostragem são bastantes limitados (1230 escravos). Contudo, apesar das limitações, as fontes analisadas possibilitaram que se verificasse as proposições da historiografia sobre preços de escravos, pois os dados analisados corroboram o que vem sendo indicado por estudos sobre o preço.

Fontes

Manuscritas: Inventários (Arquivo Histórico do Centro Cultural Martha Watts)

Referências Bibliográficas

BETHEL, Leslie. A Abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869; tradução de Vera Nunes Neves Pedroso. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1976.

CASTRO, Antonio de Barros. “As mãos e os pés do senhor de engenho - dinâmica do escravismo colonial”. In: Pinheiro, Paulo Sergio (org). Trabalho escravo, economia e sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1884.

CHALHOUB, Sidney. Visões de liberdade - uma história das últimas décadas da escravidão na corte. 5ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CONRAD, Robert. Tumbeiros - o tráfico escravista para o Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. Os últimos anos da escravatura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1975.

COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DEAN, Warren. Rio Claro - um sistema de grande lavoura, 1820- 1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. São Paulo: Editora Ática, 1992.

GRINBERG, Keila. Liberata – A Lei da Ambigüidade. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro. 1808-1850. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARCONDES, Renato Leite e MOTTA, José Flávio. Duas fontes documentais para o estudo dos preços dos escravos no Vale do Paraíba paulista. Rev. bras. Hist. [online]. 2001, vol.21, no.42 [citado 03 Abril 2006], p.495-514. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000300012&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0102-0188.

MATTOSO, Kátia. M. de Queirós. Ser escravo no Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense. 1981.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Cenas da Abolição - Escravos e senhores no Parlamento e na Justiça. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____ Entre a mão e os anéis. A lei do sexagenário e os caminhos da abolição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

MILLER, Joseph C. Some Aspects of the Commercial Organization of Slaving at Luanda, Angola – 1760-1830. In: Henry A. Gemery e Jan S. Hogendorn, eds., The Uncommon Market: Essays in the Economic History of the Atlantic Slave Trade. Nova Iorque, 1979.

SLENES, Robert W. The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economies, Slave Experience, and the Politics of a Peculiar Market. In: The Chattel Principle: Internal Slave Trades in the Americas. Edited by Walter Johnson. New Haven: Yale University Press, 2004.

TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. Aspectos da evolução da propriedade rural em Piracicaba - no tempo do império. Piracicaba: Edição da Academia Piracicabana de Letras, 1975.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Preços de Escravos em Pernambuco no Século XIX. Universidade de Brasília: Departamento de Economia. Texto para Discussão, nº 252, 2002. Disponível na World Wide Web: <http://www.unb.br/face/eco/cpe/TD/252Oct02FVersiani.pdf>.

VERSIANI, Flávio Rabelo. Escravidão no Brasil - uma Análise Econômica. Disponível na World Wide Web: <http://www.angelfire.com/ky2/mueller/versiani.pdf>.

Notas de Rodapé

1 - Maria Celestina Teixeira Mendes Torres salienta que essas informações podem ser obtidas nos documentos que se encontram no Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba. Segundo a autora, embora não sejam muito claras, são suficientes para ser ter uma ideia da área abrangida pelo município de Vila Nova da Constituição na época de sua criação.

2 - Autores como Flávio Rabelo Versiani e José Raimundo Oliveira Vergolino, estudiosos do preço de escravos em Pernambuco no século XIX.

3 - Neste sentido, Vergolino e Versiani citam: KLEIN, Herbert S. The Atlantic Slave Trade. Cambridge University Press, 1999.

4 - Nos inventários anteriores a 1870, a origem dos escravos é dada como crioulo, nação ou africano ou consta seu país de origem (ex: Moçambique). Sendo assim, não há como perceber o tráfico interprovincial que ocorria em Piracicaba antes de 1870, pois não existem dados que dão conta disso.

5 - Gorender menciona Rodrigues de Carvalho que registrou: “Quando cansado, o preto velho, inutilizado na vida estúpida de trabalhar sem descanso, já trôpego, a merecer asilo, o senhor (não diremos todos, mas alguns, como nos engenhos Zé-Lopão) fazia com que acidente acontecesse: era encontrado o velho escravo incinerado na fornalha, enforcado, afogado, e quase sempre dado como desaparecido”. CARVALHO, Rodrigues de. Aspectos da Influência Africana na Formação Social do Brasil. Citado por GOULART, J Alípio. Da Palmatória ao Patíbulo: Castigos de Escravos no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Conquista – Instituto Nacional do Livro, 1971, p. 179.

6 - Tradução: “em relação ao comércio doméstico americano, uma taxa principal na exportação de escravos (prática usual no norte e no nordeste) tenderia a levar proprietários e mercados a preferir vender escravos a altos preços – nesse caso, homens ao invés de mulheres” (SLENES, 2004:351).

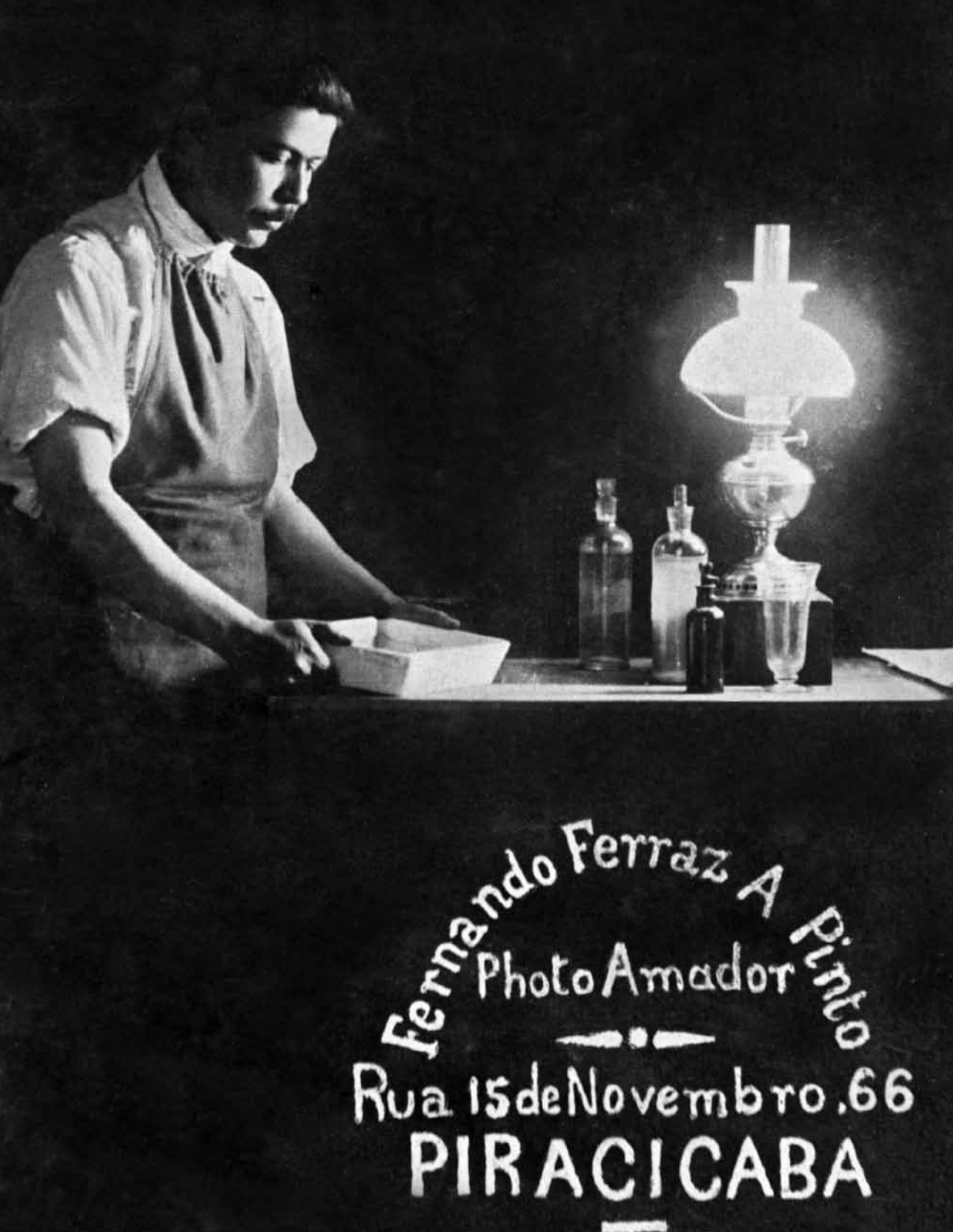
7 - Centro Cultural Martha Watts – Arquivo Histórico. Inventário: Coronel Alexandre Luis D’Almeida Barros (inventariado); 1º ofício, caixa, 42a, 1875.

8 - Idem.

9 - Foram analisados 21 inventários que arrolam 100 escravos com a faixa etária de 8 a 40 anos.

10 - Centro Cultural Martha Watts – Arquivo Histórico. Inventário: Don Pedro Augusto da Costa Silveira (inventariado); 1º cível, caixa, 21, 1887.

11 - No projeto Saraiva, aprovado em 1885, ficou determinado que o valor do escravo não poderia ultrapassar o máximo correspondente à sua idade da matrícula, conforme as categorias da tabela de preços. Além disso, em relação aos indivíduos do sexo feminino, o valor se regulará do mesmo modo, fazendo-se, porém, o abatimento de 25% sobre os preços estabelecidos na tabela. (MENDONÇA, 2001:400)



Fernando Ferraz A Pinto
Photo Amador
Rua 15 de Novembro, 66
PIRACICABA

3

ICONOGRAFIA

O acervo fotográfico do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba

PRISCILA SALVAIA

Historiadora, graduada pela UNICAMP

Resumo

Neste artigo são apresentadas algumas fotografias que compõem o acervo fotográfico do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP). Através dessas imagens tem-se a intenção de demonstrar as relações existentes entre História, memória e representação iconográfica

Palavras chave

Fotografias antigas – Iconografia – Piracicaba

Entre as inúmeras fontes utilizadas no trabalho de pesquisa do historiador, a fotografia se destaca como um relevante instrumento de reconstrução da memória. O registro fotográfico é capaz de conferir uma pretensa imortalidade a realidades que foram dissolvidas em passados distantes, e que podem ser reconstruídas a partir dos indícios de percepções e vivências implícitos na fotografia e no ato de fotografar.

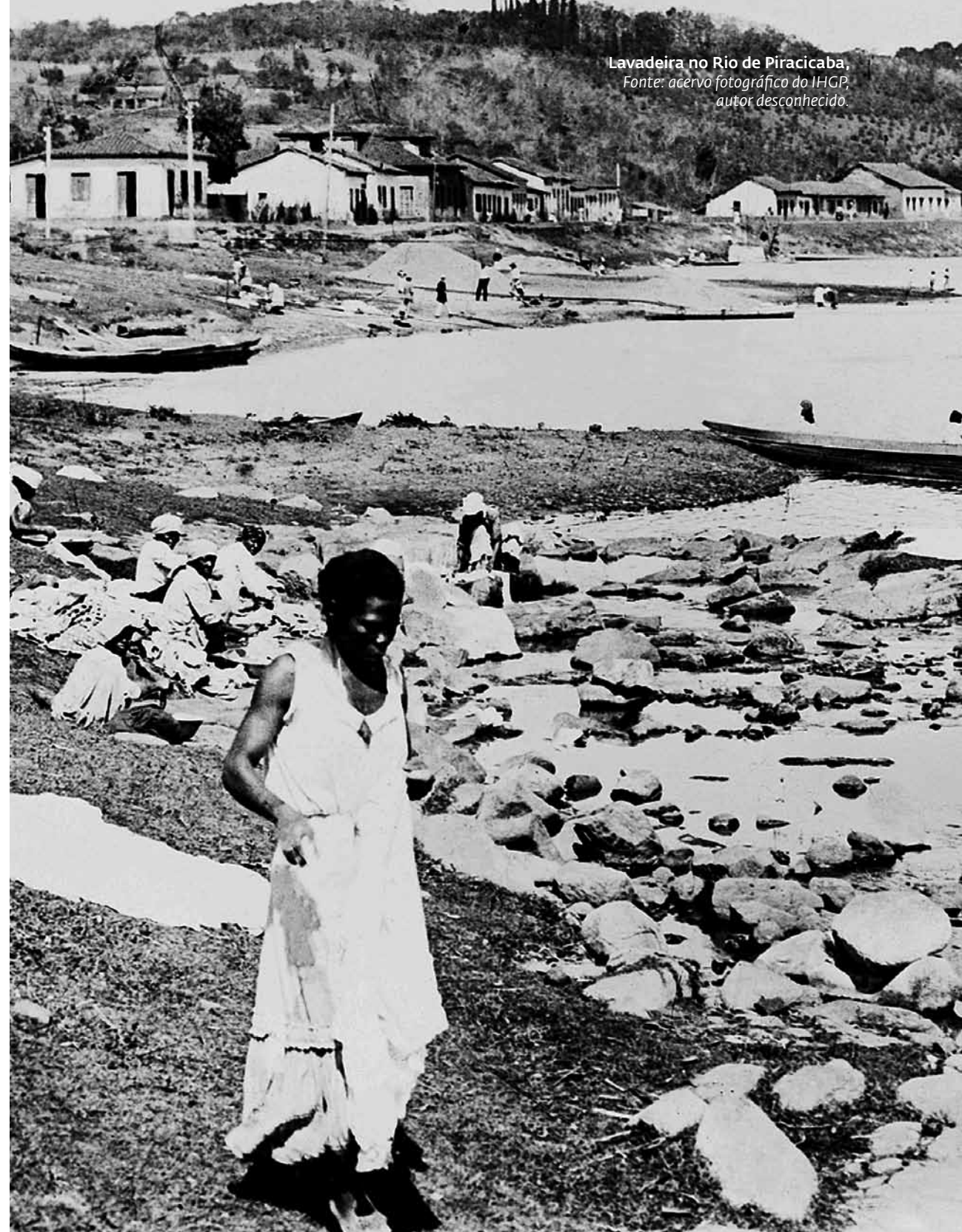
Portanto a fotografia pode ser interpretada como um testemunho de realidade, porém de uma realidade “recortada” e “escolhida” para ser memorada. Fotografar é antes de tudo apropriar-se do objeto fotografado, colocando a si mesmo em determinada relação com o mundo e com aquilo que vale a pena ser observado e paralisado numa imagem. Desta forma, a fotografia pode ser compreendida como uma “transparência seletiva”¹, pois denuncia um determinado olhar sobre um determinado instante. As imagens fotográficas brincam com a escala do mundo e nos trazem pedaços dele, miniaturas de realidade, que podem revelar arranjos culturais e ideológicos do espaço geográfico num determinado tempo.

E é pelo fato de a fotografia encontrar-se em um tênue limite entre a verdade, a representação da verdade e a própria arte, que ela pode ser apreendida como uma interessante fonte de pesquisa para o historiador. Mais do que trazer imagens do passado, as fotos antigas nos revelam formas de ver o passado, a relação do homem com o mundo que o envolvia, as relações sociais, as formações de identidades, etc. Ao examinar-se uma fotografia antiga de uma cidade, de uma festividade, ou até mesmo um retrato familiar com pessoas formalmente vestidas posando para o fotógrafo, podemos questionar aspectos das sociabilidades, das relações e das distinções sociais, do imaginário de uma outra época. Tais imagens retratam o passado, e retratam aspectos das escolhas daquilo que deveria ser memorizado para a posteridade.

Partindo-se dessa breve introdução, este artigo tem a intenção de apresentar algumas fotos que integram o rico acervo fotográfico do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP). Tal acervo se encontra devidamente organizado e parte dele está disponível para consulta no site do IHGP². Tratam-se de centenas de fotos que retratam a memória da cidade de Piracicaba e de seus habitantes. Parte considerável dessas imagens foram doadas pela Prefeitura do Município, mas o acervo também é composto de fotografias doadas por pessoas comuns e colecionadores. Inicialmente apresentamos uma foto do famoso e tão importante Rio de Piracicaba. Este será compreendido neste artigo a partir de seu caráter

1 SONTAG, Susan. Sobre fotografia. Trad.: Rubens Figueiredo. SP: Cia. das Letras, 2004, p.16.

2 www.ihgp.org.br/acervodigital/



Lavadeira no Rio de Piracicaba,
Fonte: acervo fotográfico do IHGP,
autor desconhecido.

agregador de extrema importância para a formação da identidade cultural dos habitantes de Piracicaba. O Rio faz parte da história da cidade, e perpassa desde a sua fundação, suas festas tradicionais, como no caso da Festa do Divino celebrada em suas margens, entre tantos outros eventos e festividades. Entretanto, quando ouvimos os relatos de moradores antigos da cidade, o que sempre se destaca em seus “discursos históricos” é uma certa nostalgia de uma outra época, na qual o Rio era límpido e cheio de vida (leia-se “cheio de peixes”). Como é de conhecimento público, parte considerável do esgoto de Piracicaba e região ainda é despejado no Rio sem tratamento adequado. A foto que apresentamos abaixo se remete ao passado nostálgico a que muitos moradores antigos se referem. Na imagem podemos observar um rio aparentemente mais limpo, com muitos barcos de pescadores em suas margens, alguns banhistas, e em primeiro plano é possível perceber a presença de uma lavadeira, uma mulher negra que se utiliza das águas do Piracicaba para lavar roupas, estas que por sua vez estão estendidas na pequena praia formada na margem do rio. A foto de autoria desconhecida é possivelmente datada das primeiras décadas do século XX. Nas margens observamos algumas poucas casas de alvenaria, e mais ao fundo uma esparsa vegetação.

As próximas imagens que apresentamos neste artigo são especialmente curiosas, isso porque se referem a uma corrida automobilística ocorrida na cidade no ano de 1939. O circuito da prova passava pela região central, sendo possível reconhecer algumas ruas como a Moraes Barros e o Largo da Santa Cruz. Nas imagens fotográficas percebemos uma cidade que começava a ganhar traços urbanos, pelo menos na região central, onde já se observavam várias construções. E apesar das calçadas prontas e perfeitamente alinhadas, nas fotos observamos algumas ruas de terra batida.

Francisco Bandi ao fazer a curva entrando na Rua Moraes Barros

Fonte: acervo fotográfico do IHGP, autor desconhecido.



Disputa de dois volantes no Largo da Santa Cruz.

Fonte: acervo fotográfico do IHGP, autor desconhecido.

Vista geral da Rua Santa Cruz transformada em pista.

Fonte: acervo fotográfico do IHGP, autor desconhecido.





Um dos volantes fazendo a curva chocou-se nos sacos de areia postos para proteção.
 Fonte: acervo fotográfico do IHGP, autor desconhecido.

O signo de modernidade da época é perceptível na elegância das vestimentas das pessoas que aparecem nas imagens, personagens de uma outra época que se encontram polidamente vestidas, os homens usando roupas elegantes e chapéus, e as mulheres vestidos. A corrida em si é um caso a parte, o carro nos lembra o modelo do primeiro carro de corrida brasileiro³, na foto abaixo podemos observar um dos carros se chocando com a proteção dos sacos de areia colocados no circuito da corrida.

As próximas fotografias chamam a atenção por sua função documentária, e também por uma qualidade estética que talvez seja despropositada. O conjunto se refere à construção da Catedral de Santo Antônio, a principal Igreja da cidade. A Igreja foi inaugurada em dezembro de 1950, quando as obras ainda não se encontravam concluídas, pois ainda faltavam a conclusão das torres e alguns pequenos serviços de acabamento, principalmente na área externa do prédio. As fotos abaixo retratam essa etapa da obra, quando as torres estavam em processo de construção.



Catedral de Santo Antônio em construção, 1950.
 Fonte: acervo fotográfico do IHGP, autor desconhecido.



³ O primeiro carro de corridas brasileiro foi construído entre 1933 e 1939 por João Geraldo Woerdenbag, da “Woerdenbag Motors”. Fonte: http://www.carroantigo.com/portugues/conteudo/curio_primeiros.htm, acessado em agosto de 2011.



Montagem do relógio da Catedral de Santo Antônio, 1953.

Fonte: acervo fotográfico do IHGP, autor desconhecido.

Em março de 1958, quando as torres ficaram prontas, ocorreu a cerimônia de bênção das mesmas. A cerimônia foi celebrada pelo Cardeal Carmelo de Vasconcelos Motta, arcebispo de São Paulo, e contou com a presença de várias autoridades, destacando-se a presença do então presidente da República Juscelino Kubitschek.⁴ As fotos que seguem foram tiradas em 1953 e retratam o trabalho dos relojoeiros que montaram o grande relógio da Catedral. Essas fotos são muito interessantes, e especialmente belas, pois retratam os idealizadores e trabalhadores que atuaram na montagem da obra. É impossível deixar de notar as feições satisfeitas desses homens pousando junto a sua própria criação.

⁴ Fonte: Boletim Informativo da Diocese de Piracicaba, nº 197.



Montagem do relógio da Catedral de Santo Antônio, 1953.

Fonte: acervo fotográfico do IHGP, autor desconhecido.

REFERÊNCIAS

Fonte:

acervo fotográfico do IHGP.

Sites consultados:

www.carroantigo.com/portugues/conteudo/curio_primeiros.htm

www.catedraldepiracicaba.org.br/

www.ihgp.org.br/acervodigital/

Bibliografia:

Boletim Informativo da Diocese de Piracicaba, nº 197.

LEITE, Miriam Moreira. Retratos de família: leitura da fotografia histórica. 3ª edição. SP: EDUSP, 2001.

SONTAG, Susan. Sobre fotografia. Trad.: Rubens Figueiredo. SP: Cia. das Letras, 2004.



4

BIOGRAFIAS

A despedida do historiador e folclorista

PEDRO CALDARI

Escritor e Presidente do IHGP

O historiador e folclorista pontuou o final do último livro e sem alarde, partiu no silêncio da madrugada do dia 10 de outubro de 2010 para, com altivez, passar a fazer parte da própria história da cidade que tanto amou e enalteceu ao longo de sua profícua carreira pública, trazendo ao lume cerca de quarenta obras editadas e algumas ainda inéditas e prontas para serem publicadas. Piracicaba, num dia sombrio, foi privada da presença física de um dos seus mais ilustres filhos adotivos, possuidor de talentosa capacidade multifacetada, que se destacou nas letras, nas artes plásticas, na música, no teatro e, com realce especial, no ensino, sim, como diligente educador.

Hugo Pedro Carradore deixou-nos aos 80 anos de idade em plena forma intelectual e fazendo aquilo que amava fazer: garimpando o passado histórico de Piracicaba. Nos meses recentes mergulhou nos arquivos da Câmara de Vereadores e na sua biblioteca pessoal para escrever a obra “Páginas documentadas da história de Piracicaba”, preocupado que estava, no seu modo de encarar os temas piracicabanos, para com a desinformação que sentia existir nos meios locais. Envolveu-nos nesse

seu trabalho, atribuindo-nos a responsabilidade da chancela editorial – IHGP, Instituto Histórico e Geográfico em parceria com a Câmara de Vereadores de Piracicaba – e, honrosamente, o próprio prefácio do livro. Meses antes, brindou-nos com “Memórias do Rio Piracicaba” (em defesa da Bacia do Piracicaba), “A saga de Prudente de Moraes, o Pacificador”, “História do Pão – Etnografia e Folclore”, “Memória da Escravidão”. Em 1993/94, foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, desenvolvendo intensas pesquisas e difusão da história da cidade, sem descurar das tradições folclóricas, dando-lhes importante contribuição. Amigo e companheiro de Thales Castanho de Andrade, dedicou-lhe o livro “Uma história verdadeira”, fazendo justiça ao mestre piracicabano, ao qual devotou profunda admiração. Durante esses anos todos teve pelo IHGP enorme apego e preocupação, temendo pelo futuro da instituição. Mesmo com a saúde abalada, freqüentava-o assiduamente, prestigiando as reuniões e eventos.

Soube bem exercer a função de historiador ao primar no culto à verdade dos fatos, sem temer as conseqüências por contrariar interesses efêmeros de uma sociedade provinciana e também das tendências políticas e econômicas que vicejam em seu seio. Boa parte da sua vasta obra será objeto de estudo acadêmico e fonte para futuras pesquisas sociais, quando então o valor real de seu trabalho se consolidará, creditando-lhe o mérito insofismável. Como seu companheiro e amigo, não foram poucas ocasiões que divergimos e discutimos, acaloradamente, sem, entretanto, ferir sentimentos e os fundamentos da razão. Eu, para deixá-lo bravo, costumava inventar certas situações e assim, explorando o seu gênio forte e franco, divertir-me com as explosivas reações... e logo ríamos ao desfazer-se a invenção. Ao não conseguir ler os textos impressos, pedia-me que eu os lesse... então, brincando, mudávamos o sentido das palavras absurdamente e ele, ao se dar conta, esbravejava, ameaçando ir embora... novas risadas!

Carradore não escondia a preocupação pelo futuro do IHGP ao testemunhar a deterioração das instituições culturais pela falta de recursos financeiros e de pessoal técnico. Dizia-nos dos seus temores e já pressentindo a inexorabilidade do fim, queria nos dar o máximo de sua contribuição intelectual e dos haveres contidos em seu acervo bibliotecário, dentre os quais, documentos históricos e iconográficos.

Piracicaba, ao acolher em seu solo os despojos mortais de Hugo Pedro Carradore, o faz com sentida dor, na certeza da enorme perda que a sua ausência significa para todos nós, familiares, amigos, companheiros do IHGP e da sociedade noivacolense.

Adeus, caro amigo!

BIOGRAFIAS

As contribuições de Luiz de Queiroz aos 110 anos da ESALQ/USP

RODRIGO SARRUGE MOLINA

Departamento de Filosofia e História da Educação

Universidade Estadual de Campinas

molinaprof@hotmail.com

Resumo

Este artigo visa entender as contribuições de Luiz Vicente de Souza Queiroz para os 110 anos de História da atual ESALQ/USP. Porém, seus projetos de “modernização” capitalista em Piracicaba tiveram início na aérea da energia elétrica e no comércio de tecidos com a instalação da Fábrica de Tecidos Santa Francisca (hoje Boyes), e de uma usina hidrelétrica cuja construção foi facilitada pela geografia favorável do salto no rio Piracicaba. Após contrair problemas financeiros, pela característica arcaica de um Brasil recém saído da escravidão, Luiz de Queiroz obteve colaboração do Estado na continuação de seu projeto de educação agrícola, o que hoje representa uma das maiores instituições agrônomicas da América Latina.

Palavras chave

Luiz de Queiroz, ESALQ/USP, Educação Agrícola

Este artigo visa entender as inovações na agricultura da cidade de Piracicaba, por meio do processo de implantação da “Escola Agrícola Prática de Agricultura”, idealizada desde 1881 por Luiz de Queiroz. Este texto se atém especialmente à fase preliminar de construção dessa instituição, quando, na Fazenda “São João da Montanha”, eram realizados os trabalhos e implementados os projetos para construção do complexo educacional.

Hoje a instituição é denominada Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ) em homenagem a seu idealizador. Desde 1934 faz parte da Universidade de São Paulo, como unidade fundadora. Uma escola projetada para funcionar como curso secundário em agricultura prática em 1901, atualmente oferece 6 cursos de graduação e 16 programas de pós-graduação, já tendo formado, ao longo de sua História, 12.418 profissionais.

Os cursos de graduação oferecidos atualmente são: Engenharia Agrônômica; Engenharia Florestal; Ciências Econômicas; Ciências dos Alimentos; Gestão Ambiental e Ciências Biológicas. Já nos programas de pós-graduação, a ESALQ/USP disponibiliza os cursos de Ciência Animal e Pastagens; Ciência e Tecnologia dos Alimentos; Economia Aplicada; Entomologia; Estatística e Experimentação Agrícola; Física do Ambiente Agrícola; Fisiologia e Bioquímica das Plantas; Fitopatologia; Fitotecnia; Genética e Melhoramento de Plantas; Biologia Celular e Molecular Vegetal Internacional; Irrigação e Drenagem; Máquinas Agrícolas; Microbiologia Agrícola; Recursos Florestais; Solo e Nutrição de Plantas; Ecologia Aplicada; Bioinformática e Fitotecnia.

Luiz de Queiroz, nasceu no ano de 1849 na cidade de São Paulo, vindo de uma família de agrossenhores¹. Era neto do brigadeiro Luiz Antonio, que foi o maior proprietário de terras da província e filho de Vicente de Souza Queiroz (Barão de Limeira) com Francisca de Paula Souza.

No ano de 1857, aos oito anos de idade, foi enviado pelos pais para estudar na Europa acompanhado de seu irmão. Lá permaneceu 16 anos, período no qual teria cursado agronomia na França e Suíça.² Em 1873, com 24 anos, retornou ao Brasil, onde herdou de seu pai a fazenda Engenho d’Água, na antiga Vila de Constituição, hoje Piracicaba. No final da década de 1870 trabalhou na construção de seu palacete em estilo parisiense, próximo ao salto do rio Piracicaba, que ele viria a habitar após o matrimônio com Ermelinda Ottoni, filha do senador e conselheiro do Império Christiano Ottoni³. Empresário e político, dedicou-se à atividade industrial, instalando a Fábrica de Tecidos Santa Francisca e uma usina hidrelétrica, cuja construção foi facilitada pela geografia favorável do salto no rio Piracicaba.

O maquinário para a usina foi todo importado, gerando energia para sua fábrica e possibilitando a iluminação pública⁴. Seu nome também é vinculado às primeiras experiências com telefonia (1882) e arborização na cidade⁵.

Luiz de Queiroz era membro do Partido Republicano e presidiu a comissão abolicionista de Piracicaba. Suas ideias de abolir a escravidão em “curto prazo” entraram em choque com a fração conservadora da classe dominante local, pois, “o modelo de trabalho livre introduzido em sua empresa chocava-se com a velha cultura agrária e escravocrata”⁶. Na esfera de seu partido também ocorreram atritos, principalmente entre as duas lideranças republicanas de Piracicaba. De um lado Luiz de Queiroz, que defendia a abolição imediata do trabalho servil; de outro, Prudente de Moraes, que era a favor da emancipação gradual com indenização aos proprietários dos escravos.

A situação era tensa na cidade nos dias que antecederam a lei de 13 de maio. Luiz Vicente de Souza Queiroz mantinha guardas permanentes zelando pelo seu patrimônio, a fábrica de tecidos Santa Francisca e o palacete de residência da família⁷. Após o 13 de maio, a pretexto de recreação, embarcou para uma temporada na Europa.⁸ Além das transformações no mercado de trabalho, neste período foram também marcantes outras, relacionadas à mudança de referenciais de progresso e desenvolvimento, calcados cada vez mais na ciência e na tecnologia. Como aponta Marilda Nagami, a concepção da época era de,

“Civilizar-se”, ou seja, adotar o padrão europeu como modelo para a sociedade brasileira. Assim, as elites enriquecidas com os negócios do café e a elas associadas revezavam-se no poder e, ao mesmo tempo, envidavam esforços para constituir uma infra-estrutura capaz de enfrentar os desafios de uma nova era, pautada na revolução técnico-científica⁹.

Desde seu retorno da Europa, Luiz de Queiroz apresentava uma concepção de civilização baseada na educação, mobilizando esforços para introduzir a racionalização científica da agricultura. Tais preceitos o levaram a idealizar a construção de uma escola em Piracicaba, com objetivo de difundir o conhecimento agrícola em meio aos lavradores e treinar mão-de-obra rural qualificada, o que proporcionaria aumento na produção e fortalecimento da economia nacional.¹⁰

É no período pós-emancipação, em decorrência de transformações na economia cafeeira, que o estado de São Paulo, principal exportador do gênero, iniciou tentativas

de inovação tecnológica visando aumentar a produção, a exportação e moldar as relações de trabalho. As tímidas tentativas de inovação tecnológica na agricultura paulista do início do século XX, é caracterizada basicamente pela ampliação e maior conservação das estradas, introdução de maquinário de beneficiar o café, abertura de estradas de ferro ligando o interior ao porto em Santos, utilização do navio a vapor e o processo de disciplinarização do meio urbano com o surgimento de novas cidades.¹¹ É nesse contexto histórico que acontece a ampliação das primeiras instituições de ensino no Brasil.

A fração liberal-cientificista da classe dominante brasileira¹², teve interesse na formação de quadros profissionais qualificados para seus sistemas produtivos, seja de capatazes, administradores ou trabalhadores braçais, além de cientistas, médicos e engenheiros. Assim, este setor “moderno” empresarial da elite, principalmente ligada ao café, “teve de apoiar a constituição de um complexo de instituições visando incrementar o setor agro-pecuário”¹³. Exemplo disso foi a organização da Politécnica de São Paulo, em 1893, que oferecia o curso de engenharia agrícola, a criação do Instituto Agrônomo de Campinas, em 1887, e os trabalhos de adaptação da fazenda São João da Montanha em escola prática de agricultura, após o processo de doação para o estado feito por Luiz de Queiroz no ano de 1892.

Esta fração liberal-cientificista, empresarial-moderna, foi composta principalmente de homens com experiências de estudos e trabalhos na Europa. Os planos destes homens, como Luiz de Queiroz, Barão de Mauá ou José Bonifácio, era implantar os mesmos padrões de modernidade dos centros capitalistas no Brasil. No entanto, eram ideias “fora de lugar”, já que foi muito difícil aplicar os modelos de países como França, Inglaterra em um Brasil extremamente arcaico, recém saído da escravidão e ainda explorado pelos Impérios do norte como colônia. Estas características resultaram em grandes falências de escolas, empresas e outros empreendimentos.¹⁴

É importante ressaltar a permanência de Luiz de Queiroz por 16 anos na Europa inevitavelmente o influenciou, especialmente no que diz respeito ao sistema educacional francês na área de agronomia. Esse sistema, segundo Percin, expressava o fenômeno expansivo da Revolução Industrial, das demandas de mercado para os gêneros alimentares e matérias-primas, do crescimento das cidades fabris e das populações operárias, das mudanças da sociedade como um todo.¹⁵

Assim, essa concepção francesa permeia seu projeto de modernização da agricultura brasileira por meio da constituição de uma instituição de saber científico

no campo da agronomia. A cidade de Piracicaba foi a escolhida para a construção da escola de agricultura, com a compra da fazenda São João da Montanha em hasta pública, em janeiro de 1891.¹⁶ A propriedade era composta por 131 alqueires (317ha), localizado ao redor da cidade de Piracicaba, que na virada do século XIX tinha aproximadamente 20 mil habitantes. A fazenda possuía plantação de cana-de-açúcar, vários engenhos antigos e dois engenhos centrais. O café, havia sido introduzido tardiamente, mas não se implantara com força total, nem implicou no abandono da antiga lavoura canavieira. O rio Piracicamirim, que corta a fazenda, fornecia possibilidade de aproveitamento de potencial hidráulico e elétrico.¹⁷

É interessante notar que antes da compra da fazenda “São João da Montanha”, Luiz Vicente de Souza Queiroz já vinha lutando para propagar o ensino da agricultura para lavradores na cidade de Piracicaba. Conforme indica Marly Percin, através da análise do 13o livro de atas da Câmara Municipal de Piracicaba (2o sessão ordinária de 1881), o empresário já investia nessa ideia desde 1881, quando pretendeu instalar um estabelecimento para o treinamento de mão-de-obra rural nos fundos de sua morada, solicitando fechar o terreno situado entre seu palacete e a serraria. Naquela época, entretanto, a Câmara Municipal negou-lhe o pedido, “após o parecer da comissão de dois vereadores encarregados de examinar o terreno e a proposta”¹⁸

No ano de 1891, Luiz de Queiroz realizou viagem ao exterior (EUA e Europa), a fim de buscar um projeto de edificação para sua escola agrícola na fazenda e para pesquisar a compra de materiais essenciais para a instalação de sua usina hidrelétrica e da rede de iluminação para a cidade. Conforme indicam algumas fontes encontradas no museu “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP), durante viagem pela Europa, Luiz de Queiroz encomendou ao arquiteto Alfred Blandford Hutchings, em Londres, o projeto da planta geral para erguer em Piracicaba a escola que havia idealizado¹⁹. O arquiteto projetou um edifício-sede para a escola e o colégio-internato, com aproximadamente 120 apartamentos individuais, que “tudo indica tratar-se de alojamentos para jovens da classe dominante, no estilo inglês para land lords”²⁰. Neste mesmo ano contratou Eugene Davenport, professor de agricultura do Michigan Agricultural College para exercer por um ano o cargo de diretor. Fazia parte das funções do diretor a supervisão da construção do edifício e a gerência a fazenda²¹.

Entretanto, Luiz de Queiroz não previra em seu orçamento as modificações cambiais que encareceram o transporte de suas importações, principalmente os equipamentos norte-americanos destinados à construção de sua usina hidrelétrica. O frete do porto de Santos para Piracicaba aumentou, ao mesmo tempo em que

“crescia a atividade na fazenda, chegando a duzentos trabalhadores e dois arquitetos espanhóis, além do diretor norte-americano”²². O capital do empresário fora reduzido provocando enclaves para a efetivação da instituição de ensino agrícola. As dificuldades o levaram a buscar auxílio do governo de São Paulo.

Porém, a solicitação do auxílio oficial foi rejeitado pelo legislativo. O não repasse de verbas para o empreendimento educacional em Piracicaba decorreu do próprio momento político conturbado em São Paulo. Mesmo com a ajuda da família, as despesas eram altas demais. Assim, o projeto de Luiz de Queiroz foi ameaçado por dificuldades financeiras em razão dos altos custos que demandava e pela dependência dos repasses do governo. A construção da escola estava comprometida.²³

Foi nessa época, maio de 1892, que passam a concorrer no legislativo dois projetos de ensino agrícola, um privado outro oficial. Luiz de Queiroz percebeu que a concorrência entre ambos penderia para o plano oficial.

O empresário temendo a paralisação das obras e a perda de todo o trabalho e feito e investimentos realizados, convenceu a opinião pública da importância de seu projeto e obteve “socorro” do Estado com todo o empreendimento.

Através de uma série de negociações, conseguiu transferir em 1892 a fazenda São João da Montanha ao poder público com a condição de que nela fosse construída, no prazo máximo de 10 anos, a escola de agronomia para a educação profissional dos que se destinassem à lavoura. Se a escola não fosse construída no estipulado prazo, a propriedade voltaria para suas mãos ou de sua família.²⁴

O decreto de transferência é de 17 de novembro de 1892, e sua cláusula 2 concedia ao proprietário indenização relativa às benfeitorias e custos de manutenção da propriedade. Luiz de Queiroz teve o direito ao “bill de indenidade”, ou seja, um recurso jurídico que tornava a transação livre de prejuízo. O governador Bernardino de Campos²⁵ aceitou a doação condicional, ressaltando que não poderia desperdiçar o esforço e sacrifício da iniciativa privada em benefício da agricultura, base da riqueza e da prosperidade do Estado. Nesse sentido concedeu a Luiz Vicente de Queiroz um crédito de 50:774\$000, obtido junto à Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas.²⁶ Dois anos depois de entrar em acordo com o governo paulista, em 1894, Luiz de Queiroz se desfez da maioria de suas posses em Piracicaba e mudou-se para a cidade de São Paulo. Passou a acompanhar de longe os desdobramentos de construção da escola agrônômica, agora sob responsabilidade do Estado, e trabalhou na publicação de artigos na Revista Agrícola.²⁷ A revista era um órgão da sociedade pastoril e agrícola, em 1895, ano de sua fundação e era organizada pelos médicos Luiz Pereira Barreto, Carlos Botelho e Domingos Jaguaribe.

Os artigos publicados por Luiz de Queiroz na Revista Agrícola, evidenciam sua preocupação em passar informações úteis para o cotidiano dos lavradores. A racionalização científica do campo seria tida por meio da abordagem modernizadora promovida pelo viés “acadêmico” de instituições de ensino, ou por simples informativos publicados em revistas para a população em geral. O que interessava era a informação a serviço do progresso produtivo do campo.

Assim, Luiz de Queiroz escreveu artigos como: “Maneira prática e econômica de plantar forragens em grande extensão de terreno”, “Maneira Racional de dar sal ao gado”, “Que idade deve ser castrado o touro”, “Eucalyptus e as febres paludosas”, “Conservação dos Ovos”, “Renda annual de 9 a 12 contos por alqueire de terra”, “O Vime”, “Meio prático de por etiquetas nas sementeiras”, “Instrumento para cortar abóbora para animaes”, “Agricultura dos trópicos”, “Jardim de Acclimação”, “O bambu”, “Estrumeira”, “Viveiro de plantas e horto d’experiências”, “Ananaz”, “Avicultura”, “Algumas palavras sobre a cultura do café”, “Apelo ao Governo e às Câmaras Municipais – destruição das matas”, “Escolas Agrônômicas”, “A cultura da bananeira”, “Apicultura”, “Tatu”.²⁸

Desta forma, Luiz Vicente de Souza Queiroz empenha-se até o fim de sua vida em seu projeto: a necessidade urgente de se implantar a educação agrícola no Brasil, inserir a nação no contexto modernizador que ocorria nas nações ditas civilizadas.²⁹ Seu discurso defendia a agricultura científica através da construção de grandes feitos da História, como a tendência de países se regenerarem pelo ensino e racionalização da agricultura. Como destacou Perecin, Luiz de Queiroz, “enquanto ruralista, fazia da agricultura uma questão de urgência e de sobrevivência nacional; como empresário priorizava o qualitativo imigracional e como intelectual, o científico na educação agrícola.”³⁰

Luiz de Queiroz não chegou a vivenciar a concretização da escola, falecendo em 1898 com 49 anos de idade. Atualmente é reverenciado como mártir, em decorrência da memória em torno de sua luta para construir a sonhada escola agrônômica. Abdicou de sua posse para o Estado, que negligenciou a urgência da constituição da escola. Segundo Kiehl, a lentidão nos trabalhos e as paralisações nas obras de construção levaram Luiz de Queiroz à depressão, vindo a falecer repentinamente.³¹

A “Escola Agrícola Prática de Piracicaba” foi inaugurada oficialmente em maio de 1901, após nove anos do termo de doação, sem as edificações previstas, como o colégio-internato. Interessante lembrar que o contrato previa a construção da escola em dez anos, caso contrário, a propriedade voltava para a posse da família

de Luiz de Queiroz. A inauguração, portanto, foi uma medida de urgência. No ano de 1931 a escola recebeu a denominação: Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), em homenagem a seu idealizador. Desde 1934 a escola deixou de ser responsabilidade da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, e passou a integrar a Universidade de São Paulo (USP).

Os restos mortais do casal Souza Queiroz foram transferidos para Piracicaba em 1964. Estão enterrados frente ao edifício central da ESALQ, onde foi construído um mausoléu com a inscrição “A Luiz Vicente de Souza Queiroz, o Teu monumento é a tua escola”.

1 Perecin, M T G. Os Passos do Saber, p 27. Segundo a autora, a base do poder do agrossenhor era a unidade produtiva agrícola, a fazenda, sobre a qual detinha a propriedade da terra e o controle da produção, além de ser a personificação do capital produtivo. Era gestor da economia na medida em que exercia poder organizatório sobre a unidade produtiva, segundo fatores em disponibilidade: terra, mão de obra livre e escrava, capital, meios de produção, técnica e saber. Possuía atributos jurisdicionais no interior da propriedade.

2 Idem, p. 109. No trabalho de Perecin, a responsabilidade sobre essa informação é atribuída aos representantes atuais da família Souza Queiroz, que vinculam a formação de Luiz de Queiroz à Escola de Grigon. No entanto, consultas efetuadas aos anais da faculdade não confirmam sua passagem.

3 Idem, p. 112.

4 Idem, p. 111.

5 Gazeta de Piracicaba. 05 de Julho de 1887. “Jardim Publico”.

6 Perecin, M T G. Os Passos do Saber, p. 112.

7 Idem, p. 62.

8 Conforme indica a Gazeta de Piracicaba. 05 de Julho de 1888.

9 Nagamini, Marilda. “1889-1930: Ciência e Tecnologia nos processos de urbanização e industrialização”. In: Motoyama, Shozo (org) Prelúdio para uma História: Ciência e Tecnologia no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 188.

10 Perecin, M T G. Os Passos do Saber, p. 113.

11 Costa, Emilia Viotti da. Da senzala à colônia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p.223.

12 Esta fração liberal científicista ou moderna, foi composta principalmente de homens com experiências de estudos e trabalhos na Europa. Os planos destes homens, como Luiz de Queiroz, Barão de Mauá ou José Bonifácio era implantar os mesmos padrões de modernidade dos centros capitalistas no Brasil. Porém, a maior parte destas experiências faliram.

13 Nagamini, M. “1889-1930: Ciência e Tecnologia nos processos de urbanização e industrialização”. In: Motoyama, S (org) Prelúdio para uma História,, p213.

14 Ver Hobsbawn, Eric. J. A era dos impérios, 1875-1914. 13. ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2009.

15 Perecin, M T G. Os Passos do Saber, p. 111.

16 Idem, p. 112. Tornou-se pioneiro na tentativa de introduzir um modelo de ensino agrônômico na Fazenda São João da Montanha, em Piracicaba, entre 1891-1892.

17 Morimont, Leão A. Relatório da Fazenda São João da Montanha em Piracicaba pertencente ao Estado, 1894: Apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá Secretário dos Negócios da Agricultura do Estado de São Paulo. São Paulo: typographia Paulista, 1895, p. 35.

18 Perecin, M T G. Os Passos do Saber, p. 113.

19 Carta de Alfred Blandford Hutchings a Luiz Vicente de Souza Queiroz – 4 e 30 de maio de 1891.

20 Perecin, M T G. Os Passos do Saber, p. 115.

21 Idem, p. 116.

22 Idem, p. 117.

23 Idem, p. 119.

24 Idem, p. 120.

25 www.galeriadosgovernadores.sp.gov.br - Bernardino José de Campos Junior (1841-1915). Período no governo Paulista: 08/1892 – 04/1896; 07/1902 – 05/1904. Mineiro, Formou-se em direito em 1863, pela Faculdade do Largo de São Francisco. Foi jornalista, deputado provincial, chefe de polícia, deputado constituinte e deputado federal, Ministro da Fazenda, Senador da República.

26 Perecin, M T G. Os Passos do Saber, pp. 120-121.

27 Queiroz, Luiz Vicente de Souza. “Maneira prática e econômica de plantar forragens em grande extensão de terreno” - Revista Agrícola 1895, in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agrônômica Ceres, 1992, p. 13.

- 28 Idem. pp. 13-127.
- 29 Queiroz, L V de S. “Escolas Agronomicas” - Revista Agrícola 1895, in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola, p. 112.
- 30 Perecin, M T G. Os Passos do Saber, p.125.
- 31 Kiehl, Edmar José. “Vida e Obra de Luiz de Queiroz”. In: Esalq 75 (1901-1976). 75 anos a serviço da Pátria. Edição comemorativa. Piracicaba, Esalq, 1975.

FONTES

I Manuscritas.

Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” /Universidade de São Paulo (ESALQ/USP) – Acervo do Museu “Luiz de Queiroz” (MLQ).

Livro de Correspondências escritas pelo diretor comissário da Fazenda São João da Montanha, Léon Alphonse Morimont, no período de 1894 a 1896:

Correspondência - Léon Alphonse Morimont. Destinatário: “Illmo. Sñr. Dr. Torquato Leitão”, pg. 24, 14 de Março de 1894.

_____ - Léon Alphonse Morimont. Destinatário: “Dr. Tibiriçá, Secretaria Agricultura”, pg. 25, 15 de Março de 1894.

_____ - Léon Alphonse Morimont. Destinatário: “Ao cidadão Sñr. Crerubim Ferraz de Arruda”, pg. 70, 17 de Julho de 1894.

_____ - Léon Alphonse Morimont. Destinatário: “Ao cidadão Coronel Pedro Dente”, pg. 90, 30 de Agosto de 1894.

_____ - Léon Alphonse Morimont. Destinatário: vizinho da fazenda, p.229, 12 de Janeiro de 1895.

_____ - Léon Alphonse Morimont. Destinatário: “Ao cidadão Engenheiro Armando Ledent”, pg.241, 14 de Fevereiro de 1895.

_____ - Léon Alphonse Morimont. Destinatário: Karl Valais, p. 239, 22 de Abril de 1896.

_____ - Léon Alphonse Morimont. Destinatário: “Ao cidadão Dr Álvaro Augusto da Costa Carvalho”, pg. 97, 15 de Outubro de 1896.

Outras

Correspondência – Alfred Blandford Hutchings. Destinatário: Luiz Vicente de Souza Queiroz, 4 e 30 de Maio de 1891.

II Impressas.

a) Relatórios

Morimont, Leão A. Relatório da Fazenda São João da Montanha em Piracicaba pertencente ao Estado, 1894: Apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá Secretário dos Negócios da Agricultura do Estado de São Paulo. São Paulo: typographia Paulista, 1895

Dafert, F W. Instituto Agrônomo de Campinas. “A falta de trabalhadores em SP”. Campinas: IAC, 1892. pp(31-36).

b) Revistas.

Carmo, Antonio Gomes. “Reforma da agricultura brasileira”, Capital Federal, imprensa da casa da moeda, 1897, p. 36.

Jaguaribe, Domingos. “A imigração - Revista Agrícola 1895” in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agrônômica Ceres, 1992, p.26.

Morimont, Leon Alphonse. “Escola Agrônômica - Revista Agrícola 1895”, in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agrônômica Ceres, 1992, p. 23.

Queiroz, Luiz Vicente de Souza. “Maneira prática e econômica de plantar forragens em grande extensão de terreno” - Revista Agrícola 1895, in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1992.

_____ “Escolas Agronomicas” - Revista Agrícola 1895, in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1992.

_____ “Maneira prática e econômica de plantar forragens em grande extensão de terreno” - Revista Agrícola 1895, in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1992.

_____ “Maneira Racional de dar sal ao gado”, - Revista Agrícola 1895, in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1992.

_____ “Que idade deve ser castrado o touro”, - Revista Agrícola 1895, in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1992.

_____ “Eucalyptus e as febres paludosas”, - Revista Agrícola 1895, in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1992.

_____ “Conservação dos Ovos”, - Revista Agrícola 1895, in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1992.

_____ “Renda anual de 9 a 12 contos por alqueire de terra”, - Revista Agrícola 1895, in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1992.

_____ “O Vime”, - Revista Agrícola 1895, in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1992.

_____ “Meio prático de por etiquetas nas sementeiras”, - Revista

Agrícola 1895, in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1992.

_____ “Instrumento para cortar abóbora para animaes”, - Revista Agrícola 1895, in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1992.

_____ “Agricultura dos trópicos”, - Revista Agrícola 1895, in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1992.

_____ “Jardim de Acclimação”, - Revista Agrícola 1895, in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1992.

_____ “O bambu”, - Revista Agrícola 1895, in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1992.

_____ “Estrumeira”, - Revista Agrícola 1895, in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1992.

_____ “Viveiro de plantas e horto d’experiências”, - Revista Agrícola 1895, in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1992.

_____ “Ananaz”, - Revista Agrícola 1895, in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1992.

_____ “Avicultura”, - Revista Agrícola 1895, in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1992.

_____ “Algumas palavras sobre a cultura do café”, - Revista Agrícola 1895, in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1992.

_____ “Apelo ao Governo e às Câmaras Municipais – destruição das matas”, - Revista Agrícola 1895, in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1992.

_____ “A cultura da bananeira”, - Revista Agrícola 1895, in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1992.

_____ “Apicultura”, - Revista Agrícola 1895, in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1992.

_____ “Tatu” - Revista Agrícola 1895, in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1992.

Piza, Antonio. “Revista Agrícola 1895” in Romero, José Peres (org). Luiz de Queiroz e sua Escola Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1992, p. 16.

c) Jornais

Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP).

Gazeta de Piracicaba. 05 de Julho de 1887. “Jardim Publico”.

_____. 05 de Julho de 1888.

_____. 11 de Junho de 1892.

_____. 21 de Agosto de 1893. Morimont, Leon. “Escolas Agronomicas Praticass”.

III Materiais de Internet

www.galeriadosgovernadores.sp.gov.br - consultado em 4/11/2006.

www.esalq.usp.br - consultado em 25/11/06.

www.iac.sp.gov.br - consultado em 2/11/06.

www.arquivonacional.gov.br – consulto em 18/11/06.

BIBLIOGRAFIA

ALVIM, Zuleika M. F. Brava Gente: Os italianos em São Paulo (1870-1920). São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

ANDREWS, George Reid. Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988). Bauru, SP: EDUSC, 1998.

COSTA, Emilia Viotti da. Da senzala à colônia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2004,

FERRAZ, Mário de Sampaio. Piracicaba e sua Escola Agrícola. 10 ed. Bruxelas, Imprimerie V. Verteneuil & L. Desmet, 1911.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo, Ática, 1978.

KIEHL, Edmar José. “Vida e Obra de Luiz de Queiroz”. In: Esalq 75 (1901-1976). 75 anos a serviço da Pátria. Edição comemorativa. Piracicaba, Esalq, 1975.

KOWARICK, Lúcio. Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LOURENÇO, Fernando Antonio. Agricultura Iustrada: Liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

MENDONÇA, Joseli Nunes. Cenas da abolição: Escravos e Senhores no Parlamento e Justiça. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

NAGAMINI, Marilda. “1889-1930: Ciência e Tecnologia nos processos de urbanização e industrialização”. In: Motoyama, Shozo (org) Prelúdio para uma História: Ciência e Tecnologia no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo, Liv Martins, 1942.

PERECIN, Marly Therezinha Germano. Os Passos do Saber: a Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

STOLCKE, Verena. Cafeicultura: Homens, mulheres e capital (1850 - 1980). Editora Brasiliense, São Paulo, 1986.

STOLCKE, Verena e HALL, Michael M. “A introdução do trabalho livre nas

fazendas de café de São Paulo”. Revista Brasileira de História (ANPUH), À Lucta trabalhadores!, editora Marco Zero, 1984.

SPINDEL, Cheyma R. Homens e Máquinas na Transição de uma Economia Cafeeira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BIOGRAFIAS

Maestro Ernest Mahle

JOÃO UMBERTO NASSIF

Jornalista e radialista

joaonassif@gmail.com

Maria Aparecida R. P. Mahle, Ernest Mahle e a Escola de Música de Piracicaba são nomes tão associados que parecem constituir uma única família. Ao piracicabano é impossível ver a Escola de Música de Piracicaba sem imediatamente associar a imagem ao casal, co-fundadores e grandes beneméritos da instituição. Após 50 anos de participação decisiva e efetiva na condução da EMP, os Mahles fizeram a opção de entregar o cargo e passar o comando para a Universidade Metodista (Unimep). A vida segue e o casal continua ativo como sempre, produzindo novas obras, compondo, regendo, ensinando, vivendo e respirando música com toda intensidade. Esbanjam energia, vitalidade e criatividade.

Foi em sua residência que o maestro nos recebeu para um conversa. Junto a um engenhoso invento criado por ele – uma roda de água que movimenta um teleférico em miniatura sob uma frondosa mangueira –, Mahle começou explicando que seu sobrenome é derivado do termo “moinho de água”, cuja construção foi atividade a

qual seus ancestrais se dedicaram. "Os primeiros membros da família Mahle eram moleiros, que moíam o trigo e construíam seu próprio engenho movido a água. Por esse motivo é que nossa família tem como brasão uma roda d'água".

Nascido em 3 de janeiro de 1929, em Stuttgart, Alemanha, filho de Else Mahle e Ernst Mahle, Ernest Hans Helmut Mahle veio a ser o primeiro artista de uma família até então composta por gerações de engenheiros e professores. Seu pai, de simples operário da Mercedes-Benz, veio a ser protagonista das grandes evoluções ocorridas nas indústrias automobilísticas da época, tendo convivido com personalidades históricas do meio, como Henry Ford, Robert Bosch e Ferdinand Porsche.

§

As origens em Stuttgart: carruagens com motor Mercedes Bens e faíscas elétricas

"A família Mahle teve fortes raízes em Stuttgart. Meu avô paterno trabalhou como engenheiro chefe de uma fábrica de máquinas e faleceu no fim da Primeira Guerra Mundial. Sua fortuna tinha sido aplicada em papéis do governo e terminou por perder-se por completo nessa aplicação, deixando minha avó com nove filhos para criar. Meu pai, que havia sido tenente do exército alemão durante a Guerra, e meu tio Hermann, eram os mais velhos da família e imediatamente tiveram que procurar um emprego. Na cidade, a fábrica da Mercedes Bens estava começando a produzir seus primeiros carros. Era uma forma primitiva de veículo, carruagens nas quais fora adaptado um pequeno motor inventado pelo fundador da empresa – Gottlieb Daimler. Foi ali que meu pai encontrou emprego e onde teve o privilégio de conhecer alguns dos principais inventores que impulsionaram a indústria automobilística. Quando menino já havia presenciado o próprio Gottlieb Daimler correr pela cidade com seus primeiros modelos de veículos. Como operário da empresa pode acompanhar a introdução da partida por ignição elétrica, inventada por Robert Bosch, nos modelos Mercedes Bens. É preciso explicar que até o início do século XX a eletricidade era uma coisa nova. Para dar partida em seus veículos, Daimler aquecia um pedaço de arame que era então rapidamente introduzido em uma câmara de combustão situada no interior do motor, onde a mistura de gasolina, ar e o arame aquecido produziam então a explosão inicial que movimentava o motor. Bosch conhecia o método "explosivo" utilizado por Daimler e mostrou-lhe seu invento: uma faísca elétrica que proporcionava uma ignição mais simples, segura e barata. Assim foi criado o primeiro modelo de ignição elétrica!"

Pausa para reflexão: a tecnologia, seu domínio sobre a natureza humana e as lições de Sócrates e Confúcio

Relembrando esse fato, posso afirmar que minha vida esteve ligada às "explosões" tecnológicas ocorridas nos últimos 100 anos! E de duas maneiras: uma delas é ligada à tecnologia mecânica, algo que está no sangue dos Mahle, e me proporcionou a habilidade de poder lidar com todo tipo de máquina e equipamento.

Por outro lado, porém, vejo os aspectos negativos dessa evolução tecnológica para a humanidade. Filosoficamente falando, vejo a civilização de hoje como refém de um materialismo que a faz regredir culturalmente. O homem de hoje pode ser comparado ao de três mil anos atrás, no tempo dos faraós egípcios, quando agiam como formiguinhas submissas ao seu líder.

Sócrates dizia – "Se vocês querem saber como agir, ponham para funcionar o raciocínio, vocês são capazes de determinar como a vida deve ser, não precisam correr para Delphos e consultar o oráculo". Confúcio, há 3.500 anos, ensinou que há três caminhos que podem ser tomados pelo homem na vida: , o primeiro é pela imitação, o mais fácil, uma criança, por exemplo, age por imitação dos pais. O segundo caminho é pela experiência própria, é o mais doloroso. O terceiro é pelo raciocínio, é o mais nobre. Se a tecnologia domina a mente das pessoas é o inferno!"

De volta aos motores: a fábrica de pistão Mahle e Ferdinand Porsche

Meu tio teve quatro filhos, que fundaram a fábrica Mahle de pistão. Meu pai percebeu que se o pistão e o cilindro fossem de alumínio, a dilatação dos materiais quando aquecidos seria a mesma, só que o desgaste do cilindro por onde corre o pistão era muito grande. Foi quando ele resolveu "cromar" ambas as peças para tentar minimizar o desgaste. Só que o cromo era 100% liso, enquanto o alumínio tinha poros onde o óleo poderia permanecer. Para o mecanismo atingir um alto rendimento era necessário desenvolver uma cromação que fosse tão porosa como o alumínio. Ferdinand Porsche, criador dos carros Porsche, foi o primeiro a utilizar essa invenção de meu pai, que alguns anos depois iria formar-se como engenheiro. Vi Ferdinand Porsche, eu o conheci, era austríaco, fez o automóvel Volkswagen a pedido de Hitler, morava perto de Salzburg, acompanhei meu pai por diversas vezes em viagens para encontrá-lo. Ele tinha um carro totalmente feito de alumínio, inclusive o motor. Com 1 litro de gasolina esse veículo conseguiu se deslocar de Salzburg até Munique.

A iniciação musical, Hitler e a guerra

Permaneci na Europa até 1951. Morávamos perto da fábrica Mercedes Benz. Como engenheiro, os rendimentos de meu pai aumentaram e passamos a morar em um bairro mais nobre. Havia uma escola particular próximo a nossa residência, a “Schicker Schule”, onde fui matriculado e logo aprendi a tocar flauta doce, meu primeiro instrumento musical. Permaneci nessa escola por 4 anos e no último ano houve uma competição sobre quem lia melhor a pauta musical. Fui o vencedor. Meu professor percebeu que eu tinha talento para a música. Nessa época a empresa do meu pai empregava 3.000 pessoas. Dois anos depois começou a Guerra.

Conheci Hitler quando ele esteve em Stuttgart. Eu o vi de longe, passando com seu carro Mercedes. Ele iria fazer um discurso no estádio da cidade. Cinco minutos após ele iniciar sua fala, porém, um funcionário da Mahle cortou o fio de transmissão do microfone, Hitler foi obrigado a falar para o estádio sem dispor de alto falantes. No dia seguinte a Gestapo esteve na nossa empresa. Isso foi em 1938. Lembro-me de ouvi-lo pelo rádio, ele berrava e deixava inquieto todos que o escutavam. Em 1943 as cidades alemãs começaram a ser bombardeadas. Era o momento de partir. Colocamos nossos principais pertences em um caminhão e fomos para a Áustria, onde tínhamos um chalé próximo ao Lago de Konstanz.

“Pela primeira vez na vida ouvi o que era realmente música. E fiquei louco para me tornar um músico”

Após a guerra a Áustria foi dividida em quatro partes e cada uma das quatro potências vencedoras passou a administrar uma região. Os franceses dominavam a localidade onde estávamos. Nossa fábrica de pistões tinha uma filial na França e o coronel francês responsável pela ocupação sabia que o meu pai era um importante industrial. É interessante contar que todo mês os franceses traziam músicos do conservatório de Paris, que eram os melhores da Europa, para se apresentarem na região. Vinham pianistas, violinistas, flautistas, cantores, violoncelistas. Pela primeira vez na vida ouvi o que era realmente música, vi o que era tocar bem um instrumento! Fiquei louco para me tornar um músico! Comprei os estudos de Chopin, Beethoven e comecei a tocar por conta própria. Eu tinha 16 anos, tocava de 7 a 8 horas de piano por dia, após um ano surgiram dores nas mãos, nos pulsos, o médico deu o diagnóstico de uma tendinite irreversível, eu deveria tirar da minha cabeça a ideia de tocar piano!

Comprei uma flauta transversal, um saxofone, uma clarineta e estudava tudo isso sem professor. Para tirar o primeiro som da clarineta levei três horas, na loja venderam-me a palheta mais dura que existia na Terra! Ainda guardo comigo a primeira peça que escrevi ao piano, em 1945.

Voltei para Stuttgart após a Guerra e conheci a Escola Superior de Música, que havia sido quase completamente destruída. De um prédio de três andares a escola fora reduzida a cinco ou seis salas de aula, a diretoria funcionava em uma casa, alugada. Tive que prestar um exame para ingressar. Deram-me uma partitura, que eu deveria executar ao piano e cantar. Eu tinha que decorar a partitura, olhar minhas mãos e tocar. Dias depois, após o exame, recebi uma carta dizendo que não podiam me aceitar como aluno. Fui reprovado! Decidi ir conversar com o diretor. Ele me pediu que improvisasse o tema “A Flauta Mágica” de Mozart. Após a apresentação veio a boa notícia: “Você pode começar! Pode escolher o seu professor de composição!”.

A vinda para o Brasil

Meu pai tinha três amigos em Berlim, que eram judeus e donos da maior retífica de motores da Alemanha. Quando Hitler chegou ao poder e começou a perseguir a população judia, esses três amigos do meu pai ficaram muito céticos quanto ao futuro. Por acaso viram no cinema uma reportagem sobre o Brasil, onde apareciam cenas de São Paulo e imagens de palmeiras tropicais. Pensaram: “Parece que isso tem futuro!”. Ludwig Gleich, que era engenheiro, e Adolf Buck, com formação na área financeira, liquidaram seus negócios na Europa, tomaram um navio e vieram ao Brasil, onde fundaram a então maior retífica da América Latina, a Motorit, no bairro Cambuci. Chegamos ao Brasil no ano de 1951, em um navio cargueiro holandês. A primeira escala foi no Rio de Janeiro, onde fiquei muito impressionado com a paisagem. Descemos finalmente em Santos e subimos a serra rumo a São Paulo, com meu pai dirigindo um automóvel Studebaker, cujo motor “ferveu” no caminho. Na cidade ficamos hospedados durante alguns meses em uma pensão na Rua General Jardim, próximo a Praça da República, até acharmos uma casa para morarmos. Todos os dias eu comprava o “Estadão”, que meu pai e a minha mãe liam. Como eu tinha estudado latim no ginásio, tive mais facilidade em aprender a língua portuguesa. O mais difícil era entender o que as pessoas falavam. Meu pai acabou arrumando uma professora de português, nascida na Alemanha, que também ensinava minha mãe. Meu pai e seus amigos logo se reuniram com o presidente do Banco do Brasil no Rio de Janeiro, onde foi exposta a vantagem de produzir os pistões de alumínio no Brasil, fator que poderia atrair os

fabricantes de veículos automotores para o país. Eram sete sócios, sendo seis judeus, motivo que originou a piada feita pela esposa de um deles: - “Em vez de Metal Leve deveria ser Metal Levy!”. Logo as indústrias de automóveis passaram a fabricar seus próprios motores no Brasil. Atualmente a Metal Leve pertence a uma fundação.

***A vida no novo país, a música,
Piracicaba e os impossíveis de Deus***

Durante o dia eu ajudava meu pai. Como gostava de música, à noite costumava ir a concertos no Teatro Municipal, no Teatro Cultura Artística. Conheci o professor de música Hans Joachim Koellreuter, formado em composição, regência e flauta. Sua esposa era judia e após vir da Alemanha no período da Guerra, ele tinha permanecido algum tempo no Rio de Janeiro. Trata-se de um professor importante, que teve como alunos músicos notáveis e maestros brasileiros. Após assisti-lo em alguns concertos, o procurei e disse-lhe que gostava muito de música e gostaria de aprender alguma coisa a mais. Eu tinha uma pasta com composições para piano, algumas para flauta, que havia feito após conhecer os alunos do conservatório de Paris. Ele me disse que um dos compositores mais famosos da atualidade deveria chegar na próxima semana. Esse compositor, de nome Ernest, pegou as minhas partituras e em meia hora tocou tudo. Elogiando-me Ernest afirmou: “Você tem talento, deve estudar música!”. Comecei a estudar com Koellreuter em 1939, junto com outro alemão que havia fundado no Rio de Janeiro uma escola de artes chamada Pró-Arte. Tratava-se de uma instituição de artes em geral: artes plásticas, pinturas, etc. Koellreuter criou a parte musical, que chamou de Seminários Livres de Música Pró Arte. Durante a Segunda Guerra funcionou no Rio de Janeiro e, em 1951, surgiu a ideia de fazer uma filial em São Paulo.

Hoje parece ser uma grande coincidência eu ter casado com alguém que nasceu em Piracicaba, a 10.000 quilômetros de distância de Stuttgart, e que foi aluna nessa escola onde nos conhecemos. Creio que isso já estava determinado e mostra que para Deus nada é impossível! “.

§

A Escola de Música de Piracicaba “Maestro Ernst Mahle” foi fundada em nove de março de 1953 pelo diretor da Pró-Arte de São Paulo, Prof. H. J. Koellreuter e seus alunos Ernst Mahle e Maria Aparecida Romera Pinto, bem como por pessoas representativas da cidade de Piracicaba. Denominada inicialmente “Escola Livre de Musica, Pró-Arte”, devido a suas ligações com a Pró - Arte do Brasil, conservou este nome inicial até o ano de 1961, quando, para obter o reconhecimento de seu curso profissionalizante de 2º grau, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), e melhor atender às exigências legais referentes à certificação oficial de diplomas, teve seu nome alterado para “Escola de Música de Piracicaba” e passou a ser reconhecida pela sigla EMP. O relevante trabalho do Maestro Ernst Mahle e de sua esposa, a Professora Maria Aparecida R. P. Mahle levou a EMP a alcançar seu atual nível de excelência, formando e lapidando talentos consagrados tanto no Brasil como no exterior. Durante o processo de gerenciamento e ampliação da EMP, tanto no nível artístico como na obtenção de instalações adequadas para a escola, pode-se ressaltar duas conquistas do casal Mahle: a inauguração da Sala de Concertos “Dr. Ernst Mahle” em outubro de 1965 e a inauguração da Sala de Concertos “Cecília Mahle” em março de 1974. Alguns meses depois de a EMP completar 46 anos, em setembro de 1998, foi transferida para o Instituto Educacional Piracicabano (IEP), pensando na perpetuação desta instituição, referência em música de qualidade na cidade de Piracicaba. Após ser incorporada pelo IEP (entidade mantenedora do Colégio Piracicabano e da Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP), a EMP passou a ser denominada Escola de Música de Piracicaba “Maestro Ernst Mahle” (EMPEM), em homenagem prestada ao Maestro e Compositor, que ainda desenvolve e rege atividades importantes na Escola. Com um corpo docente altamente qualificado com a EMPEM, possui ampla área construída funcionando em dois prédios, diversos conjuntos em atividades permanentes e uma diversificada Musicoteca. A Escola de Música de Piracicaba “Maestro Ernst Mahle” é considerada no meio musical um patrimônio cultural brasileiro. Após 50 anos ininterruptos na direção, o casal Mahle indicou para assumir a diretoria da escola a ex-aluna e professora Celisa Amaral Frias, que assumiu o cargo em janeiro de 2004 e, desde então se ocupa também no desenvolvimento de projetos culturais para o Ministério da Cultura através da Lei Rouanet. Durante o processo de gerenciamento e ampliação, muitas foram as lutas e conquistas do casal Mahle, tanto no nível artístico como na obtenção de instalações adequadas. Em setembro de 1998, ao completar 46 anos, o casal Mahle demonstrou o desprendimento ao transferir a escola para o Instituto Educacional Piracicabano (IEP), entidade mantenedora do Colégio Piracicabano e da Unimep.

Ernst Mahle nasceu no ano de 1929, em Stuttgart, Alemanha. Chegou ao Brasil em 1951, naturalizando-se brasileiro em 1962. Foi aluno de composição de Johann Nepomuk David, na Alemanha; de Hans Joachim Koellreuter, no Brasil; e de Messiaen, W. Fortner, E. Krenek, em cursos internacionais de férias, onde também estudou regência com L. Von Maticic, R. Kubelik e Mueller-Kray. Em reconhecimento ao seu extenso trabalho em prol da juventude, recebeu, em 1965, o título de “Cidadão Piracicabano”. É co-fundador da Escola de Música de Piracicaba “Maestro Ernst Mahle”, onde exerce o cargo de Professor e Maestro das Orquestras de Câmara e Sinfônica, sendo o idealizador do bianual “Concurso Jovens Instrumentistas”. Atua também como Professor em vários cursos de férias e festivais de música. Foi vice-presidente da Sociedade Brasileira de Música Contemporânea e é membro da Academia Brasileira de Música (cadeira nº 6). Críticos de arte atestam a qualidade da música de Mahle, sendo reconhecido por sua técnica irrepreensível. Como compositor foi premiado em vários concursos e é internacionalmente conhecido pela magnitude e valor de seus trabalhos em prol da educação musical e de suas obras, tanto no repertório camerístico como orquestral. Em 1995, recebeu o prêmio Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA).¹

BIOGRAFIAS

Monsenhor Manoel Francisco Rosa (I)

JOÃO CARLOS SAJOVIC FORASTIERI

Membro do IHGP, médico em Piracaba há 25 anos, ex presidente da regional de Piracicaba da Associação Paulista de Medicina.

Essa despreziosa biografia de Mons. Rosa nada mais é que uma compilação de dados e informações referentes a uma das personalidades que mais se destacaram e marcaram a história da Comunidade Piracicabana na primeira metade do século XX, quer pela sua longa vida a serviço de seus irmãos, quer pela coerência de sua existência consumida, em quase cem anos, de dedicação ao próximo a serviço de Deus, seu Senhor.

Nessa gigantesca caminhada se produziram efeitos que podem, até hoje, quase nesse final de século de tantas tribulações e muitas luzes, acender as esperanças e confirmar na fé, muitos cidadãos piracicabanos; pessoas essas que com dignidade desempenham importantes funções no desenvolvimento desta comunidade.

A pesquisa biográfica de Monsenhor Rosa foi extremamente simples de se obter com clareza e veracidade, mercê de biógrafos que o conheceram, conviveram com ele e também havidas como pessoas de grande porte e credibilidade. Assim como Monsenhor José Nardim, historiador nato, que com ele conviveu, comungando a

¹ Conforme o site da Universidade Metodista de Piracicaba (http://www.unimep.br/gdc_setores.php?fid=37):

intimidade exterior e interior, numa transcendência tão bem compreensível entre aqueles que professam a fé Católica Apostólica Romana; o Monsenhor Mendes; e Monsenhor Nardim que foi confessor e penitente do Monsenhor Rosa.

O Jornal de Piracicaba é outro depositário fiel documentando a história de Piracicaba no sec. XX e necessariamente, dando ênfase especial à figura de Monsenhor Rosa. Inserido nesse registro da cidadania piracicabana, escritores ilustres, alguns seguidores e outras confissões e credos religiosos e até mesmo confessos ateus reverenciaram para a posteridade, com o vigor de suas penas, o porte desse Homem de Deus. Entre eles, professor e jornalista Leandro Guerrini, Professor Elias de Mello Ayres (católico praticante), Dr. Salvador de Toledo Piza, João Chiarini, Dr. Fortunato Losso Neto, Prof. Walter Radamés Accorsi.

Quando homens dignos que professam outros credos religiosos reivindicam, para Monsenhor Rosa, a denominação de “O Santo Cura D’Ars de Piracicaba”, é de exigência que o núcleo da Igreja Católica de Piracicaba tome providências no sentido, começando pelo mínimo, a iniciação do processo de beatificação do instrumento de Deus, junto a Piracicaba, que foi Monsenhor Manoel Francisco Rosa; pois seria o justo e clamor de toda Piracicaba.

Procurei ouvir e anotar depoimentos de pessoas que conviveram com Monsenhor Rosa: afeiçoados, simpatizantes, pessoas simples, de grande diferenciação cultural e científica, quase todos humanistas, representantes das confissões religiosas existentes em Piracicaba à época de sua invejável existência, maçons, políticos, positivistas, ateus e indiferentes à dogmática católica. Procurei insistentemente, pessoas que pudessem fazer restrições ou levantar senões dos atos e vivência de Mons. Rosa e não consegui um único depoimento que justificasse incluir, nessa biografia, algo de suspeição. Submetendo essa pesquisa ao Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, apelo, em nome da verdade que seja contestado eventual deslize que possa ter praticado para a devida correção.

Para a minha verdade, confesso ter ficado edificado com os depoimentos que obtive a respeito desse excepcional patrono; da transparência de virtudes, e da fidelidade pastoral do servo de Deus na dignidade de Sacerdote. Vestes sujas, puídas, desinteresse total por dinheiro, e bens materiais, sermões repetitivos, notaria dificuldade de oratória nas homilias no final de sua vida edificante; a plena capacidade de perdoar, principalmente quando era ele próprio a vítima; distribuição de bens pessoais, características da caridade, eis o que lhe apontavam como defeitos. Uma única vez, de que se tem notícia, foi agredido fisicamente por um demente e perdeu-o, de imediato, causando espanto aos seus paroquianos.

Desinteresse pela política e pelos políticos, simplicidade extremada nas suas atitudes. Seria isso defeito? Ou virtude! Procurei, na investigação, informações com os vizinhos mais próximos da casa paroquial.

Incluí depoimentos de Dona Chiquita Arruda, dos Pachecos que cederam-lhe a casa paroquial, do Dr. João José Correa, médico que o conheceu quando menino e vizinho. Acompanhou sua longa trajetória afirmando que Mons. Rosa nunca foi doente e que morreu por senescência e não por senilidade; a visão lhe faltou pela catarata. O depoimento de Dona Valentina Nogueira de Campos Toledo, a Dona Lili, esposa do Dr. Lula, que inúmeras vezes o proveu, com outras senhoras da comunidade, desde as sotas e calçados, roupas íntimas até arranjos de cama, cobertores e sobretudo agasalhos. Com relação a isso, disse Mons. Rosa : “Deus é bom e providente – desde que ganhei o casaco, não mais passei frio”.

Colhi informações dentre as Missionárias de Jesus Crucificado, filhas espirituais de Dom Barreto, bispo de Campinas e, que de Campinas povoaram o Brasil com suas obras missionárias e entre eles o depoimento sincero de Irmã Maria Estella de Mello Ayres que o exaltou pelo total apoio que deu às Irmãs e suas obras na difusão da fé em Nossa Senhora e no socorro aos pobres.

Os depoimentos de seus superiores, Dom Ernesto de Paula, primeiro bispo de Piracicaba que me acolheu em sua modesta residência em São Paulo e me afirmou que sem a dedicação de Mons. Rosa, a catedral de Piracicaba não teria sido erguida tão rapidamente. “Quando se viu Mons. Rosa erguer a primeira telha houve profunda emoção no povo religioso que ali se aglomerava para o evento”.

Dom Aniger Francisco de Maria Melillo, segundo bispo de Piracicaba que dedicou a Mons. Rosa, em sua primeira carta pastoral, a homenagem e preito a todos os sacerdotes da Diocese de Piracicaba na figura desse insigne Pastor na condição de pároco auxiliar, quando para aqui veio como jovem sacerdote.

Dom Aniger, figura ímpar do episcopado brasileiro, por virtudes próprias, exemplo de santidade e humildade, pastor e servo, filho do casal protótipo católico: Regina e Vicente Melillo, teve um privilégio: o de ordenar, como bispo, seu próprio pai, viúvo, sacerdote, aos 83 anos; isso por especial deferência do cardeal Agnelo Rossi que intercedeu ao Papa Paulo VI e conseguiu esse evento. Pessoalmente me disse: “D. Aniger tem por Mons. Rosa, uma reverência especial por ter sido seu coadjutor, confessor e penitente, pai e irmão.” E mais ainda, muito recentemente, o Cardeal Decano presidente do “senado” da Igreja, o Eminentíssimo Dom Agnelo Rossi, por ocasião da vinda privilegiada que fez a Piracicaba, tinha bem viva em sua lembrança, a figura de Mons. Rosa tendo também a avaliação de Dom Eduardo Koalk,

Bispo de Piracicaba, referenciou as virtudes desse sacerdote, por conhecimento próprio quando era membro do clero campineiro. Reforçou a ideia de iniciação do processo de Beatificação de Mons. Rosa. Aliás, essa tese conta com o apoio de Dom Mauro Morelli, bispo na baixada fluminense e do clero daquela diocese.

O Catolicismo Brasileiro conta, é verdade, com o beato José de Anchieta, de origem portuguesa mas consumido existencialmente no Brasil e que é um dos processos de santificação ainda não concluído. De um português, não de um brasileiro.

Nesse imenso país, onde o catolicismo tem uma de suas grandes bases, é necessário apontar para a inicial beatificação, exemplos de vida, exemplos que venham orientar no sentido de revelar santificação. Nesse caso, não se pode excluir o nome de Mons. Manoel Francisco Rosa. Os beatos são exemplos edificantes de vida que mostram para os fieis o modelo cristão a ser seguido nesta vivência terrestre.

Não por bairrismo, mas por reconhecimento aos méritos confirmados pela graça de Deus, Mons. Rosa é um candidato natural; candidato perfeito; candidato ideal à beatificação.

Existem homens que por uma configuração especialmente favorável de seus traços de caráter, pelo brilho da inteligência e pela posse de conhecimento, são capazes de captar o espírito do seu tempo e desenvolverem, de maneira proveitosa, a sua existência. Existem outros homens que, por um privilégio especial, independentemente da realidade existencial são capazes de captar, com rara sensibilidade, a essência da própria existência e da vivência dos homens com quem convivem. Existem, ainda, alguns poucos homens que possuem o dom especial de captar o espírito do seu tempo; e indo além percebem o que é essencial na natureza humana, em qualquer época. Passam a possuir o mundo sensorial numa dimensão tão mais simples que extrapola as suas próprias limitações. Tornam-se carismáticos e apresentam, quase sempre, um perfil comum: acumulam, dentro de si, sabedoria e humildade; disciplina interior e desapego; firmeza nas resoluções; caridade; pureza de sentimentos e entrega total de si, numa singeleza de sábio e de santo.

Assim era Mons. Rosa, um homem extremamente simples no exterior e extremamente profundo nas bases de fé. Confiante nos homens e no Deus dos homens porque sentia um servo de Deus e, para o servo, a simplicidade é o fluxo que emana do próprio Deus. Ele procurava a graça de Deus e vivia nesse estado de alma. A graça pressupõe a natureza; Mons. Rosa em sua longa existência, confirmou

a integridade dessa natureza. Noventa e um anos de vida dos quais cinquenta e cinco consumidos em sua querida Piracicaba. Numa doação espontânea e integrada em Sacerdócio e homem. Nascido em São Roque, no distante 26 de abril de 1874, festa litúrgica de Nossa Senhora do Bom Conselho; coincidência ou não passou pela vida buscando entender a palavra revelada pelo Filho. Procurando se aplicar nela e aplicá-la a cada situação particular dos que lhe vinham pedir conselhos, orientação e auxílio. Singelamente explícito, mas profundamente fiel.

Para esse pastoreio preparava-se através da meditação, da oração e da penitência expressando os resultados pelas atitudes sempre tranquilas.

Seus pais eram Antonio Claudino Rosa e Izabel Francisca de Moraes Rosa. Viviam na fazenda Boa Vista, no município de São Roque, São Paulo, Brasil. Muito cedo foi alfabetizado (fato raro na época) e ainda quando cursava o primário, recebeu, pela primeira vez, a comunhão, na manhã de 08 de dezembro de 1887, com 13 anos de idade; dia de festa litúrgica da Imaculada Conceição de quem se tornou profundo devoto. Veio a vocação para o sacerdócio. Seu ingresso ao seminário deu-se dois anos depois. Tudo leva a crer que o despertar da vocação religiosa tenha ocorrido principiar de sua adolescência. No início de 1890, entrou para o seminário Diocesano de São Paulo, no bairro da Luz, com 15 anos incompletos.

Fez, nesse seminário, os cursos: Básico, Filosofia e Teologia. Segundo seu biógrafo, Mons. José Nardim “a simplicidade de Mons. Rosa era congênita. Revelou-a desde os tempos de seminário; era tal virtude personificada nele; estudioso, de memória prodigiosa, foi conhecedor de várias línguas: o francês, o espanhol, o italiano, mas se aprofundou de tal forma no latim, que era essencial naquela época, devido à liturgia toda ser expressa nesse idioma a ponto de poder traduzir corretamente para o português, inclusive os clássicos; era conhecedor da História Universal e História do Brasil; por opção religiosa foi estudioso da Teologia e da Sagrada Escritura. Seu português era castiço”.

Os seminários, naquela época, eram escolásticos, exigentes nos currículos e na disciplina de vida. O Padre era o formador, pela palavra e pelo exemplo. Até a possibilidade de ordenação que levava, de estudos, em média 10 anos, o candidato ao sacerdócio, era testado, investigado e provado além de receber uma sólida formação religiosa e humanística. “Viti, Generi et Morbus” é um “dossiê” sobre a evolução e desenvolvimento do seminarista até a sua ordenação. O Mons. Rosa encontra-se no arquivo da Cúria da Arquidiocese de São Paulo. Sua formação teológica foi centrada em São Tomás de Aquino e Santo Agostinho, o que nos faz entender a segurança de suas convicções religiosas e conhecimento da natureza humana. Nesse período de

sua formação incorporou as bases da vida religiosa: Pobreza, Castidade e Obediência, virtudes essas, só exigidas em regras conventuais.

A pobreza é um elemento essencial à vida religiosa. Seus fundamentos são evangelísticos e tomísticos.

Na suma teológica II – II AC. Q66 – Art. 2.

Os bens são destinados à Comunidade:

“Quanto ao uso, o homem não deve possuir os bens exteriores como se lhe fossem próprios, mas como sendo de todos, no sentido de que se deve estar disposto a partilhar com os necessitados”. – E mais ainda São Tomás acrescenta: “Peca-se contra todos não fazendo com que aproveitem dos bens que se tem”.

Segundo Santo Ambrósio:

“Que ninguém chame de seu bem próprio aquilo que é comum”. E chega-se ao conceito dos apropriados e do seu gozo. – “Tudo aquilo que ultrapassa o necessário é adquirido por violência”. Q. 66, art. 2, Ad. 2.

São Tomás diz, “deve” – Não apela para a generosidade – dita-lhe um dever e conclui – “Aquele que foge a esse dever é um culpado”.

A pobreza é apresentada como um valor no Evangelho – “Bem aventurados os pobres”. A pobreza aparece, antes de tudo, como uma libertação. Os bens da terra aprisionam o homem aos desejos da terra e fazem com que o homem volte para si.

É, pois necessário a eles renunciar para seguir o Salvador, ainda mais como Sacerdote. Mons. Rosa, através da vida cultivou à pobreza em si, tão despojado quanto possível, dominado pelo desejo da perfeição “nada ter para só ter Deus”. A pobreza absorveu toda sua vida numa característica alarmante.

Todos os que conheceram Mons. Rosa são unânimes em afirmar o desaparecimento desse Homem de Deus. “Mal recebia um presente ou dinheiro, doava-se para os pobres, certo de que em sua pobreza era rico em dar”. Seus paroquianos e amigos que eram muitos, tentavam, em vão, suprir sua modesta casa; quantas vezes encontravam, em seu quarto, o colchão desnudo; no frio, sem cobertor pois havia dado aos pobres

porque quem batia em sua porta não saía de mãos vazias. Só não dava sua surrada batina, porque na realidade ninguém a queria, e era uma veste sacerdotal. Depois de sua morte, um sobrinho apareceu para receber os bens pessoais de Mons. Rosa: uma cama patente, poucas roupas pessoais, um breviário e um genuflexório – foi essa sua herança material. Depois de 91 anos de existência que belíssima lição mostrando que do mundo só se leva o mérito dos bens que se fez.

A mística da pobreza vivida por Mons. Rosa até as últimas conseqüências se fundamentou em São Tomás, mas adquiriu vibração intensa por obra do humilde Santo de Assis. Era terceiro Franciscano, e nessa condição vivia a regra Franciscana de 1221 – “A regra é a vida dos frades e consiste em viver em obediência, em castidade, sem propriedades, na mais pura pobreza, segundo a doutrina e os passos de Nosso Senhor Jesus Cristo, observando o Santo Evangelho.

A humildade reclama o desprendimento, o abandono e traz com exigência única, o desejo de ser pobre, totalmente sem posse material.

“Não vos preocupeis com a vossa vida”.

“Procurai, em primeiro lugar, o Reino de Deus e a sua Santidade, e o resto vos será dado por acréscimo”.

Mons. Rosa viveu desligado das riquezas e durante toda sua vida procurou se desfazer de todos os símbolos que lembrassem essa vã ambição. Acreditava, com uma convicção franciscana, que a posse de bens exige armas para defendê-los e para tal se violam o Amor de Deus e do próximo. Consequentemente, sua porta sempre permanecia aberta para quem quisesse entrar em sua casa, se abrigar do pouco que encontrasse. Por identificação com São Francisco de Assis procurava viver o “privilégio da pobreza”.

“Que os irmãos de nada se apropriem, nem de casa, nem de lugar, nem de objeto algum. E eis a excelência da superior pobreza. Seja ela a nossa herança”. – São Francisco de Assis. Eis aí a chave para interpretar o ato de sua renúncia ao Curato, não aceito por criação da Diocese de Piracicaba, quando tinha 73 anos, tão bem descrito pelo Mons. Nardim.

Voltando às bases da vida religiosa, dissemos anteriormente que eram três: a pobreza, a castidade e a obediência. A castidade está ligada a uma concepção, segundo a qual religioso, por voto, em vista de se santificar, renuncia fundar um lar e faz uma entrega de toda sua vida ao seu Deus. Imola, como sinal e estímulo à caridade pastoral, os desejos tão comuns a todos os homens e adquire uma fonte especial de fecundidade espiritual. Não é exigida pela natureza do sacerdócio, mas se ajusta de mil modos a ela.

Pressupõe uma educação peculiar. É uma constância a toda prova.

Durante a sua formação sacerdotal, Mons. Rosa se ajustou de tal maneira ao exercício da castidade que dele se pode falar que Deus o poupou da concupiscência. No trajeto de sua longa vida sacerdotal não houve, uma única vez, um único comentário maledicente com respeito a tal virtude.

Era um homem comedido, respeitador e educado ao ritual de que não bastava ser, mas era preciso, também, demonstrar, por atitudes acima de qualquer suspeita, a que vinha e porque agia de um modo irrepreensível.

E de Mons. Rosa, nunca, ninguém pode, nos cinqüenta e quatro anos que viveu em Piracicaba, insinuar, mesmo que de leve, o mínimo resvalo de conduta.

Era um ponto de honra em sua existência e que jamais foi questionado.

Sabia manter a uma respeitosa distância uma interlocutora mais espontânea e ao confessorário se atinha à orientação da alma penitente.

Não se deixava envolver por amizades pessoais.

Visitava seus paroquianos, era respeitado por eles e se fazia respeitar.

Tinha amigos. Não intimidades.

A consagração a Deus na vida sacerdotal expressa-se pela submissão às regras a que se impôs e aos superiores eclesiásticos.

A obediência, interpretada como meio de santificação, não diminui a dignidade da pessoa humana e necessariamente leva a uma liberdade mais madura, pois ela se submete a uma comunhão com hierarquia. Sendo ativa, voluntária e responsável torna-se uma virtude peculiar do ministro do ensinamento de Cristo, estimula a cooperação e torna-se uma expressão da caridade pastoral, vinculada, que fica aos demais sacerdotes, ao Bispo e ao Papa. Sua expressão maior é sentir-se Igreja. Essa unidade dá o sentido de catolicidade, isto é, universalidade. Através dessa concepção católica é que Mons. Rosa, pároco de Santo Antônio, na então pequena cidade de Piracicaba, entrava em comunhão com a Igreja Universal, de seu mundo e de seu tempo.

Na manhã de 22 de setembro de 1900 foi ordenado sacerdote em São Paulo, “os presbíteros, pela ordenação e missão que recebem do Bispo são promovidos para o serviço do Cristo Mestre, Sacerdote e Rei, cujo ministério passam a participar, com poder próprio”.

Passam a exercer publicamente o ofício sacerdotal em favor dos homens e em nome de Cristo. Através de um sacramento – o da Ordem – são assimilados, com caráter especial, configurados com Cristo Sacerdote e participam do múnus dos apóstolos.

A finalidade primeira desse ministério é anunciar a palavra de Deus e não a sua própria sabedoria. Deve santificar-se, sobretudo pela Eucaristia e pelo Ofício Divino e governar o Povo de Deus; seu poder é dado para edificação, para servir e educar para a maturidade cristã.

Sua relações com os homens devem ser de irmão entre irmãos.

Através desse ministério é que a Igreja terrena não cessa de edificar-se num povo de Deus, corpo de Cristo e templo do Espírito Santo. Nesse sentido se amoldou, com profundo ajuste, a pessoa de Mons. Rosa.

Vamos observar, na longa trajetória sacerdotal de Mons. Rosa, sempre a finalidade total a seus compromissos assumidos no dia de sua ordenação. É importante ressaltar os testemunhos dos Bispos a quem serviu, dos presbíteros que conviveram com ele e dos leigos que tiveram o privilégio de servira, com esse autêntico servo de Deus, à causa de Cristo.

Na carta de saudação do 2º Bispo de Piracicaba, Dom Aniger Francisco de Maria Melillo encontramos o seguinte texto: – “Saudando o nosso clero, é-nos gratíssimo sublinhar a figura venerada de Mons. Rosa, expressão lídima das alturas a que chega, no coração do povo, o sacerdote dedicado ao ministério sagrado. Nos seus cinqüenta anos de paroquiato, o seu ex-coadjutor, osculando-lhe as mãos sagradas, homenageia o clero piracicabano”. Ouvindo o testemunho pessoal de Dom Ernesto de Paula, 1º Bispo Piracicabano: “Quase diariamente recebia a visita de Mons. Rosa e essa visita era como um traço luminoso de amizade, que despertava também os outros para o mesmo carinho com o Bispo”.

“A Piracicaba de Mons. Rosa sempre foi prodiga para suprir as necessidades da Diocese, ou ainda tudo de bom que se pode falar sobre esse admirável sacerdote é extremamente pouco. Foi exemplar sempre”.

Com ele ordenou-se Francisco de Campos Barreto que mais tarde tornou-se Bispo. A simplicidade era uma característica desse sacerdote. Com extrema simplicidade viveu. Com extrema simplicidade morreu.

Dom Barreto, Bispo de Campinas, dividiu a sua Diocese em quatro vigárias Forâneas, sendo Piracicaba sede, sob o patrocínio de Santo Cura D’Ars e o cônego Rosa seu primeiro vigário Forâneo. A escolha de Santo Cura D’Ars como patrono desse território onde coube ao então cônego Rosa o pastoreio dos fieis. Compreendia as paróquias dos Ramais da Sorocabana e Paulista vindo de Campinas, provavelmente tenha sido providencial tão acertado título: Cura D’Ars. Se algum dia houver a indicação de um Santo Cura Brasileiro, Mons. Rosa poderá servir como paradigma com mérito e justiça.

Em 1901, logo após sua ordenação, foi coadjutor da Paróquia de Santa Cecília em São Paulo e de 1902 a 1910 foi pároco de Nossa Senhora do Belém de Descalvado e em 20 de fevereiro de 1910 foi nomeado, por Dom Nery, bispo de Campinas, pároco de Santo Antônio de Piracicaba. E aqui ficou até sua morte.

O pároco se entrega à cura das almas em determinada parte de uma diocese.

Este pastoreio significa ensinar, santificar e rezar de tal modo que os fiéis e as comunidade se sintam realmente membros da diocese e da Igreja Universal.

A cura de almas deve ser animada pelo espírito missionário e se estende a todos os moradores da paróquia.

No desempenho do magistério é dever dos párocos pregar a palavra de Deus a todos os fiéis, a fim de que, fundamentados na fé, esperança e caridade cresçam os cristãos e a comunidade testemunhando o Senhor.

Pela catequese é dever do pároco levar os fiéis ao pleno conhecimento do mistério da salvação.

Através da celebração do Sacrifício Eucarístico, centro de toda vida cristã deve o pároco estimular os fiéis a prática de recepção dos sacramentos e a participação consciente da liturgia e do sacramento da penitência com uma humildade apropriada a da vida cristã.

Visitar as casas, escolas, obras de caridade, instituições e desenvolver, em particular, a caridade com os pobres, enfermos e necessitados.

Essas foram as balizas do desempenho sacerdotal de Mons. Rosa em mais de meio século na condição de pároco e depois de cura da Catedral de Santo Antônio de Piracicaba. Os depoimentos que obtive foram redigidos por paroquianos de Mons. Rosa, que o conheceram profundamente. Os outros depoimentos orais foram feitos por rapazes (hoje senhores) da Associação Mariana que congregava muitos jovens na época. Frequentavam a casa paroquial com a liberdade de moradores junto ao Mons. Rosa.

Ainda outras informações foram prestadas por seminaristas na época, hoje sacerdote. Por ex-filhas de Maria, associação feminina fundada por Mons. Rosa e pupila de seus olhos. Por missionárias de Jesus Crucificado, aqui instalados sob sua aprovação e proteção. Por membros de famílias e amigos que eram visitados por Mons. Rosa. Por freiras que aqui exercem suas atividades na ocasião. Foram informações selecionadas de pessoas credenciadas entre as quais, sem desprestígio das demais podemos citar: Dom Ernesto de Paul, 1º Bispo Piracicabano, residente em São Paulo; Dom Aniger Francisco de Maria Melillo, 2º Bispo de Piracicaba, falecido; Dom Angelico Sândalo Bernardino, bispo auxiliar de São Paulo e primeiro

piracicabano sagrado bispo; Dom Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias na Baixada Fluminense; Dom Agnelo Rossi, cardeal decano da Igreja Católica Apostólica Romana; Mons. José Nardim, pároco em Piracicaba, seminarista e sacerdote na época historiada; Irmã Maria Estela Ayres, missionária de Jesus Crucificado; Dona Lili Nogueira, esposa do Dr. Luis de Campos Toledo (Dr. Lula), médico e amigo pessoal de Mons. Rosa; Dona Chiquita Arruda, vizinha e uma das provedoras da casa paroquial; Dr. João José Correa, vizinho e amigo; Tércio Mendes de Campos, ex-mariano que cuidava voluntariamente do asseio pessoal de Mons. Rosa e o acompanhava quando ele era solicitado para visitas aos doentes e moribundos; Cacilda Silveira de Moraes, ex-filha de Maria, integrante da ação católica e participante ativa dos movimentos religiosos no tempo de Mons. Rosa.

Todos os depoimentos foram analisados, comparados para comprovar a veracidade. Ninguém pode negar que Mons. Rosa era um Santo Sacerdote.

Mons. Rosa mantinha uma relação muito evangélica com a política.

Reivindicava o que “era de Deus a Deus e a César o que era de César”. Respeitava a autoridade constituída ou delegada e se fazia respeitar por ela. Não se envolvia em contendas partidárias e se portava como um sacerdote. Sua casa era de todos e no confessionário. Segundo testemunhas de sua época, ouvindo pessoas com envolvimento partidário, se atinha as coisas de Deus.

Levara bem presente os ensinamentos de Pio X de 1910 na encíclica “Sobre os Erros de Sillon” – “A autoridade, é certo, emana de Deus, mas reside principalmente no povo e daí deriva, por via de eleição, ou melhor ainda, de seleção, sem, por isso, deixar o povo e se torna independente dele; ela será exterior, somente na aparência; na realidade, ela será interior, porque será uma autoridade consentida. Se o poder emana do povo, aqueles que exercem o poder, na sociedade, não exercem autoridade própria, mas como uma autoridade a eles delegada pelo povo e sob a condição de poder ser revogada pela vontade do povo de quem eles a receberam...”

“Os que presidem o governo da coisa pública podem bem, em certos casos, serem eleitos pela vontade do povo, mas essa escolha designada o governante, não lhe confere a autoridade de governar, não lhe delega o poder. Apenas designa a pessoas que dele será investido...”

“O povo continua a ser o detentor do poder...”. Nessa condição de procurador do poder do povo, o governante, a autoridade, era entendida por Mons. Rosa. Poucos e raros são aqueles que assim entendem o poder mandatário. A Tese Paulina de submissão à autoridade para as coisas de César previa, necessariamente, todas as etapas possíveis de sociedade humana. E ao seu tempo os ventos impeliam

para a democracia e consolidação da república. Nascido ainda no final do regime monárquico, por estudos e testemunhos sabia como saberá a República. A influência dos iluministas e dos positivistas.

O “Syllabus” de Pio IX – documento doutrinal contendo os principais erros que se espalharam pelo mundo católico debaixo dos rótulos da ciência, da civilização e do progresso, era matéria constante nos currículos dos seminários. No Brasil, os porta-estandartes desses desvios eram perfeitamente identificados.

Em Piracicaba, seus redutos eram o Partido Republicano e a Loja Maçônica que praticamente se fundiam num só todo. O Positivismo de Augusto Comte era o traço de união entre essas forças políticas.

Na primeira metade do século XX, a disputa do poder civil em Piracicaba girou, basicamente, em torno desses agrupamentos e a ruptura desse ciclo determinante só vai ocorrer na segunda metade do século por uma inspiração de ordem social. O poder civil se transfere necessariamente da elite aristocrática nativa para os senhores das terras; destes para os profissionais liberais; chega às mãos dos empresários e comerciantes e desemboca nos trabalhadores. O poder civil escapa da dominação maçônica-positivista, por um enfraquecimento dessas forças ocorridas coincidentemente na revolução de 64.

O Inchaço de Piracicaba ocorrido nos anos 70, com o afluxo maciço de imigrantes do norte do país para o corte de cana e a suprir pelo surto de desenvolvimento industrial com a implantação do seu distrito industrial, desequilibra o controle anterior político e seu cacifes eleitorais, descaracterizando o processo seletivo e restrito tão evidente na metade primeira do século.

Mons. Rosa assumiu, em 1910 a Paróquia de Piracicaba; em 20 de fevereiro, das mãos do Cônego Marçal Ribeiro. A cidade encontrava-se dividida em frações favoráveis ao anterior vigário, Mons. Soledade, e aos que exaltavam as virtudes dos frades capuchinhos.

Dom Nery, bispo da Diocese de Campinas a qual Piracicaba pertencia, providencialmente escolheu para vigário de Piracicaba um padre secular que era um terceiro franciscano.

Os frades capuchinhos, haviam se instalado em Piracicaba nos anos 90 do século XIX.

Eram frades da região do Trento, Alta Itália, seguidores da regra de São Francisco, já comentada no início dessa biografia e que, por ordem papal, deveriam seguir a regra franciscana de amor a pobreza e divulgação da devoção ao Sagrado Coração

de Jesus. A essa devoção consagraram a Igreja hoje chamada popularmente “dos Frades”. No final do século passado, devido à imigração italiana que veio substituir, na lavoura do café, o trabalho do negro escravo era grande o contingente peninsular em Piracicaba, é claro, por afinidade quer racial como lingüística, procurou a identificação com os discípulos do “povaréllo”.

O maior contingente migratório de além mar provinha de regiões de Alta da Itália e naquela época a nacionalidade italiana ainda não tinha a consistência de hoje, pois a independência da Itália é bem posterior a independência do Brasil. Essa afinidade com os frades da Alta Itália se fez repercutir em Piracicaba, nos imigrantes e descendentes provindos dessa região. Alastrou-se como rastilho aos meridionais, embora minoria, mas ligados ao grito de independência de Garibaldi.

Para os imigrantes italianos, nesse início de século XX, a Itália como nação, não fazia muito sentido, mas tinham todos, raízes seculares nas regiões de que provinham e os frades, além de falarem a língua comum aí ainda era discípulos de São Francisco. Mons. Soledade não poderia entender e avaliar essa dualidade em sua paróquia. Não era própria de Cristãos! Porém, Mons. Rosa, aqui chegando, de imediato procurou os capuchinhos, tornou-se penitente deles e na condição de Franciscano 3º, incorporou-os a sua paróquia, quer como padres coadjutores, quer como pregadores e a unidade católica restabeleceu-se pela singeleza do bom senso.

Durante os cinquenta anos de seu vigariato soube manter uma relação harmônica com a comunidade franciscana. Beneficiou-se dela e por ela soube contribuir. Somou e não dividiu. O mesmo soube fazer com Mons. Martinho Salgot, originário da Espanha e condutor da paróquia do Bom Jesus, situado no bairro Alto, hoje cidade Alta por estar no topo de uma colina. Seu lema era integrar e soube, até o fim, integrar e aceitar para o bem da Igreja, paróquias, capelas e instalação do bispado. Possuía a virtude da conciliação. Foram longos anos de integração harmônica onde a postura simples mas altaneiras de Mons. Rosa, conseguiu-se impor, sem conflitos.

Sabia a hora certa de renunciar por um ideal maior, de encolher para o Reino de Deus aumentar. Consciente de suas limitações como pregador da palavra convidava e acolhia, com imensa gratidão, os oradores que aceitavam seus convites, principalmente nas maiores celebrações litúrgicas. Quando a idade e devido a catarata bilateral, passou a ter dificuldade no esquematizar suas pregações.

“Opotet Illum Regnare” – tese paulina, escolhida e inserida posteriormente no Brasão de um Bispo Campineiro de Joaquim Egydio, presbítero da mesma igreja particular a que pertencia, bem poderia ter sido o seu lema. Em 1937, a Igreja de

Campinas acolheu um presbítero que ordenava em Roma. Filho de imigrante italiano, colega de colégio de muitos piracicabanos, no Liceu dos Salesianos de Campinas, o jovem Pe. Agnelo Rossi tornou-se irmão de Mons. Rosa.

Logo após a morte de Mons. Rosa esse sacerdote, então cardeal Arcebispo de São Paulo, por ocasião do bicentenário de Piracicaba aqui esteve e fez questão de visitar e orar no túmulo de Mons. Rosa, na cripta da Catedral de Santo Antônio de Piracicaba.

Em sua visita a Piracicaba em 15 e 16 de julho de 1990, o Eminentíssimo Cardeal Dom Agnelo Rossi, hoje Decano do Colégio Cardinalício, ex Prefeito da Santa Fé. Ex Prefeito da Congregação para Evangelização dos Povos, Auxiliar direto e substituto eventual de Sua Santidade o Papa João Paulo II, recordou com precisão a figura de Mons. Rosa.

Com invicta percepção Dom Aniger Francisco de Maria Melillo, 2º bispo de Piracicaba, ex coadjutor de Mons. Rosa, quando da morte deste biografado, tão humilde quanto insigne, reservou-lhe um local na cripta da Catedral. Ali seriam postos seus despojos. Esse local, tradicionalmente reservado aos bispos da Igreja, acolheu, para a veneração dos fiéis o corpo do Cura A'rs de Piracicaba. O Monsenhor, o amigo, o vigário. Medida providencial que o futuro irá valorizar.

Esse mesmo futuro reservará a Dom Melillo – ex coadjutor de Mons. Rosa, o reconhecimento de desempenho excepcional na condução dessa diocese nos anos difíceis e atribulados em que aqui exerceu o seu Múnus Episcopal.

Homem predeterminado geneticamente para ser santo, e que por mérito próprio se aperfeiçoou, a seu pai viúvo, ordenou sacerdote por especial deferência do Cardeal de São Paulo de então, Dom Agnelo Rossi.

Esse acontecimento ímpar na história da igreja católica no Brasil, possui um significado especial e na genealogia eclesíastica, no seu devido tempo, fará sentido, pois todas as linhas ascendentes, precedentes e acessórias falam altamente a favor do biografado.

No final de sua vida, enfermo pela idade, senescente, mas não senil, segundo depoimento do Dr. João José Correa, ex-colega de Dom Agnelo Rossi no Liceu Campineiro, vizinho desde menino de Mons. Rosa, médico conceituado e respeitado por todos os seus colegas de profissão, de antiga estirpe piracicabana, ex diretor clínico da Santa Casa de Misericórdia por anos irmão da misericórdia, reconhecido pelos piracicabanos por sua honestidade e integridade, chefe de família exemplar e cidadão de respeitabilidade incontestada; Mons. Rosa recolhe-se a Santa Casa aspirando adentrar na eternidade.

Por insistência de seu amigo, Dr. Luiz Gonzaga de Campos Toledo, o estimado Dr. Lula dos piracicabanos, então diretor clínico da Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba e primeiro Presidente além fundador Regional da Associação Paulista de Medicina, Mons. Rosa adotou pela residência final de seus dias na Santa Casa local.

Essa mesma Santa Casa de Misericórdia que arrebatara das mãos de dirigentes maçons – segundo Mons. Nardim, seu biógrafo maior, quando no começo do século aqui em Piracicaba chegou na condição de vigário de Santo Antônio, devolvendo a instituição, hoje secular, às suas origens de hospital, prioritariamente dedicado à pobreza e que hoje está novamente a exigir o retorno às suas origens: – Instituição pertencente à comunidade piracicabana destinada prioritariamente à pobreza e secundariamente a que possa pagar. Mons. Rosa, um dos patronos dessa entidade assistencial de elevado padrão, seria capaz de sair da cripta da Catedral para reconduzir essa entidade católica aos seus fundamentos caso não encontre piracicabanos atuantes e vivos em condições de atender ao clamor da população e de todos os cristãos que contribuíram, nesses últimos cem anos, para erigir a entidade que de fato e de direito pertence a toda Piracicaba.

Em 7 de junho de 1965, Mons. Rosa expirou na Santa Casa de Piracicaba.

Assistiam-lhe, no ato da entrega de sua alma a Deus, Dom Aniger, seu ex-coadjutor e Bispo, que com ele permaneceu confortando-o e dando-lhe a Unção dos Enfermos; uma religiosa franciscana residente no hospital e Dona Lili, esposa do Dr. Lula, Dona Valentina Nogueira de Toledo. Segundo depoimento pessoal dessa dama piracicabana, rezaram horas a fios, os mistérios do terço, invocando Santa Maria do Bom Conselho e da Boa Morte. Essa morte, por excelência, cristã, necessariamente configura o prenúncio da vida eterna de Mons. Manoel Francisco Rosa.

O próprio Bispo de Piracicaba, invocando a ladainha de todos os Santos, fechou-lhe os olhos que já não enxergavam para a vida terrestre e se abriam para a eternidade. Eram 16 horas duma tarde fria de Piracicaba.

Nascido no dia da festa litúrgica de Nossa Senhora do Bom Conselho e expirou com a invocação de Nossa Senhora do Bom Conselho após ter vivido 91 anos entre os homens. Nesse mesmo dia o ato nº 403 do Prefeito de Piracicaba, Sr. Luciano Guidotti “Ad Instar Participatum” – protonotário Apostólico, Mons. Manoel Francisco Rosa, declara ponto facultativo nas repartições públicas o dia 8, hasteando-se bandeira em funeral nas repartições e luto oficial de três dias pela perda do seu mais velho e estimado sacerdote, residente em Piracicaba, desde 1910 e dedicando-se com todo amor para o bem de seus semelhantes.

No mesmo dia, em sessão extraordinária, o legislativo municipal externa o pesar da cidade pelo falecimento de Mons. Rosa e em regime de urgência, associando-se às homenagens póstumas do virtuoso sacerdote aprova, com dispensa de redação, projeto de lei concedendo autorização para o sepultamento de Mons. Rosa, a pedido do Bispo Diocesano, na Cripta da Catedral.

No dia seguinte, o Jornal de Piracicaba abre toda sua 1ª página para notificar o falecimento de Mons. Rosa, relata as decisões da prefeitura e Câmara de Vereadores, estampa a biografia do falecido e publica um artigo de fundo sobre a relíquia que representa Mons. Rosa ao povo piracicabano. Da lavra de João Chiarini iniciando sua argumentação com as seguintes palavras: “Essas gerações últimas não perceberam que houve um padre inatacável”, e finalizava com a frase: “uma relíquia piracicabana”.

O corpo de Mons. Rosa permaneceu em câmara ardente na Catedral à visitação pública até o ofício religioso concelebrado pelo Sr. Bispo e todos os padres da Diocese às 18 horas do dia 8 de junho de 1965, além de sacerdotes de todas as províncias religiosas vizinhas, religiosos e leigos, quando então foi sepultado na Cripta da Catedral de Santo Antônio de Piracicaba.

A cidade de Piracicaba, em peso, desfilou durante todo dia prestando-lhe a última homenagem e registrou-se a presença de todos os líderes religiosos da cidade pertencentes as outras seitas num ritual ecumênico sem precedentes na história dessa comunidade. Por ocasião do centenário do nascimento de Mons. Manoel Francisco Rosa, o Mons. José Nardim dedicou-lhe a biografia que segue anexa, devido a sua importância histórica e pesquisa beneditiva no livro de Tombo (desaparecido) da Catedral de Santo Antônio de Piracicaba e larga convivência com o biografado.

Piracicaba, agosto de 1990.

BIOGRAFIAS

Monsenhor Manoel Francisco Rosa (II)

MONS. JOSÉ NARDIN

Membro do IHGP, médico em Piracaba há 25 anos; ex presidente da regional de Piracicaba da Associação Paulista de Medicina.

Quando do centenário do nascimento de Mons. Rosa, dei busca no livro de Tombo da Paróquia de Santo Antonio e obtive outras informações pessoais e outras que tinha conhecimento pelo mesmo Mons. Rosa em conversa com ele. Pode ser que muitos dados já tenham, dou apenas na dúvida.

Nascido em São Roque, 26 de abril de 1874. Seus pais: Antonio Claudino Rosa e d. Izabel Francisca Rosa. Foi Batizado em São Roque. Entrou para o Seminário Diocesano de São Paulo, no Bairro da Luz, em 1890. Aí fez os cursos: Básico, Filosofia e Teologia. Sua ordenação sacerdotal se deu no dia 22 de dezembro de 1900; seus colegas de ordenação: Dom Francisco de Campos Barreto. Bispo de Campinas e Mons. João Batista Ladeira, que foi Presidente do Cabido Metropolitanos de São Paulo e Vigário Capitular de São Paulo. Em 1901 foi coadjutor da Santa Cecília, em São Paulo. De 1902 a 1910 foi Pároco de Nossa Senhora do Belém de Descalvado. Aí restaurou e reformou a Igreja Matriz. Com a Madre Canuta, Franciscana de

Piracicaba, fundou o Asilo para meninos Órfãos. No dia 20 de fevereiro de 1910 é nomeado Pároco da Paróquia de Santo Antônio de Piracicaba. A situação religiosa da cidade estava um tanto complicada, os fiéis divididos entre as facções favoráveis ao Vigário Mons. Soledade, e as facções favoráveis aos Frades Capuchinhos, criando sérios problemas pastorais. Dom Nery mandou precisamente para estabelecer a paz. Foi-lhe fácil resolver o problema. Assim que tomou posse, como era Terceiro Franciscano, foi visitar o Convento, convidando os Freis para celebrar na Matriz a Missa Paroquial e serem coadjutores. Desse modo pode pensar em assistir a Paróquia de modo mais eficiente, atendendo os Bairros da Cidade: Imaculada, Bom Jesus, Santa Cruz, Rua do Porto e cuidar da Catequese domiciliar, nas casas das pessoas que pertenciam às Irmandades que ele foi fundando, para desenvolver a vida cristã e chamar o povo para a Igreja Matriz.

Quando veio para Piracicaba ele já era Cônego fundador do Cabido Diocesano de Campinas, criado por Pio X aos 22 de julho de 1909 e instalado no dia 3 de novembro de 1909. É interessante ler o seu relato no livro tomo sobre as suas três primeiras visitas: ao Convento, ao Colégio Assunção e ao Asilo de Órfãos e suas perspectivas, ainda nos primeiros dias.

Além da Catequese, sua 1ª Irmandade foi a Pia-União das Filhas de Maria, a que se desvelou toda a sua vida e que fez ser um autentico vergel de vocações religiosas e casais exemplares. Anos seguido organizou as varias Associações e alimentou com zelo as existentes, basta ler o Livro do Tombo.

A Santa Casa de Misericórdia estava sob a administração de um grupo de Maçons e isso o inquietou e era preciso cuidar religiosamente dos doentes e mais que para funcionar como Capela para o Santíssimo, era o vão debaixo da escada. Pessoalmente conseguiu ser Irmão e convidar novos Irmãos em número capaz de vencer uma eleição e renovar a sua diretoria, o que conseguiu e assim o Salão Nobre foi feito Capela e as Irmãs Dominicanas vieram e cederam depois seu lugar para as Franciscanas até o dia de hoje, e foi possível construir um novo pavilhão. Tudo isso ao tempo da Santa Casa na rua Dr. Antonio Pinto.

Dom Francisco de Campos Barreto divide a Diocese em quatro Vigararias Forâneas, sendo Piracicaba sede sob o patrocínio do Santo Cura D'Arce e o Cônego Rosa seu primeiro Vigário Forâneo, compreendendo as Paróquias dos Ramais da Sorocabana e da Paulista vindo de Campinas. Em 1922 adquiriu o Órgão de tubos vindo da França; em 1924 um incêndio destruiu o Altar Mor que era de madeira, estilo barroco e bonito. Foi feito um novo altar, todo em mármore carrara, que posteriormente foi desmanchado na construção da nova Catedral.

Em 1935, jubileu de prata do seu paroquiato, foi eleito Monsenhor Camareiro Secreto do Santo Padre Pio XI. Em 1936 adquiriu a Casa Paroquial, rua XV de Novembro, 122, era herança do Coronel de Campos Pacheco, foi adquirida do seu herdeiro Marcolino de Campos Pacheco, que só a vendeu porque era pedido de Mons. Rosa e por quarenta contos de reis, para pagar em prestações mensais, durante o ano, sem juros, como pudesse; a Irmandade do SSmo. ajudou Mons. Rosa no pagamento.

Uma nova fase na vida de Monsenhor Rosa.

Sentiu-se incapaz de realizar a preparação para a instalação do Bispado, adaptação da Igreja, residência episcopal e quanto fosse preciso. Uma comissão sob a direção de Dom Paulo de Tarso Campos e sacerdotes por ele escolhidos e alguns leigos, tudo prepararam sob as orientações do Sr. Bispo de Campinas. 8 de setembro de 1945, posse de Dom Ernesto de Paula. A simplicidade de Mons. Rosa era congênita a sua vida desde os tempos de Seminário; era a virtude personificada nele; estudioso, de memória prodigiosa; conhecedor de várias línguas em que era formada a sua biblioteca; o português era castiço, o francês, o espanhol, o italiano e o latim que traduzia corretamente, inclusive os clássicos; conhecedor da história universal e do Brasil, assíduo estudioso da teologia e da sagrada escritura. De uma fé impoluta, num tempo de lutas religiosas, não admitia outras religiões e nem outro exercício da caridade, que não fosse de fonte cristã. Por isso lutou pela preservação da fé frente ao protestantismo, ao espiritismo e a maçonaria de modo especial, quando o maçom de fato não aceitava a Igreja. Assim é curioso saber que tão rica era a sua simplicidade, que jamais sua luta feria qualquer pessoa, ainda quando estigmatizasse com veemência. Sua palavra era acatada por todos, quando de qualquer celeuma, a sua presença era certeza da paz e da reconciliação entre as partes, seu argumento era Jesus Cristo.

Sua dedicação a salvação das almas, é testemunho eloqüente o tempo que estava na Igreja, no confessionário e aí estão dezenas e dezenas de sacerdotes e religiosas que levou a consagração a Deus. Era um autentico Homem de Deus. Cada ano e vezes por ano, as famílias, as Irmandades e os amigos iam a sua casa para ver se precisava de alguma coisa, pois mal recebia um presente ou dinheiro, levava para os pobres, certos de que a sua pobreza era rica em dar. Um caso singular que revela a sua genuína simplicidade e ao mesmo tempo o amor às vocações sacerdotais, quem dissesse que queria ser padre, tinha toda a sua atenção. A boa Mãe pobre, humilde

e piedosa procurou o Cônego Rosa para dizer-lhe que seu filho queria ser padre e ela não tinha meios para atender o seu filho. Logo disse: “o Sr. Bispo, Dom Nery vem para visita pastoral, venha com o seu filho à hora do almoço para falar com o Sr. Bispo”. Assim aconteceu e o Cônego Rosa pediu ao Sr. Bispo que deixasse a mesa e fosse atender aquela mãe e o menino. Os homens de Deus se entendem. Dom Nery ao fim da visita Pastoral levou o menino para ser padre. Na palavra de Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, Arcebispo de São Paulo, esse sacerdote era um dos mais sábios entre os mais eminentes sacerdotes do Brasil. E como testemunho de gratidão, acrescentou ao seu nome Nery; é o saudoso Mons. José de Castro Nery, que morreu no serviço da Igreja Universal, como um dos eminentes juristas na reforma do Código do Direito Canônico. Simplicidade é virtude, é sabedoria das coisas de Deus; não é ignorância, nem acomodação; até mesmo na ordem da natureza é ser sábio, os grandes cientistas, mestres abalizados, são pessoas simples desde o seu linguajar até as suas atitudes; parecem simples despreocupados, mas tem sensibilidade para saber estar no seu lugar.

Uma reunião convocada pelo Sr. Bispo Dom Ernesto de Paulo com a presença dos párocos, dos religiosos e religiosas, diretorias das Irmandades e ação Católica e membros das comissões para o Bispado, foi um momento angustioso para a sua alma. Agora ele tem setenta anos, não é mais jovem e nem sua missão é competir com os jovens. Sentiu necessidade de renunciar a paróquia de Santo Antônio, o Curato da Catedral e seria a mais emotivas de suas decisões. Seria isso orgulho? Seria um ato de humildade válido? Sentia o bafejo das amizades e o peso de novas responsabilidades. Procurou um sacerdote para seu conselheiro, homem experiente e temente a Deus, lá em Campinas, expôs o drama de sua consciência, esta disposto até deixar Piracicaba, se essa fosse a melhor solução, a cidade que ele amava e onde viveu solidamente a sua vida sacerdotal e construiu de fato, o Reino de Deus nas almas e na sociedade com sua vida ilibada. A resposta foi esta: “não é hora de deixar o Curato da Catedral e nem de deixar Piracicaba”. De o seu apoio ao Sr. Bispo, o seu apoio o que tem para dar é o suficiente; uma palavra sua é mais preciosa que tudo que pensa sem a sua presença. Voltou para o seu holocausto, continuou o seu ministério aqui como quem abre caminhos e aplaina o chão para que outros realizem e assim foi até a sua morte. Em 1950, 22 de dezembro, Dom Ernesto quis a Catedral em condições de celebrar o áureo jubileu sacerdotal de Mons. Rosa.

A Santa Sé lhe conferiu o título de Monsenhor Protonotário Apostólico, que tem como insígnias a Cruz Peitoral e a Mitra, nas celebrações solenes, a pedido de Dom Ernesto de Paulo. Para conseguir tudo a bandeira era esta: contribuir para as

obras da Catedral, para os paramentos, pratarias, alfaias e adornos necessários para a solenidade de um grande Pontifical, em homenagem ao áureo jubileu sacerdotal de Mons. Rosa. E tudo foi conseguido em pouco tempo e era de ver na sua singeleza, procurar o Sr. Bispo quase todos os dias, para saber se lhe não estava faltando alguma coisa. Somente a sua visita era como um traço luminoso de amizade, que despertava também os outros para o mesmo carinho ao Sr. Bispo.

Um dia o Sr. Bispo confiou-me: “Quando decidi construir a nova Catedral, fiquei receoso, dadas as circunstâncias, e movimenteí alguns amigos da Capital para algum auxílio se precisasse, mas até o fim nunca precisei desse auxílio, Piracicaba do Mons. Rosa foi pródiga”. Nesse ano de 1950, o Prefeito Luiz Dias Gonzaga pela lei 155 de 9 de XII de 1950 dá a uma rua o nome de Mons. Rosa.

Em 1952, o Prefeito Dr. Samuel de Castro Neves, aprova o projeto do Dr. João Batista Vizioli e lhe dá o título de Cidadão Piracicabano. Em 1960 celebra cinquenta anos de pároco da Paróquia de Santo Antônio, agora já encanecido, solícito dos seus paroquianos, resta-lhe os seus passos vacilantes até a Catedral para celebrar, para atender confissões.

Por fim, seus últimos anos, o Dr. Meirelles, seu amigo e dedicado provedor da Santa Casa, lhe reserva um apartamento para que pudesse ser tratado pelos médicos seus amigos, pelas Irmãs Franciscanas, que tantas ele formou, por todos de lá que o veneravam; era continuar agora, em seu leito, os últimos exercícios de sua vida pastoral, com Cristo, em Cristo e por Cristo; salvar mais almas, edificando a todos e preparando-se para o definitivo gesto de um adeus até a eternidade. Do Sr. Bispo Dom Aniger Francisco de Maria Melillo, dignou-se num ato de profundo amor, reservas para Mons. Rosa, de quem fora colaborador em 1937, o seu sepultamento na Cripta da Catedral, com singelo e expressivo epitáfio, que quis significasse os seus mais recônditos sentimentos de veneração por Mons. Rosa.

Vida Simples

Muita humildade; falar dos outros seria para louvar e mostrar seus valores.

Orgulhava-se das suas Associações Religiosas, dos seus seminaristas e depois padres, das Religiosas que dirigiu espiritualmente, desvelo especial pela Pia-União das Filhas de Maria, e de outras que digam as suas associadas remanescentes.

Dom Francisco de Campos Barreto chegou a dizer: Quando solicitou a criação da Diocese de Piracicaba, lamentou essa separação, pois Piracicaba era preciosa para Campinas, porém, digna de ser sede de um Bispado, e isso aconteceu.

BIOGRAFIAS

Monsenhor Manoel Francisco Rosa (III)

JAMIL NASSIF ABIB

Membro do IHGP

Monsenhor Manoel Francisco Rosa, filho de Antonio Claudino Rosa e Isabel Francisca de Moraes Rosa, nasceu em São Roque, Estado de São Paulo, no dia 26 de abril de 1874.

Alfabetizado muito cedo, recebeu a primeira comunhão no dia 8 de dezembro de 1887, data festiva da Imaculada Conceição, de que se tornou devoto fervoroso. Com o despertar da vocação religiosa, ainda em sua adolescência, com 14 anos de idade entrou para o seminário diocesano de São Paulo no começo de 1890, onde cursou o básico, filosofia e teologia. Foi ordenado padre em São Paulo, em 22 de dezembro de 1900.

Logo após sua ordenação, em 1901, foi coadjutor da paróquia de Santa Cecília, em São Paulo, e de 1902 a 1910, foi pároco de Nossa Senhora do Belém de Descalvado. Em 20 de fevereiro de 1910, foi nomeado, por Dom Nery, bispo de Campinas, pároco de Santo Antônio de Piracicaba, onde permaneceu até falecer. Com formação teológica centrada em São Tomas de Aquino e Santo Agostinho, revelou a segurança de suas

convicções religiosas e conhecimento da natureza humana, tendo incorporado nessa formação as bases da vida religiosa tais como a pobreza, castidade e obediência. Foi fiel a todos os compromissos assumidos no dia de sua ordenação.

Estudioso, de prodigiosa memória, Mons. Rosa falava várias línguas como o francês, italiano e espanhol. Profundo conhecedor do latim, chegou a traduzir para o português os grandes clássicos. Conhecia a História Universal e História do Brasil.

Desinteressado totalmente por dinheiro e bens materiais, “mal recebia um presente ou dinheiro, doava-o para os pobres, certo de que em sua pobreza era rico em dar”. Sua porta sempre permanecia aberta para quem quisesse entrar em sua modesta casa, se abrigar do pouco que encontrasse. Era um homem comedido, respeitador e educado ao ritual de que não bastava ser, mas era preciso, também, demonstrar, por atitudes acima de qualquer suspeita, a que vinha e porque agia de um modo irrepreensível. E do Mons. Rosa, nunca, ninguém pode, nos cinquenta e quatro anos que viveu em Piracicaba, insinuar, mesmo que de leve, o mínimo resvalado de conduta.

No final de sua vida, idoso e doente, aconselhado pelo amigo e diretor clínico da Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba – Dr. Luiz Gonzaga de Campos Toledo – Mons. Rosa aceitou residir na Santa Casa até o final de seus dias.

Faleceu às 16 hs. do dia 7 de junho de 1965, com 91 anos de idade e foi sepultado na cripta da catedral de Santo Antônio de Piracicaba. Foi denominado o “Santo Cura D’Ars” de Piracicaba.

Fonte:

“Monsenhor Manoel Francisco Rosa” – 08/1990, de autoria do Dr. João Carlos Sajovic Forastieri, e por especial gentileza de Mons. Jamil Nassif Abib, pároco da Catedral de Santo Antônio de Piracicaba.



5

ENSAIOS

Cemitério de Piracicaba – o sagrado e o profano: a decoração funerária local entre os séculos XIX-XXI

PEDRO QUEIROZ LEITE

Mestre em História Social (Universidade Estadual de Londrina - UEL); Especialista em Cultura e Arte Barroca (Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP); Licenciado em História (Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP). Membro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC) e da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR).

PAULO RENATO TOT PINTO

Licenciado em História (Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP). Membro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC).

Fotos:

Paulo Renato Tot Pinto

1. Introdução

Este artigo é resultado de uma série de pesquisas e comunicações publicadas nos últimos anos pelos autores do presente trabalho (LEITE, P. Q.; PINTO, P. R.: 2007; 2009; 2010) tendo como tema a decoração funerária em Piracicaba.

Seu objetivo é manifestar a alternância quanto às referências religiosas e profanas na ornamentação das sepulturas do Cemitério da Saudade, de Piracicaba, SP, seja por parte de membros da elite letrada local de fins do século XIX, e nas décadas seguintes, seja por populares, ao longo de 120 anos de uso comum daquele solo sagrado.

2. Pontos relativos ao método adotado

Em termos gerais, o método adotado teve seu início a partir de uma pesquisa que tentou buscar uma possível isenção frente a interesses específicos quanto a certos aspectos cemiteriais considerado relevantes em termos locais. Não foi visado, então, unicamente, as sepulturas dos vultos ou personagens históricos mais destacados da sociedade piracicabana do passado, que ali se encontrassem sepultadas, como um padrão de estruturas funerárias a ser seguido, ou copiado. Ou seja, optou-se, na primeira etapa, pelo levantamento de um perímetro que reconhecidamente fosse o mais antigo daquela necrópole.

Numa segunda etapa da pesquisa, foi possível identificar uma série de túmulos cuja decoração monumental se sobressaía em relação às demais. Possuíam eles não só grandes dimensões, como expressivas esculturas — em tamanho e volume — e cuja qualidade de fatura e ausência de similares, quer nas proximidades, quer no âmbito geral do cemitério, levou-nos a considerar que se tratassem de peças únicas, confeccionadas expressamente para os locais para onde foram destinados, e, portanto, permitindo-nos considerar que as mesmas não se configuraram como obras pertencentes aos catálogos das empresas de decoração funerária de então, mas, sim, produtos que, se não ímpares, foram provavelmente frutos de uma autoria artística e pessoal, ou seja, não manufaturada.

Numa terceira etapa, pode-se identificar um fator de relevância junto ao recorte que fizemos da decoração funerária do Cemitério Municipal de Piracicaba. Trata-se da alternância de cinco fases no que diz respeito à temática religiosa e a laica. A primeira, dos princípios da utilização do cemitério, até fins do século XIX, início

do XX, caracteriza-se pela ostensiva presença de símbolos cristãos nas sepulturas. São eles o principal objeto passível de ser observado. Já numa segunda fase — do fim do recorte anterior até os anos de 1929-1930, nota-se uma clara dessacralização — do ponto de vista intrinsecamente religioso e, mais estritamente, católico — nas sepulturas de participantes da elite letrada piracicabana. A terceira fase, por motivos que serão apresentados, e que se estenderá até os anos 1950, destaca-se pelo retorno grandioso da decoração católica. Já a quarta fase, compreendida a partir daquela década e os anos 1970-1980, novamente descarta-se dos símbolos religiosos, em grande parte em razão dos ditames estilísticos e artísticos gerais do período, que operaram no sentido de um reducionismo quanto aos ornatos funerários. A quinta e, até agora, última fase, a presente, que tem início a partir dos anos 1980, não só recoloca os temas religiosos, como se caracteriza por um florescer desta decoração, mas de matiz claramente popular.

Quanto à análise das sepulturas, embora realizada inicialmente segundo o método proposto por Panofsky (2001: 47-87), em virtude do tamanho reduzido do presente trabalho, conforme especificado para sua publicação, a mesma foi bastante resumida e não será apresentada da forma aprofundada que prevíamos a princípio.

Já quanto à nossa compreensão da dicotomia sagrado x profano, fazemos coro às considerações de Clarival do Prado Valladares (1972: 1353-1354) sobre o assunto, que enxergava nos símbolos, alegorias “e metáforas ateístas, ou panteístas profundamente anticristãs livremente utilizadas nos ricos jazigos de abastados agnósticos, ou exóticos, das necrópoles de luxo” como uma manifestação “do espírito arreligioso de uma sociedade católica enriquecida: o profano na arte cemiterial sendo, portanto, uma tradução do sentimento anti-católico dos ricos sofisticados”.

3. Os primórdios

Existem poucos remanescentes das primeiras sepulturas do Cemitério da Saudade e, em especial, daquelas que se destaquem por um certo luxo decorativo. A antiga regra geral parecia prescrever apenas túmulos no formato de urna tendo como elemento de decoração apenas uma cruz.

Entretanto, destaca-se um belo exemplar semelhante a uma estela (Figura 1), da década de 1880, adornado em seu alto por uma cruz profusamente elaborada. No centro, um medalhão decorado pela figura de um pranteador junto de uma sepultura e, um relevo (Figura 2) próximo à base, com uma Âncora, símbolo da Esperança, e a Cruz, símbolo da fé.



1. Sepultura de 1880



2. Pormenor da figura 1



3. Jazigo-monumento de Prudente de Moraes, início do século XX

4. A dessacralização

4.1. O jazigo-monumento de Prudente de Moraes

Em razão da notoriedade, natureza e amplitude do personagem ora abordado, e em vista das dimensões do presente trabalho, tornam-se desnecessários maiores comentários quanto à vida e carreira pública do ex-Presidente da República, José Prudente de Moraes e Barros ((1894 – 1898).

Além de ter sido uma figura de proa da Província, depois Estado, de São Paulo, e de pertencer a uma família tradicional da região, com muitos vínculos relacionais e de sangue com outras que faziam parte da elite cafeeira paulista, que por si justificariam a natureza monumental de seu jazigo, acresça-se a este fato ter sido ele Presidente da República, e assim podemos compreender as dilatadas proporções de seu sepulcro, que é o maior da necrópole piracicabana, e o único no qual se notam certas intenções paisagísticas, de influência romântica, ou eclética remontando ao romantismo (Figura 3).

Trata-se, pois, de uma obra toda feita em granito, guarneçada de portões de bronze, contidos estes por pilastras que encimam jarros do mesmo metal, e que dão

acesso, por meio de uma dupla escadaria a um patamar onde se assenta o busto do ex-Presidente (Figura 4), com os ombros cobertos por uma toga e o pescoço nu, à maneira de um tribuno romano, como tornou-se voga na representação dos “republicanos históricos”¹. Na parte posterior deste patamar encontra-se um frontão ornamentado com dois vasos de bronze, à semelhança de piras, e bastante comuns na decoração funerária, com chamas feitas do mesmo metal. E, por detrás do frontão, um outro patamar, inteiramente recoberto de grama, no centro do qual encontra-se um monólito de granito, trabalhado de forma a sugerir certa rusticidade, e no qual encontra-se esculpida uma grande cruz.

Este cruzeiro, ainda que central, é a parte da decoração menos notada no monumento, de tal forma que se confunde com a pedra de onde emerge. E, na parte posterior do monólito (Figura 5), nem sequer se reproduz o emblema do cristianismo, talvez para não contrastar com o aspecto de ruína romântica, ou classicista à Hubert Robert (1733 - 1808), que se pretendeu no ajardinado do monumento. Mas os demais elementos são meramente convencionais, mais artísticos e arquitetônicos do que propriamente sacros.

¹ Quanto à mania das representações dos republicanos em moldes clássicos, cujo efeito, muitas vezes, chegava a beirar o ridículo, leia-se o sarcástico e hilário artigo do humorista José Madeira de Freitas (Mendes Fradique), in LUSTOSA, Isabel. Brasil pelo método confuso: humor e boemia em Mendes Fradique. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.



4. Pormenor do jazigo-monumento de Prudente de Moraes



5. Parte posterior do jazigo-monumento de Prudente de Moraes

Em suma, trata-se de um altar da Pátria consagrado a um grande vulto de sua história, seguindo os modismos da época e com o menor número possível de referências cristãs — somente o indispensável, por assim dizer, quem sabe para não ferir a sensibilidade dos admiradores religiosos de Prudente.

4.2. O jazigo de Manuel de Moraes e Barros.

Não sendo tão conhecido, atualmente, quanto seu irmão Prudente, Manuel de Moraes e Barros (1836 – 1902), bacharel em Direito, foi Promotor de justiça, juiz municipal, delegado de polícia e presidente da Câmara, todas estas funções em Piracicaba. Nesta cidade atuou também como advogado e comerciante. Posteriormente, foi eleito deputado provincial nos anos de 1884 e 1855, deputado geral de 1891 a 1895, e Senador, a partir desta última data e até o de sua morte. Insere-se, portanto, com relevo, na oligarquia local, estadual e nacional de fins do

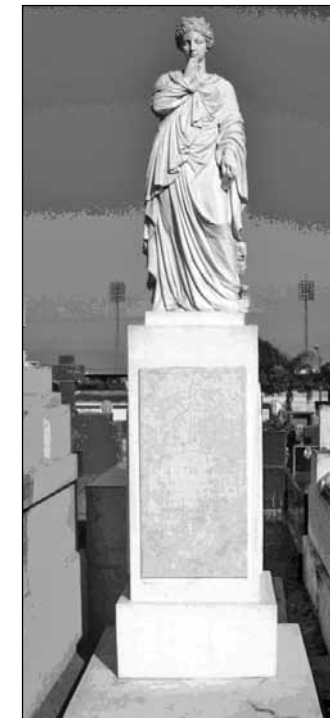


6. Jazigo de Manuel de Moraes Barros

século XIX e princípio do XX, e seu jazigo é condizente com sua posição social e com os modelos de representação que a mesma exigia à época (Figura 6).

Fortemente inspirado no jazigo de seu irmão mais famoso — de que é contíguo, ainda que em escala menor — a sepultura de Manuel de Moraes Barros não possuiu absolutamente nenhuma decoração religiosa ou que vagamente sugira qualquer aspecto sacro. E ainda que sucessivas gerações da mesma família tenham sido ali sepultadas — inclusive seu filho primogênito, em época em que seu pai ainda vivia — nenhum elemento de decoração alusiva às práticas ou crenças religiosas da família foi acrescido, manifestando-se como uma grande celebração leiga ao Senador Moraes Barros.

4.3. O túmulo de Francisca Carolina Morato.



7. Túmulo de Francisca Carolina de Barros Morato (vista frontal)

O túmulo desta senhora (Figura 7), pertencente a uma das famílias mais antigas de São Paulo e estabelecidas há muito no interior paulista, é um dos pontos altos da dessacralização da decoração tumular verificado no cemitério de Piracicaba. A temática cristã é quase nula, submersa por uma forte carga de motivos clássicos e eruditos.

Tal se confirma já a partir da lápide. Sob uma pequena e discreta cruz escavada no mármore, lê-se a seguinte inscrição: Aqui Jaz/ Franciscisca Carolina de Barros Morato/ Viuva do Capm João Morato de Carvalho/ Fallecida a 5 de Dezembro de 1887/ Saudades da minha mai. Nenhum Orae por ella ou Rogae por ella, ou qualquer outra alusão à prática ou piedade religiosa acompanham aquelas palavras. E a saudade filial manifestada, ainda que bastante emotiva, não se prova por si só como manifestação do espírito cristão da família. Mas o principal motivo, o motivo evidente, é a imponente figura clássica² que arremata a sepultura, a qual, à primeira vista, julgamos se tratar de uma alegoria da noite, enquanto símbolo da morte, conforme

² Trata-se de uma estátua de mármore, conquanto caçada, maior que o tamanho natural e que traz a inscrição de autoria Villeroy & Roch na base, na parte traseira da obra.



8. Vista lateral da estátua.



9. Pormenor da estátua



10. Detalhe da estátua

remonta à tradição, e cujo exemplo mais célebre, ainda que disposta de outra maneira, encontra-se na Capela Médici, em Florença, e de autoria de Miguel Ângelo. O diadema estrelado sobre sua fonte induziu-nos a esta primeira conclusão.

E até mesmo a coruja, como um atributo da Noite³, encontrava-se no túmulo da matriarca piracicabana, o que parecia confirmar nossa teoria. Entretanto, uma análise mais detida, revelou nosso erro.

Tratava-se, de fato, de uma representação da deusa Atena, ou Minerva, mais provavelmente esta última, em sua plácida acepção romana (Figura 8), protetora do saber, e não seu par grego, belicoso e, muitas vezes, terrível, pois ali não se via o elmo, a égide e a lança que lhe são atributos, mas, tão somente a coruja, que a ela é consagrada, pousada sobre uma lanterna antiga, no alto de uma pilha de livros (Figura 9). E mais revelador ainda é o título de um dos livros, que pode ser visto em sua lombada: *Metaphisica/ Tomo I* (Fig.10), já que é sabida a grande afinidade entre a deusa e a filosofia (GRIMAL, 2000: 53).

Convenhamos, é uma bela representação. E bastante erudita, mas de forma nenhuma inspirada por motivos religiosos.



11. Jazigo de João de Almeida Prado

4.4. O jazigo de João de Almeida Prado

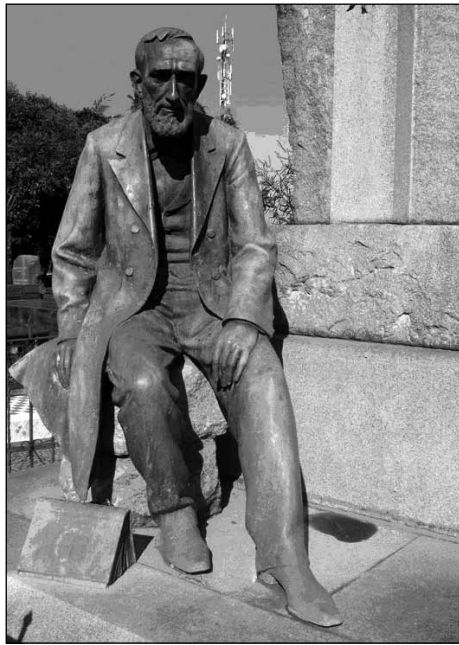
Dentro do perímetro estudado, encontra-se em posição de grande destaque o jazigo do piracicabano João de Almeida Prado (Figura 11), membro da oligarquia local e de tradicional família paulista, de grande projeção nas primeiras décadas do século XX cujas ramificações estendem-se por todo o estado de São Paulo, principalmente nas áreas cafeeiras.

Conquanto na sepultura encontre-se uma grande cruz, é interessante notar como ela se coloca em segundo plano, literal e simbolicamente, na composição. Em primeiro lugar, ela se apresenta de tal modo inserida junto ao fundo de pedra, que passa quase despercebida: assemelha-se mais a um vestígio arquitetônico numa ruína, e menos ao símbolo da Ressurreição; e a decoração aplicada na intersecção de seus braços, de feição clássica, contribui ainda mais para tal impressão, a ponto de tomarmos a eventual cruz que ali se aviste não como uma imagem cristã e, sim, quase alegórica de um certo classicismo.

Em segundo lugar, não somente ela se encontra entre a lateral e as costas da escultura, como o retratado parece não dar mostras de percebê-la: seu olhar, voltado para a frente, ainda que cabisbaixo, fitando o vazio, sugere que o personagem preocupava-se, em seus momentos finais, muito mais com a ideia do fim de sua vida, do que com a esperança de uma nova vida entre os anjos. Impressão ainda mais acentuada pelo livro caído aos seus pés, aberto, com as páginas voltadas para o chão, a sugerir a interrupção definitiva de sua leitura.

Finalmente, a cruz se revela quase acessória na sepultura, porque é inegável que toda a força expressiva do monumento converge para a figura do homenageado (Figura 12), representado com verdadeiro apuro realístico. E ainda que na intersecção dos braços da cruz encontre-se uma cartela, ornada de rosas, com a inscrição “Respeitei o meu/ próximo e fui/ temente a Deus”, a mesma é de tal maneira discreta em relação às dimensões do conjunto, que mais sugere se tratar de

³ Para a coruja enquanto atributo da Noite, qv., dentre outros, CHEVALIER (1992:293). Para uma análise da decoração da Capela Médici, qv. o ensaio O movimento neoplatônico e Miguel Ângelo, in PANOFKY (1995: 169-176).



12. Estátua de Miguel de A. Prado

uma convenção do que de uma efetiva manifestação da possível intensidade da fé, ou de suas práticas, experimentadas ou declaradas pelo homenageado.

Outro aspecto da dessacralização da decoração religiosa desta sepultura é o próprio livro aos pés da estátua de bronze da veneranda figura. Não se trata da Bíblia, ou de um missal, ou qualquer outro livro de temática religiosa, eventuais consolos daquele patriarca em seus últimos dias.

Vê-se claramente em sua capa um brasão familiar e, abaixo dele, o nome de Miguel de Almeida Prado, certamente um seu antepassado do qual se orgulhava de descender. Já em sua lombada encontra-se a inscrição Família/ da Cunha/ de Abreu (Figura 13).

Prossegue-se à pesquisa que procura elucidar a razão de tal inscrição. É possível supor que, por meio dela, o homenageado procurava manifestar a sua filiação àquela família, ainda mais antiga e tradicional que a sua, com foros de nobreza em Portugal. Todavia, é indiscutível que o conjunto sepulcral é quase que totalmente privado de motivos decorativos de inspiração sagrada.



13. Detalhe da sepultura



14. Jazigo de Almeida Júnior

4.5. O jazigo de Almeida Júnior

À primeira vista, o jazigo do célebre pintor paulista José Ferraz de Almeida Júnior (1850-1899) chama a atenção por suas claras linhas modernistas (Figura 14).

Por que, então, incluí-lo no presente trabalho? O que ocorre é que a sepultura foi construída em duas etapas com cerca de cinquenta anos de intervalo entre elas. A alta estrutura de granito que se vê ao fundo, e onde repousa a cabeça em bronze do pintor, foi construída como uma “Homenagem do Conselho de Orientação Artística do Estado, Prefeitura Municipal de Piracicaba e dos artistas”, dando-se a sua inauguração no dia 13 de novembro de 1947, como se lê numa placa de bronze afixada numa das laterais do monumento. Já a composição de bronze que se vê à frente, na base, ela

é de 1899, como se atesta por antigas fotografias, e o comprova a assinatura do artista por ela responsável, que se encontra na parte interior traseira da estrutura, onde pode ser lido o nome Borges de Araújo⁴ e a data 12 - 99 (Figura 15), ou seja, ela é datada já no mês seguinte à morte do pintor⁵. Esta secção do túmulo de Almeida Júnior, portanto, será o motivo de nossa análise.

O formato da composição sugere se tratar de uma urna, ou altar pagão — mais alto do que largo, em oposição ao altar cristão, cuja horizontalidade é mais enfatizada, à semelhança de uma mesa, no caso, a mesa da Eucaristia — coberto pelo pavilhão nacional — este, com o número de estrelas que apresentava a época e o dístico gravado como Orden e Progresso, conforme a grafia de então (GÓES, 1908: 214) — e que tem sobre a referida bandeira uma paleta de pintor coroada, não de louros, mas de ramos de café (Figura 16).

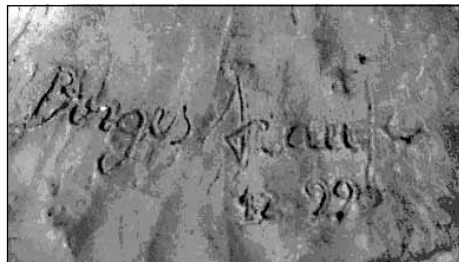
Aliás, é bastante engenhosa a disposição dos ramos, pejedos de grãos, pois

⁴ Não obtivemos, até o momento, qualquer informação relativa a este artista, mas dada a feição da obra, julgamos que não se tratava de um mero fundidor.

⁵ No trabalho O Túmulo de Almeida Júnior: jazigo ou monumento? (q.v. Bibliografia), levantamos a hipótese de que, ao menos esta parte da sepultura, possa ter sido feita para tomar parte num monumento que se projetou em memória do pintor, para o qual houve arrecadação de fundos, mas que não chegou a ser completamente realizado.



16. Seção inferior, e mais antiga, do túmulo



15. Detalhe da sepultura de Almeida Júnior

ele. Seu aspecto, e os elementos empregados na composição, trazem-nos à memória, imediatamente, o alentado estudo de José Murilo de Carvalho, em seu livro *A Formação das almas*, sobre os monumentos consagrados a Benjamin Constant, Floriano Peixoto e Júlio de Castilhos (CARVALHO, 1998: 42-43). Pois é evidente a filiação da obra ao ideário positivista. E, portanto, privada dos tradicionais elementos de decoração sacra. Note-se que na composição não há uma cruz, sequer, ou outro símbolo cristão. É um altar, sim, mas para um vulto da Pátria. E dessacralizado, portanto.

tanto remetem a um coroamento da paleta, como a uma eventual disposição de tintas sobre a mesma. Como se pretendesse afirmar uma série de valores ao mesmo tempo: em primeiro lugar, de que os ramos de café, símbolo da riqueza do Estado de São Paulo de então, equivaleriam, se não suplantariam, os louros tradicionais, clássicos, enquanto emblemas da glória e da imortalidade (CHEVALIER, 1992: 561), a que fazia jus o pintor; em segundo lugar, sugerindo tintas, de que Almeida Júnior era eminentemente um pintor paulista, um retratista de sua gente, paisagens e valores, cujas cores eram inspiradas diretamente na natureza rica do Estado.

Por fim, há a questão da bandeira, confirmando ser o pintor um artista nacional e, mais do que isto, o maior de todos. Pois não só o pavilhão da Pátria recobria, enlutado, seus restos mortais, como sua arte, na paleta coroada “à paulista”, alçava-se sobre

5. A Virada sacra

A partir de meados dos anos 1920, mas, sobretudo, desde os anos 1930, torna-se clara a volta dos temas sacros na decoração funerária em Piracicaba. Os motivos para tal, acreditamos, é um só, ainda que decorrentes de várias causas: a necessidade de apego religioso, decorrente de um período de instabilidades políticas, econômicas e sociais. Os anos 1920, nunca é demais lembrarmos, foram convulsionados por vários fatores institucionais: o Levante do Forte de Copacabana; a Revolta Tenentista e a Coluna Prestes; a guerra civil no Rio Grande do Sul; a Revolução de 1924, ou Isidora; as constantes instaurações de Estado de sítio pelo Presidente Arthur Bernardes; as ações do bando de Lampião; a crise de 1929; o assassinato de João Pessoa e a Revolução de 1930. Uma gama, como se vê, de graves crises contra a Ordem nacional, motivos mais que suficientes para gerar medo e desamparo a muitas pessoas – e, portanto, capazes de reavivarem o sentimento religioso. Nas décadas seguintes, também se manifesta o mesmo pendor quanto à decoração. O mundo convulsionado pela Segunda Guerra e pelo avanço do Comunismo, iria também atemorizar as famílias paulistas.

É o que verificamos na decoração nas sepulturas de várias famílias paulistas do período, como abaixo exporemos brevemente, dada a flagrante evidência da temática religiosa.

5.1 O Jazigo da família Girão

Localizado (Figura 17 e Figura 18) na Avenida Central, o jazigo que tem como primeiro sepultamento Manoel Pinto Monteiro Girão (3/8/1927), apresenta, no centro, um grande anjo que tem, em seu lado direito, a representação alegórica da Virtude Católica da Esperança, que carrega uma âncora e deposita flores sobre o jazigo. Do outro lado, a alegoria de outra Virtude Católica, a Caridade, carregando uma criança (CIRLOT, 1984:75-76; RIPA, 1996:161).



17/18. Jazigo da família Girão



19. Jazigo da Família Gonzaga

5.2. O Jazigo da família Gonzaga

O que mais chama atenção nesse conjunto (Figura 19), cujo primeiro sepultamento foi o de Adelaide Campos Gonzaga (1935), trata-se, sem dúvida, da estátua que o compõem. De grande dimensão, representa Nosso Senhor dos Passos.



20. Jazigo da Família Gonzaga Franco

3.3. O Jazigo da Família Gonzaga Franco

Cabendo o primeiro sepultamento a Luiz Gonzaga Franco (1944), a sepultura (Figura 20) traz uma grande imagem de bronze representando o Sagrado Coração de Jesus.



21. Jazigo da Família Moraes

5.4. O Jazigo da família Moraes

O primeiro sepultamento registrado foi o de José Elias de Moraes (1951) e traz (Figura 21) uma estátua de bronze de S. José com o menino Jesus no colo e, ao fundo, uma grande cruz de granito. A portinhola de acesso às gavetas possui a imagem de Cristo no Calvário.

6. O tardo-modernismo



22. Jazigo da família Gobin



23. Sepultura de Mariano Pelegrino



24. Sepultura de Armando Césare Dedini



25. Jazigo da família Jamil Tuřic Maluř

Verifica-se neste período, compreendido entre os anos 1950 e 1960, a existência ainda de imagens religiosas de grande porte, sempre de bronze, como se observa nas sepulturas da família Gobin (Figura 22) e na de Mariano Pelegrino (Figura 23).

Todavia a presença de elementos arquitetônicos que se tornam dominantes na decoração já se faz notar em diversas sepulturas, como naquela de Armando César Dedini (Figura 24) e na da família Jamil Tufic Maluf (Figura 25).

Esta tendência, aliás, exacerba-se ao ponto da arquitetura dominar completamente a composição, extirpando qualquer referência religiosa, como pode ser verificado na sepultura do Dr. Marcelo Nogueira de Lima (Figura 26) e no jazigo da família Curi (Figura 27) – um dos maiores da necrópole piracicabana – todo ele dominado pelas linhas tardo-modernistas em voga então. Neste, uma discretíssima cruz, quase imperceptível, esconde-se entre os dois volumes verticais do canto esquerdo.

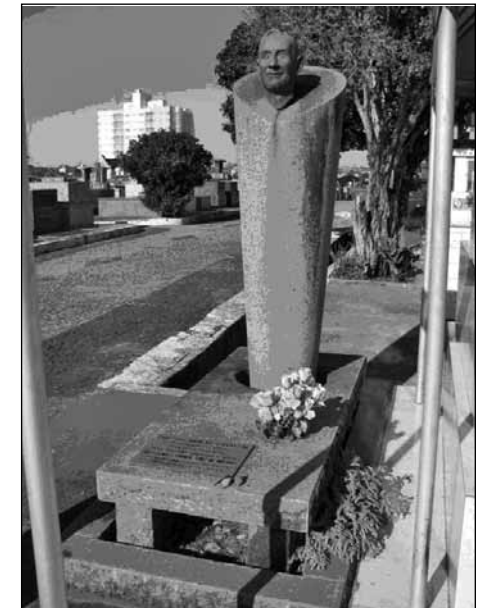


26. Sepultura do Dr. Marcelino Nogueira de Lima

Também neste período será comum a supressão de elementos religiosos e a pura e simples menção monumental ao falecido, como no caso das sepulturas de Hugo José Benedetti (Figura 28) e Nicolau Athanassof (Figura 29).



28. Sepultura de Hugo José Benedetti



29. Sepultura de Nicolau Athanassof

7. O Retorno das imagens

A partir dos anos 1970, em diante, surgem inúmeras sepulturas cujos materiais de acabamento declaram terem sido encomendadas por famílias de extração mais humilde. Na impossibilidade, certamente, de arcar com os custos de mármore e granitos, fazem revestir de azulejos os seus sepulcros, ornamentando-os com vistosos painéis pintados sobre aquele material, retratando santos de origem de devoção popular. São abundantes as imagens de Santo Antônio, São José, São João Batista e Nossa Senhora Aparecida. Um pouco mais raros as de São Francisco de Assis, e todos eles claramente inspirados em registros de santos, ou santinhos, impressos que circulam com uma tosca imagem de um lado, e uma oração no outro, mandados publicar por quem alcançou alguma graça.

Mas a devoção popular acolhe também devoções mais inusitadas, como a de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Figura 30), Nossa Senhora de Copacabana (Figura 31), e até mesmo o Menino da Tábua (Figura 32 e Figura 33), jovem canonizado por aquele gênero de devoção a um ponto tal que chega a receber ex-votos em sua homenagem, noutra sepultura (Figura 34).



27. Jazigo da família Curi



30. Nossa Senhora do Perpétuo Socorro



31. Nossa Senhora de Copacabana



32. O Menino da Tábua



33. Pormenor da figura 26



34. Ex-voto dedicado ao Menino da Tábua

8. Conclusão

Diante da análise exposta, pode-se inferir que a dessacralização da arte tumular no cemitério de Piracicaba foi representativa do desapego religioso da elite letrada de determinados períodos, mais atenta às manifestações artísticas da época e à intenção de ostentar seu caráter erudito e sua posição social, quer por sua opulência, quer por seu pretense saber, do que continuar a reproduzir os elementos tradicionais relacionados às suas formações cristãs. Por outro lado, a guinada sacra se deu em razão das crises políticas, sociais e econômicas atravessadas nas décadas posteriores, e sua profunda influência nas sensibilidades de então.

O Tardo-modernismo, em seu culto às linhas retas e a mínima ornamentação, facilmente aboliria os símbolos sacros, ou os rebaixaria na composição, em prol do todo arquitetônico. E o retorno das imagens, agora de matiz popular, é um fenômeno a ser ainda estudado em pormenores. Assim como as demais fases. O presente artigo oferece aqui, portanto, um esboço do ponto onde chegou as pesquisas dos autores, que devem cada mais serem ampliadas em busca de elucidar a relação do piracicabano com a morte e com a representação desta, e do Além, nas sepulturas do Cemitério da Saudade.

9. Referências

BORGES, Maria Elizia. Arte funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. A Formação das almas: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CHEVALIER, Dicionário de Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Tradução de Vera da Costa e Silva et alii. 6ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

CIRLOT, Juan-Eduardo. Tradução de Rubens Eduardo Ferreira Frias. São Paulo: Moraes, 1984.

GOES, Eurico de. Os Symbolos nacionaes: estudo sobre a bandeira e as armas do Brasil. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1908.

GRIMAL, Pierre. Dicionário de mitologia grega e romana. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

LUSTOSA, Isabel. Brasil pelo método confuso: humor e boemia em Mendes Fradique. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

LEITE, Pedro Queiroz & PINTO, Paulo Renato Tot. A Morte erudita: a dessacralização da decoração funerária no cemitério de Piracicaba (sécs. XIX – XX). Anais do I Encontro do GT Nacional de História das Religiões e das Religiosidades/ ANPUH: “Identidades Religiosas e História”. Universidade Estadual de Maringá (UEM)/Centro de Ensino Superior de Maringá (CESUMAR), 2007.

_____. A Morte piedosa: a ressacralização da decoração funerária no cemitério de Piracicaba (décadas de 1930-1940). Anais do II ENEIMAGEM – Encontro Nacional de Estudos da Imagem. Universidade Estadual de Londrina – UEL. Londrina, 2009.

_____. O Túmulo de Almeida Júnior: jazigo ou monumento? Anais do IV Encontro Nacional da ABEC, Piracicaba, 2010.

PANOFSKY, Erwin. Estudos de iconologia: temas humanísticos na arte do renascimento. Tradução de Olinda Braga de Sousa. Lisboa: Estampa, 1995.

REIS, João José Reis. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, Raimundo Donato do Prado. A Utopia da cidade asséptica – Piracicaba 1829-1872. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.

RIPA, C. Iconologia. Traducción del italiano de Juan Barja & Yago Barja. 2ª. Ed. Madrid: Akal, 1996.

VALLADARES, Clarival do Prado. Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros. Brasília: MEC-RJ, 1972.

VOVELLE, Michel. Imagens e imaginário na história.: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX. São Paulo: Ática, 1997.

ENSAIOS

A missão germânica civilizadora na Província de São Paulo “As impressões do barão J. J. von Tschudi”

EDSON DE LIMA E SILVA JUNIOR

Graduado em História pela Unimep,
professor da rede estadual de ensino de São Paulo
edson.delima.sjr@gmail.com

Resumo

Este artigo é uma adaptação do Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de História da Unimep (2006), intitulado Civilização e Barbárie no Brasil : As impressões do barão J. J. von Tschudi, e tem por objetivo expor as impressões sobre o Brasil, do naturalista, humanista, diplomata e viajante suíço, barão Johann Jakob von Tschudi, em sua segunda viagem ao país, entre os anos de 1860-1861, dando especial atenção à Província de São Paulo. Para tanto, destacando suas ideias e concepções sobre a indolência inata dos nacionais, o “estado cultural e moral” do Brasil, em oposição à suposta influência benéfica que suíços, alemães e austríacos desempenhariam quando introduzidos no seio da sociedade brasileira, tão depreciada pelo barão.

Palavras chave

Tschudi, germânicos, civilização

Introdução

As expedições realizadas para percorrer o Brasil pelos mais diversos viajantes europeus, das mais diversas nacionalidades e com múltiplos intuítos, constituíram-se em um importante fator para a emergência de uma ideia, ou ideias, do que era ou representava o Brasil para os europeus. Neste sentido, as impressões de tais viajantes não podem ser entendidas sem se levar em conta que suas ideias e concepções estavam “em conformidade com sua própria compreensão de mundo e do que são e devem fazer os europeus”¹. Dessa forma, os escritos desses viajantes trazem à tona suas ideias, concepções, preconceitos e imagens distorcidas sobre o Brasil, mas que contribuíram de forma significativa para se criar a imagem do país na Europa, além de sua própria auto-imagem. Suscitando assim amplo interesse do Velho Mundo pelo Brasil, “interesses de ordem econômica, pendores filosóficos, predileções exóticas, a insatisfação com a realidade social e a ânsia de fuga para algo melhor”², em especial, numa época de início de imigração, sobretudo, suíça e alemã. Era por meio dessas ideias, muitas vezes vagas, sobre uma terra chamada Brasil, que a Europa pensava e agia frente a esse mundo idealizado pela literatura de viagem.

Entre os muitos viajantes estrangeiros que visitaram o Brasil no século XIX, está o viajante suíço, barão J. J. von Tschudi. Seus textos, assim como os dos seus antecessores e dos que chegaram depois dele, devem ter contribuído para a emergência das várias imagens (grande parte delas negativas) sobre o Brasil no exterior e dentro do próprio país. Sua narrativa sobre as Províncias do Rio e São Paulo estão impregnadas de sua visão de mundo européia e civilizada. Tschudi observa de forma depreciativa os negros e os indígenas do Brasil e, ao mesmo tempo, ataca ferozmente o “fraco” governo imperial brasileiro. Entretanto, suas observações ora aparecem mais amenizadas, o que pode indicar, talvez, sua função como diplomata, mesmo não se tratando de um texto de cunho oficial. A forma depreciativa com a qual observa o Brasil, também pode ser entendida se levar em consideração que o autor defende a introdução de imigrantes no país, em substituição ao trabalho escravo, e para “despertar” o Brasil de sua inércia.

Neste artigo, no entanto, a ênfase será dada às observações e impressões que o barão von Tschudi direcionou às cidades da então Província de São Paulo: seu aspecto, cotidiano e sua gente, bem como as suas observações sobre a benéfica introdução do elemento germânico no seio dessas cidades.

Porém, quem foi Tschudi?

Johann Jakob von Tschudi nasceu em Glarus, cantão da Suíça de fala alemã, em 1818. De família aristocrática, era proprietário de terras na Suíça e Áustria. Formado em ciências naturais pela Universidade de Neufchatel, e em medicina pela Faculdade de Paris, Tschudi empreendeu uma grande viagem ao redor do globo, interrompendo-a quando chegou ao Peru entre os anos de 1838 e 1842. Nesse período, teve oportunidade de estudar a história dos povos da América pré-colombiana, destacando-se na Europa com seus estudos antropológicos, arqueológicos, lingüísticos e etnográficos sobre a civilização inca, sobretudo com relação à língua geral do antigo império inca, o Quetchua.

Fez sua segunda viagem a América do Sul, e primeira ao Brasil, entre os anos de 1857 e 1858. Visitando cidades do sul da Bahia, Vitória e Rio de Janeiro, dirigindo-se para o sul por São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde deixou o Brasil para percorrer outros países sul-americanos. Sua terceira viagem ao continente, e segunda ao Brasil, aconteceu entre 1860 e 1861. Em 1860, o governo da Confederação Suíça nomeou-o ministro plenipotenciário no Brasil, com missão especial de estudar os problemas da imigração suíça no país. Para tanto, fiscalizou as condições em que suíços e alemães se encontravam nas fazendas de parceria e avaliou as possibilidades de certas regiões do sul e sudeste de receber mais imigrantes. Sua Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo, principal fonte para este artigo, aconteceu nesse período e contexto. Esse relato encontra-se no terceiro volume de cinco, de sua *Viagem a América do Sul*³ que contém os relatos de viagem de sua segunda e terceira viagem a América do Sul. Nesse terceiro volume, além dos relatos sobre as Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, estão também sobre as Províncias do Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (1860-61).

De volta à Europa, foi nomeado, em 1866, embaixador na Áustria, publicando então os cinco volumes do seu relato de viagem ao continente sul-americano. Faleceu em 1887 deixando grande reputação nos meios científicos europeus⁴.

Viagem à Província de São Paulo: o relato de viagem e contextualização

Uma ideia em voga em meados do século XIX – e que começou a ganhar forma no XVIII – era a de que os homens não estavam ainda suficientemente civilizados, e como um “processo” a civilização deveria ser levada adiante, o que justificava o domínio das nações “conscientes de sua superioridade” e “porta-estandartes da civilização em marcha”⁵, sobre o mundo não-europeu. Essa ideia está presente nos textos do barão von Tschudi, mesmo que nas entrelinhas. Ela aparece diluída no

seu relato de viagem à Província de São Paulo (e Rio de Janeiro), mas, sobretudo, em suas observações sobre a “boa” influência que o elemento germânico promoveu, promovia e deveria ter promovido, sobre a vida, organização social e política do Brasil que, para o autor, era desprovida de ordem e seriedade, colocando por vezes em xeque a civilidade do país.

Segundo Norbert Elias, o conceito “civilização” (e também sua antítese, “incivilização”) envolve todas as atitudes e atividades humanas entre os séculos XVIII e XX. Nele está resumido tudo o que a sociedade ocidental julgou superior às sociedades mais antigas ou contemporâneas “mais primitivas”, como “o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo”. Pode-se dizer que esse conceito “expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo”⁶. Nesse sentido, como será observado adiante, nota-se a forma como Tschudi julga e interpreta tudo a partir dos referenciais do padrão civilizatório europeu.

Vale salientar que, em meados do século XVIII, como afirma Pedro Moacyr Campos, a crítica social enfocava de diferentes pontos de vista o Novo Continente. Um desses enfoques resultava das discussões referentes ao progresso e à civilização. Admitia-se que o progresso era o mais alto benefício que a história poderia apresentar ao homem, sendo o continente americano “amplamente dominado pelo primitivismo de seus habitantes”⁷. Havia ainda outra corrente que buscava na América e, por conseguinte, no Brasil, uma “terra de oportunidades e possibilidades” de lucros e de ascensão. O Brasil, segundo Campos, atraía as atenções dos europeus, principalmente no período inicial da imigração, especialmente a alemã⁸, “fonte de novos elementos para a imagem que se fazia deste mundo quase desconhecido”⁹.

Na Alemanha, as condições e as mudanças socioeconômicas favoreciam a imigração, como afirma Débora Bendocchi Alves. Especialmente no contexto que caracteriza o período entre os anos de 1815 e 1871, de transição de uma sociedade agrária para a industrial moderno-burguesa. Várias reformas agrárias foram efetuadas nesse período em que a terra passou a ser um bem negociável. As terras comunais foram cercadas e divididas, e a concentração da terra passou para poucos. A classe camponesa alemã foi enormemente prejudicada. A consequência disso foi o endividamento de muitos e a perda parcial ou total da terra. Não houve, assim, grandes possibilidades de absorção dessa massa de trabalhadores livres, especialmente nas regiões não-industrializadas dos Estados Alemães que, na primeira metade do século XIX, eram predominantemente agrícolas. Segundo Alves, “muitos dos trabalhadores rurais sem terra e artesãos, que temiam a proletarização, passaram a

fazer parte das levas de emigrantes que abandonaram a Europa”¹⁰. Nesse contexto, as levas de imigrantes suíços, alemães e austríacos que ao Brasil chegaram em meados de século XIX, aos olhos do barão von Tschudi, seriam o dínamo propulsor do processo civilizador. Para ele, a imigração germânica trouxe um elemento mais civilizado ao país ainda “pouco civilizado”, pois a boa influência da imigração alemã promoveu o desenvolvimento e despertou do estado de “letargia” os habitantes da região de Campinas, por exemplo. Vejamos uma passagem do autor:

A imigração alemã nesta parte da Província não deixou de exercer influência favorável sobre a população nacional, despertando, por assim dizer, essa gente da letargia em que vão caindo todas as cidades situadas em regiões afastadas das vias de comunicação. Lembra-me ter lido, se não me engano em um jornal austríaco, um artigo que dizia ‘o povo alemão parece desempenhar para os habitantes do mundo as funções de sal. Assim como o sal, de uma comida insípida ou mesmo intragável, faz aceitável ao paladar, assim também age uma dose, convenientemente proporcionada, de alemães no seio de outro povo, exercendo influência benéfica, como é fácil verificar em qualquer parte do globo’. Várias vezes me foi dado verificar a exatidão desta observação, mais de uma vez comprovada nas regiões da província [sic] de São Paulo que recebeu imigração alemã¹¹.

Para o barão, era verificável a “inércia” que atingia as regiões do interior do Brasil, mas o elemento germânico despertaria “vida nova na população”, uma população que era desprovida dos serviços básicos de muitos ofícios, e que, com a introdução desses alemães “industriosos e trabalhadores”, passava a ter seu padrão de vida melhorado. Continua o autor:

Tanto os colonos como os imigrantes livres, despertaram vida nova na população, criaram indústrias, aumentaram o movimento comercial, melhoraram o padrão de vida, cousas estas que influíram mesmo na vida intelectual. Diversas pessoas importantes em Campinas e em Rio Claro referiram-se, com inteira sinceridade, à benéfica influência que o elemento germânico exercia na região, lamentando ao mesmo tempo que os desastrosos manejos com o sistema de parceira tivessem feito cessar inteiramente a corrente migratória na Província. Certos ofícios,

certas indústrias, que nunca tinham sido ou tentados na Província, foram introduzidos por imigrantes alemães. As pequenas indústrias caseiras e agrícolas, como a de laticínios, o cultivo de legumes, a apicultura, etc., revelaram-se tão úteis para os colonos, como para os habitantes da cidade. Antes da chegada desses ‘parceiristas’, as donas de casa não sabiam onde obter manteiga, verduras, leite, mel, uma vez que não possuíam hortas próprias e vacas. Agora, os colonos levam estes produtos às suas casas¹².

Segundo Tschudi, o elemento alemão na capital São Paulo também era numeroso, havia na capital da Província “alemães em todas as camadas da população”, entre eles, “homens eminentes de origem germânica”, e todos eles desempenhando suas funções de “sal” no seio da população paulistana¹³. Assim, os germânicos, aos olhos do barão von Tschudi, pareciam cumprir “sua missão civilizadora”, “honrando” seus países de origem. “Mesmo os brasileiros que são xenófobos”, afirma ele, “reconhecem estes méritos”¹⁴.

É importante lembrar que nesse período o governo brasileiro compartilhava com a ideia de que somente colonos europeus poderiam colaborar com o processo de civilização do Brasil. Segundo Luiz Felipe Alencastro e Maria Luiza Renaux, num país espoliado pela sua oligarquia, desorganizado pela violência social e pela heterogeneidade étnico-cultural, “a ‘civilização’ da sociedade aparecia como um dos objetivos essenciais do Estado”. Em 1850, houve a interrupção do contrabando de escravos. Esse fato, segundo os autores, foi visto pelos altos funcionários imperiais e governistas como a grande oportunidade de “civilizar” o universo rural, cujo atraso devia-se aos africanos. Para isso, era preciso povoar partes significativas do território com uma população que estivesse nos limites dos padrões culturais e étnicos estipulados pelos funcionários do Império. Os germânicos estavam dentro desses “limites”¹⁵.

No entanto, para o barão, apesar de as autoridades imperiais compartilharem essa ideia, os estrangeiros não tinham muita influência no meio político e nem na administração pública. Segundo ele, um “sentimento nativista” dos brasileiros os impedia de exercer influência política na administração dos municípios. Talvez, aos seus olhos, esse fato poderia ocasionar uma “ruptura” no processo de civilização do Brasil, pois para “civilizar” era preciso que esses elementos pudessem exercer influência em todas as áreas, e não apenas no meio rural. No seu relato de viagem às Províncias de S. Paulo e Rio, Tschudi parece concluir que as autoridades brasileiras

não se deram conta da boa influência que os imigrantes suíços e alemães ainda estariam por exercer, pois “nada parecem ter aprendido, nem aproveitado” com a introdução do elemento germânico nas várias regiões do Brasil. Mesmo no meio rural, onde em São Paulo esses imigrantes chegaram para trabalhar nas fazendas de pareceria, a pouca vontade, incompetência e falta de honestidade dos fazendeiros e políticos, “suas infelizes experiências em assuntos de colonização”, comprometeram enormemente a tentativa de “civilizar” o Brasil.

Ainda havia muito que se fazer para “despertar” o país da “inércia” provocada pela suposta indolência do negro e do indígena, e pela má administração das autoridades do Império, e apesar de muitos admitirem, segundo o barão, que a colonização despertava de forma dinâmica o país de sua indolência, pouco se fazia para que esse processo de civilização se desenvolvesse até um estágio em que o Brasil pudesse se igualar às nações civilizadas do mundo. A colonização efetiva do território e a introdução dos germânicos nos meios político-administrativos seriam iniciativas essenciais para isso. O tipo de sociedade incivilizada que se desenvolveu no Brasil a partir das “medidas irrefletidas”, da “indiferença”, do “desleixo”, dos “resultados ínfimos”, segundo suas palavras, é o que Tschudi aponta em vários momentos de seu relato de viagem. Foi a partir desses aspectos negativos sobre a sociedade brasileira que o autor caracterizou o “estado cultural e moral” do Brasil.

O “estado cultural” do Brasil

Em plena era da indústria e da máquina, o Brasil descrito por von Tschudi não tinha pressa. Entre uma cidade e outra da Província São Paulo, eram evidentes para o barão a “letargia” e a irresponsabilidade dos governantes com relação à manutenção das estradas e das cidades. Segundo ele, a irresponsabilidade com que eram tratados os problemas das vias de comunicação, em tão ricas zonas agrícolas, ilustrava suficientemente o estado cultural do Brasil. “A ‘paciência’ brasileira não necessita nem de estradas, nem de pontes”¹⁶, concluiu.

Como exemplo, Tschudi cita Limeira, em explícita denúncia do caráter dúbio do desenvolvimento brasileiro, pois lá ninguém parecia identificar plenamente o real estágio dos acontecimentos:

A vila de Limeira é um lugar decadente e destituído de importância, com suas miseráveis ruas ladeadas de algumas casas de construção ainda em bom estado. Até poucos anos atrás, dizem, as cabras ainda

pastavam no telhado da igreja. Mesmo os do lugar não sabem dizer se a vila está em desenvolvimento ou decadência. Asseguram, entretanto, que, apesar de ter sido elevada a categoria superior (havia pouco, era paróquia apenas), e de residirem ali algumas famílias ricas, não fizera a vila progresso nenhum. Isto não é nada vantajoso para a vila principal de um município que está em ótimas condições agrícolas¹⁷.

A “estrada real”, que ligava Campinas a Limeira, para Tschudi era “muito mal traçada, pois em trechos nos quais se podiam ter evitado os acidentes naturais, ela segue morro acima e morro abaixo, de modo muito primitivo [...]. Sua conservação está à altura do traçado”¹⁸. O barão cita ainda outras cidades da região de Campinas. Em [São José do] Rio Claro, apesar de apresentar “aspecto muito agradável”, as “ruas são poeirentas como o deserto de Saara, e o pó é sufocante”¹⁹. Capivari, “dá a dimensão de uma aldeia abandonada e insignificante, embora nela residam certo número de pessoas abastadas, o que é difícil de se presumir, dado o mau estado de conservação em que se acham tanto as casas particulares como os edifícios públicos”²⁰. Em Itu, Tschudi hospedou-se num hotel “mais do que medíocre”, com “amplos aposentos completamente vazios”. Apesar da cidade, segundo o autor, ser sede da aristocracia financeira e rural da Província de São Paulo, “Itú causa impressão estranha [...]. Suas ruas são mal pavimentadas [...], grandes praças cobertas de capim e algumas belas igrejas. [...] Na cidade, entretanto, não se nota vida; nenhum movimento: seu aspecto é o de um claustro”²¹. Sobre Piracicaba, afirma o autor:

Esta pequena cidade, que é destituída de importância, possui largas ruas mal calçadas, praças regulares, e algumas casas bem construídas, mas nenhum poço d’água, o que obriga a seus habitantes a servirem-se da água do rio. A igreja matriz é pequena e nada apresenta de notável; a do Rosário não passa de uma capela [...]. O edifício da Prefeitura, bastante estranho, serve ainda como posto policial, prisão, tribunal e escola para meninos. Quando há sessão do júri a escola não funciona. O xadrez acha-se em estado lamentável; criminosos sentenciados e pessoas que aguardam julgamento encontram-se na mesma sala encerrados²².

Campinas apresenta-se um pouco melhor aos olhos do barão. Entretanto, com algumas ressalvas. “Esta cidade, de grande movimento e indiscutível importância,

uma das maiores da Província, não possui sequer um hotel”. “Os edifícios públicos são destituídos de importância arquitetônica”²³. Segundo Tschudi, “Campinas deve seu grande desenvolvimento e sua atual opulência às extensas plantações de café”²⁴. Porém, a cidade carecia de mais investimentos para manter e melhorar sua situação de certo privilégio frente às outras cidades do interior da Província de S. Paulo. Os imigrantes germânicos citados anteriormente pelo autor, não deixariam de exercer a “boa” influência sobre essa cidade e região. Continua o autor:

Questão vital para Campinas é a construção da estrada de ferro Santos – São Paulo – Campinas, que evitará a êste florescente município o destino de Jundiá, dentro de 4 ou 5 decênios. Campinas, e todos os municípios adjacentes em que se cultiva café, sofrerão ainda muito com o modo pouco racional por que é conduzida sua agricultura. Os colonos que aí se radicaram deverão iniciar um sistema agrícola mais intensivo, o que não deixará de influenciar convenientemente os fazendeiros, e a construção da estrada de ferro assegurará à cidade a situação de importância que presentemente desfruta²⁵.

Segundo a historiadora Lilia Moritz Schwarcz, na década de 1850, o governo imperial investiu muito na infra-estrutura do país, acima de tudo nos transportes ferroviários. Entre os anos de 1854 a 1858, foram construídas as primeiras estradas de ferro e as primeiras linhas telegráficas. Esse período também ficou conhecido como a “era Mauá”, fazendo alusão ao barão de Mauá, com seus grandes investimentos na área financeira e industrial, e como a “era da estrada de ferro no Brasil”. Assim, na década de 1850, concentraram-se esforços em empreendimentos que simbolizavam o “avanço e o progresso das nações”²⁶. No período em que Tschudi fez as observações acima, 1860-61, o Brasil estava dando os primeiros passos em direção a esse “avanço e progresso”, para se igualar às nações “civilizadas”. Sendo assim, talvez o barão von Tschudi não ignorasse essas medidas, apesar de serem então muito recentes. Parece mesmo já percebê-las como fator de desenvolvimento, mas, ao mesmo tempo, enfatizando uma necessidade sentida pela elite imperial e legitimando um projeto em curso. Assim, Tschudi estaria chamando atenção para as carências que as novas medidas iriam atender. Porém, não sem antes disciplinar a “indolência reinante” no Brasil. Além da colonização, somente com medidas “severas e contínuas”, aplicadas com “grande energia” e “boa vontade”²⁷ é que o país alcançaria o progresso e se alinharia às nações civilizadas. Outro aspecto curioso na caracterização do “estado

cultural” do Brasil, aos olhos do barão, são suas observações e impressões acerca das habitações “primitivas” dos brasileiros, sobretudo, em comparação com as dos colonos europeus. Em visita a uma fazenda próxima a Campinas, Tschudi afirma:

Foi interessante para mim observar a diferença entre o interior da casa de um colono europeu e de um brasileiro. As famílias belgas e suíças mais abastadas possuíam móveis simples, mas sólidos, boas camas, cortinas nas janelas e, nas paredes caiadas, um ou outro quadro; na cozinha, um bom fogão e até uma grande abundância de utensílios. Nas moradias brasileiras, a falta de conforto era impressionante: uma esteira no chão, para a família toda, um banco tosco a um canto, uma sela velha e uma espingarda dependuradas a um prego; na cozinha, algumas pedras faziam as vezes de fogão, e duas ou três tijelas [sic], e nada mais²⁸.

Indolente e improdutivo, o brasileiro na visão do autor, não é capaz de produzir o conforto da vida civilizada. A forma como Tschudi descreve uma senzala, aproxima-se muito da moradia brasileira descrita acima. Sobre elas, o autor afirma que são “em geral dois edifícios compridos, de construção primitiva as chamadas senzalas”, em seu centro encontram-se “alguns fogões primitivos, nos quais os negros preparam às vezes um ou outro prato simples”. “Cada negro possui de 3 a 4 cobertores, que usa também como colchão, se não prefere utilizar-se da esteira. Um pequeno travesseiro completa a cama primitiva”²⁹. Ou seja, encontram-se os sinais de barbárie tanto nos negros escravos, quanto nos brasileiros livres.

A caminho de Piracicaba, Tschudi hospeda-se na casa de um fazendeiro chamado Elias Velho, um “autêntico caipira”, segundo ele. Para o barão, a casa de Elias Velho...

... era uma grande cabana de barro; meu quarto, um cubículo com paredes toscas, não caiadas, sem tecto, sem mesa, sem cadeira, sem móvel algum excepto uma cama. À noite, eu me sentei junto com a família [...]. Durante o jantar, senti de repente, que alguém me tirava os sapatos com grande agilidade. Surpreendido, debrucei-me para olhar para baixo da mesa e vi um negro, munido de grande bacia, prontificava-se a lavar-me os pés, o que fez e tornou a calçar-me, procedendo assim com as demais pessoas. Esta original cerimônia de ‘lava-pés’ só a vi no Brasil, o que bem justifica o anexam:

*Cada terra com seu uso;
Cada roca com seu fuso.*³⁰

Por meio dos trechos citados, pode-se notar como o Brasil, de forma geral, necessitava com urgência de colonização efetiva do seu território por elementos mais ativos, além da introdução de uma rígida disciplina em todos os meios administrativos. Para Tschudi, somente com essas medidas, esses sinais de barbárie – indolência, ignorância, negligência, falta de compreensão do dever – deixariam de se apresentar como barreiras ao progresso e à civilização.

O “estado moral” do Brasil

O termo “civilização”, segundo Norbert Elias, no momento em que adquiria forma em meados do século XVIII, também carregava um forte reflexo das ideias do movimento de reforma francês. Entre os pensadores da reforma, havia a ideia de que, tanto a sociedade quanto a economia, tinham leis próprias que resistiam à interferência irracional de governantes e da força despótica, pois “o desastre e o caos, o sofrimento e a aflição, são deflagrados pelo governo arbitrário, ‘anti-natural’, ‘irracional’”. Assim, os governantes deveriam proceder de acordo com as “leis naturais” dos processos sociais, que para os reformistas, eram partes de um processo ordenado e, por conseguinte, de acordo com a razão. Essa compreensão manifestava o desejo de que os governantes considerassem essa “moralidade”, essa “civilização” e percebessem as leis para que fossem usadas. Somente com medidas hábeis e esclarecidas tomadas pelo governo, a “falsa civilização” se tornaria “boa e autêntica”³¹.

A maneira como o barão J. J. von Tschudi avalia e interpreta o governo imperial brasileiro e suas políticas administrativas, no que se refere também à imigração, e sobre os hábitos perniciosos e influentes de certos personagens da vida social e política do país, se relacionam com tudo isso, mesmo que não seja de forma declarada, ainda assim, as ideias acima parecem se relacionar com tudo o que ainda é “bárbaro e incivilizado” no Brasil, na visão do barão. Tschudi parece interpretar o governo imperial de forma ambígua. Era despótico e arbitrário, escondido sob o véu do liberalismo e, ao mesmo tempo, era fraco e desprovido de energia para impor as leis e a ordem. Segundo ele, um brasileiro, “homem reto e austero”, que

teve a oportunidade de conversar a respeito das instituições sociais brasileiras, o confirmou que era

... triste confessar que grande parte dos nossos homens abastados adquiriram suas fortunas por meios desonestos; no Norte, por assassinatos, no Sul, por furtos e estelionatos’. Por mais duro que seja este juízo, duvido que um brasileiro, amigo da verdade, o possa contestar. Quem escutar o que vai pela boca do povo; quem ler atenciosamente os jornais ou acompanhar as discussões no parlamento e nas câmaras, não poderá, por otimista que seja, furtar-se a esta convicção³².

Desse modo, o autor constata que os brasileiros possuem tanta consciência dessas situações, que utilizam mesmo um provérbio “bastante malicioso” e “que bem ilustra o pensamento do povo”, que diz: “‘Quem furtou pouco fica ladrão, quem furtou muito, fica barão’”³³. Não se deve porém, segundo ele, esquecer que as paixões políticas e as lutas entre os diversos partidos exageram e desvirtuam os fatos. Contudo, as “agitações que antecedem às eleições costumam levantar, implacavelmente, o véu que simula a vida particular dos políticos”³⁴. O pensamento brasileiro sobre essa questão também pode ser ilustrado, segundo Tschudi, na declaração que ele afirma ter recebido textualmente de um eleitor, que dizia: “‘Sei que o candidato ao qual darei meu voto, cometeu vários crimes, mas, comparado com seu adversário, ele é um verdadeiro santo’”. Posteriormente, Tschudi comenta: “‘Passou depois a me enumerar os delitos de ambos os candidatos e, de fato, na Europa, eles seriam castigados, um com uma meia dúzia de anos de detenção, o outro, com pena de morte, se autores dos referidos crimes’”. Citando mais um último exemplo que ilustraria a “triste condição social do Brasil”, Tschudi afirma, dessa vez sem citar sua fonte, que um escravo havia assassinado o genro de seu senhor, por vingança. A polícia o prendera, porém, segundo o autor, o dono do escravo “‘não poupou esforços para libertar o criminoso, afim de poder vendê-lo em outra Província, o que lhe evitaria ao menos o prejuízo financeiro. Haverá melhor exemplo de decadência moral que este?’”³⁵.

Segundo Elias, a ideia de “decadência” ou “declínio”, já estava ligada a noção de “civilização” no momento de formação do conceito³⁶. O que Tschudi parece entender é que no Brasil haveria uma “civilização de fachada”, por assim dizer. O autor admite que o Brasil possui “instituições tão perfeitas”, mas que ainda assim,

cometem-se “tantos crimes, mesmo no seio da boa sociedade, sem que haja para eles o merecido castigo”³⁷. Civilização de fachada, por isso frágil, que revelaria toda a decadência moral escondida por trás dela, ou seja, mais um sinal da barbárie reinante no Brasil e compartilhada tanto pelo povo, como pela elite.

Depois de recolher o depoimento de brasileiros “amigos da verdade”, Tschudi, a seguir, confirma essas impressões na explicitação de suas conclusões sobre a questão. De acordo com ele, tal “estado de cousas se explica pelo absoluto desprezo das leis em geral, do qual nos dá exemplo tanto o ministro do Império, como o caboclo da roça, e pela falta de energia e vontade por parte do governo em fazer com que se respeite a lei”³⁸.

Para von Tschudi, além da inaplicabilidade da lei, parece não haver no Brasil o respeito ao direito, que rege as relações dos homens em sociedade na “verdadeira civilização”. O poder e a influência política, sustentados com muito dinheiro, proporcionava a esses homens influentes impunidade diante de seus crimes. Continua o barão:

Pergunto eu – quantas vezes aconteceu no Brasil que um homem rico e influente tivesse sentado no banco dos réus afim de se justificar de seus crimes? Quantas vezes teria sido condenado tal homem? Certamente nunca. O promotor público jamais ousaria proceder contra homem de posição. E se um promotor o quisesse fazer, não haveria de faltar dinheiro que abafasse o escândalo; nem faltariam jurados convencidos da suprema importância e do direito onipotente do dinheiro. Ai da testemunha que ousasse opor-se a um acusado desta espécie. Ficaria na alternativa de desaparecer durante o processo ou sofrer a vingança pessoal do acusado quando terminasse o julgamento³⁹.

Para Tschudi, o brasileiro rico e influente utiliza desses métodos escusos e perniciosos em benefício próprio. No entanto, faz questão de destacar que conhece “inúmeros brasileiros retos e honestos, que são os primeiros a apontar essa chaga no corpo da nação”⁴⁰. Contudo, essa “imoralidade” seria tradicional no Brasil e ilustraria as condições bárbaras do país.

Em visita às várias fazendas de parceria da Província de São Paulo, Tschudi colocou-se em contato com muitos colonos suíços e alemães que nelas trabalhavam. Nesses encontros, Tschudi cita as várias reclamações feitas por eles contra os métodos utilizados por muitos fazendeiros, habituados a lidar com escravos e que

agora precisavam lidar com trabalhadores livres e cheios de reivindicações. As críticas de Tschudi à empresa Vergueiro & Cia., dirigida por José Vergueiro, filho do senador Nicolau Vergueiro, ilustram bem o seu pensamento sobre as formas pouco honestas com as quais a empresa tratava os colonos.

O sistema de parceria havia sido implantado inicialmente com imigrantes suíços e alemães na fazenda Ibicaba, em Limeira, de propriedade do senador Vergueiro. Os bons resultados obtidos fizeram com que muitos outros fazendeiros de São Paulo também adotassem o sistema. Entretanto, o sistema de parceria passou a ser desacreditado e criticado, quando uma revolta de trabalhadores alemães e suíços ocorreu em 1856 na fazenda Ibicaba. Os colonos protestaram contra a “estranha divisão de lucros” sobre a venda do café, entre muitas outras formas desonestas com que eram tratados⁴¹. O Brasil transformava-se então de “terra das oportunidades”, em “terra da exploração”. Muitos colonos queixavam-se dos maus tratos e da falta de palavra dos fazendeiros, das más condições da terra que lhes eram fornecidas, e da insalubridade do trabalho, do clima, do “barbarismo” e “primitivismo” dos brasileiros e portugueses. Segundo Campos, via-se “o país, no fim das contas, como uma boa terra, desde que se consiga evitar o homem que nela antes se estabelecera”⁴².

Deve-se, porém, destacar que Tschudi não culpa unicamente os fazendeiros e a empresa Vergueiro, mas também muitos colonos por suas condições precárias de vida e trabalho. Primeiramente, o barão acusa as próprias autoridades suíças de “fazer uma limpeza em regra no seio da população”. Tschudi afirma que muitas famílias que emigraram foram obrigadas a incorporar “indivíduos fisicamente incapazes ou de baixo “nível moral”, “avessos ao trabalho”, que seriam caros aos “cofres públicos”⁴³. Quando essas famílias chegaram às fazendas, esses indivíduos funcionaram como um peso para elas e dificultaram o pagamento das dívidas contraídas com os fazendeiros. Acabaram se entregando ao alcoolismo e contraindo mais dívidas. Nesse sentido, Tschudi afirma que somente os indivíduos trabalhadores poderiam livrar-se das dívidas, os “vadios” nunca. Afirma o autor:

Uma cousa, porém, ficou patente: os colonos ativos conseguiram, apesar das dificuldades e adversidades, livrar-se de suas dívidas e conquistar certo nível [sic] de conforto, mesmo a despeito da firma Vergueiro & Cia., ao passo que os colonos vadios e vagabundos nunca conseguiram nada, mesmo sob considerações muito mais favoráveis e humanas⁴⁴.

Contudo, e apesar de admitir a culpa dos colonos, Tschudi não hesita em denunciar as atitudes duvidosas e desonestas de José Vergueiro, que só

... pôde assumir tal atitude unicamente porque vivia em um país em que a força e a influência políticas prevaleciam sobre o direito e onde o Governo é demasiado fraco para impor a obediência às leis a qualquer preço. Em nenhum outro país civilizado do mundo, tal atitude teria ficado impune ⁴⁵.

Fica explícita que essa denúncia de Tschudi se fundamenta em uma noção de vida civilizada, na qual deve haver governos sob leis. Assim, forças e influências políticas que prevalecem sobre o direito e as leis, indicam sinal de barbárie. Em outra passagem, de forma enérgica, Tschudi afirma duvidar que os maus tratos aos colonos continuariam, ou quiçá existiriam, se eles pertencessem a outras nacionalidades: Se, em vez de colonos suíços, se tratasse de ingleses, franceses ou norte-americanos, teria sido suficiente a presença das bocas de fogo de alguns vasos de guerra nos portos do Rio de Janeiro e Santos, para lembrar ao Governo Imperial que, num Estado onde o direito é respeitado, cabe-lhe velar, como poder supremo, pela obediência às leis, liquidando assim a questão. O fato do Governo não ter tomado nenhuma iniciativa com o fim de assegurar aos colonos o direito violado, prova suficientemente quão fraco o Governo Imperial se sente⁴⁶.

Desse modo, aos olhos do barão von Tschudi existia uma ausência da verdadeira ação governamental capaz de garantir a ordem. A “fraqueza” do governo parece, assim, caracterizar a “fraca civilização” do Brasil. Uma enérgica ação governamental faria funcionar as instituições. “Nomeiem-se juízes que velem pela observância das mesmas [leis] com severa imparcialidade, sem atender posições nem influências, e vereis que o sistema de parceria obterá um êxito absoluto” ⁴⁷. Somente com a colonização e com a aplicabilidade das leis pela força, vontade e energia o “fraco” governo brasileiro contribuiria para a sua própria civilização. Caso contrário, pela indolência e pela imoralidade, o Brasil permaneceria envolto na barbárie e continuaria em uma posição inferior diante das nações civilizadas do mundo.

Conclusão

O relato de viagem à Província de São Paulo (e às outras de forma geral), de J. J. von Tschudi fazem, inevitavelmente, emergir reflexões sobre algumas das atuais situações sociais e políticas do Brasil. Em introdução ao livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado Júnior chama a atenção do leitor para esse fato, argumentando que os problemas brasileiros de hoje, “já estavam definidos e postos em conjunção há 150 anos atrás” ⁴⁸. Ainda segundo o autor:

Os depoimentos dos viajantes estrangeiros que nos visitaram em princípios do séc. XIX são freqüentemente de flagrante atualidade. [...] Quem percorre o Brasil de hoje fica muitas vezes surpreendido com aspectos que se imagina existirem nos nossos dias unicamente em livros de história; e se atentar um pouco para eles, verá que traduzem fatos profundos e não apenas reminiscências anacrônicas ⁴⁹.

Parece tentador fazer paralelos com a conjuntura atual na leitura de alguns trechos do relato de viagem de Tschudi, em especial no que tange à política e à vida social, ainda que se tenha consciência de que seriam “reminiscências anacrônicas”. No entanto, isso apenas legitimaria (como as impressões de vários viajantes estrangeiros legitimaram em muitos momentos) o seu olhar de viajante europeu, conduzido do alto, mergulhado no seu etnocentrismo, e inclinado em afirmar a superioridade de uma cultura e civilização supostamente superiores.

O barão Johann Jakob von Tschudi é produto de uma Europa Ocidental, que no século XIX – portanto, época em que seus relatos de viagem foram escritos –, considerava seu processo de civilização terminado, se via como a “transmissora a outrem de uma civilização existente ou acabada”. Essa “consciência de sua própria superioridade, dessa ‘civilização’” ⁵⁰, passa a servir de justificativa para conquista e colonização de um “mundo não-europeu”, menos civilizado e primitivo. Associados a isso, também estão os preconceitos e visão de mundo do autor.

Portanto, as impressões e conclusões do barão von Tschudi estão, como foi constatado, impregnadas de ideias e valores em voga no século XIX, que interpretavam o Brasil como país decadente, com cidades decadentes, povo indolente e elite imoral, em oposição ao elemento germânico civilizado, disciplinado, trabalhador e empreendedor. Olhar que deve, entretanto, ser percebido e interpretado como

fruto do seu tempo e que estava em conformidade com as ideias e aspirações européias e com sua “missão civilizadora” no mundo “menos civilizado”. Assim, os textos de Tschudi e de outros viajantes que percorreram o Brasil devem ser lidos e interpretados a partir dessas referências

Notas:

1 Ver: Pratt, Mary Louise. “Alexander von Humboldt e a reinvenção da América”. In: Os olhos do império – Relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999, pp. 234.

2 Ver: Campos, Pedro Moacyr. “Imagens do Brasil no Velho Mundo”. In: Holanda, Sérgio Buarque de (org.). História geral da civilização brasileira – O Brasil monárquico. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993, tomo II, p.40.

3 No original em alemão: Reisen durch Südamerika.

4 Taunay, Affonso de E. “O barão Tschudi”. In: Tschudi, Johann Jakob von. Viagem as Províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo. São Paulo: Martins Ed., 1976, pp. 9-11. E também: Rocha, Gilda. “Prefácio”. In: Tschudi, Johann Jakob von. Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860. Vitória: APEES, 2004, pp. 17-23.

5 Elias, Norbert. “Da sociogênese dos conceitos de ‘civilização’ e ‘cultura’”. In: O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol. I, 1994, p. 64.

6 Idem, p. 23.

7 Campos, op. cit., 1993, p.41.

8 Segundo Alencastro e Renaux, aproximadamente 350 mil alemães chegaram ao Brasil a partir de 1824. Para saber mais, consultar: Alencastro, Luiz Felipe e Renaux, Maria Luiza. “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”. In: _____ (org.). História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia. das Letras, vol. II, 2001, p.317.

9 Campos, op. cit., 1993, p. 42.

10 Alves, Débora Bendocchi. “Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro-Turingia (1852-1853)”. Revista Brasileira de História.

Julho de 2003, vol. 23, nº 45, pp. 169-170. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100007&lng=pt&nrm=iso ISSN 0102-0188. Consultado em 22/06/2006.

11 Tschudi, Johann Jakob von. Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo. São Paulo: Martins Ed., 1976, p.

12 Idem, p. 155. Segundo Alencastro e Renaux, a ausência desses alimentos – salvo em Minas Gerais que produzia tudo que fosse derivado do leite – aos olhos dos estrangeiros e de muitos brasileiros das cidades, era prova do atraso da vida rural brasileira, já que faziam parte dos hábitos alimentares nos seus países de origem. Alencastro e Renaux, op. cit., 2001, p. 302

13 Tschudi, op. cit., 1976, p. 125.

14 Idem, p. 107.

15 Confira: Alencastro e Renaux, op. cit., 2001, pp. 291-335.

16 Tschudi, op. cit., 1976, pp. 28-29.

17 Idem, p. 175.

18 Idem, p. 175.

19 Idem, p. 188.

20 Idem, p. 198.

21 Idem, p. 200. Ainda em passagem por Itú, o barão encontra vestígios da passagem de mascates judeus pela região, e demonstrando um latente antissemitismo (como faz em outra passagem de seu relato), tão enraizado na Europa do século XIX, ele tem a oportunidade de comentar sobre, em suas palavras, “a nobre raça”, quando se hospedou em uma casa que se intitulava “Otel”. Diz ele: “Vi logo que tinha chegado a um albergue muito frequentado [sic], pois a grande mesa na sala de jantar e o dormitório estavam cobertos de inscrições a canivete ou escritos a lápis, em que se liam nomes pertencentes exclusivamente à nobre raça dos judeus alsacianos. Não encontrei nenhum outro nome europeu ou brasileiro. Não faltavam também observações em prosa e verso, que denunciava o grau de ilustração de seus autores. Antigamente esses vendedores ambulantes encontravam rico campo de atividade em Itu e nas fazendas das redondezas, mas atualmente já perderam grande parte de seus compradores, pois estes já descobriram que lhes é melhor

comprar de comerciantes honestos e corretos, onde a mercadoria é cem por cento, ou mais barata, que as dos vendedores judeus”. Tschudi, idem, 1976, p. 201.

22 Idem, pp. 195-196.

23 Idem, p. 154.

24 Idem, p. 172.

25 Idem, p. 172.

26 Ver: Schwarcz, Lilia Moritz. “Vida de corte: a boa sociedade”. In: As barbas do imperador – D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.102.

27 Tschudi, op. cit., 1976, pp. 113-114.

28 Idem, p. 161.

29 Idem, pp. 52-53.

30 Idem, p. 193 [itálico no original].

31 Elias, op. cit., 1994, pp. 59-60.

32 Tschudi, op. cit., 1976, p. 80.

33 Idem, p.79.

34 Idem, p. 80.

35 Idem, p. 80.

36 Elias, op. cit., 1994, p. 60.

37 Tschudi, op. cit., 1976, pp. 80-81.

38 Idem, p. 81.

39 Idem, p. 81.

40 Idem, p. 82.

41 O sistema de parceria visava à divisão da produção entre colonos e fazendeiros. A Vergueiro e Cia. recrutava os trabalhadores na Europa, que tinham que quitar suas dívidas (despesas com viagem, alimentação e moradia no Brasil) trabalhando por tempo determinado. A eles também cabia determinado número de pés de café, que podiam cultivar e colher, além de roças de alimentos. Os lucros com a venda dos excedentes da produção das roças também deveriam ser divididos. Para maiores detalhes sobre as fazendas de parceria, conferir: Stolcke, Verena e Hall, Michael. “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo”. Revista

Brasileira de História, nº 6, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1984, pp. 80-120. Sobre o levante em Ibicaba, conferir: Davatz, Thomas. Memórias de um colono no Brasil: 1850. São Paulo: Martins, 1972.

- 42 Campos, op. cit., 1993, p.60.
- 43 Tschudi, op. cit., 1976, p. 136.
- 44 Idem, p. 146.
- 45 Idem, p. 144.
- 46 Idem, p. 145.
- 47 Idem, p. 145.

48 Prado Júnior, Caio. “Introdução”. In: Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 16ª edição, 1979, p. 12.

- 49 Idem, p. 11.
- 50 Elias, op. cit., 1994, p. 64.

Referências Bibliográficas

Fonte:

Tschudi, Johann Jakob von. Vagem às Províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo. São Paulo: Martins Ed., 1976.

Bibliografia básica:

Alencastro, Luiz Felipe e Renaux, Maria Luiza. “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”. In: _____ (org.). História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, vol. II, 2001, pp. 291-335.

Alves, Débora Bendocchi. “Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro Turíngia (1852-1853)”. Revista Brasileira de História. julho 2003, vol. 23, no.45, p.155-184. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100007&lng=pt&nrm=iso ISSN 0102-0188. Consultado em 22/06/2006

Campos, Pedro Moacyr. “Imagens do Brasil no Velho Mundo”. In: Holanda, Sérgio

Buarque de (org.). História geral da civilização brasileira – O Brasil monárquico. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993, tomo II, p.40-63.

Davatz, Thomas. Memórias de um colono no Brasil: 1850. São Paulo, Martins, 1972.

Elias, Norbert. “Da sociogênese dos conceitos de ‘civilização’ e ‘cultura’”. In: O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol. I, 1994, pp.23-64.

Prado Júnior, Caio. “Introdução”. In: Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 16ª edição, 1979, pp.9-13.

Pratt, Mary Louise. “Alexander von Humboldt e a reinvenção da América”. In: Os olhos do império – Relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999, pp. 195-247.

Rocha, Gilda. “Prefácio”. In: Tschudi, Johann Jakob von. Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860. Vitória: APEES, 2004, pp. 17-23.

Schwarcz, Lilia Moritz. “Vida de corte: a boa sociedade”. In: As barbas do imperador – D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. pp. 101-124.

Stolcke, Verena e Hall, Michael. “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo”. Revista Brasileira de História, nº 6, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1984, pp. 80-120.

6

MEMÓRIAS

Piracicaba: história, memórias e uma declaração de amor

GUSTAVO JACQUES DIAS ALVIM

Pronunciamento feito em reunião do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, comemorativa do 243º aniversário de Piracicaba, realizada no dia 28/08/2010, no auditório do Museu “Prudente de Moraes”, pelo autor



Piracicaba fez, no dia 1º deste mês, 243 anos. Atendendo ao que dispõem os seus estatutos sociais, a diretoria do Instituto Histórico e Geográfico decidiu comemorar o aniversário da cidade no contexto de sua reunião mensal, com um pronunciamento alusivo a essa importante efeméride. Convidado pelo nosso dinâmico presidente, confrade Pedro Caldari, para assumir esta agradável tarefa, aceitei-a de bom grado, pois é, para mim, um grande prazer falar de Piracicaba.

Não é esta a primeira vez que faço alocações sobre esse tema, mas, nesta e noutras ocasiões, depois de aceitar o convite, tomam conta de mim a dúvida e a insegurança sobre o que dizer. Começo a me perguntar: o que falar no aniversário de uma cidade? Ou, ainda, que presente dar-lhe? Se tivesse mais tempo, talvez fosse o caso de fazer um “power-point” para contar a sua história, destacando momentos mais importantes de sua existência, como a gente tem feito ultimamente em natalícios de parentes queridos. Uma questão surge logo de início: as cidades são entes vivos? Minha mente começa a trabalhar e a divagar, fixada nas cidades. Pensei na pequenina cidade onde nasci. Nas cidades nas quais vivi. Nas cidades que conheci. Nas cidades pelas quais passei. Nas cidades de que ouvi falar. Nas cidades cujas imagens apenas pude apreciar à distância. Cidades tão diferentes, umas das outras. Algumas pequeninas. Outras enormes. Lembro-me das ricas e das pobres. Das belas e das feias. Das naturais e das projetadas. Das antigas e das novas. Das litorâneas e das interioranas. Cidades de todos os tipos. Cidades para todos os gostos. Cada qual com sua história, sua razão de ser, seus tipos, sua cultura, suas idiossincrasias. Não saberia dizer em quantas pensei. Porém, esse périplo mental serviu para certificar-me de duas coisas: primeiro, em certos aspectos as cidades imitam os seres vivos, pois nascem, crescem ou não, podem se desenvolver, sofrem com intempéries, empobrecem ou enriquecem, envelhecem e morrem; segundo, sem desdouro para qualquer outra, dentre todas, Piracicaba está em primeiro lugar, no meu “ranking” pessoal. Ela tem magia, tem mística, tem qualidades que exercem sobre mim irresistível atração. Ela tem vida.

Plagiando Newton de Mello, Piracicaba é a “cidade que adoro tanto, tão cheia de flores, tão cheia de encantos”. Cidade que tem seduzido a muitos, tanto nativos como forasteiros. Dizem alguns que é o efeito da água do seu rio: quem dela bebe, não mais a deixa. Passam a amá-la intensamente. Muito antes de ter me sido dada a almejada cidadania piracicabana, já havia me considerado, de “motu-próprio”, filho adotivo desta terra. Sempre fui apaixonado por ela. Por isso não vejo seus defeitos; só sei exaltar suas qualidades. Vibro com suas glórias, com suas vitórias, com suas

realizações, com os seus feitos de seus filhos. Reajo quando querem atingi-la com aleivosias. Aborreço-me com suas derrotas ou quando a maltratam.

Imagino que, estando num ambiente como este, pontificado de historiadores, sua história, rica de episódios interessantes e vultos notáveis, seja conhecida da maioria. Isso me poupa de recontá-la, aliás, tarefa que, se me propusesse a fazer, não haveria como realizá-la. Contudo, apenas para não desprezar o sabor da história e, quiçá, refrescar um pouco a nossa memória, vou falar rapidamente de suas origens, restringindo-me, evidentemente, a algumas pinceladas. Aliás, pretendo, nesta manhã, dividir o meu texto em três blocos distintos: no primeiro abordarei as origens e os primórdios de Piracicaba; no segundo, contarei o que era a Piracicaba que conheci, ao me mudar para cá, ainda criança; e no terceiro, farei uma declaração de compromisso e de amor a esta terra, que, creio, todos endossarão. Será o nosso presente a essa terra tão querida.

Vamos ao bloco inicial. “A região de Piracicaba, começou a ser percorrida, por ocasião das “Entradas e Bandeiras”, se bem que, nas primeiras tentativas de penetração, nada tivesse ficado, no que diga respeito à fixação do homem e formação de núcleos de povoamento.

O povoamento só vingou quando houve necessidade de se abrir uma estrada de São Paulo em direção das minas de ouro de Cuiabá, nos idos de 1718, que não apresentasse os mesmos perigos da navegação fluvial, pelo Tietê, Paraná e outros rios. A estrada surgiu, por aqui passando, por volta de 1725, construída por Luís Pedroso de Barros, apesar da existência de anterior ligação, Itu ao Salto de Piracicaba, feita por Felipe Cardoso, que, por esta razão, foi agraciado com uma sesmaria na região. Só daí, em que pese o abandono dessa estrada S. Paulo-Cuiabá, anos mais tarde, alguns começaram a residir em torno da queda d’água, aqui existente.

Em 1766, o Capitão-General D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, encarregou Antônio Corrêa Barbosa de fundar uma povoação na foz do rio Piracicaba, no Tietê (que muitos diriam tratar-se da foz do Tietê no rio Piracicaba), com o fim de ajudar a Vila Militar de Iguatemi, que havia sido fundada ou instalada na fronteira do Paraguai, fazendo da povoação entreposto para remessa de víveres e munições, para melhor policiamento e defesa daquela zona. No entanto, tal núcleo surgiu ao redor do Salto, 90 quilômetros distantes da foz, à margem direita do rio Piracicaba, pois já havia população nesse local.

No dia 11 de dezembro de 1771, o povoador Antônio Corrêa Barbosa era nomeado Capitão, depois de ter dirigido os trabalhos de abertura de uma estrada até o Salto de Avandava. Três anos mais tarde, com a posse de seu primeiro pároco — o

padre João Manuel da Silva — a povoação foi elevada à categoria de Freguesia.

No dia 31 de julho de 1784, após aquiescência do Governador, realizou-se a mudança da povoação de uma margem para a outra, vindo então para a margem esquerda, onde o terreno se mostrava mais favorável, por ser “alto, plano e não distante das águas”. A partir de 1816, os moradores da Freguesia passaram a reclamar a elevação desta à categoria de Vila. Alegavam que “tendo a felicidade de ocuparem o terreno mais fértil conhecido”, de já existirem “levantados 18 engenhos de cana de açúcar e mais 12 em disposição de se levantarem”, bem como “22 fazendas de criar”, mereciam Disciplina e Justiça, que não existiriam enquanto não fosse a Freguesia erigida em Vila, o que só veio a ocorrer em 31 de outubro de 1821. Dada a coincidência dessa data com a promulgação no mesmo ano da Constituição Portuguesa, foi batizada com o nome de “Vila Nova da Constituição”, nome que conservou quando da passagem da categoria de vila para a de cidade. Só 21 anos mais tarde, passou-se a chamar Piracicaba, “nome antigo, popular e acertado”, como dizia a petição oriunda da Câmara Municipal, por indicação do vereador, depois primeiro Presidente Civil da República, Prudente de Moraes.

Muita coisa mais poderia ser mencionada: a construção de sua primeira estrada de ferro, ligando-a a Itu, sua navegação fluvial a vapor, seus engenhos, sua economia forte, a policultura agrícola do século passado, a introdução da mão de obra livre, a visão e o trabalho, com muitos de seus filhos, os desmembramentos de seu território, com cessão de áreas para Araraquara e Limeira, território esse que ia abranger terras onde hoje se localizam Pirassununga, Jaboticabal e Bauru, a etimologia do topônimo “Piracicaba”, seu crescimento demográfico, sua industrialização, a participação de seus filhos em movimentos heróicos como o de 1932, e tantas outras, que o tempo não me permite relacionar. Para os que não conhecem e querem saber mais da história de Piracicaba, lembro-lhes de que o Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, sob a presidência do confrade Pedro Caldari, tem publicado várias obras de autores consagrados, que abordaram esse tema. Alguns textos são inéditos, outros reimpressos (porque estavam esgotados); foram oito títulos no ano passado. Há mais sete que já estão no prelo e logo virão a lume. São livros que vale a pena lê-los ou relê-los.

Passo ao segundo bloco de minha palestra, igualmente de história, porém será um texto pequeno, no qual descreverei a nossa querida Piracicaba, em tempos bem mais recentes, ou seja, contarei sobre a cidade para a qual me mudei há pouco mais de seis décadas, e cujas qualidades me encantaram. Relembrarei imagens, fatos e pessoas, de um curto, mas saudoso período, que vai de 1948 a 1955, durante o qual fiz os cursos ginásial e colegial, além do Tiro de Guerra, antes de me transferir provisoriamente para São Paulo, para fazer curso superior. Nesses aproximadamente oito anos, fui um dos milhares de atores da história da cidade, atuando como simples morador, mas, também, testemunha presencial e ocular.

Apesar de ter estado aqui, anteriormente, algumas vezes em visita a meus avós maternos, comecei, realmente, conhecer Piracicaba em 1948, quando, aos onze anos de idade, levei um dos maiores sustos de minha vida, com a decisão de meus pais de me trazerem para o Internato do tradicional Colégio Piracicabano, no qual vivi bons cinco meses, iniciando aí o ginásial, curso que completei no renomado Instituto de Educação “Sud Mennucci”. Pude, então, aqui morando, desfrutar, de maneira mais intensa e frequente, das belezas da cativante Piracicaba. Era algo indescritível andar pela cidade grande de muitas ruas, mas de pouco movimento, visitar o mercado, entrar nas lojas (Porta Larga, Casa Raya, Livraria Brasil, Cardinalli e tantas outras), ir às duas estações de estrada de ferro (da Companhia Paulista e da Sorocabana) e passear nas três linhas de bonde! Dessa época ficaram-me as horas passadas no bonito e majestoso parque da Escola Agrícola, como era chamada a ESALQ; as indefectíveis visitas ao Mirante; as brincadeiras no Jardim da Ponte, destruído para dar lugar ao Beira-Rio Pálace Hotel; as idas ao Jardim da Cadeia, hoje Praça Almeida Junior, mutilado para abrigar a Casa de Artes Plásticas; as andanças pela Rua do Porto aonde ia levado por meu avô para ver os barcos dos pescadores, bem como as marcas então ainda visíveis, tantos anos depois, nas paredes de algumas casas, da maior enchente de nosso rio, havida em 1929. Lembro-me também das horas felizes no Parque Infantil, que funcionava no final da Rua Vergueiro, agora abrigando a nova Biblioteca Pública Municipal e dando lugar também a uma bonita praça, nas proximidades do Beira-Rio Pálace Hotel. Era bom caminhar no Jardim Central ou Largo da Matriz, cujas frondosas árvores, que me encantavam, haviam sido arrancadas e o lindo repuxo demolido, para dar lugar à nova praça posteriormente ampliada com a interrupção da Rua São José e a derrubada do vetusto Teatro Santo Estêvão, que fazia fundos na direção da Rua Prudente. Gostava de ouvir os pássaros e o bate-papo dos engraxates a conversarem entre eles ou com estudantes, pronunciando as sílabas das palavras de “trás-pra-frente”, com

os “erres” do peculiar sotaque regional. A alteração da fisionomia do centro da cidade se completou com a demolição da Matriz velha, cujas obras se iniciaram em 26 de janeiro de 1946, para dar lugar à Catedral. São essas as reminiscências mais longínquas, que guardo na lembrança, fixadas de maneira indelével. Aos poucos fui conhecendo esta terra dadivosa, suas coisas, sua gente, seus filhos ilustres, suas tradições, sua história. E passei a amá-la, fazendo dela minha terra natal adotiva. Não foi amor à primeira vista. Voltando ao passado, sinto que, talvez, a minha paixão tenha se iniciado pelo futebol. O meu primeiro ano de residência, em Piracicaba, coincidiu com a luta do XV, já campeão do interior, uma vez em 1931 e outra em 1947, por uma vaga no futebol maior de São Paulo, pois começava a vigorar a lei do acesso. E o “Nhô Quim”, depois de árdua campanha, não só conseguiu o título de campeão de 1948, mas também o do Torneio Início de 1949. Gritando XV, XV, XV, assisti a todos os jogos, inclusive as finais famosas contra o Rio Pardo e Linense, torcendo pelo time campeão que ficou na história: Ari; Elias e Idiarte; Cardoso, Strauss e Adolfinho; De Maria, Sato, Picolino, Gatão e Rabeca. O XV havia feito uma façanha: foi o primeiro time do interior a ganhar o direito de pertencer à Divisão Principal do futebol paulista. Tenho vivas na memória as refregas no campinho da Rua Regente, apelidado de “panela de pressão”, e os duelos sensacionais com o Clube Atlético Piracicabano, no “fortim” da Vila, bem como, uma vez na então Primeira Divisão, jogos contra os grandes times de São Paulo. Não podia sequer imaginar que um dia, anos mais tarde, eu viria presidi-lo, em fase muito difícil.

A Piracicaba desse tempo era uma cidade pacata e provinciana. Tão poucos eram os carros, que a gente se referia aos proprietários de automóveis, como “o dono do Dodge verde” ou “aquele que tem um Chevrolet preto”. Não havia semáforos, nem lombadas, nem rotatórias. Era raríssimo ver uma mulher dirigindo carro. Dado o pouquíssimo trânsito, podia-se perfeitamente jogar futebol na rua. A “negadinha” da minha rua praticava o esporte-rei aqui perto, na Rua 13 de Maio, entre a Santo Antonio e Alferes, portanto a duas quadras do centro da cidade. O município tinha aproximadamente 80.000 habitantes, pouquinho mais do que um quinto da população atual. As pessoas, à tarde, começo da noite, levavam cadeiras para as calçadas, para matar o tempo, conversando com os vizinhos, enquanto as crianças brincavam. Não havia violência, nem tevê. Dizia-se: “aqui todo mundo conhece todo mundo”. Andava-se a pé para ir ao trabalho, à escola, à igreja, etc. Eram comuns as visitas, feitas sem aviso prévio. O pão e o leite eram entregues nas portas ou janelas das casas. A cidade era considerada fim de linha, porque as duas linhas férreas, a Paulista e a Sorocabana, eram ramais, que terminavam por aqui. Não havia ligação

asfáltica com as cidades vizinhas. Eram 800 os aparelhos telefônicos magnetos, cuja ligação era solicitada a uma telefonista passando-lhe o número desejado (até hoje me lembro, o número do telefone da minha casa era 94). Uma chamada interurbana para São Paulo, para ser completada, levava cerca de seis horas. Na cidade, funcionavam três ou quatro clubes recreativos e um poli-esportivo (o Regatas), dois cinemas (o Broadway para o “society” e o São José, o “poeira”), ambos levando fitas em série, nas “matinéas” de domingo (geralmente com duas sessões diárias, à noite), algumas entidades assistenciais e filantrópicas, um hospital, um cemitério, muitas igrejas, poucos bancos, dois jornais diários e uma emissora de rádio. Era alto o índice de alfabetização e grande o número de escolas, apesar de serem apenas três os colégios (Assunção, Piracicabano e Escola Normal), uma escola de Comércio e Contabilidade (cuja denominação era Cristóvão Colombo, a famosa escola do Prof. Zanin) e uma escola superior, a “Luiz de Queiroz”. Bom comércio, várias usinas de açúcar e indústrias promissoras.

O rio era caudaloso, piscoso, muito pouco poluído. Nele podia-se nadar ou saltar do trampolim, próximo ao ex-Clube de Regatas. Piscina pública havia apenas uma, a do Colégio Piracicabano. Em casa particular, ao que eu saiba, a primeira piscina foi construída na residência de minha tia, a Prof^a Laudelina Cotrim de Castro. O salto não conhecia secas. O Mirante não possuía o restaurante. Uma única ponte existia para ligar a cidade à Vila Rezende (ao “Paraguai”, que era como os “gozadores” chamavam aquele bairro). A nova Matriz, ou melhor, a Catedral, estava nos alicerces. A modesta igreja de São Benedito servia orgulhosa e provisoriamente de Catedral. Iniciava-se a cobertura do primeiro trecho do Itapeva, cujo projeto já tinha meio século. Ele, nessa época, só podia ser transposto em poucas ruas, por meio de rústicas pontes. Iniciava-se, também, o uso de asfalto nas vias públicas, em vez de paralelepípedos, que existiam desde 1922 nas principais ruas.

A melhor ligação com São Paulo era pela via férrea com o trem da Companhia Paulista, com baldeação em Nova Odessa. Também se podia viajar pelos automóveis do Expresso Piracicabano, que saíam do lado da Matriz. Outras cidades vizinhas eram ligadas por ônibus, que partiam do Largo São Benedito, defronte o Bar do Ponto. Esse Largo também desapareceu para dar lugar ao então prédio do Fórum, inaugurado antes de 1960, que, atualmente é ocupado pelo Posto Fiscal Estadual, Cartório Eleitoral, Academia Piracicabana de Letras e pelo nosso IHGP. Mais tarde, o outro lado, desse mesmo Largo, foi destruído, para dar lugar ao prédio da Prefeitura, cujo projeto não foi completado, pois previa a construção de outro igual (na área hoje servindo de estacionamento da Câmara), compondo o que

deveria vir a ser a Praça dos Três Poderes. Não havia estação rodoviária. A AVA, linha de ônibus para Americana e Campinas, saía da Rua Prudente, quase esquina da Rua Santo Antônio, e o ônibus para Monte Alegre, da parte de trás do Teatro Santo Estevão. O Expresso Piracicabano (hoje, Viação) tinha sua agência ao lado da Catedral. A condução, dentro da cidade, era o bonde, com três linhas: uma para a Escola Agrícola, outra para a Vila Rezende e a terceira para a Paulista. Havia um ônibus circular, da empresa Marchiori, que passava pelo Cemitério e Santa Casa. Na verdade os contornos da cidade eram a Avenida Independência, os trilhos da Paulista, Vila Boyes e a Vila Rezende. Cidade Jardim, Jardim Europa e outros bairros estavam surgindo. Não havia arranha-céus.

Quadrava-se o jardim, nas noites de sábado e domingo e, às vezes, nas quintas, até o horário de começar a segunda sessão de cinema. Rapazes rodando de um lado, moças em sentido contrário faziam o “footing”. Na quadra formada pela Praça, Ruas São José, Governador e Moraes, circulavam os negros. No quarteirão que vai do Bradesco ao Itaú, ficava o cine Politeama. Este trecho, conhecido por “calçadinha de ouro”, servia para o desfile das meninas do “society”, que passavam pelo bar da esquina (o Nova Aurora) onde se concentravam os cobiçados “agricultores”. Na Praça havia ainda, a “bombonière” do Passarela e o “snooker” do Jacaré. Na Rua Moraes Barros, onde hoje há uma galeria e o Edifício Brasil, podia-se comer os sanduíches do Bar Comercial de propriedade da família Lescovar, que veio a ser, depois, dona do Restaurante Brasserie, fechado há algum tempo. O Bar Comercial ficava num prédio antigo, cujo segundo pavimento serviu de sede a clubes, bem como à UDN (a União Democrática Nacional) partido político de oposição a Getúlio Vargas. Eram dessa época, também, o “Cano Frio” (zona de meretrício, na Rua Silva Jardim), o ponto de charretes, bastante usadas pelas meretrizes, os “biribas” (os Ford Perfect, ingleses), e “mercedinhos” a óleo diesel, ambos carros de aluguel; não havia taxímetro (pagava-se preço fixo por corrida na cidade), bem como as serenatas, não importunadas pela polícia, os famosos trotes de calouros da Agronomia e o Nhô Lica, um tipo popular, que catava pedras e pedregulhos, certo de que eram pedras preciosas e que valeriam milhões. Quando reunia algumas, levava-as aos gerentes de banco ou caixa econômica para guardá-las. E aí se não as aceitassem.

Em 1948, também se iniciaram grandes mudanças políticas, com a redemocratização do país; tomava posse como Prefeito, o Sr. Luiz Dias Gonzaga, que já ocupara o cargo outras vezes, e uma Câmara composta de 31 vereadores, verdadeira

colcha de retalhos, se fôssemos analisar os partidos e classes representados. Nem o longo período de hibernação político-partidária conseguira fazer desaparecer as velhas facções e eliminar divergências pessoais.

Posso ter sido traído pela memória, porém esta foi a Piracicaba que conheci ainda menino. De lá para cá já se passaram várias décadas e Piracicaba sofreu, tal como outras cidades, os impactos das violentas transformações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas. Não é mais uma cidade pacata e provinciana. É o progresso que a transforma, que a faz crescer, mas que também traz problemas das mais diferentes naturezas. Hoje, a Piracicaba, em que vivemos, é completamente outra. Não preciso descrevê-la, nem dar exemplos dessa nova realidade, pois todos nós a conhecemos de sobejo. O importante é que a tomada de consciência dessas mudanças não nos paralise, e, sim, nos impulsionem a bem administrá-las. Precisamos conservá-la como cidade ideal para se viver com qualidade, diante da desumanização que os grandes centros estão conhecendo, sem que isto signifique abdicação do progresso, da procura de outros caminhos e de pioneirismos.

Finalizarei, abordando o terceiro bloco, consubstanciado numa declaração de amor à cidade aniversariante e num compromisso de responsabilidade quanto ao seu futuro.

Se eu tivesse a oratória de Benedito de Andrade faria os mais belos discursos, de que fosse capaz, para exaltar seus atributos. Se minha sensibilidade e vibração fossem as mesmas de um Francisco Lagreca, poeta de nossa terra, poderia cantar, em versos sonoros, os encantos desta linda “Noiva da Colina”, assim batizada por outro poeta, Brasília Machado, que para cá viera exercer a promotoria pública da comarca, e que encantado com suas belezas naturais, dedicou-lhe também lindo poema. Ou então, se eu possuísse os dotes artísticos dos Dutras, de Eugênio Nardin, de Pacheco Ferraz e de tantos outros, pintaria com as cores mais vivas e brilhantes o seu maravilhoso por de sol. Ou, quem sabe, se me tivessem sido concedidos talentos musicais, poderia fazer coro com Newton de Mello, para cantar bem alto as belezas dessa Piracicaba, que eu também adoro tanto, ou compor lindas canções como Benedito Dutra, Rossini Dutra, Germano Benencase, Ernst Mahle e tantos outros. Ou ainda, se abrigasse a cultura e a inteligência de Thales de Andrade, Losso Netto, David Antunes, Jacob Diehl Netto, Leandro Guerrini, descreveria, com letras imorredouras, seu rio poético e o seu salto deslumbrante. E quantos outros piracicabanos, como estes, souberam, cada qual usando de suas virtudes e talentos,

dignificar e projetar sua cidade, como Prudente de Moraes. Inúmeros nomes desfilam pela minha mente, uns do passado, outros do presente. E ao lado destes, muitos outros, que não tendo nascido nestas abençoadas plagas, se integraram de tal forma à vida da cidade e que, por amor a ela, deixaram seus nomes indelevelmente registrados nos mais variados setores, do esporte à ciência, da educação à política, da filantropia às artes. Chegam mesmo a serem tomados como piracicabanos, casos de Erotides de Campos, Miguelzinho Dutra, Almeida Júnior, Barão de Rezende, Luiz de Queiroz, para só citar apenas alguns. Também gosto dela, como eles gostaram. Amo profundamente este pedacinho de chão. Sinto-me enfeitado por seus encantos. Preso efetivamente à sua gente hospitaleira. Hoje sou mais um enamorado da sempre “Noiva”.

Não tendo talentos desses quilates, e nada mais tendo feito que pudesse oferecer como presente à minha terra natal adotiva, no dia de seu aniversário, só me restou uma saída: fazer-lhe essa pública declaração de amor. Piracicaba já foi conhecida como “Cidade das Escolas”, “Atenas Paulista” ou “Ateneu Paulista”, “Cidade-Avenidas”, “Cidade mais Alfabetizada do Brasil”, “Maior Centro Açucareiro da América Latina”. Temos do que nos orgulhar. É legítimo o bairrismo sadio de nossa gente, povo culto e laborioso, hospitaleiro e alegre. Temos razões para proclamar, a plenos pulmões, a beleza de sua paisagem, a riqueza de sua indústria, a pujança de seu comércio, a eficiência de sua agricultura, o lugar de destaque dado à educação, a numerosa rede escolar, o amor às artes, às letras e às ciências, os grandes feitos de suas associações esportivas, a presença de suas entidades recreativas e religiosas, o trabalho de suas sociedades culturais e a bondade de sua população representada por inúmeros órgãos assistenciais, a vitalidade de sua imprensa, agora também televisada, o exemplo de seus filhos ilustres, do passado e do presente, que deram e têm dado a contribuição piracicabana à grandeza de nossa Pátria nos mais variados campos. E creio que aí está o melhor presente que podemos oferecer à cidade aniversariante: a nossa inteligência, a nossa imaginação, o nosso desprendimento, o nosso trabalho, concretizando, a todo tempo e em todos os lugares, nas maiores e nas menores coisas, o serviço que lhe podemos prestar. Temos de servi-la, com nossa conduta exemplar, seja na vida pública ou privada, contribuindo de maneira decisiva e até mesmo sacrificial, para a melhoria de nossa comunidade. Piracicaba, para mim, tem guardado, desde há muitos anos, alguns traços impressionantes. O primeiro, o sentimento cristão de um povo, cujo coração responde pronta e suficientemente a todo apelo que se faça para ajudar o próximo. Nenhuma campanha

tem falhado. E quem se dispuser a estudar a história de suas entidades assistenciais ficará impressionado com o número e os serviços que prestam. Desde o Lazareto, construído por Manuel Ferraz de Arruda Campos, o Sanatório para Tuberculosos erigido por Lídia Rezende, a Santa Casa de Misericórdia, fundada por José Pinto de Almeida, até as dezenas de instituições de hoje, cujos nomes seria exaustivo enumerar. O segundo traço, o seu apego às coisas do espírito, ligadas à arte e ao saber. Bastaria falar em Arquimedes Dutra, Fabiano Lozano, Sud Mennucci, Thales de Andrade, Miss Martha Watts e tantos outros.

Realmente são incontáveis as ações culturais em nossa terra, de excelente qualidade, nos mais diversos campos: literatura, teatro, música, danças e outros. O terceiro traço, a capacidade de superar problemas, quando a comunidade resolve se unir e enfrentá-los, como os exemplos do passado, no caso da constituição da Telefônica Piracicaba para resolver um insuportável problema ou da campanha para o retorno do XV à divisão especial, em 1948. E ainda o seu permanente pioneirismo, cujos exemplos podemos buscar nas realizações de homens do porte de Barão de Rezende, Luiz de Queiroz, Pedro Ometto e Mário Dedini, para citar nomes de cidadãos que não mais estão entre nós. O melhor presente, a essa Piracicaba que adoramos tanto, dando o melhor de nós para que ela não perca o seu calor humano, enquanto é tempo.

Que o progresso venha, que as transformações surjam, mas que ela nunca se “desumanize”. É um trabalho para hoje. Amanhã pode se tarde!

Parabéns, Piracicaba!

Parabéns pra mecê!

Acalanto de um caipira apaixonado, à cidade em outro aniversário.

CECÍLIO ELIAS NETTO

Republicação de poema originariamente publicado na "Folha de Piracicaba", em 1º agosto de 1967, ano do Bicentenário de Piracicaba.

Foto: Tadeu Fessel

*Óia, sinhá moça!
Me adiscurpe do atrevimento,
mai eu tô loco, quase num güento
de vontade de falá.
Sei que num sô moço bacana,
sô rapaiz da roça, cortadô de cana,
mai eu vô desabafá.*

*Sô pobre,
gente que num tem dinheiro,
Sant'Antônio é meu padroero,
e ocê, por contraste da vida,
é moça rica, linda, instruída.
Me adiscurpe de eu tá acanhado,
puis só sei falá arrastado
e num gosto de chiquê.
Mai m'iscuita, faiz favô,
que sô moço arrespeitadô
e quero falá cum mecê.*

*Óia, moça, moça sinhá.
Tô sintindo um troço no peito
desdo dia que eu te vi:
tão formosa, tão bunita,
uma noiva tão catita que
inda me alembro dereito
de amor quase morri.*

*Te amei desde a primera oiada,
sofrendo quar arma penada,
sabendo que ocê, tão bunita,
e eu cum camisa de chita -
ai!, mecê num ia dá trela pra mim.
cocei a cabeça, pitei um cigarro,
garrei uma rosa caída no barro,
quis te falá, teu nome dizê: fiquei parado,
sem nada fazê.
Mecê era tudo e eu era nada;
mecê era o mundo, eu era a poera:
gostá de mecê seria bestera.*

*Fugi d'ocê, de seu zóio lindo,
da dor quieu sentia de só te querê.
saí pelo mundo, correndo daqui,
querendo esquecê, querendo morrê,*

*buscando outra moça mai linda que ocê.
Mai quê! Pur onde eu andasse, eu via
seu véu, que num é de renda, nem de
cetim, mai coisa feita cum bruma do
céu, coisa feita prá judiá de mim.*

*Ai, moça, ai, ai, ai.
Hoje, eu queria te dizê
que -- nas estrada pur onde andei,
nos caminho que pisei --
nada vi mai lindo que ocê.*

*Num pense que minto se te contá:
onde eu tivesse eu iscuitava
as música das serenata,
o baruío das cascata, os canto
dos canaviá.
Eu via ocê no chão e no arto,
branquinha e linda
como a espuma do Sarto.*

*Cum 239 ano, eu te adoro,
há mais de doi século a Deus improro
pra casá cum mecê.
Doi século que pesco no rio,
que sofro nas noite de frio,
procurando te esquecê.
Doi século de esperança,
de ocê sê a criança
que Deus me ia oferecê.*

*E, agora, no caminho, me contaro,
que ocê faiz maizum aniversário
e que, na cidade, tem gente
querendo te dá presente
pra mode te conquistá.
Ai, ai, ai, moça sinhá!*

*Eu num sube o que fazê.
Sô pobre, num tenho dinheiro,
no borso só tenho o paiêro,
que vô comprá pra mecê?
Deus me perdoe, moça linda,
mais, intão, fiz um pecado
que nem sei se vai sê perdoado*

*pelo Minino Jisuis.
Puis entrei numa capela,
vi umas fror linda, tão bela,
que tavam nos pé da cruz,
que acabei robando elas,
caprichando num buquê,
rá dá tudas ela pra mecê.*

*Tome as fror, fique cum ela.
Tem vermeia, branca, amarela
e azur como a cor do céu.
Tem rosa, cravo, jasmim e bonina,
Pra mecê, noiva e menina,
ponhá tudas no seu véu.*

*Eu tô tão invergonhado
que nem sei o que dizê.
Pois caipira apaxonado
tem distino de sofrê.*

*Me adiscurpe, sinhá moça,
mecê tem que adiscurpá:
tá na hora, eu já vô ino,
vô-m'imbora, sem demora,
cum vontade de chorá.
Mai antes de í, eu vô falá.
E mecê que é minha frô,
vê se iscuita, faiz favô:
"Eu te amo, eu te adoro,
eu te quero e te venero,
como ninguém jamais te amô.
Por mais ano que ocê faça,
é a Deus que eu peço a graça,
de podê bejá sua mão.
Deus te dê sempre a ventura
de sê linda, boa e pura,
é o que peço em oração.*

*Me perdoe eu tá chorando,
mai antes de eu í andando,
gostaria de dizê:
minha noiva, moça e menina,
minha Noiva da Colina,
parabéns pra mecê."*



MEMÓRIAS

A Sapucaia da Paz

VALDIZA MARIA CAPRANICO

graduada em Biologia, especialista em Educação Ambiental e Paisagismo, escritora e membro do IHGP.

Fotos: acervo pessoal

Existe uma árvore majestosa plantada na esquina da Rua Moraes Barros com a Avenida Independência. Pertence à família das Lecitidáceas, uma das mais importantes famílias de espécies florestais. Seu nome científico é *Lecythis pisonis* – e ocorre em florestas da Mata Atlântica e do Planalto, do estado de São Paulo até as regiões norte e nordeste do país. A ela foram dados muitos nomes populares, regionais, e entre eles, Sapucaia, Castanha Sapucaia, Cumbuca de Macaco e muitos outros; seus frutos servem para alimentar aves e alguns mamíferos – especialmente apreciados por papagaios e macacos.

Ao lado, porém, de sua importância botânica e ambiental, chama a atenção de qualquer pessoa mais ligada à Natureza pelo seu porte grandioso e pela alteração das cores de suas folhas e flores; nos meses de agosto, setembro as novas folhas são de cores rósea ou lilás, que também são as cores das flores que começam a abrir, indicando o início da Primavera.

Em nossa região, porém, existem poucos exemplares dessa espécie, apenas em reservas naturais, parques, alguns jardins – especialmente no campus da ESALQ. Quase foi levada à extinção por sua madeira pesada, resistente e de grande utilidade na indústria.

Como se vê, só por sua importância botânica e ambiental, a Sapucaia da Rua Moraes Barros já seria de grande valor para todos. Mas, especialmente essa sapucaia, conhecida por muitos como Sapucaia da Paz tem uma linda origem que se une a história da família Capranico em Piracicaba. Essa história ficou no seio da nossa família por muito tempo, mas, pedimos licença a todos para publicá-la.

Tudo começou na Itália, no ano de 1900.

Exatamente no dia 12 de dezembro desse ano, casavam-se no Vaticano, em Roma, os jovens Antonio Capranico e Maria Stella Pettinelli, ambos naturais da província de Áquila. Por pertencerem à nobreza italiana, o enlace foi realizado pelo Papa e abençoado pelos cardeais da época; os noivos ganharam do Papa uma lembrança que até hoje está em nossa família. O jovem casal, então, escolhe o Brasil para passar sua lua de mel. Como já tinham conhecidos e amigos que estavam em Piracicaba, para cá se dirigiram. Encantados com a pequena cidade – a Piracicaba de 1900 – decidiram aqui fixar sua nova residência.

Antonio, então, escreveu ao seu pai, na Itália, contando de sua decisão e o pai, lhe enviou os presentes ganhos e algum dinheiro. Ele compra uma casa na Rua Moraes Barros – na quadra que hoje fica entre as ruas São João e Bom Jesus e também uma fazenda na região entre São Pedro e Ipeuna. Passa a criar gado de corte, porcos, alguns cavalos da raça árabe. Vivia da comercialização de carnes da fazenda em um açougue que tinha à frente de sua casa, aqui na cidade.

Aí nascem seus nove filhos. O tempo foi passando, os filhos crescendo, até que acontece a 1ª Guerra Mundial. Antonio, italiano, desespera-se, no Brasil, e acompanha com grande tristeza e preocupação os acontecimentos na Europa. Quando finalmente, em novembro de 1918, aliviado, soube do fim da guerra resolve comemorar. Essa comemoração não poderia ser a mais inusitada para a época: trouxe de sua fazenda muitas mudas de árvores para plantar na cidade.

Como estava sempre acompanhado do filho homem mais velho, Dionísio, na época com 14 anos, dá a ele a incumbência de ajudá-lo nesses plantios. E assim, muitas mudas foram sendo plantadas por eles, especialmente no Bosque, que havia no Bairro Alto, no local onde hoje se localiza o complexo esportivo de nossa cidade: o estádio Municipal, o campo do XV de Novembro. Mas, não se sabe quem e nem

porque, para dar lugar a essa obra esportiva da cidade – todas as árvores foram cortadas – exceto essa sapucaia... E ela continuou crescendo e oferecendo sombra e beleza para todos. Para nós, da família Capranico, essa Sapucaia sempre será motivo de orgulho – pois foi a forma mais singela e marcante que, nosso patriarca, imigrante italiano, poderia nos deixar. A família costuma fazer, esporadicamente, fotos sob essa árvore, pois, para todos nós, esse é o local onde a Paz no mundo passou a ser reverenciada.



Antonio Capranico

Antonio Capranico faleceu aos 55 anos de idade, a 17 de outubro de 1930, sem conhecer a maior parte de seus netos, que nasceriam muitos anos depois. Mas a linda homenagem que ele deixou para Piracicaba permanece viva no seio da nossa família. À medida que os anos foram se passando nossa história foi sendo conhecida e, só no século XXI, exatamente em 2004, oitenta e seis anos depois de seu plantio, é que as autoridades locais começam a homenagear essa Sapucaia.

Em outubro de 2004 ela é tombada pelo CONDEPAC – Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Piracicaba. Também foi cadastrada na mesma época como Monumento da Cidade, pelo IPPLAP – Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba. É o 1º patrimônio natural e cultural da cidade.



Em novembro de 2009 foi assinado pelo Prefeito Municipal o Decreto nº 13.354, pelo qual ela foi declarada Imune de Corte. Porém, muito antes de todo esse honroso reconhecimento pelas autoridades municipais, a Sapucaia foi tornando-se, cada vez mais, ponto de encontro de festas e, há muitos anos, recebe uma belíssima iluminação natalina. Essa iluminação, em principio, era custeada pela família Capranico e numerosos moradores do Bairro Alto. É motivo de festa de inauguração, todos os anos sua iluminação com a presença de Papai Noel, banda de música, moradores e autoridades municipais. Em 1996, esse grupo de amigos fundou a Sociedade Amigos da Sapucaia e, no ano seguinte, surge a Banda da Sapucaia. Essa banda, pequena no início, hoje atrai milhares de pessoas por ocasião do Carnaval. Acabou por se destacar tanto que, passou a ser o local de abertura oficial do Carnaval de Piracicaba.

Hoje a Sapucaia da Paz, ainda majestosa, tem em seu entorno uma pequena praça, com alguns bancos e, ao seu redor, muros pintados por famosos artistas plásticos de nossa cidade.

Podemos concluir que essa árvore, realmente é motivo de orgulho não apenas para a família Capranico, mas, para todos os piracicabanos. Queremos lembrar, porém, que ela é quase centenária – está com 93 anos de existência – e – certamente – algum dia deixará de existir, como qualquer outro ser vivo.

Poderá sempre ser lembrada através do plantio de suas sementes, em outros locais, para que, apesar do tempo, a Paz continue sendo cultivada e lembrada por todos nós. A nós, da família Capranico, porém, restam algumas perguntas que jamais serão respondidas:

- por que um italiano, residente em Piracicaba, resolve plantar árvores, como forma de homenagem numa época em que não havia preocupação com reflorestamento, proteção ambiental e mesmo paisagismo?
- o que teria pensado esse homem, que nós, seus netos, não conhecemos?

Nota da Autora:

Antônio Capranico nasceu na Itália em 27 de junho de 1875. Faleceu em sua fazenda em Ipeúna, em 17 de outubro de 1930 e está sepultado em jazigo da família no Cemitério da Saudade.

Dionísio Capranico (1904 – 1992) – seu 2º filho, foi quem contou a nossa família esse fato, que aqui temos orgulho em registrar na História de Piracicaba.

CONTOS TRANSCRITOS

Mysterios de Piracicaba

OLIVIO NAZARENO ALLEONI

Médico aposentado, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, Clube dos Escritores de Piracicaba e Academia Piracicabana de Letras, Medalha João Chiarini, do Folclore Piracicabano de 2008.

Explicações necessárias

Por todas as avaliações que sejam feitas desta cidade, falando de seu explosivo desenvolvimento no final do século XIX início do século XX, de ter sido considerada com um Atheneu Paulista, por ser fonte geradora de múltiplos fatos dentro do ensino, do trabalho, das artes ou até mesmo lugar de vida de figuras ilustres, por ter se envolvido em revoluções, não muito se falou sobre seus costumes, seu misticismo, suas figuras do dia a dia, de sua habitualidade.

Com o firme propósito de vermos expostas facetas pouco conhecidas, eis que partimos em busca de verdades e/ou fatos dentro destas metas. Talvez alguns sejam pouco saborosos. Outros, o tema mostra-se tão irreal, que é obvio a capacidade de criação fantasiosa de quem redigiu.

Em alguns capítulos abordados, o relatado permanece imerso em uma névoa de surrealidade, onde a realidade mistura-se com a ficção, e perdemos os parâmetros para a exata avaliação. Em outros, é nítido o que é fato ou ficção.

Os capítulos mencionados foram escritos sob o pseudônimo de “Hugo Capeto” e publicados no Jornal de Piracicaba na década de 1920 sob o título de “Mistérios de Piracicaba”, que iremos manter. Debalde os esforços feitos, não conseguimos identificar o nome da pessoa que escrevia sob este pseudônimo. Várias hipóteses foram aventadas, mas na ausência de qualquer comprovação, preferimos omitir estes nomes.

1 - O Pânico de 1942

No Dia 17 de maio de 1842 os sinos das igrejas de Sorocaba tocaram a rebate.

Ateava se extemporaneamente o facho da revolução. Pouco depois reuniam-se a Câmara Municipal e o povo, proclamando o coronel Rafael Tobias de Aguiar, como presidente interino da província de São Paulo.

Empossado do cargo, fez o coronel Rafael Tobias a seguinte proclamação que, em texto impresso, está guardada no cartório do Registro Geral desta cidade:

PAULISTAS: Os fidelíssimos sorocabanos, vendo o estado de coacção a que se acha reduzido o nosso Augusto Imperador o Sr. D. Pedro II por esta Oligarquia sedenta de mando e riqueza, acabam de levantar a voz, elegendo-me presidente interino da Província para debelar essa hidra de trinta cabeças, que por mais de uma vez tem levado o Brasil à barda do abismo, e libertar a Província desse Pro cônsul, que postergando os decretos mais sagrados veio comissionado para reduzi-la ao do mísero Ceará e Paraíba. Fiel aos princípios que hei adotado constantemente na minha carreira publica, não pude hesitar em dedicar mais uma vez as minhas débeis forças na sustentação do Trono Constitucional.

PAULISTA! O vosso patriotismo já deu o primeiro passo precedendo e seguindo os vossos representantes quando fieis interpretes de vossos sentimentos, clamaram contra essas leis que cerceando as prerrogativas da Coroa e as liberdades públicas, deitaram por terra a Constituição: o vosso valor e firmeza farão o resto. Mostremos ao mundo inteiro que as palmas colhidas nas campinas do Rio da Prata não podem definhar na do Ipiranga.

Os descendentes do ilustre Amador Bueno sabem defender os seus direitos a par da fidelidade devem ao Trono. União, e a Pátria será salva. Viva a Nossa Santa Religião Viva S M, o Imperador Viva a Constituição Rafael Tobias de Aguiar

Os revoltosos expediram imediatamente emissários para as povoações vizinhas com o fim de obterem o reconhecimento do seu governo. Veio a Piracicaba o Dr. João Viegas Forte Muniz, um dos chefes revolucionários e aqui entendeu-se com o chefe liberal, o vigário colado Pe. Manoel José de França e por delegação de poderes o fez comandante militar desta praça.

O padre França, de pronto, pôs em ação toda a sua energia e influência, e logo daqui marcharam, com presteza, uma força de guardas nacionais para Itu e outra de guardas policiais para a Venda Grande, próximo a Campinas. Convém aqui mencionar que o comandante militar de Itu, Tristão de Abreu Rangel, referindo-se

ao pessoal piracicabano ali chegado para reforçar a coluna Libertadora, disse em ofício dirigido no Presidente interino: Ao chegar a Coluna Libertadora no lugar denominado Pirajussara, aquém do ribeirão dos Pinheiros próximo a São Paulo, o entusiasmo dos rebeldes se arrefeceu, devido à notícia alarmante de estar aquela cidade já guarnecida por batalhões de caçadores e fuzileiros do Exército Nacional, comandados pelo Barão de Caxias, vindos a toda pressa do Rio de Janeiro, à requisição do Barão de Monte Alegre, presidente da província.

A Coluna Libertadora não tinha a mínima organização militar e estava pessimamente armada e municada. A seguinte ocorrência, seguramente muito aumentada pelo relator, um partidário do legalistas, evidencia o grau de preparo dos rebeldes, dias antes de chegarem a Pirajussara.

Tinha sido confiado ao tenente Corrêa um grupo de matutos para ministrarem-lhes o exercício de marcha, mas estes não acertaram os passos, confundindo o pé direito com o esquerdo, ao receber as ordens. Lembrou-se então o tenente de atar uma cinta de palha na perna direita dos novos soldados e outra de capim na esquerda: e assim começava o exercício:

—“Passo à frente, pé de palha... marcha... pé de capim... pé de palha... um... dois... um... dois... pé de capim... pé de palha... assim não falha, até o fim... alto.”

O major Francisco Galvão de Barros França, comandante da Coluna Libertadora, foi um valente soldado nas campanhas ao sul. Corajoso e honrado entendeu, todavia, que não devia sacrificar o seu pessoal, combatendo contra a flor do exército brasileiro, aguerrido pelas lutas renhidas, travadas no norte do Império. Diante da perspectiva de uma carnificina inútil determinou a retirada para Barueri. A essa retirada seguiu-se a debandada e, depois, o salve-se quem puder.

O Barão de Caxias, general em chefe do Exército Pacificador, acuartelou-se em Sorocaba em 21 de junho de 1842, sem que tivesse tido um só encontro com a Coluna Libertadora, e com a sua aproximação, daquela cidade desapareceram os chefes do movimento revolucionário, a não ser o senador padre Feijó, doente e quase incapaz de movimentar-se. O próprio Barão de Caxias foi à casa onde se achava hospedado esse grande brasileiro lá lhe disse com acatamento: “só o dever de soldado me impõe o doloroso dever de vir prender ao senador Feijó, um dos chefes do movimento revoltoso. Convido-o a acompanhar-me”. De Sorocaba ordenou Caxias que o capitão Butiá fosse com um pelotão do exército à fábrica de ferro do Ipanema e de lá à Villa da Constituição, devendo chegar neste, último ponto, de surpresa, pela estrada-picadão, que faz parte da Fazenda Sobrado de Botucatu, a fim de prender o

padre França, o Gordo e assim, outros liberais implicados na revolução. O capitão Butiá encontrou homiziados na fábrica de ferro do Ipanema muitos dos revoltosos e prendeu-os, entre eles o porto-felicense capitão José Rodrigues Leite (o Zuza) um dos mais inteligentes, influentes e operosos chefes dos revolucionários, o avô do nosso distinto conterrâneo e ilustrado médico Dr. José Rodrigues de Almeida, que, por sinal, tem acompanhado com interesse e feito, entre nós, severas críticas aos “Mysterios de Piracicaba».

Do Ipanema o capitão Butiá procurou a confluência dos rios Tietê e Piracicaba e atravessou aquele rio no lugar denominado Barreiro Rico, onde passava a estrada picadão que vinha à Constituição.

A travessia do rio foi feita num dia chuvoso o tendo de continuar a caminhada em um sertão de matas brutas, continuando as pancadas fortes de chuva, o capitão Butiá teve que fazer alto e acuartelou-se no sítio que Pedro Ferraz Castanho, ali estava abrindo.

Pedro Ferraz Castanho, um dos influentes do partido liberal de Piracicaba e avô do Sr. Henrique Brasiliense, ilustrado lente da Escola Agrícola e apreciado colaborador deste jornal, depois da notícia da debandada da Coluna Libertadora, preferiu estacionar, por algum tempo, no seu novo sítio do Barreiro Rico, em vez de sua aprazível e boa fazenda no Rio das Pedras.

Não imaginara que a estratégia do Barão de Caxias conceberia o plano de avançar para a Villa da Constituição, procurando a confluência dos dois rios e daí distribuir forças, parte delas subindo em canoas para cercar os fugitivos, em demanda dos sertões de rio abaixo e as restantes marchando por terra em péssima estrada.

Não contava com a visita de tantos hóspedes e, por isso, naquele dia chuvoso, estava com os seus escravos africanos dentro do paiol no afã de empilhar as espigas de milho. Da curta palestra que entreteve com o Capitão Butiá com Castanho, compreende-se que aquele tinha diante de si um homem sincero, ordeiro e trabalhador, no entanto dispôs do sítio de Castanho como se fora do governo, arrecadando todos os animais de sela e de cargueiros, utilizando-se dos víveres e ordenando que ninguém se retirasse daquela propriedade agrícola sem ordens.

A despeito desta proibição, logrou Castanho avisar o seu vizinho Francisco Idalgo, para que mandasse um próprio, a toda brida, à vila a fim de noticiar aos piracicabanos a presença das forças de Caxias naquele lado e recomendar que não descessem os fugitivos o rio, visto como subia por ele um batalhão com tropas. A notícia trazida pelo portador de Idalgo produziu um verdadeiro pânico em Piracicaba, como veremos no capítulo seguinte.

Os dirigentes dos rebeldes piracicabanos na revolução de 1842, como já foi dito no capítulo anterior, eram: o vigário colado padre Manoel José de França, o senador Vergueiro e o Gordo; estes dois últimos tinham as suas propriedades agrícolas em Limeira e o último veio a ser, mais tarde, sogro do coronel Carlos Botelho e dos Drs. Moraes Barros. Logo depois da notícia da fuga dos chefes revoltosos em Sorocaba, o padre França retirou-se para Araraquara, o senador Vergueiro foi com outros chefes políticos da Capivari jogar o solo na fazenda de Jucá Fernando, nas divisas entre Capivari e Piracicaba, permanecendo aqui apenas o Gordo.

Gordo, durante o primeiro mês da revolução, tornou-se um infatigável, percorrendo a zona de Limeira, Piracicaba e Capivari e instigando os liberais a auxiliarem o mais possível a Coluna Libertadora.

Usava, porém, de uma linguagem desbragada e inconveniente contra todos os chefes da legalidade. Tratava-os de “cascudos”, “corcundas”, e “absolutistas” e quando se referia ao Barão de Monte Alegre, presidente da província, e grande proprietário de engenhos de açúcar em Piracicaba, chamava-o de ex-presidente BAHIA ou simplesmente “– o baiano”.

Com a notícia da aproximação do capitão Butiá, Gordo retirou-se para a grande chácara do Enxofre, porém ali demorou-se apenas dois ou três dias, por não poder suportar os enxames de pernilongos no rancho do canavial, onde se homisiara e porque recebera a notícia inteiramente falsa que Castanho e Idalgo tinham sido presos e vinham algemados e a pé dentro de um quadrado de “periquitos” – nome esse que dava aos soldados do exército, por causa da farda verde que usavam.

Gordo entendeu que seria preferível esconder-se, e ser preso na própria casa do chefe “cascudo” major Antônio Fiusa de Almeida, do que ali no canavial. Valeu-se, para isso, do seguinte expediente, que surtiu efeito por ser baixo e gordo: vestiu-se com roupa grossa de mulher, pintou de preto o rosto e as mãos, pôs um balaio na cabeça, partiu para a casa de Fiusa e ali, penetrando corredor adentro, ao avistar dona Rita Fiusa assentada na rede da varanda, deu o “louvado”, tal como faziam as escravas. Dona Rita logo que reconheceu. Gordo, perguntou-lhe como é que se apresentava, nesta ocasião tão fora de propósito, na casa de um inimigo político, que, aquelas horas, com outros o procuravam para prender; ao que respondeu Gordo que vinha a procura de guarida e se por acaso naquela casa fosse preso, tinha a certeza que não seria maltratado pelos soldados.

Dona Rita, paulista egrégia, aconselhou a Gordo que se ocultasse no pavimento térreo de sua casa e mesmo tempo recomendou às suas escravas que não denunciasses a vinda desse hóspede.

Ao chegar Fiusa, dona Rita fez-lhe ciente da resolução que tomara em sua ausência e ponderou que competia a ele decidir o que entendesse ser mais acertado. Fiusa de Almeida não só aprovou o procedimento de esposa como ainda acrescentou: o que vai acontecer é que temos de dar-lhe asilo até que venha a anistia.

Esse rasgo de generosidade hospitaleira, da família paulista, não é o único caso registrado durante a revolução- fatos quase que idênticos se deram em Campinas, Jundiá e Itú. No dia seguinte à acolhida dada a Gordo, o capitão Butiá visitava a Fiusa, em casa deste, e iniciou a sua palestra lamentando o fato de ainda não ter podido prender Gordo. “É a essa «boava», dizia ele, que eu quero agarrar e mostrar a esse desbriado o quanto vale estar apoiando o Rafael Tobias, esse desenfreado inimigo de todos que não são paulistas!”

Gordo, debaixo da sala de visitas e em um quarto com pouca altura do chão, arranhava o soalho debaixo da cadeira em que estava assentado Fiusa, cada vez que Buitá citava o seu nome, indicando, naturalmente, que estava ouvindo o que diziam, que estava garantido, ou que tinha chiste a bravata militar. Os legalistas ou “cascudos” de Piracicaba, que estiveram cabisbaixos nos primeiros dias do movimento revolucionário, com a aproximação do pelotão do exército, comandado pelo capitão Butiá, assentaram de tirar a sua desforra, amedrontando os adeptos da revolução. E, realmente despicaram-se dos doestos e troças recebidas.

O capitão João Francisco do Oliveira Leme, homem de bastante trato social, que se exprimia bem e que muito blasonou no início da revolução, agora deixou-se apanhar pelo pânico de um modo lamentável. Ao receber a notícia trazida pelo portador de Idalgo, escreveu uma carta ao seu compadre Antônio Florencio da Silveira, no bairro do Rio das Pedras pedindo condução e se possível viesse ele mesmo buscá-lo, pois, sentia-se abatido e receava faltar-lhe ânimo para fazer a caminhada sozinho.

No dia seguinte Antônio Florêncio encontrou a porta da casa do capitão João Francisco cerrada e foi descobri-lo no quintal, junto a uma toija de bananeira, pálido e tremulo, em virtude de ter acreditado na balela da que o seu bom e velho amigo Pedro Ferraz Castanho vinha algemado e escoltado pelos “periquitos”. Para maior efeito do pânico os cascudos aconselhavam aos liberais que deixassem a vila quanto antes, e fossem para sítios diversos a fim de não serem presos e a outros menos timoratos que desejavam informar ao capitão Butiá que a debandada Piracicaba era completa – não havendo um só rebelde para semente e que tal informação faria com que a permanência desse oficial na Vila fosse de curta duração, poupando a população de estar suportando por muito tempo os soldados desalmados das

tropas de linha. Levado por essa primeira injunção, entre outros, Caetano da Cunha Caldeira deliberou deixar a Vila o foi para o seu sítio, além do Congonhal. Ao se aproximar desse ribeirão começou a ouvir gritos de gente que o seguia cada vez mais de perto; desviou então a sua cavalgadura para um carreador já abandonado, porém logo adiante encontrou um terreno alagadiço e com as estivas já apodrecidas. Tratou então de transpô-lo, puxando o animal; porém, logo que deu os primeiros passos uma das estivas cedeu e ficou ele com um dos pés atolado e ao sacá-lo fora descalçou-se lhe a bota do pé. Sem perda de tempo deixou ficar a bota, montou de novo e voltou o animal a toda pressa para o caminho que tinha deixado. O pajem, um africano, que observara ter Caldeira deixado um pé das botas, se apressou em apanhá-lo, o que fez e de galope foi ao alcance do seu senhor. Avistando-o gritou: "bota, sinhô... bota, sinhô..." Cunha Caldeira, julgando que vinham perto os seus perseguidores, deu rédeas ao seu animal e só muito depois, quando o africano repetiu com insistência: "pare, sinhô... bota tá aí... bota tá aí..." é que ele sofreu seu animal... Foi curta a estada do capitão Butiá na Vila da Constituição, que o povo teimava em chamar de Piracicaba, e aqui não foi realizada qualquer prisão, constando apenas que houve busca e apreensão de cartas e documentos comprometedores em casa do vigário padre França. Com a retirada do capitão Butiá terminou o pânico de 42.

✂ **Hugo Capeto** ✂

Glossário

Boava: na época da colonização, qualificativo ou alcunha dada pelos paulistas, que descobriram e ocuparam as minas de ouro da região das Gerais, aos brasileiros das capitânicas do Rio, Bahia, Pernambuco etc. e aos portugueses, que chegavam atraídos pelo ouro

Despicar: vingar, desforrar

Doesto: acusação desonrosa

Homiziar: criar inimizade(s); inimizar, indispor, malquistar

Oligarquia: regime político em que o poder é exercido por um pequeno grupo de pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família.

Rebate: sinal de alarme

Tímorato: que tem temor, que tem medo de errar

Toiça: touceira

2 - A Loca de Pedra

Quando em 1877 o fragor da dinamite estilhaçando rochas e o rumor cavo e profundo dos alviões rasgando a terra, pouco mais longe onde a cidade acaba, para além do Bairro Verde, anunciavam o advento da primeira linha férrea, em Piracicaba, o local onde deveria construir-se a estação da Sorocabana era uma incógnita que comportava múltiplas soluções para os bons moradores desta antiqüíssima Constituição.

Certamente as rodas da via férrea atingiram a margem do ribeirão Piracicamirim e transpondo-o na bifurcação das estradas de Santa Bárbara e Rio das Pedras ou alhures, viriam terminar nas margens do Rio Piracicaba, com de Ararituaba (Porto Feliz) e pelas canoas e balsas que rio acima vinham abicar na Rua do Porto.

Era esta, pelo menos, a solução dada àquela incógnita pelo antigo piracicabano, coronel José F. de Camargo, senhor de largo descortino comercial e grandes latifúndios, na baixada que fronteira o rio e por onde se estendem hoje a Rua Luiz de Queiroz e adjacências. Então (quem nos conta esta história é Harun-Al-Raschid, não o califa de Bagdá lendário e brumoso, mas, o outro, visível e palpável, o homem dos mistérios, que os guardas noturnos encapotados e friorentos vêm passar, por noite alta, nos lugares tenebrosos), então o Coronel José Ferraz concebeu o plano de uns vastos armazéns para cargas, com quartos sobressalentes para hospedarias e cômodos para negócios — e no quarteirão remanescente entre as ruas do Salto (Rua Cristiano Cleopath) e do Rocio (R. Mons. Manoel Francisco Rosa) lentamente foi levantando aquela comprida construção em pedra e ferro.

Mas, a 19 de maio daquele ano a estrada foi aberta ao tráfego e a estação, falhando a todas as conjecturas, acabava por erguer-se no Bairro Alto, pouco aquém do parque Barão de Serra Negra — e os vastos armazéns da Rua Luiz de Queiroz estacionaram também acima dos alicerces, sendo despedidos os pedreiros espanhóis que iam erguendo aquelas muralhas a dois mil e tantos réis por dia.

Mais de uma década havia decorrido, a hera e o musgo já se estendiam virentes e ovantes sobre a toska alvenaria rejuntada com cimento, quando o primitivo plano foi modificado e construiu-se e sobradão de meio tijolo, com oito frestas superiores e quatro portas e outras tantas janelas no pavimento inferior, ficando apenas em arcadas obstruídas com tijolos a parte da alvenaria que confina com a Rua do Rocio.

Outro sobrado ergueu-se mais tarde ao lado, as paredes da Rua do Salto foram levantadas e cobertas por um telhado e antes, bem antes do honrado Toretti instalar ali o seu honrado balcão, já o primitivo sobradão pintado do amarelo.

Era o cortiço, conhecido pitorescamente pela denominação popular de — Loca de Pedra.

Cortiço de vida noturna intensa pelos seus cubículos virgens de vassoura, onde a poeira negra dos anos decorridos se casa tão magnificamente com o viver anti-higiênico dos moradores, tem passado os vultos mais eminentes do cadastro policial - e à claridade baça das noites enluaradas, sob o rumor estrondoso das águas do Salto, ou nas noites tenebrosas em que o vento Sul fustiga os coqueiros da vargem e levanta em turbilhões a poeira grossa do macadame da rua, muitos dramas sinistros, bastas tragédias sangrentas tiveram por palco o pavimento escuro daqueles cubículos.

O “Prateleira”, que atualmente expia numa das prisões da cadeia duas penas por crime de roubo com ferimentos e crime contra a honra iniciou-se na “loca de pedra”, onde o “Totico”, muito antes do conflito que lhe valera um tiro na barriga e vários meses de reclusão à sombra do xadrez, já ensaiava a cabeça contra o ventre dos antagonistas ou movia as pernas num fandango ao som da sanfona fanhosa do “Zé Estanislau”; outro “cabra famoso”, lá das bandas de Capivarí, comparsa da “Loca de Pedra”, que marca as suas entradas em Piracicaba com alguns pontaçõs de faca e varias passagens consequentes pelo banquinho dos réus, mas sempre absolvido!

”Rocamble”, “Guilhermino”, “Japonês”, épicos varões da faca ou do porrete e tantos outros, cuja nomenclatura encheria tiras e tiras de papel e cujas façanhas enchem a crônica do cortiço, justificando a alcunha que circunda como uma auréola de fastígio — “Loca de Pedra”!...

Se a fauna que a frequenta tem produzido tantos e tais espécimes, que avultam nos prontuários da Delegacia de Policia, não menos interessante é a flora que nele vegeta e também merecia uma descrição sucinta e breve.

Eu desejaria apresentar a todos a tia Tereza, matrona precoce, curtida dia e noite pêlos vapores nauseabundos de uma cachaça ordinaríssima, a Julinha, um tenro botão de quinze anos de idade apenas e também fanado pelo álcool causticante de vastas camoecas, a Libânia Rita louçan e dengosa, um ciúme vivo para as outras saias e um perigo constante a pairar por sobre os corações do sexo de calças, mas... Já o galo cantou pela terceira vez: já o oriente empalidece ao clarão difuso das luzes da madrugada e tudo anuncia que o meu poder diabólico e evocativo é findo.

✎ Hugo Capeto ✎

Nota do autor

Meus pais sempre se referiam a este local quando passávamos nas cercanias da Rua Luiz de Queiróz, ainda quando era criança (década de 50). E deste tempo remoto, restou o vislumbre de base da construção, e que avento a hipótese de ter sido as ruínas do referido local, hoje inexistentes, da loca de pedra...

Glossário

Alvião: instrumento de ferro constituído de um cabo de madeira, uma lâmina com feitio de enxada, de um lado, e uma ponta semelhante à da picareta, do outro, usada para cavar terra dura, arrancar pedras etc; enxadão, marraco.

Camoeca: doença passageira, sem gravidade; achaque, embriaguez.

Fanar: cortar.

Fastígio: ponto ou lugar mais alto, cume, picos.

Loca: pequena gruta, furna, lapa.

Louçan: (de louçainha?) ornada, enfeitada, elegância, janotismo.

Macadame: Processo de revestimento de ruas e estradas que consiste numa mistura de pedras britadas, breu e areia, submetida à forte compressão.

Ovante: triunfante, vitorioso.

Virente: que verdeja, viçoso.

3 - O Beija-flor

Era por uma destas noites horríveis de Piracicaba, em que o despenhar das águas no Salto tem um gemido cavernoso e trágico; em que o trilar dos apitos da guarda noturna, de quarto em quarto d’hora, é como um pio de coruja agourenta, pavoroso e lúgubre; em que o assovio do vento sul nas frinchas e desvãos da «loca de pedra» é sinistro e tétrico; em que o ar pesado, na atmosfera funérea tem um cheiro esquisito de sangue coagulado e frio.

Era a hora em que no alto dos postes dispersos, as lâmpadas da iluminação pública parecem tremer de medo das trevas envolventes e os densos bulhões de nuvens viajam no espaço fuliginoso e negro como a asa fatídica de um corvo crocitante e negro. Solitário e ébrio, pela solidão da rua do Salto, ia descendo pálido e cambaleante o vulto negro do Salustiano Claudino, um ex-palhaço de circo de cavalinhos que a falência da companhia e os embates de uma sorte madrasta haviam largado nesta cidade e aqui vivia, temperando panelas como cozinheiro medíocre e divertindo a noite, com os seus ditos alegres, a Mariquinha “tostão”, a Maria “porcadeiro” e as outras flores da “loca de pedra” famigerada.

Era engraçado e meigo o Salustiano Claudino e quanto mais bebia, mais alegre e brandamente sorria, conciliador o pacífico, nunca se enredando em brigas, desmanchando muitas vezes em gargalhadas sonoras, com alguma chalaça bem dita; o furor truculento do “Chico limeirense” e do “Zé Caveira”, prestes a se esfaquearem. Quantas vezes os seus esgares de palhaço aposentado não fizeram a Emília rebolar e tremer, naquele seu riso casquinado e retumbante, que enchia e atufava os ecos soturnos da “loca”! A Emília “trem de carga” — assim apelidada porque em bebedeiras contínuas, xingando os outros e se descompondo toda, resistia à prisão, tombando em cada esquina, como um trem de carga que para de estação em estação, sendo precisos os braços de quase o destacamento inteiro, para a transportarem de rastros até o xadrez distante!

E porque o Salustiano era brando assim e avesso a brigas a desordens, as moradoras da “loca” o queriam muito e por consenso unânime das divas e mancebos daquele cortiço lhe ficou o apelido mimoso — Salustiano Claudino, o “beija flor”.

Descia pois o Salustiano “beija flor” a Rua do Salto quando lobrigou na esquina da Rua Luiz de Queiroz e nas trevas fúnebres da noite o pingo rubro de um cigarro fumegante, ali, bem junto à mole de granito das vastas construções, de onde surgira mais tarde a “loca de pedra”; cigarro tão fumegante, no negrume vasto da noite e em

plena esquina, só algum guarda noturno naquela hora tardia poderia chupá-lo e o “beija-flor” medroso, já se dispunha a galgar a mole de pedra e ganhar o seu quarto na “loca”, varando pelo quintal em declive, quando estacou no passeio, estarrecido e pálido ...

Um ruído insólito, o tac-tec nervoso do um tacão de sapatinho Luiz XV, acalcanhado, ressoava ligeiro no passeio e o “beija-flor” arrepiado viu passar ao seu lado um vulto feminino de saias roçagantes e dilatou-lhe as ventas numa delícia consoladora, aquele perfume procuradíssimo nos baús dos mascates turcos — o “korylopis” do Japão.

E entre o pingo rubro do cigarro fumegante e o tacão do sapatinho Luiz XV acalcanhado, os únicos seres perceptíveis na escuridão opaca da noite tenebrosa, ao lado do “beija-flor” cozido ao muro da esquina, travou-se este diálogo:

— É você, “Isaias”?

—Sou eu mesmo, “Libânia”; faz tempinho que estou pregado aqui na esquina, a sua espera, para lhe dizer um sentimento que tenho aqui no peito...

— Será do pulmão? —Não Libânia Rita, é do coração, mas não é doença; é pior do que doença, porque é ciúme e desde que eu vi você andar em derriço com o Salustiano, andou querendo lhe dizer duas palavrinhas, porque... “ou bem eu, ou bem ele”...

—Alin!... mas eu tenho medo de prosear aqui na esquina e meu quarto, na “loca”, está escuro que nem breu, não tenho querosene na candeia, nem fósforo para alumiar a estrada.

O “beija-flor” não quis ouvir resto do diálogo; alma generosa e mão aberta para todos os sofrimentos, não pode tolerar que a Libânia Rita sofresse por falta de luz — a Libânia que tanto se divertia com as suas pilhérias inofensivas — e o “beija-flor” galgou o muro e correu pelo quintal até o seu quarto, enquanto pela rua o José Isaias seguia ao longo do quarteirão, fazendo tilintar no bolso da calça os últimos níqueis, e ia comprar uma vela de espermacete e uma caixa de fósforos marca olho, na venda do José Toretti.

Sereno e majestoso, qual a estátua gigantesca estátua da liberdade iluminando o porto de Nova York, assim o “beija-flor” postou-se ante a porta do cubículo de Libânia Rita e soerguia na mão canhota uma lamparina de pavio aceso, quando o José Isaias defrontou com ele.

Um clarão de ódio faiscou nos olhos vermelhos do Isaias, o ciúme incontido resumou de sua boca, numa intimação feroz:

—Arreda daí, Salustiano.

Mas o “beija-flor” não viu o clarão de ódio, nem reparou na fisionomia transtornada do companheiro da Libânia, que presenciava o drama e replicou por chalaça, com uma voz aflautada, como no circo de cavalinhos:

—Aqui hoje nós se despedaça, mas eu não saio.

O José Isaias circunvagou em torvo olhar de assassino e viu junto à parede um pau comprido e grosso, a escora talvez da alguma porta; ergueu-o rápido e fulminante, com as mãos ambas e uma pancada única abalou o eco da “loca”, como um estilhaçar de vidro de janela, uma vibração sonora de tigela rachada.

Caindo de borco, o crânio espatifado, um líquido sanguinolento e espumoso a escorrer-lhe pela boca ao clarão fumarento da lamparina que tombara, Salustiano Claudino “Beija-flor” entrou em agonia.

E morreu...

✂ **Hugo Capeto** ✂

Glossário

Atufar: fazer crescer, tornar inchado.

Bulcão: aglomeração de nimbo, indício e causa de tempestade.

Casquinar: dar, soltar (risadas).

Chalaça: dito ou feito espirituoso, zombeteiro, escárnio.

Crocitar: gritar, soltar a voz, (ave).

Derriço: encontro, conversa, namoro.

Despenhar: cair de grande altura.

Desvão: espaço que fica entre o forro e o telhado.

Esgar: jeito, careta de escárnio.

Frinchas: fenda, fresta.

Lobrigar: enxergar com dificuldade na escuridão.

Lúgubre: que evoca a morte.

Pávido: tomado de pavor.

Roçagante: que se roçaga, que se arrasta.

Tacão: salto do calçado.

Torvo: que infunde ou causa terror, infunde sentimento de revolta ou indignação.

Trilar: soltar a voz, trinar.

4 - O degredo de Maria Flora

Certa noite em que me pareceu deserta a casa de Harum Al-Raschid entendi de fazer por minha conta, uma reportagem sobre o homem misterioso que vem clareando o passado obscuro de Piracicaba, com as crônicas suculentas dos fatos narrados neste “Jornal”.

Penetrei no jardim ermo e abandonado aos surtos de vegetação pomposa que sombreia aquela vivenda, transpus a soleira da porta, calcando o botão mágico meu conhecido e entrei...

A reminiscência daquele encontro com a sepultura abandonada, de onde eu vira com pavor cair aquele defunto, que me embargara os passos da fuga desabalada em que eu corria, e também as ilhargas doloridas e as contusões arroxeadas que ainda marcavam meu corpo, quando foi a queda que levei naquele subterrâneo escuro, tornaram-me temeroso e eu levava uma lanterna elétrica na algibeira, além de fósforos e um maço de velas, por precaução. Convém dizer que Harum não tem água canalizada em casa, nem instalações elétricas, servindo-se apenas de um lampião belga sobre a mesa da sala e uma lanterna de mineiro, que ele transporta de um para outro compartimento. Porque a água canalizada e a instalação elétrica importam em ter o nome registrado como consumidor, dos livros da Hidráulica e da Empresa Elétrica de Piracicaba, e estes livros SAP verdadeiros prontos-para-usar, onde o Sr. Dr. Djalma Goulart poderá descobrir não só a residência, mas também a identidade de quase o total de moradores desta cidade populosa.

Restava ao imposto predial, por onde a ilustríssima senhora Câmara Municipal poder denunciar ao mesmo Sr. Dr. delegado a situação exata do prédio e o nome do morador, as Harum Al Rashchid tomou a precaução de estabelecer os seus penates num dos centenares de prédios interditados pelo eminente Sr. Dr. Valentim Browne e assim, protegido pelos éditos inefáveis da Inspeção de Higiene, sem registro nos livros denunciadores dos Srs. Fonseca Rodrigues e Américo do Santos, o meu misterioso amigo vai evocando as sombras do passado acontecimentos locais.

Entre, pois. Sobre a mesa da sala o referido lampião belga, solitário e aceso, espargia uma claridade tristonha e doentia, falta talvez do querosene ou talvez da torcida já gasta e requeimada); papeis amarelecidos pelo tempo, espalhados aqui e além, o Almanaque de Piracicaba de há vinte anos atrás; volumes encadernados em couro vetusto e roído pelas traças irreverentes dos armários e, por sobre aquilo tudo, a caveira... o horripilante prendedor de papeis a rir eternamente com a

dentadura exposta e falha, a olhar fixamente com as orbitas vazias e escuras, para um pergaminho encarquilhado...

Peguei no pergaminho, todo garatujado numa letra amiga e esmaecida, numa ortografia contemporânea dos clássicos quinhentistas, onde predominavam as hastes eriçadas dos hh e dos yy subscrevendo toda aquela floresta de letras com hastes eriçadas uma assinatura respeitável —D. Luiz Antônio de Souza!

Mas, por Deus! Segundo os meus estudos de historia pátria e o Quadro Histórico da Província de São Paulo até 1822, pelo brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira, pai do inesquecível. Dr. Brasília Machado, que foi promotor público nesta comarca, aquela assinatura era do morgado de Matheus, D. Luiz Antônio de Souza, que foi capitão general e governador da capitania de São Paulo desde 1765 até 1775, data em que foi substituído no governo da capitania por Martim Lopes.

Então o pergaminho encarquilhado que eu examinava, tinha mais de cento e cinquenta anos, quase dois séculos de duração?

Então aquela assinatura vetusta e respeitável andava para ali, jogada sobre a mesa de um antiquário, sob o olhar fixo e indiferente das orbitas negras de uma caveira?... Andava sim, — e mão ciumenta arrebatou-me o pergaminho, após o ranger sinistro de uma porta que eu não vira abrir-se. Harum estava diante de mim e tendo arrebatado o pergaminho contemplava, com amoroso carinho, as garatujas escritas e a assinatura solene do célebre morgado de Matheus, D. Luiz Antonio de Sousa.

Este documento, disse ele, é quase contemporâneo da fundação de Piracicaba, quando ela começou como presidio, ali na margem direita do rio onde hoje se ergue o Engenho Central.

Como sabe o meu amigo, o Dr. Joaquim da Silveira Mello há muito tempo que trocou os cálculos de logaritmos, os binômios e polinômios, e extração de raízes cúbicas, azimutais e tudo mais da engenharia, pelas autuações no Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, formais de partilha e contas do Regimento de Custos, isto com gravame e perda sensível para a história pátria, da qual é ilustrado cultor. Pois, o Dr. Joaquim da Silveira Mello, que é por si um arquivo vivo das crônicas piracicabanas, ainda tem á sua disposição o arquivo do primeiro tabelionato e outro arquivo particular, de onde eu tirei este pergaminho com a assinatura do morgado de Matheus. Quando li seu conteúdo vi que era um documento inestimável para a publicidade dos “Mistérios de Piracicaba”, e com o faro arqueológico, que nunca me abandona, em se tratando de escavações históricas, foi reconstruído o drama e as cenas que deram lugar à intervenção do capitão geral governador da capitania na vida local de Piracicaba.

E comodamente refestelado na fofa poltrona da sala de Harum Al Raschid, sob a claridade mortiça do lampião belga, dispus-me a ouvir um mistério relatado por tão ínclito narrador.

Saiba meu amigo que Piracicaba deveu a sua existência de arraial e depois povoação, vila, etc. a uma razão puramente econômica e estratégica e como toda história deve ter uma epígrafe, os fatos que vou narrar podem bem ter o título “O Degredo de dona Maria Flora.

O morgado de Matheus, D. Luiz Antônio de Souza, sendo nomeado governador da capitania de São Paulo em 1765, teve empenho em executar 03 planos os alvitres da Marquez de Pombal, os quais consistiam era estender o domínio português para o sul e oeste do Brasil.

Depois de entender-se com o governo do Rio de Janeiro e de receber dali os recursos para as explorações do Tibagy e para ampliar possessões portuguesas por esta então capitania de São Paulo, D. Luís Antônio de Souza preparou uma primeira expedição de 650 homens, em 21 canoas e seis batelões que partiu de Porto Feliz em 1769, com o pretexto de explorar e povoar os sertões do rio Ivahy, na confluência com o Rio Paraná, mas com o intuito real de ir mais além e garantir o território litigioso entre Portugal e a Espanha.

E fez seguir em 1770 outra expedição de duas companhias de aventureiros que foi juntar-se à primeira na barra do Ivahy e ambas atravessaram o Rio Paraná, navegando para o Iguatemi, onde em terreno fronteiro ao Paraguai deram começo a uma colônia, depois ali edificaram o “Forte Prazeres”.

Essa colônia de Iguatemi chegou a conter 1.227 povoadores, feitos sair por diversas vezes de São Paulo e, segundo afirma o saudoso diretor do Arquivo de S. Paulo, Dr. Antônio de Toledo Pizza, era seus - «apontamentos históricos»: custou aos paulistas os maiores sofrimentos e privações, consumindo centenas de vidas.

Em todas as povoações da capitania eram recrutados indivíduo e famílias, por ordem de D. Luís Antônio de Souza, os quais deviam povoar aquela colônia, mas ali pereciam de febres e doenças oriundas dos terrenos paludosos do Iguatemi, basta dizer que em 1773, três anos depois da fundação do Presídio de Iguatemi, verificou-se um recenseamento que ainda, incluindo os nascimentos havidos, a população estava reduzida a 556 indivíduos de 1227 que eram no tempo da fundação.

Afinal a colônia foi abandonada então apressadamente que nem retiraram a artilharia e o material do “Forte Prazeres”, dos quais se apropriaram os paraguaios e o arrasaram em 1777. Enquanto, porém não era conhecido este recenseamento, D. Luís Antônio de Souza tinha tido interesse em abrir uma estrada por terra até

aquela colônia, e sendo informado da existência de um picadão dos antigos, que saía do salto do Rio Piracicaba ia ter ao sertão, sabendo que o rio fazia no local uma grande volta arredondada, circulando extensos terrenos cobertos de grandes madeiras, próprio para a construção de canoas, cuja varação para o rio era fácil, resolveu fundar ali uma povoação.

Fundou realmente um presídio, com o fim de aviventar o picadão antigo, de fabricar canoas e de sujeitar os recrutados nestes serviços até a época das monções para a colônia de Iguatemi, pôs na margem direita do Rio Piracicaba um quartel com o destacamento de milícias, um comandante e a férrea disciplina de uma praça de guerra, temperada por uma igreja ou capela, cujos alicerces derrocados ainda podem ser vistos no Engenho Central.

Com os abarracamentos ou arraial daquele lado, logo começaram a se abrir pequenos sítios na margem esquerda, iniciando-se a cultura de cereais, criação de porcos, fabricação de rapaduras, produtos enfim, que achavam franca saída, no fornecimento da colônia de Iguatemi.

Estes sitiantes e moradores da margem esquerda do rio Piracicaba não estavam sujeitos da administração do capitão povoador e nem do comandante da força de milícia, e sobre eles D. Luís Antônio de Sousa havia feito aos primeiros recomendação especial para que fossem tratados com toda a brandura e sem vexação.

Ao amparo dessas regalias, sob a proteção da força de milícia. Os adventícios foram adquirindo terras nesta sesmaria, povoando-se a margem esquerda, e entre estes adventícios aconteceu-se estabelecer-se nas adjacências no atual córrego de “Nha Flor” um jovem casal, originário de Jundiá, e de onde havia imigrado, para furtar-se às impertinências do respectivo capitão mor.

Esse casal dispunha de recursos pecuniários e abriu lavoura, que logo prosperou, mas, falecendo o marido, a viúva dona Maria Flora continuou a labutar com tamanho proveito nas terras que em pouco aumentou a pecúnia; seu sítio sendo limitado por um córrego começaram os vizinhos a designar as terras e vivenda da viúva por córrego da “Nha Fiora”, depois por corruptela” Nha Flor”. Como atualmente o conhecemos.

Enquanto administrava com uma grande disposição varonil lavouras e gado, dona Maria Flora não descuidava os cuidados com a alma, e todos os domingos ia ouvir missa, na capela do arraial, que era pequeno e por isto tinha a frente em aberto, prolongada por um vasto telheiro, a fim de conter os fiéis.

Dona Flora era moça bonita e mais realçava a sua boniteza o donaire com que ela montava (a maneira dos homens e ao uso daquele tempo em que o silhão era

desconhecido) num cavalo branco, feroso, que controlava e nutria, ao contato das lindas esporinhas de prata, que ornavam os altos borzeguins da bela amazona, e caracolava com risco de derrubar um cachorrinho, alvo também e felpudo, que o nobre animal conduzia na garupa.

As leitoras riem-se? Pois Rugendas, que foi pintor contemporâneo daqueles costumes, deixou-nos vários desenhos representando o passeio das damas no Rio de Janeiro e era assim que passeavam as nossas tetravós elegantes – levando um moleque com um balaio cheio de objetos de toucador e bugigangas, um papagaio ou uma arara, ou um cachorrinho de estimação, além de crioulinhos, almofadas e mucamas.

Isto acontecia, segundo o testemunho de Rugendas nas ruas de Rio de Janeiro, que já era uma metrópole naquele tempo. Porque, pois, D. Flora em Piracicaba não poderia levar na garupa do feroso cavalo branco, um cachorrinho branco e felpudo, como se usava no Rio?

Aos domingos era certo ver (e quanto moço via e suspirava!) D. Maria Flor a cavalo, com um pajem atrás, vadear o Rio Piracicaba, num local que dava vau no tempo da vazante logo acima do ribeirão do Enxofre e dirigir-se para os lados da Igreja a fim de ouvir a missa conventuo-papal (deixem passar o neologismo, porque como já ficou escrito, a Igreja ou capela era em parte edificada e em parte prolongada por um simples telheiro).

Era o comandante da milícia no arraial presídio de Piracicaba um mocetão bem parecido, capaz de virar a cabecinha estouvada de muitas moças solteiras, quanto mais o coração vazio de viúvas, e esse comandante Carlos Bartolomeu de Arruda rendeu-se, passou-se com armas e bagagens para a inimiga.

Chegada ao pátio D. Maria Flora entregava a rédea de seu lindo corcel ao pajem e dirigia-se para os lados da casa do padre, onde já a esperava Carlos Bartolomeu de Arruda, para juntos entrarem na capela. Era esta dividida no meio da nave por um peitoril de balaustres toscos, separando as hierarquias; a frente do altar mor as damas e donzelas do arraial, atrás os homens, as pessoas gradas, capitão, povoador, o comandante; mais além no telheiro, o povaréu.

A amizade crescente e recíproca do jovem oficial pela jovem viúva despertava ciúmes no arraial, e embora procedessem ambos com muita circunspeção e decência, as mulheres não toleravam que D. Flora escolhesse sempre para ajoelhar-se ao lado de um balaústre, nem os moços sofriam que Carlos Bartolomeu se ajoelhasse sempre ao lado dela, separados apenas pelo mesmo balaústre.

Não faltavam línguas alcoviteiras nem cochilos das devotas para insinuarem que

eles faltavam com a devoção, durante o ritual da missa e nem mesmo respeitavam a presença do capitão povoador, num namoro escandaloso. Num domingo, durante e depois da missa, correu um alvoroço porque ao começarem os Evangelhos, D. Maria Flora assustada soltou um ai... Meio abafado e logo reprimido, mas bastante perceptível na parte da nave reservada para as mulheres. O coroinha que servia de sacristão ia mudar o missal para a direita do celebrante e atraído pelo gritinho, olhou e viu os dois dedos do comandante premendo levemente o braço polpudo e feminino, mas duas velhas beatas (que poderia fiar-se nesta espécie de gente?) estavam mais próximas, logo sussurraram num mexerico venenoso, por toda a igreja e depois propalaram pelo arraial, que Carlos Bartolomeu havia dado um beliscão muito mais indiscreto.

Eis de ver como o brinco inocente de namorados, envenenado pela língua viperina das velhas beatas e exagerado pela ciumeira azeda dos rivais, transformou-se logo em arma de perseguição política e como a política, barregã sem entranhas, horrendamente fez recair o peso injusto de um desterro iníquo, em vez de no culpado, em uma viúva frágil como era dona Maria Flora. O beliscão muito mais indiscreto no modo de ver das beatas correu a igreja, atravessou o telheiro e esparramou-se pelo arraial, e enquanto dona Flora, inocente e incauta transpunha o terrapleno do átrio, com as esporinhas de prata tinindo e ia cavalgar o corcel branco para regressar ao sítio, reuniram-se os maiores como no conselho de guerra, para julgar o caso.

O capitão povoador não apreciava o comandante Carlos Bartolomeu de Arruda, era uma malquerença gratuita, não apoiada em qualquer fato desabonasse aquele moço, quer nas suas funções que no seu trato espetacular, mas, levado por esse sentimento menos nobre, resolveu fazer uma acusação tremenda contra o comandante, ao capitão-mor de Itu, cuja jurisdição e alçada se estendiam até Piracicaba.

Era esse capitão-mor um homem inteligente e letrado, especialmente no latim, em que escrevia epigramas e sátiras com a mesma facilidade com que manejava o vernáculo e era também excelente absolutista em extremo.

Carlos Bartolomeu de Arruda era sem parente e protegido, o que não impeliaria o excelente regedor de removê-lo deste comando, mas o povo de Piracicaba, muito afeiçoado a Carlos Bartholomeu, em quem reconhecia esplêndidos predicados, logo representou ao capitão mor de Itu, insistindo pela permanência do comandante e o rigor do bastão de regedor recaiu em dona Maria Flora.

Sob o pretexto de que o caso melhormente seria resolvido com a presença de dona Maria Flora, foi a viúva chamada pelo capitão mor a Itu e ali esperou dias e

semanas pela solução do incidente; entretanto aquele chamado atencioso ocultara uma ordem de degredo, do despótico capitão-mor, para longe de suas lavouras, para longe de suas missas de domingo, para longe enfim do comandante culpado, mas absolvido, que a fizera gritar de susto, com uma beliscadura ligeira no braço polpudo e roliço.

Política de campanário, que já naqueles tempos coloniais alteava as sete cabeças de hidra hedionda e nefasta. Política pessoal, que nascida de uma antipatia gratuita, mas fortalecida por uma vontade ferrenha, prepotente e arbitrária, intervinha na vida privada de dois entes bem quistos e revolucionava um arraial, que só precisava de paz e braços para prepara! Dona Maria Flora era viúva e moça, o comandante Carlos Bartholomeu de Arruda era solteiro e livre; que muito era que se namorassem aos domingos, na igreja, se eles podiam casar-se e casados podiam com uma prole fecunda dar braços às lavouras incipientes e servidores possíveis da Pátria, numa época de turbulações como aquela?

Carlos Bartholomeu não resistiu por muito tempo às injunções da política prepotente do capitão-povoador, e foi constrangido a deixar o comando da força e deixar Piracicaba, a despeito dos empenhos dos habitantes povoadores que lhe queriam bem.

Mas, voltou tempos depois como posto de sargento-mor e já casado; tornou-se proprietário da sesmaria de Bom Jardim do Salto, que se dilatava entre o Itapeva até a fazenda Monte Alegre e onde faleceu com a idade provecta, ali pelo ano de 1815, sendo enterrado na nova igreja matiz, grades adentro.

Debalde tentou Carlos Bartholomeu esquecer a antiga amizade com a dona Maria Flora e o que conseguiram as velhas beatas contra o testemunho do coroinha sacristão, e a política do capelão povoador foi que ele, embora casado com outra e sendo bom chefe de família, ligou-se com a viúva e constituiu duas famílias, cujos descendentes espalharam-se pelas então vilas de Curuçá, São João do Rio Claro e Araraquara.

E dona Maria Flora? E o pergaminho assinado por D. Luis Antonio de Souza? perguntei eu vendo que com aquela apóstrofe contra a política Harum Al Raschid havia salteado o curso de sua narração.

Dona Maria Flora cansou de esperar em Itu uma solução que não pedira nem provocara, sempre que se apresentava oportunidade para regressar a Piracicaba, (pois as estradas eram difíceis e as tropas e viajantes eram periódicas), o capitão mor a retinha sob qualquer pretexto, até que ela percebeu o degredo a que fora condenada.

Então, readquirindo aquela energia varonil, que a guiava na administração de suas lavouras, a jovem viúva lançou as vistas para o capitão geral e governador da capitania de São Paulo, D. Luis Antonio de Sousa.

Fez-lhe ver, num ofício repassado de circunstâncias, a prepotência do capitão-mor de Itu, que a retinha em degredo por culpa que cometera, com prejuízo para sua lavoura de cereais e cana, e criação de gado, que abastecia a colônia de Iguatemi.

Reclamou contra o prejuízo de suas plantações, longe dos cuidados e da administração dela e pôs em evidência os perigos que adviriam para o povoamento e colonização da capitania, se os colonos e povoadores pudessem ser retirados de suas terras pelos caprichos e prepotências dos capitães mores (pudera, pois ela e o defunto marido já haviam imigrado de Jundiá para fugir as impertinências do respectivo capitão mor). Com uma tal petição está visto que governador da capitania de São Paulo havia de tomar providências imediatas e estas consistiram de pedir informações ao capitão-mor de Itu e ao capitão povoador deste arraial, por qual motivo mantinham longe de suas terras e haveres uma dona prestimosa, que honradamente ia lavrando terras duma sesmaria perdida nas margens do Rio Piracicaba.

As comunicações entre São Paulo e Itu eram tão difíceis quanto demoradas e assim, entre a troca de ofícios e de informações ainda decorrem um tempo vasto, porém D. Maria Flora afinal foi recambiada para Piracicaba, por ordem indiscutível do governador da capitania.

Harum estendeu-me então o pergaminho que escamoteara do arquivo particular do Dr. Joaquim de Silveira Mello e entre variadas instruções de caratê administrativo, aos respectivos capitães, eu li este despacho fulminante, que revogava o degredo:

”Volte dona Maria Flora para Piracicaba: aly nã consilt que Carlos visite Flora em caza de esta e nen que esta visite o comandante em caza de este, e além disso que nã veja nem na igreja, nem no arrayal, nem na lavoura e se nã encontrem em parte alguma- te mesmo na capoeyra”.

✧ **Hugo Capeto** ✧

Glossário

Córrego de Nha Flor: seu local provavelmente era na altura da atual Rua São José com o Rio Piracicaba.

Gravame: ato de molestar, de vexar, agravo prejuízo.

Íncrito: notável, excepcional.

Morgado: primogênito, bens hereditários transferidos ao primogênito inegociáveis.

Penates: deuses do lar entre os romanos e etruscos, casa materna (fg).

Silhão: cela grande com estribo só de um lado.

Torcida: mecha de lampião, pavio.

Vetusto: de idade muito avançada, velho.

7



IHGP

O papel dos institutos históricos e geográficos no contexto cultural brasileiro

ITAPUAN BÔTTO TARGINO

Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

Museu Imperial – Petrópolis – RJ

“A história... testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mostra da vida, arauto da antiguidade”.

Cícero

“A história é êmula do tempo, repositório de fatos, testemunha do passado, advertência do porvir”.

Cervantes

Memória é o registro daquilo que se lembra. Ela se resume a três objetivos: resguardar, preservar e resgatar. Resguardar os fenômenos, os fatos, a expressão concreta dos atos praticados pelo homem: preservar os bens culturais materiais e imateriais; resgatar no sentido de lembrar alguma pessoa antes que ela seja esquecida, de salvar algo ante que desapareça. O resgate, nesse aspecto, tem a força e o valor de uma reconquista, de uma requisição. As memórias são narrações históricas escritas por testemunhas presenciais.

O memorialismo, como doutrina, tem por finalidade trazer a público fatos e acontecimentos que precisam ser lembrados e divulgados pelo valor que representam e que se constituem em fontes seguras para a história. A literatura brasileira não costumava cultivar o memorialismo. Hoje esse gênero vem se propagando como elemento definidor de nossa identidade de país possuidor de enormes diferenças culturais, étnicas, bem como, nos costumes, no artesanato e no folclore. Como pesquisador, venho dedicando-me ao memorialismo, isto é, a escrever sobre fatos e acontecimentos ocorridos durante a vida de pessoas e de instituições. Nessas pesquisas, atribuo aos acontecimentos um sentido renovado, extraindo deles um conceito vivificante, muitas vezes não identificado no momento em que os fatos aconteceram.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é a mais antiga instituição do gênero em funcionamento no país, resultado do esforço e da ação de gerações de devotados sócios e do apoio de sucessivos governos, desde sua criação. É do mais reconhecido valor sua contribuição à memória nacional, caracterizando-se como verdadeiro centro produtor do saber.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, iniciou suas atividades no dia 21 de outubro de 1838, em uma das salas do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Na mesma data, foi eleita sua primeira diretoria, assim composta: Visconde São Leopoldo (1774-1847) presidente; cônego Januário da Cunha Barboza (1780-1846) e Dr. Emílio Maia (1808-1859). O IHGB nasceu em decorrência de propositura apresentada por dois membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: o marechal Raimundo José da Cunha Matos e o cônego Januário da Cunha Barbosa. Tina por modelo o Instituto Histórico de Paris. Tal proposta, transcrita por Vicente Tapajós nos livro-álbum Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – 150 anos (1988), do qual é colaborador, vem abaixo reproduzida:

Sendo inegável que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja, pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos, é evidente que uma monarquia constitucional, onde o mérito e os talentos devem abrir as portas aos empregos, e em que a maior soma de luzes deve formar o maior grau de felicidade pública, são as de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquelas que, versando sobre a História e a Geografia do País, devem ministrar grandes auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os brasileiros. Por isso, os abaixo-assinados, membros do conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, reconhecendo a falta de um Instituto Histórico e Geográfico nesta Corte, que principalmente se ocupe em centralizar imensos documentos preciosos, ora espalhados pelas províncias, e que podem servir à História e à Geografia do Império, tão difícil por falta de um tombo ou prontuário de que se possam aproveitar os nossos escritores, desejam e pedem a sua pronta instalação, debaixo dos auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

De composição eclética, foram vinte e sete os fundadores do IHGB: doze conselheiros de Estado, sendo sete também senadores; um exclusivamente senador; três professores, sendo dois do Colégio Pedro II e um da Academia Militar; dois advogados; um pregador imperial; um comerciante; um engenheiro e seis ligados ao Poder Judiciário e à burocracia estatal. A informação consta no ensaio da então doutoranda da Universidade de São Paulo – USP, Claudia Regina Callari, publicado na Revista Brasileira de História, vol. 21, nº 40, São Paulo, 2001.

Os objetivos do IHGB estão delineados no art. 1º de seu estatuto: “Coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil”. Segundo outro dispositivo estatutário é também objetivo do Instituto “promover os conhecimentos desses dois ramos científicos – História e Geografia – por meio do ensino público”.

Coube ao IHGB promover, de modo pioneiro, no período de 1913 a 1915, a discussão, apreciação e avaliação de audacioso projeto que tratava da consolidação da História do nosso país. Tais estudos deram origem, em 1916, à Academia de Altos Estudos, anos depois elevada à condição de Faculdade de Filosofia e Letras. A novel Faculdade já começou oferecendo três cursos superiores: Filosofia e Letras,

Ciências Políticas e Sociais, e Curso Normal Superior. Como se vê, no desempenho de suas atribuições e trato de assunto de tamanha envergadura, o IHGB, em pouco tempo, ganhou prestígio, transformando-se no mais importante centro cultural do Brasil. Por esta e outras razões, a historiadora Isa Adonias, coordenadora do livro-álbum Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – 150 anos, (1988) afirma:

Por tão amplas e proveitosas realizações, mereceu o IHGB o reconhecimento das autoridades governamentais, expresso na concessão de vantagens para que a instituição continuasse a realizar, sem contra-tempos, seus nobres objetivos no cenário cultural: subsídio anual, facilidades para impressão e circulação de sua Revista, além de outros auxílios ocasionais.

Em 1908, foi encaminhada ao Senado Federal, com data de 26 de junho, a Proposição nº 32, da Câmara dos Deputados, sugerindo, em cinco artigos, a concessão daqueles benefícios. E mais, segundo declarado no art. 1º: “Fica o Presidente da República autorizado a reconhecer de utilidade nacional o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado nesta capital, em 21 de outubro de 1838, para se ocupar especialmente da História, da Geografia e Etnografia do Brasil.

O Decreto nº 61.251, de 30 de agosto de 1967, em seu art. 1º, dispõe: “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é reconhecido, ex-officio, como de utilidade pública, devendo o dito decreto entrar em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Durante o longo período de sua existência, estudos e pesquisas permitem ao IHGB reescrever a história do Brasil. Publicaram-se documentos inéditos, reeditaram-se obras raras, simpósios, seminários, cursos, conferências e reuniões. Além disso, editou-se a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Para atingir a posição em que se encontra atualmente o IHGB contou com o apoio de desprendidos brasileiros que, de maneira espontânea e elevado espírito de colaboração, lhe doaram bens históricos e culturais. Esses bens representam a maioria de seu rico patrimônio, exposto, ainda hoje, à visita pública em sua sede no Rio de Janeiro. Dentre esses ilustres colaboradores, emerge a figura inigualável de D. Pedro II, considerado o seu maior protetor. Durante seu longo reinado, ele chegou a comparecer a mais de quinhentas sessões do sodalício. D. Pedro II doou ao IHGB manuscritos e publicações, possibilitando a formação de respeitável patrimônio histórico-artístico. Essa doação constou de documentos oficiais e

particulares, livros e periódicos, mapas e plantas, peças e esculturas, quadros e objetos museológicos, tornando-o o mais prestigioso centro cultural do país.

Serviço de inestimável valor consistiu na edição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que passou a circular, de maneira contínua, a partir de 1839, com a edição de tão valioso periódico, no qual foram e são abordados temas de maior relevância, o IHGB atendeu e atende ao público específico dessas duas áreas do conhecimento. Atende, também, aos estudiosos da literatura e aos estudantes, estes ávidos por melhores informações sobre nossas origens históricas e geográficas.

Na citada obra (1988), o historiador Américo Jacobina Lacombe, presidente do IHGB à época de sua edição, reafirma, como medida oportuna e de largo alcance, que o Instituto foi criado “para se ocupar da coleta, metodização, análise e divulgação dos documentos que interessavam à História e Geografia do Brasil”. A esse respeito, acrescenta:

Assim se criou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, há um século e meio (1838-1988), vem cumprindo as diretrizes traçadas por seus fundadores, através de uma série de atividades diversificadas: inúmeros congressos da história pátria, vários cursos, sessões e conferências semanais, numerosas publicações avulsas e separatas, além da sua magnífica Revista publicada ininterruptamente de 1839. A partir de então, novos documentos foram revelados, esclareceram-se dúvidas e ampliaram-se os temas, possibilitando o surgimento de uma história pátria renovada e bem fundamentada.

Em sua trajetória de 172 anos de existência, o IHGB realizou eventos que marcaram época, destacando-se os seguintes: os Congressos de História Nacional de 1914, 1931, 1939, 1963 e 1968; o Congresso Internacional de História da América, em 1922; e o Congresso de História do II Reinado, em 1975. Merece ainda ser citada a Assembléia Inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, em 1932. Fora também promovidos inúmeros cursos sobre a vida e a obra de intelectuais brasileiros, com especial destaque para Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Capistrano de Abreu, Teodoro Sampaio, Clovis Bevilacqua, João Ribeiro, José Bonifácio e Euclides da Cunha.

A biblioteca do IHGB possui um acervo de mais de quatrocentos mil volumes. Seu arquivo é constituído de cento e cinquenta mil documentos. Dentre eles, merecem referência especial: papéis oficiais referentes à política ultramarina de Portugal sobre Angola, Moçambique, Goa e Inglaterra; documentos do Ministério da Marinha, de interesse dos estudiosos da história naval; documentos portugueses dos séculos XVII e XVIII; cerca de cem arquivos pessoais de valor inestimável,

dentre os quais os dos ex-presidentes Prudente de Moraes (1894-1898), Rodrigues Alves (1902-1906) e Epitácio Pessoa (1919-1922).

O Museu do IHGB está enriquecido com doações de figuras exponenciais da vida brasileira, tais como: comandante Sérgio Bizarro de Andrade Pinto (coleção de pratos brasonados); embaixador José Carlos de Macedo Soares (condecorações brasileiras e estrangeiras); general José Bernardino Bermann (medalhas da Guerra do Paraguai); Ladislau Neto, ex-diretor do Museu Nacional; visconde de Cavalcanti Neto, ex-diretor do Museu Nacional; visconde de Cavalcanti (leques com temas históricos e um Frans Post).

Com o passar do tempo, foram surgindo os Institutos Históricos e Geográficos regionais, muitos dos quais criados sob a inspiração do IHGB:

- Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano – 1862.
- Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – 1869.
- Instituto Histórico e Geográfico da Bahia – 1894.
- Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – 1894.
- Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – 1896.
- Instituto Histórico e Geográfico do Pará – 1900.
- Instituto Histórico e Geográfico do Paraná – 1900.
- Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – 1905.
- Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – 1907.
- Instituto Histórico e Geográfico de Goiás – 1932.
- Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba – 1953.
- Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – 1957.

Com o advento desses institutos, houve uma considerável regionalização de atividades. O intercâmbio entre os seus membros desencadeou uma série de procedimentos que resultaram na descoberta de valorosos aspectos da cultura regional e local, de real importância para a formação de uma consciência histórica nacional.

O papel dos Institutos Históricos e Geográficos existentes nos estados e municípios, foi e é fundamentalmente este: reunir em cada Estado ou Município, personalidades comprometidas em resguardar, preservar e resgatar a memória local, servindo, ao mesmo tempo, de palco para discussão e debate de temas relacionados com o desenvolvimento regional local. Foi o que aconteceu com Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP, fundado em 7 de setembro de 1905 e instalado

oficialmente em 12 de outubro do mesmo ano, na sede da Assembléia Legislativa da Paraíba, com a participação de cinquenta e um sócios fundadores.

A primeira diretoria do IHGP ficou assim constituída: Francisco Seraphico da Nóbrega – presidente; Manoel Tavares Cavalcanti – 1º Secretário; Coriolano de Medeiros – 2º Secretário. Na sessão de instalação, o presidente recém-empossado, Francisco Seraphico da Nóbrega, convidou o sócio Álvaro Lopes Machado, presidente da Paraíba, para presidir a mesa dos trabalhos. Na ocasião, o orador oficial da entidade, o grande tribuno e um dos fundadores do Instituto, João Pereira de Castro Pinto, pronunciou conferência sob o título A história colonial da Paraíba.

Na atualidade os Institutos Históricos e Geográficos vem enfrentando sérios problemas relacionados com o seu funcionamento. Em alguns casos, a situação é de extrema pobreza devido, sobretudo, ao descaso com que são tratados pelas autoridades competentes. Esse descaso está caracterizado pelo descumprimento de convênios e a conseqüente falta de liberação de recursos assegurados por lei a essas instituições.

Uma das propostas para a solução da crise por que passam vários institutos existentes no país, pode vir de Portugal, onde universidade vêm acolhendo em suas sedes, órgãos dessa natureza, como ocorreu com a Universidade Lusófona do Porto. Ao adotar o Instituto de Genealogia e Heráldica daquela cidade, a citada universidade deu-lhe nome, concedeu-lhe abrigo e ofereceu-lhe suporte financeiro. Buscando superar esse estado de coisas, os IHG, a exemplo do da Paraíba, pensam e integrar o sistema OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, ora vigente no País.

Na verdade, o momento é de expectativa e de mudança. E mudança para melhor. Os IHG precisam de maior segurança, no sentido de confiança e de firmeza, que assegurem continuidade administrativa. É preciso firmar uma estrutura de competência que garanta a execução de sua nobre missão, por meio de ações práticas e objetivas, num mundo cada vez mais exigente, a cobrar a efetiva participação da sociedade civil na solução dos problemas nacionais.

O professor e historiador Humberto Fonsêca de Lucena, meu confrade no IHGP e ex-presidente da centenária instituição cultural paraibana, homem de conduta ilibada, honrado, probo, digno e honesto, ao deixar tão importante cargo, onde se houve com raro brilho, sintetizou, assim, a situação vivida por grande parte de nossos institutos:

Somente depois de minha experiência vivida à frente da presidência do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, pude melhor refletir e avaliar a dimensão dos desafios que enfrentam e não de enfrentar os Institutos Históricos estaduais, de um modo geral, diante da permanente necessidade de implementação de práticas e inovações que são exigidas pela mudança dos tempos. Nossos Institutos vivem momentos difíceis por falta quase absoluta de recursos. Apesar da riqueza de nossos acervos, dos serviços prestados aos usuários-pesquisadores, da contribuição que temos dado à preservação da nossa memória, não temos participado da distribuição de subvenções de órgãos oficiais nos parâmetros de nossas necessidades, como seria justo.

Diante desta realidade, poderiam os Institutos estaduais elaborar uma pauta de encontros periódicos e, assim, fazerem, juntos, um balanço geral, discutir problemas e encontrar saídas para encarar os grandes desafios do século XXI. Não podemos esquecer que vivemos um momento de transição, por isso mesmo, uma oportunidade propícia para uma reavaliação crítica de nossa atuação, de nosso modus operandi. Precisamos de mudanças, não nos fins a que se propõem os Institutos, que já estão estabelecidos nos estatutos e que constituem uma tradição, e sim, nos meios, nos mecanismos, para que as nossas instituições possam continuar, no futuro próximo, atendendo as suas finalidades. Para estas mudanças se faz necessário buscar na sociedade, para integrar seus quadros, pessoas capazes que, identificadas com o mundo atual, possam contribuir para este fim compartilhando valores e realizações para o alcance de objetos comuns. Nenhuma entidade se perpetua sem mudanças!

Os Institutos Históricos e Geográficos espalhados por este imenso Brasil constituem-se, na verdade, em permanentes fontes de informação e difusão do conhecimento em nosso país. Merecem um melhor tratamento das autoridades constituídas.

Minhas palavras finais são de agradecimento aos promotores deste VIII Seminário sobre Museologia, História e Documentação: Museu Imperial, Sistema Brasileiro de Museus, Instituto Brasileiro de Museus, vinculados ao Ministério da Cultura, Associação Brasileira de Trens Turísticos e Culturais – ABOTTCC,

Conselho Municipal de Turismo de Petrópolis – COMTUR, Movimento de Preservação Ferroviária – MPF e Ponto de Cultura Barão de Mauá. O agradecimento é extensivo aos que apoiaram o evento: Associação Fluminense de Preservação Ferroviária, Sistema FIRJAN, Sistema SESI/SENAI/RJ, Universidade Católica de Petrópolis, Instituto Uniarte e Grupo de Apaixonados por Petrópolis – GAPP.

O agradecimento especial vai para o professor Victor José Ferreira, presidente do Movimento de Preservação Ferroviária – MPF e coordenador deste seminário.

Relatório de atividades do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP)

A - Introdução

O presente documento, elaborado pela Diretoria Executiva, tem a finalidade primordial de explicitar os trabalhos realizados e as propostas elencadas para o curto e médio prazos, para o amplo conhecimento de todos os associados e das autoridades municipais. O IHGP – sede social – ressenete-se de vários problemas que perduram há anos, a saber:

1 - Sede Social provisória

É precária, devido a idade do prédio e de suas limitadas áreas concebidas para o fim específico do Fórum de Justiça. Não há serviço de conservação e nem fonte de recursos para tanto. O IHGP é, ainda, “posseiro” do espaço, sem nenhuma documentação de amparo legal, tendo já sido questionado pela Procuradoria Geral do Estado, a quem está conferido o imóvel. A “posse” é compartilhada com a Academia Piracicabana de Letras (ca. de 50% da ala direita superior) e sua diretoria

atual manifesta pouco interesse na ocupação, não se reunindo sequer no local. Todo o patrimônio do IHGP, físico, está nesse local parcialmente afetado por infiltração de água de chuva, janelas de vidro emperradas, sistemas elétricos e hidráulicos em deterioração e, pior, por ataques de cupins.

O acesso ao imóvel é problemático devido as escadarias acentuadas, sem rampas para deficientes físicos e facilidade a idosos em geral. Esse obstáculo é sério para o IHGP, desestimulando parte significativa de associados a frequentá-lo, o qual, ao somar-se com a falta de iluminação elétrica, na área de acesso externa e do saguão, impedem a atividade noturna no prédio todo. Ainda há a falta da área de estacionamento de veículos, como todo o centro da cidade.

2 - Instalações

O IHGP conta com uma sala de diretoria diminuta, com banheiro; uma sala maior, convertida em pequeno auditório para realização de reuniões de associados, de diretoria, de recepção a visitantes, e de palestras para pequeno público (cerca de 50 pessoas sentadas); uma sala pequena, com banheiro, na qual funciona a Secretaria Geral. Esse conjunto, em melhor estado físico de conservação e de mobiliário, é o que permite a maior parte das atividades sociais.

O salão seguinte, de maior dimensão, abriga todo o acervo do IHGP, – coleções de jornais antigos, livros, revistas, documentação histórica e coleção de fotografias antigas da cidade de Piracicaba. O local não possui banheiro e nem lavatório em separado; sua conservação física é precária e com iguais problemas do restante da parte superior do prédio.

Todo o acervo encontra-se disposto em estantes de aço abertas, circundando as paredes de alvenaria, tendo-se em conta que a face lateral do prédio é toda ela envidraçada e não utilizável senão para iluminação e ventilação do ambiente. Há risco de cupins e de goteiras. A saleta seguinte, sem janelas, presta-se a depósito de publicações do IHGP e de materiais de escritório.

3 - Área compartilhada com a Academia Piracicabana de Letras

Entre ambas as alas – IHGP e APL – há uma sala com banheiro, ocupada pela Procuradoria Geral do Estado, contendo materiais apreendidos de devedores fiscais, completamente deteriorados e tomados por cupins que, a se salientar, tal praga, há a ameaça de sua propagação, já tendo atacado as portas de madeira próximas. Já solicitamos providências da Procuradoria e da Academia, sem qualquer resultado e o IHGP não pode intervir por falta de competência e de recursos financeiros.

4 - Considerações sobre a ocupação da área

O IHGP ocupa-a desde 1988 sem possuir autorização documentada e legal. Conforme depoimentos verbais colhidos por esta diretoria, a então presidente do IHGP, profa. Marly Therezinha Germano Perecin, tomou posse da ala superior direita do prédio – à época desocupado pelo Fórum de Justiça do Estado de São Paulo e à mercê de vândalos e desocupados – com a anuência do Prefeito Municipal de Piracicaba, dr. Adilson Benedicto Maluf e, segundo ele, com os conhecimentos officiosos consentimentos do senhor Governador do Estado, dr. Orestes Quércia e de desembargadores. Todas as afirmações não são amparadas por documentos ou registros formais, que, além de se apagarem com o passar do tempo, há também o fato da perda total do Arquivo Municipal destruído por um incêndio.

A diretoria atual – 2008/10 e 2010/12 – tem se preocupado com a delicada e importante questão, discutindo-a internamente com todos os associados, e em paralelo, com o Prefeito Municipal, Secretaria Municipal de Cultura e Procuradoria Jurídica Municipal. De parte do município, nos foi dado a conhecer o plano de se instituir um “Centro Cultural Integrado”, com local e edificações adequadas, para se congregar, como em uma espécie de condomínio, todas as instituições culturais de Piracicaba que até hoje não possuem sede e instalações próprias. O projeto é cristalinamente exequível e amparável pela legislação em vigor através de mecanismos de concessões e de convênios, e a ideia viabilizaria o funcionamento das entidades culturais ao compartilhar uma série de serviços e de atividades comuns, como secretarias, manutenções, segurança, comunicações, por exemplo, cujos custos seriam administrados e rateados pela entidade “sindica” do complexo.

B - Apresentação de Contas: exercício final de 2010

Relatório Contábil e Financeiro, elaborado pela Tesouraria do IHGP, anexo ao presente, demonstra origem e aplicação dos recursos financeiros.

C - Relatório de Atividades de 2010

1 - Palestras

O ciclo de palestras mensais não teve a mesma regularidade do seu início, devido a realização de outras atividades prioritárias e de coincidências de datas agendadas. Foram realizadas as possíveis, na sede do IHGP e também no Museu Prudente de Moraes com a participação de significativo público. Como destaque, o IHGP proferiu

aulas-palestras a alunos de Primeiro Grau do Sesi e do Colégio Salesiano Dom Bosco – Assunção, com excelentes resultados didáticos e de projeção da imagem do IHGP no meio estudantil da cidade ao ponto de indicar-nos ser essa a linha de divulgação a ser melhor explorada no ano de 2011. Será pesquisada a opinião dos associados sobre as datas e dias da semana mais convenientes para as próximas palestras.

2 - Admissão de Associados Efetivos

Foram admitidos os seguintes novos associados:

Dr. Orlando Guimaro Júnior

Dr. Paulo Dias Nogueira

Prof. Dr. Roland Vencovsky

3 - Medalha de Mérito Prudente de Moraes

Foram outorgadas às seguintes personalidades, de acordo com Lei nº 2122, de 01 julho de 1974.

Prof. Dr. Barjas Negri

Prof. Cezário de Campos Ferrari

Prof. Dr. Guido Ranzani

4 - Publicações

Cumprindo a finalidade estatutária, o IHGP editou as seguintes obras aprovadas pela Comissão de Publicação, oficialmente lançadas dentro da programação da Sessão Magna de 16 de dezembro de 2010, no auditório da Biblioteca Municipal de Piracicaba, a saber:

- Retrato das Tradições Piracicabana – Hugo Pedro Carradore
- Um Lavrador Paulista do Tempo do Império – Maria Celestina T. M. Torres
- Um Município Agrícola: Aspectos Sociais e Econômicos da Organização Agrícola de Piracicaba – Mario Neme
- Piracicaba Século XVIII – Mario Neme
- Revista IHGP nº 17
- Estudo de Caso da Indústria Nacional de Equipamentos – Análise do Grupo Dedini – Barjas Negri
- História do Basquete – Rubens Braga
- A Semana na História – Leandro Guerrini

As obras selecionadas somam-se às disponibilizadas na sede do IHGP, para o melhor atendimento do público interessado e alvo da instituição. Há a se enaltecer o apoio da Prefeitura Municipal de Piracicaba, através as SEMAC, Secretaria Municipal da Ação Cultural, possibilitando a execução desse trabalho editorial.

5 - Reuniões da Diretoria

Realizaram-se mensalmente, com a presença de todos os diretores e, quando possível, também com a participação de associados, tendo por pauta, assuntos pertinentes às atividades específicas da instituição.

Além das reuniões regimentais, a diretoria manteve inúmeros encontros com a SEMAC, Secretaria Municipal de Ação Cultural, Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Piracicaba, ACIPI, Associação Comercial e Industrial de Piracicaba, Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes, Piracicaba 2010 – Núcleo Cultural, fazendo-se representar também em vários eventos sócio-culturais-cívicos da cidade, com destaque ao plantio de árvores patrocinados pela SEDEMA, Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

6 - Sessão Magna

O IHGP realizou duas Sessões Magnas, respectivamente nos 23/04/2010, e 16/12/2010.

7 - Bandeira Oficial do IHGP

De concepção do saudoso associado e ex-presidente da instituição, Prof. Dr. Hugo Pedro Carradore, no dia 31/07/2010 a nossa Bandeira foi solenemente apresentada ao público, passando a ser exposta na panóplia do auditório do IHGP.

Na ocasião, presente o ilustre ex-presidente, emocionado, proferiu com toda a sua eloquência breve oração, reafirmando o seu extremado apego à existência do IHGP e as suas preocupações quanto ao futuro do mesmo face as dificuldades que a cultura enfrenta a cada dia que passa dada a insensibilidade governamental.

8 - Digitalização do Acervo Histórico

Dividiu-se em partes distintas: iconográfico e documental, sendo a primeira de mais fácil execução devido ao volume de material a ser digitalizado e devidamente classificado e catalogado, logo iniciado o trabalho com o concurso dos associados Vítor Pires Vencovsky e Fábio Ferreira Coelho Bragança e de uma estagiária do último ano do curso de História da UNICAMP, srta. Priscila Salvaia; uma vez

concluída essa etapa, as fotografias estarão disponibilizadas com as devidas e necessárias medidas de proteção de direitos autorais e de propriedade, na página da internet do IHGP, www.ihgp.org.br/acervodigital, devendo atrair as atenções do público interessado nas imagens que registram o passado histórico da cidade.

Quanto a segunda parte, de maior volume e significado, por reunir as coleções dos jornais antigos de Piracicaba, revistas e livros de cunhos históricos e inclusive com exemplares raros, e documentos de caráter histórico, dadas as suas condições físicas e, mais precisamente pela quantidade a ser tratada (higienizada), catalogada e por fim digitalizada, é em si considerável em custo financeiro, em recursos humanos e técnicos e em tempo que o trabalho todo demandará. O tema “digitalização” é de prioridade máxima no IHGP, apesar de não ser novo ou recente, de ter já empregado recurso e atenções, ainda não progrediu o necessário para considerar-se iniciada, provocando infelizmente, certo desgaste administrativo e errôneas interpretações por quem desconhece a complexidade desse trabalho.

A SEMAC, Secretaria Municipal de Ação Cultural, ao inteirar-se, da dimensão do real projeto, em reunião com a diretoria do IHGP, houve por bem promover o encontro no final 21/10/2010 com a inclusão da empresa N & A – Mercado Cultural & Associados, sr. Willian Naked, para ser elaborado um projeto completo capaz de viabilizar o ambicioso empreendimento, mediante a captação de recursos financeiros incentivados fiscalmente, pois a Prefeitura Municipal, como órgão do poder público, é proibida de dispendir dinheiro a favor da entidade de natureza privada pela legislação do Tribunal de Contas do Estado.

Enquanto perdura obstáculo como esse, é a sociedade que se vê prejudicada, levando-se em conta a inexistência de outras fontes de pesquisa sobre a história piracicabana. É a preocupação do IHGP que aumenta a cada dia, por não poder solucionar, ou melhor, equacionar o complexo trabalho por seus meios próprios, e como dissemos, de ser mal interpretada em seu intento.

9 - Publicações – Ano 2011

A edição da Revista IHGP é prioritária, e o cuidado redobra-se quanto a qualidade de seu conteúdo. A diretoria está solicitando aos associados o envio de seus trabalhos para seleção e análise.

Quanto aos novos livros – inéditos e reimpressos, com uma listagem bastante grande – a seleção e análise foi iniciada ainda no final de 2010, devendo logo concluir o trabalho para poder editá-los sem atropelos.

C - Prestação de contas do Exercício de 2010
Demonstrativo

Em atendimento ao Artigo 16 dos Estatutos Sociais do IHGP – Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba apresentamos a prestação de contas do exercício 2010.

1 - RECEITAS

Descrição	Valor (R\$)
Anuidade de associado	1.960,00
Doações	20.950,00
Venda de livros	5.045,00
Convênio Pref Municipal - Semac	40.000,00
TOTAL	67.955,00

2 - DESPESAS

Descrição	Valor (R\$)
<i>Revista IHGP</i> nº 17 - 2010	1.649,00
Livro <i>Piracicaba no Século XVIII</i> Mário Neme	3.666,00
Livro <i>Semana na História</i>	4.029,00
Livro <i>Retrato das Tradições Piracicabanas</i> – Hugo Pedro Carradore	4.581,00
Livro <i>Um Município Agrícola</i> Mário Neme	3.235,00
Livro <i>Basquete em Piracicaba</i>	0,00
Livro <i>Um Lavrador Paulista</i> Maria Celestina T. M. Torres	0,00
Livro <i>Estudo de Caso da Ind. Nacional de Equipamentos</i> – Barjas Negri	8.525,00
Organização do acervo iconográfico	8.241,06
Telefone	2.240,20
Conservação do acervo da biblioteca	0,00
Manutenção dos computadores	290,55
Conservação predial	18,10
Despesas bancárias	547,95
Outras despesas	23.016,14
Sobras do exercício 2010	7.768,79
Total (R\$)	67.955,00

3 - SALDO BANCÁRIO

Banco Santander - 31 de dezembro 2009	R\$ 7.870,27
Banco Santander - 31 de dezembro 2010	R\$ 14.873,55

4 - SALDO EM CAIXA

Em 31 de dezembro 2009	R\$ 935,60
Em 31 de dezembro 2010	R\$ 631,11

D - Comentários**1 - Receitas**

As receitas do exercício 2010 totalizaram R\$67.955,00, 44% acima do verificado em 2009 e 11% acima de 2008. A distribuição das receitas está de acordo com a seguinte tabela:

Receitas	R\$	% sobre total
Anuidade de associado	1.960,00	2,9%
Doações	20.950,00	30,8%
Venda de livros	5.045,00	7,4%
Convênio Pref Municipal - Semac	40.000,00	58,9%
TOTAL	67.955,00	100%

O convênio com a Prefeitura Municipal de Piracicaba correspondeu a 58,9% do total das receitas do IHGP. Em 2009 essa relação foi de 85% e em 2008 de 65%.

2 - Despesas

As despesas do exercício 2010 totalizaram R\$60.186,21, 37% acima do verificado em 2009 e 0,6% acima de 2008. A distribuição das despesas está de acordo com a seguinte tabela:

Despesas	R\$
Publicações (8 volumes)	25.685,00
Organização do acervo iconográfico	8.241,06
Conservação predial, manutenção das instalações, telefone e outras despesas	3.244,01
Outras despesas	23.016,14
TOTAL	60.186,21

3 - Saldos disponíveis

Em 01 de janeiro de 2010 o saldo em conta corrente era de R\$ 7.870,27 e em 31 de dezembro de 2010 R\$ 14.873,55.

Piracicaba, 26 de março de 2011.

Vitor Pires Vencovsky

1º Tesoureiro – Gestão 2010-2012

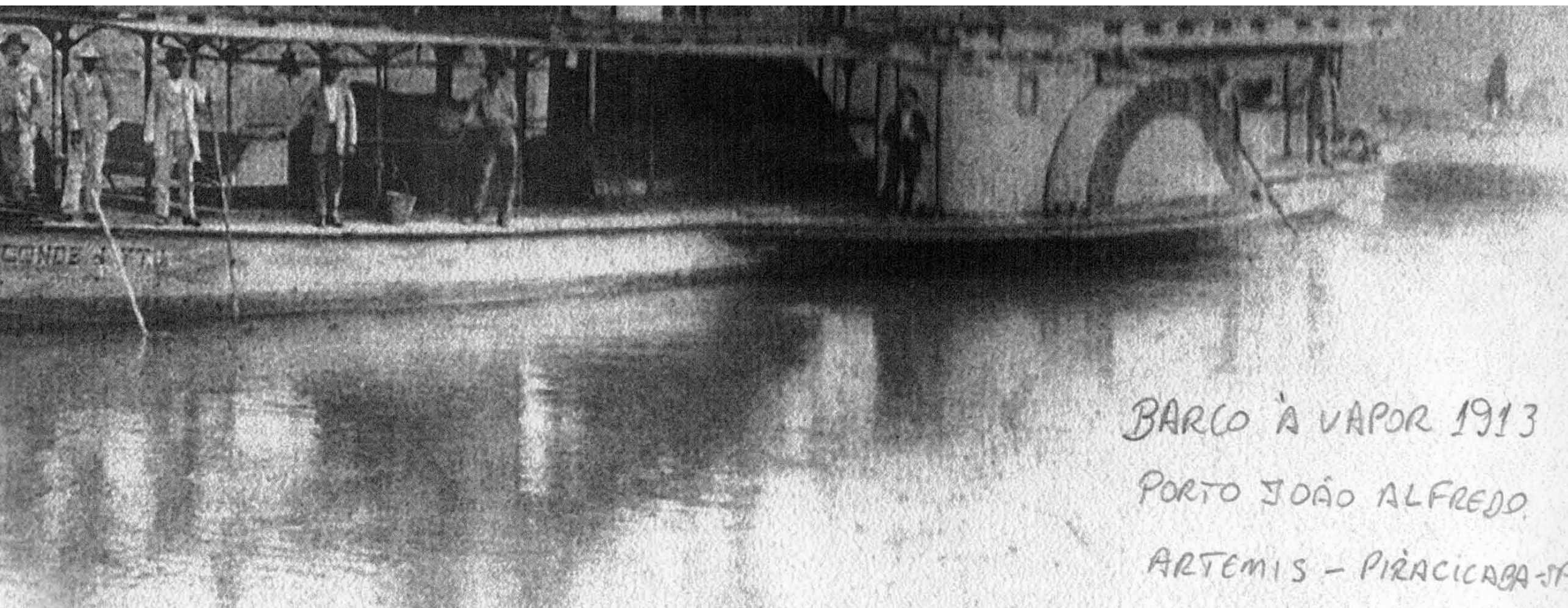
Pedro Caldari

Presidente – Gestão
2010-2012

**DOE SUAS FOTOS DE
PIRACICABA ANTIGA
PARA O IHGP,**
*o principal centro de
documentação e preservação
da memória da cidade.*



Suas fotos serão digitalizadas,
arquivadas e estarão disponíveis
ao público e pesquisadores
através de nosso site,
www.ihgp.org.br





elle



IHGP
Instituto Histórico e
Geográfico de
Piracicaba

APOIO



Prefeitura do
Município de
Piracicaba



Ação
Cultural